

*A Organização Espacial do Cangaço sob a Chefia  
de Virgulino Ferreira da Silva, Lampião  
(1922-1928/1928-1938)*

*ou*

*Como Produzir Território em Movimento*

Jorge Luiz Mattar Villela  
1995

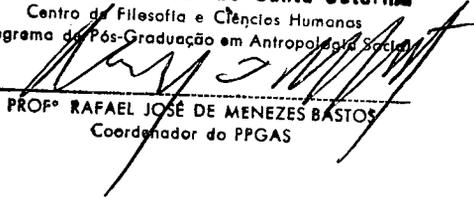
Florianópolis  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dissertação apresentada no curso do Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social, como requisito parcial para a obtenção do grau de  
mestre em Antropologia

Orientadora: Profa. Dra. Ilka Boaventura Leite

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

  
\_\_\_\_\_  
PROF. RAFAEL JOSÉ DE MENEZES BASTOS  
Coordenador do PPGAS

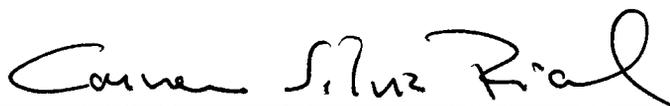
**Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia. Aprovado pelo Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:**



\_\_\_\_\_  
**Dra. Ilka Boaventura Leite**



\_\_\_\_\_  
**Dr. Klaas Woortmann**



\_\_\_\_\_  
**Dra. Carmen Silvia Rial**

## Agradecimentos

Entre todas as pessoas que colaboraram, gostaria de destacar as seguintes: Dr. Frederico Pernambucano de Mello, pelas longas conversas a respeito de Lampião e do cangaço em geral; todos os meus informantes, dentre os quais a ex-cangaceira Sila, sr. Francino e dona Mariá, sr. Jerônimo Ribeiro, sr. João Siqueira Santos, dona Cira Britto Bezerra e Paulo Britto; Hildo Leal, Kátia Pereira e Noemia Zaidan, todos do arquivo público de estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, pela forma exemplar com que tratam os pesquisadores; todo o pessoal do setor de documentação da Fundação Joaquim Nabuco, sobretudo a Beti, da iconografia; Rosemaria de Oliveira Barbosa, do arquivo do Quartel dos Aflitos em Salvador; ao Alésio e à Cléa pela paciência que tiveram ao longo deste dois anos.

## RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação circunscreve-se cronologicamente entre os anos de 1922 e 1938. Este é o período em que Lampião foi chefe de bando no fenômeno de banditismo chamado cangaço. Geograficamente o trabalho limita-se à sua área de atuação, a saber, os sertões dos Estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Bahia. O sertão do Rio Grande do Norte, apontado como zona de ação de Lampião por diversos estudiosos, não se inclui nos limites deste estudo. Através da leitura da bibliografia, de documentos oficiais, jornais da época e de entrevistas a intervenientes diretos e indiretos, procuro mostrar de que forma o bando de Lampião foi capaz de produzir um território através de seu próprio movimento constante. Tal território era tendencialmente preenchido por pontos constantemente abandonados e retomados pelo bando. Estes pontos tinham como finalidade principal a resolução de problemas logísticos.

## ABSTRACT

The object of this dissertation is temporally circumscribed to the period extended from 1922 to 1938, when Lampião was the band chief in the banditism phenomenon called *cangaço*. This work is also limited geographically by his band acting area, *i.e.* the *sertões* of Brazilian North-Eastern states of Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, Paraíba and Bahia. The Rio Grande do Norte's *sertão*, which is also pointed as an acting zone of Lampião by a number of scholars is not included in the limits of this study.

Through a reading of the bibliography, official documents, local newspapers of that age and a number of interviews with direct and indirect intervening people, my purpose is to show how Lampião's band could produce a territory through its constant movement itself. Such a territory was filled with points, constantly abandoned and retaken by the band. These points had as main purpose the solution for logistical problems.

*à Ana Claudia*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - DUAS FORMAS DE CONCEPÇÃO DO ESPAÇO	14
1.1. <u>O Ponto e a Linha</u>	16
1.2. <u>O Território</u>	23
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E BANDITISMO	31
2.1. <u>Organização do Espaço em Alguns tipos de Banditismo</u>	32
2.2. <u>O Espaço e o Político nos Homens de Armas do Sertão Nordestino</u>	41
CAPÍTULO 3 - CANGAÇO - BANDITISMO NÔMADE	54
3.1. <u>A Organização Espacial do Cangaço Livre de Lampião</u>	54
3.1.1. O Núcleo de Poder, seu Surgimento e Desaparecimento	68
3.1.2. A Amplitude Territorial e a Multiplicação das <i>Core Areas</i>	75
3.1.3. A Implicação Política da <i>Core Area</i> Lampiônica	82
3.1.4. Espaço Dual no Cangaço de Lampião?	84
3.1.5. Mobilidade Intensa e Tecnologia de Transporte	88
3.2. <u>Irredutibilidade Territorial do Cangaceiro</u>	94
3.2.1. O Nômade não se Move - Toynebee	98
3.2.2. O Cangaceiro Imóvel: Lampião	101
3.2.3. Modificação Espacial de Emergência: Lampião na Bahia	102
CAPÍTULO 4 - LAMPIÃO E SUA GUERRILHA	109
4.1. <u>Alguns Aspectos da Tática</u>	109
4.2. <u>A Ausência da Estratégia e Sua Ligação com o Nomadismo</u>	116
4.3. <u>O Contingente, a Velocidade e a Mobilidade</u>	120
4.4. <u>Lampião, Guevara e o Terreno</u>	125
4.5. <u>A Logística em Lampião</u>	130
4.6. <u>As Bases Populacionais: os coiteiros, sua utilidade e sua classificação</u>	137
4.6.1. A Política, o Governo e o Coiteiro	140
4.6.2. A Importância Político-logística do Coiteiro na Formação da <i>Core Area</i>	149
4.7. <u>Lampião Alisa o Espaço: o <i>fleet in being</i></u>	154
Considerações Finais	161
BIBLIOGRAFIA	166

Pour ces hommes qui sont tous des nomades  
sédentarisés - et malheureux de l'être -, partir trouve  
sa justification en soi-même. Peu importe la  
destination. Je crois qu'ils n'ont compris qu'une  
chose: nous irions loin, donc nous partions pour  
longtemps.

(Michel Tournier)

## INTRODUÇÃO

### *O tema*

O cangaço, como se sabe, não é Lampião, não começou com ele; ele não foi o seu inventor. Dois séculos antes o Cabeleira já agia na zona litorânea do Estado de Pernambuco. Com efeito, segundo Mello (1985) este fenômeno de banditismo não nasce no sertão. Ele é antes uma importação do litoral. Tudo se passou como se o banditismo tivesse penetrado na região rumo a oeste tal como fizeram os colonizadores. Já na primeira metade do século XIX, conta Mello (id. :225), também na zona litorânea, a Bahia teve o seu Cabeleira sob o nome de Lucas da Feira. Negro, Lucas parece ter congregado em torno de si diversos escravos fugidos.

No início do século XX, a zona de transição entre a mata e o agreste pernambucano conhece os ataques de André Tripa distinguido por um autor citado por Mello (*op. Cit.* 229) com o título de “célebre cangaceiro”. O século XX já encontra também o cangaço no sertão. É Antonio Silvino, o “governador do sertão” que de tão famoso chegou a ser contratado pelos donos de engenhos na zona da mata para lhes prestar serviços:

“Com efeito, o maior bandido dos tempos modernos que atuou em áreas férteis do Nordeste foi sem dúvida Antônio Silvino, tipo acabado do sertanejo do Pajeú mais ressequido, nada tendo a sua origem de comum com a riqueza dos canaviais da Mata pernambucana e do Brejo paraibano que tão longa e cobiçosamente talou. Tangido pela seca de 1898, Silvino, já então no cangaço, desceu para Canhotinho, no agreste meridional de Pernambuco, onde facilmente conseguira se ver incorporado com todo o seu grupo à guarda municipal do intendente da época” (id. :231)

Na virada do século ele é contratado pela usina Santa Filomena, a 50 quilômetros de Recife.

Antonio Silvino é preso em 1914 e alguns anos depois entra em cena Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, como chefe de bando. Em 1922, com a migração de seu chefe para o Estado de Goiás, Virgulino Ferreira da Silva capitaneia um fenômeno de banditismo

bastante semelhante ao de Antonio Silvino, sem no entanto jamais deixar-se contratar, no sentido estrito do termo.

Esta dissertação concentra sua atenção no período em que Lampião transforma-se em chefe de bando, em 1922, e vai até 1938, ano de sua morte. A circunscrição geográfica do objeto corresponde ao sertão dos seis Estados. Tal é a região percorrida por Lampião, de forma não regular, durante o tempo em que foi chefe de bando<sup>1</sup>.

### *O problema*

Procurei aqui entender como um bando de homens sempre cambiante em sua composição - câmbio decorrente de mortes e constantes novas adesões -, um grupo cuja única constante é a sua liderança, organiza a sua forma de estar no espaço. A preocupação na organização espacial do cangaço no tempo de Lampião deve-se à possibilidade de investigar-se um tipo de produção territorial que se dá em movimento e de certa forma *em virtude* do movimento. Não há, com efeito, obra sobre o tema, particularmente sobre o tempo de Lampião, em que o fator espacial não seja de alguma forma abordado. Sabe-se suficientemente bem que Lampião andava muito e que não parava em parte alguma. Poesias, notícias de jornais, livros, relatos, todas as fontes apontam para este “comportamento” espacial. De tal modo que surpreende a inexistência até o momento de algum estudo específico sobre a organização espacial do bando. A partir destas preocupações ocorreram-me perguntas como: por que andavam tanto os cangaceiros de Lampião? Por onde andavam? Como podiam manter-se em movimento durante tanto tempo? Como se orientavam no trajeto? Tinham eles locais de residência? Havia implicações íntimas entre sua relação com o espaço e a realidade política?

A primeira obra consultada por mim sobre o tema, a saber, *Les Bandits d'Honneur*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, pôde garantir-me em certo sentido que não estava no caminho errado. Havia muito movimento em jogo, muitas viagens, muitos nomes de locais. Nesta obra, a autora chega a fornecer um esboço cartográfico das viagens de Lampião e de seu bando. Passei a perguntar então se seria possível ampliar este roteiro, tornando-o em primeiro lugar múltiplo, ou seja, desfazendo a impressão de que o bando tivesse viajado

---

<sup>1</sup>. Os Estados são: Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Bahia e Sergipe. A maioria dos investigadores inclui nesta lista também o Estado do Rio Grande do Norte. Em que pese esta quase unanimidade, creio inadequada tal inclusão uma vez que o bando de Lampião não frequentou este Estado senão durante o breve período que culminou num ataque fracassado à cidade de Mossoró, localizada no centro norte do Rio Grande.

linearmente e em busca dos pontos ali assinalados. Tive a intuição de que poderia entender o trajeto cangaceiro de forma não-linear, repleto de rupturas, desvios e modificações. Surgiram então inúmeras questões tais como: o que fazia com que o bando saísse de um lugar? e através de que meios chegava a um outro? Teria, antes de tudo, de verificar se tal saída tinha sua explicação e motivação no local de chegada. Muitas outras surgiram e, bem entendido, diversas ficaram sem solução. Não foi possível, por exemplo, desvendar o segredo da orientação no trajeto, ou seja, de que forma os cangaceiros sabiam em que direção estavam indo. Exceto o conhecimento da região debitada a Lampião e a utilização de guias pelos bandos, nenhum dos documentos ou relatos ou obras publicadas responderam de forma conveniente a questão.

### *Metodologia*

Sendo o cangaço um tema tratado de forma muito abundante, sobre o qual muitas obras foram escritas, muitos documentos foram emitidos e muitas reportagens foram produzidas, quer na época de sua existência, quer posteriormente, coloca-se desde logo um problema em relação ao material sobre o qual o pesquisador debruçar-se-á. Uma multiplicidade de possíveis fontes estão ao dispor do investigador, cabendo a este a tarefa de compará-las e de, segundo certos critérios, dar ou não pesos diferentes a cada uma delas.

Com o propósito de aproximar-me o mais possível dos trajetos, elegi quatro tipos diferentes de fontes: 1. a vasta bibliografia a respeito do cangaço em geral e acima de tudo sobre o tempo de Lampião em particular; 2. documentos oficiais, sobretudo de fonte policial; 3. depoimentos de participantes diretos ou indiretos, dando relevo especial àqueles; 4. jornais da época. Relativamente ao primeiro impulso de inventariar cada local onde o bando esteve presente e reproduzir assim os trajetos, adquiri um certo número de mapas de escala 1 : 25000 das regiões onde Lampião era recorrente. A idéia fracassou em virtude da já mencionada modificação toponímica como também pela repetição de nomes de fazendas. Por outras palavras, na maioria dos casos não havia meios de garantir que os lugares mencionados nos documentos policiais fossem os mesmos assinalados nos mapas.

No que toca à fonte bibliográfica, muitas obras foram escritas sobre o cangaço em geral e sobre Lampião em particular. Pode-se separá-las em alguns gêneros: 1. memórias, que são escritas por participantes diretos ou indiretos do fenômeno. Como principais exemplos: *Como dei cabo de Lampião*, de João Bezerra; *“Lampião” Memórias de um ex-oficial*

*comandantes de forças volantes*, de Optato Gueiros; *Lampião, Memórias de um soldado de volante*, de João Gomes Lira; *O Canto do Acauã*, de Marilourdes Ferraz (filha de Euclides de Souza Ferraz, ferrenho perseguidor de Lampião); “*Serrote Preto*” *Lampião e seus sequazes*, de Rodrigues de Carvalho. 2. obras cujo conteúdo são depoimentos de cangaceiros. Os principais exemplos são: *O estranho mundo dos cangaceiros* de Estácio de Lima; *Sila e Zé Sereno* e *Dadá e Corisco* de Amauri Correia de Araújo. Os principais contributos destes dois primeiros tipos são os depoimentos, quer de cangaceiros, quer de pessoas que viveram de perto o fenômeno. Se eles por vezes falham em precisão cronológica, por outro lado oferecem riqueza de detalhes sobre a vida no cangaço.

Em seguida há as obras que propõem uma reconstituição da vida de Lampião com base em documentos, tendo em vista uma perspectiva puramente biográfica. Tais são os casos de *The king bandit - Lampião of Brazil*, de Billy Jaynes Chandler e *Quem foi Lampião*, de Frederico Pernambucano de Mello.

Por último, há as obras que chamo de analíticas. São as que procuram avançar teorias e criar categorias para os estudos do fenômeno. São os casos de *Les Bandit d'Honneur Brésiliens*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>2</sup>; *Guerreiros do Sol* de Frederico Pernambucano de Mello; *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó e *O Outro Nordeste* de Djacir Meneses. Este último tipo de obras procurou, também fundamentada em documentação e depoimentos, interpretar o cangaço numa dimensão social do fenômeno.

A documentação oficial foi das mais importantes fontes utilizadas neste trabalho. Entre os documentos consultados, foram privilegiados por mim os dez volumes de telegramas trocados entre oficiais da polícia pernambucana e o chefe de polícia Eurico de Souza Leão. Além destes volumes há também os boletins da Polícia Militar da Bahia, Divisão Nordeste. Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco e do Chefe de polícia deste Estado foram utilizados.

Os jornais das capitais nordestinas e alguns do Distrito Federal trazem vasto noticiário sobre Lampião e seu bando. Num primeiro momento as notícias tinham como fonte privilegiada os informes da polícia, chegando mesmo os jornais a publicar alguns telegramas. Isto se deu sobretudo em 1922 e 1923.

---

<sup>2</sup>. Cujas noções esboçadas são melhor desenvolvidas em “Notas Sociológicas sobre o Cangaço”

Por fim houve também os depoimentos diretos. Fiz entrevistas com um certo número de intervenientes diretos do fenômeno. A lista de entrevistados consta na bibliografia.

A princípio, cheguei a crer que em se tratando de uma dissertação cuja inspiração é a Antropologia do Espaço, os mapas deveriam ser uma das fontes mais importantes. Pretendia, na época da elaboração do projeto, inventariar o posicionamento do bando em cada lugar onde fora detectado. Havia por trás desta pretensão uma certa idéia ligada à quantificação da informação. Logo abandonei esta idéia. Devido à falta de documentos que dessem conta da evolução toponímica das localidades não foi possível preencher uma espécie de questionário periódico relativo às presenças do bando e transferi-lo para um mapa.

A pesquisa envolveu um trabalho de campo que foi efetuado num período de quatro meses. Como trabalho de campo incluiu não apenas a recolha de dados provenientes dos arquivos ou de depoimentos, mas também a de dados retirados da bibliografia, já que muitas das obras, como já foi referido, são o fruto de memórias de intervenientes diretos ou indiretos ou de longos e detalhados depoimentos de cangaceiros.

Durante quatro meses estive em quatro Estados: São Paulo, onde trabalhei na biblioteca da USP e na da Unicamp; Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional; Salvador, na Biblioteca Estadual, no arquivo da Polícia Militar e no Núcleo Sertão do Museu de Antropologia; Recife, no arquivo público Jordão Emerenciano e na Fundação Joaquim Nabuco. Nesta fundação recebi inestimável auxílio do Dr. Frederico Pernambucano de Mello e de toda a equipe do setor de documentação.

Para além das capitais, na região Nordeste penetrei na porção nordeste do Estado da Bahia, onde visitei as sedes dos municípios de Tucano, Euclides da Cunha e Uauá. O objetivo inicial desta viagem, que compreendia uma ida e volta de Salvador ao município de Uauá passando por Tucano e Euclides, era tão somente a obtenção de contato visual com a paisagem geográfica e humana da região. Ao cabo de alguns minutos em Tucano, contudo, apercebi-me de que podia facilmente contar com informantes assaz valiosos para a confecção deste estudo. Nas cidades de pequena população as pessoas são de fácil acesso e bastou-me perguntar para um idoso que repousava em sua rede se conhecia alguém que tivera contato com Lampião para logo ser apresentado a toda uma família detentora de uma boa gama de informações a respeito do período em que Lampião andou pela região. O

mesmo ocorreu em Tucano e em Uauá. Em Recife tive ainda a oportunidade de conversar longamente com D. Cira Brito Bezerra e Paulo Brito Bezerra, respectivamente viúva e filho do Coronel João Bezerra, comandante das forças volantes que cercaram e mataram Lampião na grota da fazenda Angicos em 28 de julho de 1938.

A escolha das duas capitais nordestinas acima referidas em detrimento das demais como cenário para o trabalho de campo merece uma explicação. Recife foi eleita pelo fato de tratar-se da central de comunicações das forças de repressão ao banditismo no Estado natal de Lampião. Todos os informes disponíveis à polícia destacada no sertão era enviado para o Secretário de Segurança Pública e chefe de polícia. Além das sedes de destacamentos pernambucanas, algumas outras, de outros Estados, mantinham-se em contado com Eurico de Souza Leão. A escolha de Salvador deveu-se ao fato de esta ser a capital do Estado escolhido por Lampião para viver a segunda das suas grandes fases como chefe de bando. Após o ano de 1928, como será visto no corpo da dissertação, Lampião ingressa no sertão deste Estado pela primeira vez como cangaceiro. Inaugura-se, será visto, um novo procedimento logístico e uma nova forma de heterogeneização espacial. Como “sede” desta nova fase, Salvador merecerá uma atenção especial e um período de trabalho quase igual ao de Recife.

\* \* \*

No capítulo 1 desta dissertação procurei apresentar as noções teóricas instrumentais para que este trabalho tenha-se tornado possível. É à luz destas noções que o espaço cangaceiro será interpretado. No primeiro parágrafo, chamado *O ponto e a linha*, tentei mostrar que sem as noções de espaço itinerante e sem a inversão da “sintaxe euclidiana” tal como é apresentada por Rassestin haveria dificuldades na compreensão da produção de territorial dos cangaceiros. Antes que isto, porém, utilizei este parágrafo para apresentar as noções, para explicá-las. No parágrafo seguinte (*O território*) tentei contextualizar a própria introdução desta noção no objeto desta pesquisa. Tentei pensar se, através dos recursos teóricos fornecidos pela Antropologia do Espaço, seria adequado o emprego da noção de território ao espaço do cangaceiro.

No capítulo 2 estabeleci uma relação de comparação entre dois tipos de organização espacial em casos de banditismo. Procurei apresentar, através de alguns exemplos, como outras formas de banditismo recortam o espaço e como este recorte obedece a certas diretrizes que são, via de regra, exteriores a ele mesmo. Há bandos que, devido a seu modo de atuação e a seus interesses comerciais, estão submetidos às vias de comunicação previamente estabelecidas. Sobre tais vias transitam as mercadorias que atraem estes bandos. Ao falar do banditismo do sertão nordestino mostrei que há outros interesses relativos às diversas formas de cangaço daquela região do país. A forma de heterogeneizar o espaço dos homens de armas do sertão (ou por outras palavras, a forma como recortam o espaço, como lhe conferem qualidade) obedece a questões da ordem do parentesco, da política, entre outras.

No capítulo 3 detive-me na organização espacial do bando do cangaceiro, suas implicações e influências sofridas pelos demais elementos do ambiente social circundante, atendo-se predominantemente ao bando de Lampião. Neste capítulo estão estabelecidas as zonas de contato entre a produção territorial e o tecido político criado por Lampião, cujas características fundamentais são a aliança pessoal, as micro relações de poder entre Lampião e os chefes locais, as relações de prestação entre estes e entre os camponeses e os cangaceiros. Neles são aplicadas as noções de núcleo de poder e de *core area* ao cangaço de Lampião.

O quarto e último capítulo detém-se predominantemente no problema da implicação da guerra na organização espacial do bando de Lampião. A guerra, sobretudo a guerra de guerrilhas, exige mobilidade, fluidez e pequeno contingente. Três exigências que, com o tempo, foram respondidas convenientemente por Lampião.

## CAPÍTULO 1

### DUAS FORMAS DE CONCEPÇÃO DO ESPAÇO

Conceber o espaço, no qual estamos inscritos através de um série complexa de dispositivos, pode ser feito de duas formas. Uma delas é a das nossas sociedades, ou seja, as sedentárias. A outra é feita por grupos que mantêm-se em movimento contínuo. Estas duas formas devem ser interpretadas como elas são, ou seja, de forma diferente. Não se pode atribuir qualidades, necessidades, expectativas, elementos, à maneira de organizar o espaço característica do nômade que são apanágio da dos sedentários.

Através da análise de todo o material trabalhado na elaboração deste trabalho pude caracterizar a organização do espaço no cangaço de Lampião como tendencialmente nômade. Para compreendê-la, para poder, em suma, vê-la, recortá-la, destacar suas características e diferenciá-la das demais formas de organizar o espaço (levando em conta que não é apenas o fato de deslocar-se que produz o nômade porque, limitando-se a esta distinção - o nômade viaja e o sedentário não -, está-se incorrendo numa grave confusão<sup>1</sup>) utilizei alguns conceitos que foram aplicados à realidade do espaço cangaceiro. São eles: espaço itinerante e espaço irradiante; a relação entre ponto e reta, que é oposta nos dois tipos de espaço (nômade e sedentário); e por fim a noção de *core area*, adaptada da primatologia. Através delas torna-se mais claro o motivo pelo qual pode interpretar-se o espaço nômade partindo-se de princípios e exigências diferentes das que fazemos ao

---

<sup>1</sup>. Veja-se por exemplo o caso dos transumantes, como o são os Nuer (Evans-Pritchard :1978), os Eskimós Netsilick (Balicksi, 1968 e 1970), entre outros. Estes dois povos chegam a modificar profundamente suas relações sociais em função da sazonalidade ( a este respeito e também sobre os Eskimós, ver também Mauss - 1950. Ainda sobre a sazonalidade Eskimó ver também Damas, D. "Characteristics of central Eskimo band structure" in *Contributions to anthropology: band societies* ). Lee (1976) vai mais além afirmando que a organização espacial das sociedades de caçadores-recoletores em geral é em grande medida determinada pela sazonalidade. Deste ponto de vista, segundo a forma de entender o nomadismo deste trabalho, não haveria sociedades nômades entre as de caçadores-recoletores, mas apenas sociedade transumantes. Não obstante, algumas das suas características servirão para exemplificar o modo de vida em movimento.

dirigirmos o olhar para o espaço sedentário. Através da sua aplicação pode compreender-se que ao falar em cangaço de Lampião e a forma como elabora o espaço, como produz território em movimento, não se está confundindo deslocamento com nomadismo, pois não será exatamente o deslocamento que caracterizará o espaço nômade. Peregrinos, traficantes, pastores transumantes, moradores das cidades, enfim, têm o hábito e a necessidade de deslocar-se. Porém a sua relação com o trajeto e com os pontos, sua expectativa diante da viagem, sua velocidade, a importância dada ao ponto (o tipo de importância) serão diferentes nos casos do cangaceiro, no caso do !Kung, do Mbuti, do beduíno e, por que não?, no caso de certos residentes das cidades.

Por meio deste instrumental conceptual pode-se eventualmente interpretar a forma dos nômades relacionarem-se com o território. Crer que o nômade, seja ele pastor, guerreiro ou bandido, está em movimento por problemas técnicos ou tecnológicos é uma tentação à qual alguns pesquisadores não souberam resistir. É bem verdade que existe entre o movimento e a atividade econômica, por assim dizer, uma relação nada desprezível. Aí incluídas as necessidades de neutralizar as pressões ecológicas, ou, por outras palavras, as adaptações ao meio<sup>2</sup>. Porém, trabalhos de campo datados da década dos sessenta mostraram que mesmo o impacto do meio sofre uma “interpretação” por parte das culturas. Veja-se, por exemplo, o caso dos pigmeus Mbuti da floresta do Ituri, descritos por Turnbull (1968). Seu habitat é uma floresta de folhas perenes. No interior desta etnia há dois grupos que se distinguem através da forma pela qual adquirem seus recursos alimentares de fonte animal. Há os caçadores com rede, cuja forma de caçar é cooperativa, e os arqueiros, cuja forma de caçar é individual. Aos primeiros a forma cooperativa de apreensão de alimentos impõe a formação de aglomerados maiores; enquanto que os últimos vivem em pequenos bandos. O ambiente que os cerca é bastante estável: floresta plana, pequena variação térmica, chuvas regulares e uniformemente distribuídas ao longo do ano, distribuição dos recursos (animais e vegetais) igualmente uniforme ao longo do ano e abundantes em todo o território. Não há nada, diz Turnbull, “that makes one part of the forest more or less desirable than any other part at any time of the year” (:133). Não seria necessário que os Mbuti se movessem de um lugar para outro; poderiam ser, portanto, sedentários. Além disso, os Mbuti, quer os caçadores com rede, quer os arqueiros, criam no seu ambiente uma sazonalidade fictícia.

---

<sup>2</sup>. Há alguns estudos sobre as relações de adaptação, a procura por recursos, evolução e mobilidade. Sobre isto ver por exemplo Kelly (1983) ou Binford (1990).

Dos doze meses do ano, dois compõem a estação do mel que é vista de maneira oposta por cada um dos grupos. Os caçadores com rede entendem que estes são meses de abundância e devido a isto fragmentam seus grandes bandos em diversos grupos menores já que a cooperação torna-se desnecessária. Há tanta caça, dizem eles, que ela pode ser agarrada com as mãos. Turnbull entende que tal fissão funciona como válvula de escape para as tensões latentes e para as hostilidades abertas no período de agrupamento para caça coletiva. Por seu turno, os arqueiros consideram que a estação do mel é de escassez. Assim, caçam em grandes bandos durante esta época.

Com efeito, verifica-se entre diversos povos de caçadores-recoletores uma mobilidade que vai muito além da exigida pela necessidade material. Isto ocorre entre os !Kung do deserto do Kalahari (Lee, 1968) e entre os Hadza<sup>3</sup>. Mesmo estudos como os de Binford, que privilegiam a adaptação e a procura de recursos, conferem uma significativa importância à leitura que a cultura faz do seu meio e das suas exigências. Binford, tal como Lee o faz no seu estudo sobre os Dobre !Kung (1979), apresenta, no caso dos Anaktuvuk do Alasca, os seguintes dados: no seu território (8 milhas quadradas) há 223 espécies de plantas. no entanto, destas, somente 7 são classificadas como comestíveis (*op. cit.* :133). O que, segundo Binford, produz muito mais mobilidade.

### 1.1. O Ponto e a Linha

Leroi-Gourhan (1969), criou duas categorias espaciais: 1. espaço itinerante e 2. espaço irradiante. Pode-se defini-los da seguinte forma: 1. espaço desprovido de um centro referencial em relação ao qual se dá o deslocamento; 2. espaço governado por um centro gravitacional de repulsão e atração em relação ao qual se dá o deslocamento. O primeiro é dinâmico e “consiste em percorrer o espaço tomando assim consciência dele...”; o outro é estático e “permite, na imobilidade, reconstruir à nossa volta sucessivos círculos que se esbatem progressivamente até os limites do desconhecido.” (:134). A diferença torna-se patente entre a percepção espacial do nômade e do sedentário, do caçador-recoletor e do agricultor: “O nômade caçador-recoletor apercebe-se da superfície do seu território através

---

<sup>3</sup>. Woodburn dá a seguinte explicação para o fenômeno: “The Hadza, like many other nomadic people, value movement highly and individuals and groups move to satisfy the slightest whim (...) Indeed people often find it easier to move to the place where a game animal has been killed than to carry the meat to their camp.”(1968 :106)

dos seus trajetos; o agricultor sedentário constrói o mundo a partir de círculos concêntricos em torno de seu celeiro”. Este traço na organização espacial dos povos agricultores é encontrado por Mircea Eliade, ao longo de sua obra. Este autor, na busca de seus arquétipos mostra uma infinidade de mitologias na quais a simbologia do centro é fundamental. Via de regra, estas mitologias pertencem a sociedades imperiais onde há um centro fixo, local do déspota, que liga os três diferentes domínios da existência e irradiam seu poder. Mas, desde os primeiros escritos sobre a organização espacial das sociedades humanas, a mitologia do centro já aparece bastante sublinhada<sup>4</sup>.

Leroi-Gourhan leva estes dois modos diferentes de se relacionar com o espaço ao registro da percepção: ao espaço itinerante estaria vinculado um sistema sensorio fundamentado na audição e no olfato e no irradiante o sentido privilegiado seria a visão. Todo um sistema social, mítico, artístico, político, etc., estariam vinculados a estes dois tipos de espacialidades. A mitologia dos povos caçadores-recoletores, “comporta essencialmente imagens de trajetos, trajetos de astros, trajetos de heróis organizadores” (:135). As imagens de Lascaux e Niaux foram elaboradas num percurso, num trajeto, por vezes cobrindo superfícies superiores a um quilômetro. A profundidade, ou antes, a perspectiva, a multiplicidade de planos não surgirá senão, segundo Leroi-Gourhan, após ao evento da sedentarização. A agricultura, além de impossibilitar o deslocamento, reivindica a forma celeiro; centro de armazenagem. Todo o deslocamento passa a ser feito em relação a ele. O mesmo se passa conosco nas cidades. No espaço sedentário ou irradiante os pontos são centros de atração ou de repulsão. O que é relevante é que o trajeto é secundário e é posto integralmente a serviço dos pontos centrais em torno dos quais giram as nossas vidas. Situação inteiramente oposta ao que ocorre na espacialização itinerante. Nesta é o ponto que é posto a serviço do trajeto. Foi mostrado há algumas páginas que os caçadores-recoletores tais como os Mbuti, os Hadza e os !Kung, movem-se muito mais do que o exigido pela necessidade de subsistência. Sua intenção ao mover-se não é - ou não é

---

<sup>4</sup>. Durkheim e Mauss (1903): “O centro dos primeiros sistemas da natureza não é o indivíduo; é a sociedade. ela é que se objetiva, e não mais o homem. Nada é mais demonstrativo a este propósito do que a maneira pela qual os índios sioux de certa forma circunscrevem o mundo inteiro nos limites do espaço tribal (...). É em virtude da mesma disposição mental que tantos povos situaram o centro do mundo, ‘o umbigo da terra’, em sua capital política ou religiosa, isto é, lá onde se encontra o centro de sua vida moral” (:444). Veja-se no entanto que certos povos nômades, mesmo que tenham tal concepção das coisas estão desprovidos de um centro moral, político ou religioso. Para citar apenas um exemplo, note-se o caso do povo judeu, na travessia do deserto, que teve de criar um templo portátil que se deslocasse com o próprio povo.

sobretudo - a de atingir um ponto determinado o mais rápido possível. O ponto determinado a atingir serve ele próprio para manter a itinerância derivada de uma organização espacial que se dá no trajeto.

Rassestin (1980) faz uma análise da composição de redes no espaço que coaduna muito bem com a forma irradiante. Segundo ele toda representação espacial, a sua construção imagética, resulta da combinação dos três elementos componentes da sintaxe euclidiana - a saber: o ponto ou momento no plano; a reta ou linha; o plano ou superfície. À representação espacial segue-se uma repartição do espaço que deve ser entendida como a criação de núcleos e redes, ou seja, o seu “*essentiel visible*” (:135). Mas esta representação do espaço já não seria o espaço e sim a “*image de l’espace ou mieux territoire vu/ou vécu. L’espace devenant territoire d’un acteur dès qu’il est pris dans un rapport social de communication*” (:133). Depreende-se sem esforço que a produção territorial em Rassestin relaciona-se intimamente às necessidades de comunicação e assim supõe um sistema sêmico. Creio que tal produção territorial pode ser sintetizada da seguinte forma: o autor entende que grupos e indivíduos ocupam pontos no espaço. Este aspecto torna-se muito mais claro quando Rassestin trabalha a questão da distância posto que “*distância*” supõe lugares e pontos. Uma distância, conforme ele define o termo, é o intervalo entre os pontos e os lugares. Segundo Rassestin, é a distância e a necessidade de interação entre os lugares separados por ela que “*conduit à ces systèmes de maillages, de nœuds et de réseaux qui s’impriment dans l’espace et constituent en quelque sorte le territoire*” (:136).

Creio poder afirmar que toda a tese de Rassestin está fundamentada no problema do ponto. “Ponto”, neste autor, é um equivalente a *ego*, seja ele coletivo ou individual. Segundo Rassestin, todo *ego* é um centro; donde todo ponto é central. Mas também o ponto só pode ser entendido em relação pois que simboliza atores que querem relacionar-se. Ou seja, o ponto supõe redes. Levando em conta que retas e redes servem à interligação destes lugares de poder que são os pontos, o processo de criação de malhas visa evidentemente a apropriação do espaço que é um outro aspecto, contíguo, da territorialização.

Raymond aponta três elementos fundamentais da apropriação do espaço: 1. “*L’appropriation se traduit à travers des objets*”. Estes últimos seriam responsáveis e capazes de uma demarcação espacial; 2. “*C’est également aux objets que la fonction de*

clôture est le plus souvent dévolue...”. Além de demarcadores e definidores, os objetos operariam também um verdadeiro fechamento do espaço; 3. “Le marquage et l’appropriation peuvent également être le fait de groupes qui stationnent et définissent de manière approximative un ‘dehors’ et un ‘dedans’” (:80). O que significa que a apropriação do espaço, sua demarcação, passaria necessariamente por um fechamento que definiria um “dentro”, pertencente, em oposição a um “fora” de seus limites. Esta é aliás uma das características gerais da apropriação do espaço assinaladas por Raymond. Ainda que alguns casos “montrent que l’appropriation d’un espace n’implique pas nécessairement l’institution d’un limite” (:79). É apenas curioso que tais casos sejam referidos neste texto que está fundamentado precisamente na delimitação como elemento da apropriação. Esta, segundo Raymond, implica num processo de criação de limites produtores de interdições a forças exteriores.

A apropriação do espaço em Raymond responde a uma outra questão muito mais geral. Qual seria o conjunto de práticas que confere qualidade a um espaço limitado? Estas qualidades são transferidas desde um lugar pessoal ou coletivo. Ou seja, é um procedimento de identificação do lugar através da diferenciação qualitativa. Esta diferenciação será dada por intermédio do seu processo mais geral: o da demarcação. Como se heterogeneiza o espaço? Dando-lhe, por certo, qualidades: direito-esquerdo; masculino-feminino; puro-impuro; etc. Não se qualifica um espaço que não é nosso, ou melhor, que nos é exterior (a ser não pelo ato de dar-lhe esta qualidade de “exterior”). O “nosso”, o interno, o demarcado é o que sofre a diferenciação qualitativa. O “fora” é qualificado apenas por oposição. Ele não sofre qualificação interna.<sup>5</sup>

No texto de Rassestin e no de Raymond são detectáveis dois elementos fundamentais através dos quais compreende-se amiúde o processo de territorialização ou de organização espacial. O primeiro deles é o esquadramento do espaço que se dá através dos três

---

<sup>5</sup> Veja-se por exemplo o caso da organização do espaço no interior da casa dos Atoni do Timor indonésio, estudada por Cunningham (1964). Sua etnografia revela uma profunda heterogeneização do interior da casa, como também restrições provocadas por esta qualificação na penetração de seus compartimentos por certo tipo de pessoas. A seção interior (*nanan*) é reservada aos agnatas dos moradores; afins e convidados estão restritos ao *ume nanan*, a área total sob o teto. Os convidados não podem entrar aí pela porta. Assim, estão restritos ao *si 'u*, uma espécie de alpendre que a precede. Ali também trabalham os moradores e comem os convidados homens, enquanto as mulheres, bem como os convidados comem no interior. Nota-se então que o espaço não é homogêneo, e que há significados e funções diferentes que lhes são atribuídas. Mas estudos como estes são dirigidos (senão todos, porém a grande maioria), para a organização sedentária do espaço. Muito pouco foi feito sobre a heterogeneização dos nômades em espaço aberto.

elementos da “sintaxe euclidiana”, o qual, segundo penso, está fundamentado na idéia de ponto. O segundo é o fechamento e a compartimentação do espaço com fins delimitadores e de apropriação. Ainda que Raymond afirme que o “processus de marçage peut donc être considéré comme plus général que la constitution d’un territoire fermé...” (:79). Digo isto porque não me parece correto afirmar que, com esta simples frase, Raymond tenha obtido êxito em sua tentativa de livrar-se da noção geral de fechamento do espaço que seu texto transmite. Sua “demarcação” surge antes como um sinônimo do que como uma alternativa a “fechamento”. Creio que para isto efetivamente ocorrer haveria de ser criada uma diferenciação dos conceitos de apropriação e ocupação do espaço. Sendo que este último referir-se-ia a aplicação de limites sem fechamento. Este conceito possibilitaria a proposição de uma produção territorial - uma vez que estipula limites - sem a necessidade que este território seja fechado.

Efetivamente, no que toca às sociedades sedentárias, a tese de Rassestin parece muito bem aplicável. Temos visto de que modo, ao longo da história, as civilizações têm procurado incrementar a aceleração e o melhoramento dos deslocamentos. A criação de núcleos de distribuição comerciais, como são as cidades, estabeleceu a necessidade da produção de uma rede de caminhos tão eficiente quanto possível. Em primeiro lugar, deve-se tomar em conta que a cidade deve manter um intercâmbio com o campo pois ela é “um agrupamento humano cujos habitantes não podem produzir, dentro de seus limites, todo o alimento que necessitam para subsistir” (Toynbee, 1970). Já nos primeiros espaços amuralhados conhecidos e desvendados pela arqueologia tal procedimento foi assumido. O *Tell* de Jericó tinha como fonte de abastecimento um oásis irrigado por um manancial, à distância de um tiro de pedra dos limites da cidade.

Combinada com as necessidades militares, a circulação exigida pelo comércio torna-se um problema para os centros urbanos. Por um lado é necessário proteger, cercar, fechar. Mas é necessário também fazer passar, canalizar, drenar, escoar. As cidades, do ponto de vista militar, devem estar em locais de difícil acesso, preferivelmente no alto de um penhasco. Assim reduz-se a muralha e os custos de sua manutenção. Contudo, sob os aspectos religioso, comercial e mesmo militar<sup>6</sup>, elas devem estar posicionadas em locais de

---

<sup>6</sup>. “L’importance strategique d’une position ne résulte pas de combinaisons plus ou moins hypotétiques mais de la configuration même du pays: ce sera un nœd important de voies de communications, le point de croisement de routes nombreuses ou le confluent de vallées” (Sébastien Vauban, apud Virilio, 1977, :21)

fácil acesso. Água, grão, matéria-prima e homens devem chegar às portas das muralhas sem enfrentar grandes obstáculos.

É bem verdade que mesmo no trajeto entendido como “distância”, por vezes existe a necessidade da criação de pontos de suporte. Segundo Beaujeu-Garnier e Chabot (*op. cit.*:126), havia um problema de ordem logística relativa às locomotivas à vapor. Elas não tinham autonomia suficiente para andar mais de 200 km sem se abastecer de água, carvão e substituir o pessoal. Por isso tornava-se mais rápido e eficaz trocar de locomotiva; o que era feito em cidades intermediárias criadas precisamente como garagens de locomotivas. Estas cidades postos (ou *villes-relais*) situavam-se ao longo da trajetória entre dois pontos importantes. Este foi o caso de Migennes, aldeia que rapidamente transformou-se numa cidade de cerca de 6 mil habitantes pelo fato de estar situada num ponto estrategicamente importante entre Paris e Dijon. Cidades criadas à partir da necessidade de circulação comercial e humana, tiveram de ampliar seus quadros de mecânicos, burocratas, etc. Mas foram condenadas ao desaparecimento com a introdução do *diesel* e com a eletrificação das redes ferroviárias.

Nota-se então que a viagem-distância, ou seja, a que é típica do sedentário (que põe a reta a serviço do ponto) pode também criar pontos sobre o trajeto que estejam a seu serviço. Dito de outra forma, há no interior do trajeto sedentário, caso haja necessidades, criação de pontos de sustentação do trajeto. Porém o objetivo das viagens é sempre o de atingir o mais rápido possível o ponto de chegada. Nada melhor para mostrar tal tendência do que o fato mesmo da desaparecimento das *villes-relais* desde que o diesel substituiu o carvão.

A viagem sedentária é sempre um intervalo que separa dois pontos, o trajeto é uma dificuldade a superar. Não há frase que expresse melhor esta idéia do que a que Heine escreveu em 1843:

“Par les chemins de fer l’espace est anéanti, et il ne nous reste plus que le Temps. Si nous avons seulement assez d’argent pour tuer aussi ce dernier d’une façon convenable!”  
(Virilio, 1976 :259)

Das rotas comerciais ao *cyberspace* não há diferença de natureza, apenas de grau. Uma vez liberada dos freios característicos da civilização pré-revolução industrial<sup>7</sup>, pudemos ter acesso à simultaneidade já sonhada por Heine. Segundo diz Virilio:

“Já não habitamos mais o estacionamento (cidade como grandes áreas de estacionamento para populações), habitamos o ‘tempo’ gasto mudando de lugar, o tempo da viagem. O que estamos observando a nível do planejamento urbano já foi observado a nível de bairros específicos, de indivíduos, até mesmo o fato de estarmos à mercê dos telefonemas. (Virilio, 1983 :62)

Se a idade do acelerador, como chama Virilio, começa por facultar o deslocamento e a velocidade, a necessidade de velocidade vai-nos condenando ao catatonismo resultante da possibilidade eletrônica da ubiqüidade. Depois da distância-espaco, ou seja o dia de marcha, da distância-tempo, o quilômetro por hora e da distância-velocidade, medida em relação à velocidade do som, estamos chegando à ausência de distância, apanágio das sociedades de controle.<sup>8</sup> Sobre esta imobilidade proximamente futura, eis o que diz Virilio:

“A proximidade do mundo será tal que a ‘automobilidade’ não será mais necessária. Isso já está acontecendo através da velocidade dos audiovisuais, com teleconferências e debates televisionados. Quando a mobilidade física igualar as performances da mobilidade eletrônica, estaremos diante de uma inaudita situação de permutabilidade de lugares. Com efeito, este é o projeto atual. Esta situação era impensável algumas gerações passadas...” (id. :64)

Imóvel ou não, a rede de telecomunicações está estabelecida segundo os mesmos padrões das redes e nós, teorizados por Rassestin. Uma mensagem tem sempre o seu ponto de chegada e seu ponto de partida. E apesar das ramificações e desvios que possa tomar, a mensagem eletrônica é um móvel numa reta, que parte de um *ego* para atingir a um outro.

Para que se possa entender o espaco nômade, no qual, tendencialmente, inclui-se o cangaceiro, é necessário que, em primeiro lugar, adote-se a noção de espaco itinerante de Leroi-Gourhan e, em segundo, inverta-se a sintaxe euclidiana de Rassestin. Ao invés de entender a reta como algo que está a serviço de dois ou mais pontos que querem

---

<sup>7</sup>. “Em geral, até o século XIX, não havia produção de velocidade. Podia-se produzir freios por meios de muralhas, da lei, das normas, interdições, etc. Podia-se freiar usando todo tipo de obstáculos. (Não é por acaso que a sociedade antiga era uma sociedade de sucessivos obstáculos ao nível do povo, da moral, da definição territorial; fossem eles os muros da cidade, os impostos, os sistemas fortificados da Nação-Estado) (...). E então, repentinamente, há a grande revolução, que outros denominaram Revolução Industrial ou Revolução dos Transportes. ‘Eu’ a chamo revolução ‘dromocrática’, pois o que foi inventado não era somente o que tem sido dito, a possibilidade de multiplicar objetos similares (o que, em meu entender, é uma visão completamente limitada), mas sobretudo um meio de fabricar velocidade com o motor a vapor, e depois com o motor a explosão. E assim pode-se passar da idade do freio à idade do acelerador. Em outras palavras, o poder será investido na própria aceleração. (Virilio, 1983 :50-51)

<sup>8</sup>. Sobre as sociedades de controle ver: Deleuze, G., “Sur les Sociétés de Contrôle”, L’Autre Journal, nº 1, maio de 1990 ou in Deleuze, G., *Pourparlers*, Paris, Minuit, 1990

relacionar-se, ao invés de entender a reta como o meio através do qual dois ou mais pontos procuram superar uma dificuldade, entender-se-á o ponto como meio através do qual uma reta perpetua o seu trajeto. Por outras palavras, a reta ou o trajeto, será entendido em si mesmo por meio de sua positividade. A viagem já não será entendida como forma de superar uma distância, mas como forma de organizar o espaço. De outra forma, não se poderia perceber o motivo que leva os Hadza a partirem e desmobilizar seus acampamentos em busca da caça morta ao invés de trazerem-na ao seu centro irradiante. Não se compreenderia como os beduínos do deserto do sul da Arábia preenchem seu território de pontos fugidios e cambiantes como são as vegetações rizomáticas que nascem esporadicamente segundo as chuvas de curta duração que as fazem brotar. Transformar-se-ia, enfim, a vida do nômade numa busca sem fim por algo que ele jamais poderia ter: um local fixo de residência.

Há ainda que ressaltar que tanto no espaço nômade quanto no sedentário (ou liso e estriado, respectivamente, e a respeito dos quais falarei adiante em 3.2) há pontos, linhas e superfícies. Ou seja, quer num, quer noutro estão presentes os três sintagmas da sintaxe euclidiana de que fala Rassestin. Apenas que no espaço estriado as linhas e a superfície estão subordinadas aos pontos. No espaço liso a linha “é um vetor, uma direção e não uma dimensão ou uma determinação métrica” (Deleuze e Guattari, 1980 :487).

## 1.2. O Território

Tomando-se em conta o cangaço como um todo e particularmente o cangaço de Lampião, talvez o problema do território seja o mais complicado e a noção de mais difícil elaboração. Cabe a este propósito uma breve discussão a respeito daquilo que poderia ser chamado “território”.

Na generalidade dos casos, a noção de território está vinculada à apropriação e à noção de identidade. Para Mauss, por exemplo, território é o espaço no qual um dado grupo reconhece a sua identidade. Tal reconhecimento implica também um fechamento do espaço e uma relação de pertença. Para Piveteau a territorialidade é “l’interaction de leurs représentations et de leurs comportements dans leur relation à l’espace (...) L’espace auquel ils donnent un sens - un sens utilitaire, un sens émotif...” (:26-27). Ao espaço desta forma heterogeneizado no qual habita um determinado grupo são conferidos não somente

direitos de propriedade, mas também (e talvez sobretudo) sentimentos e afetos. Desta perspectiva o território é fechado e sua representação de clausura fica clara àqueles que lhe são exteriores, ou seja, aos estrangeiros.

O grande problema causado, no que toca a este trabalho, para a compreensão do processo de produção de território no cangaço de Lampião, deriva da tendência do estudo da Antropologia do Espaço. Em sua grande parte, a Antropologia que se debruçou sobre a organização do espaço, preocupou-se com os espaços fechados cujo interior é claramente distinguido através de inúmeros dispositivos simbólicos (e/ou arquitetônicos) do exterior desumanizado e homogêneo. O espaço exterior, quando trabalhado, foi visto desde a perspectiva do interior. Ou seja, o *fora* sempre foi visto como negação de um *dentro* que o recusava e temia-o. Espaço negado, estéril, tórrido ou gélido, espaço não quadriculado, de deserto ou de estepe, “desumanizado”, que no entanto é ocupado, humanizado, heterogeneizado por uma série nada desprezível de sociedades humanas.

Desertos de savana, de gelo ou de areias, todos têm em seu interior uma consistente distribuição de grupos que exploram e defendem o que é seu dos inimigos e compartilham generosamente os recursos que dali extraem com seus aliados<sup>9</sup>. A interpretação deste espaço sempre sofreu interferências de ruídos os quais mergulham na mais alta antiguidade.

Sedentários e nômades, aparentemente, sempre tiveram problemas de compreenderem-se uns aos outros, ao menos no que concerne às suas formas de organizar o espaço. Diante do orgulhoso homem neolítico, detentor de certas regalias da civilização, os grupos nômades apenas pareciam uma pobre gente que não tinha meios para fixar-se e vivia do roubo dos estoques que eles, agricultores sedentários, trabalharam duro para acumular. Herdeiros dos neolíticos, os mesopotâmicos do fim do III milênio com nômades invasores, os Amorreus. Estes Amorreus que marcam o fim de uma civilização, atacando, vaga após vaga a Mesopotâmia e o Egito, são conhecidos pelos mesopotâmicos como os “que não conhecem o trigo” ou os “que não conhecem nem as casas nem as cidades”. (Eliade, 1976 :167).

Por seu turno, os nômades continuam sem entender e seguem negando o modo de vida sedentário. Em sua obra sobre Mongóis e Tártaros, Grousset (1965) mostra que Gengis

---

<sup>9</sup>. Muito embora não tenha a menor pretensão de entrar em tal discussão, talvez os termos “propriedade” e “apropriação” não sejam perfeitamente adequados quando aplicados aos territórios dos povos nômades. Quanto a isto, veja-se os trabalhos sobre caçadores recoletores citados no capítulo 1.

Khan não teve jamais a pretensão de dominar convencionalmente as cidades e as civilizações que conquistou. Para citar apenas um exemplo, nas cidades invadidas e dominadas, situadas às bordas do deserto, a primeira medida tomada pelos nômades invasores era destruir a barreira vegetal plantada pelos citadinos. A questão fundamental não era, segundo Grousset, a conquista da cidade e sim a sua total destruição. Nem sequer o saque dos bens era-lhes interessante. Destruir todos os rastros de cidades e de civilizações, eis o que pretendia Gengis Khan. Tal intenção é fortemente confirmada por estas palavras, transcritas por Maalouf (1983):

“É preciso arrasar todas as cidades”, dizia Gengis Khan, “para que o mundo inteiro se transforme numa imensa estepe onde mães mongóis amamentarão crianças livres e felizes.”  
(:219-220)

Eis aí a proposta civilizadora do nômade: expandir a estepe ou o deserto, aniquilar o espaço esquadrihado das cidades, organizar o espaço segundo a sua perspectiva.

Não há problema grave nesta incompreensão entre nômades e sedentários do ponto de vista científico. O problema começa quando o ponto de vista sedentário domina o cientista e foi isto o que se viu ao longo das explanações de diversas ciências acerca dos nômades. Sempre que o homem neolítico fizer ciência, ou melhor, sempre que a perspectiva do homem neolítico for a do cientista que se debruça sobre os Nômades haverá mal-entendidos. Regresso a um dos mais conceituados estudiosos no que toca aos Mongóis, ou seja, René Grousset. Em suas palavras, embora revelem um profundo e incontestável conhecimento acerca de seu objeto, permanece uma profunda incompreensão a respeito do modo mongól de organizar o espaço, de se produzir território. Grousset trabalha invariavelmente com a noção da falta, como por exemplo nesta passagem:

“Évidemment, les nomades ne concevait pas ce qu’ils pouvaient faire d’une grande ville, la manière de l’utiliser pour la consolidation et l’extension de leur pouvoir. (...) Ils brûlent et tuent, non sans doute par sadisme, mais parce qu’ils sont décontenancés et faute de savoir faire mieux.” (*op. cit.* :290)

Considero haver, entre a interpretação de Grousset e aquela dos mesopotâmios, uma grande proximidade. Exceto pelo fato de que aquele é bastante benevolente com os nômades, considerando que eles não são violentos por sadismo, ambos os vêem como os que não conseguem alcançar a compreensão da vida urbana e da civilização. Enfim, ambos não atribuem nenhuma positividade ao modo de organização espacial dos nômades enquanto tal. Não houve muitos cientistas sociais influenciados pela perspectiva da

organização espacial dos nômades, porém, para que pudesse haver um contrapeso na balança da interpretação das duas formas de produção de território.

No caso do cangaço, como detectar na sua produção espacial a presença de um território no qual houvesse sentimento afetivo, de propriedade e de pertença? E, ainda mais complicado, como encontrar o espaço fechado que segundo boa parte dos autores define o sentimento territorial?

Embora tudo isso esteja de certa forma confundido, e levando em conta a utilidade de trabalhar todas as questões em conjunto, parece útil tentar discernir minimamente os problemas. Antes de tudo a identidade. O problema coloca-se da seguinte forma: é pertinente afirmar que homens provenientes das mais diversas condições, reunidos sob a liderança de um chefe (e eis aqui o que faz deles um grupo) identifiquem-se tendo como referência uma região absolutamente imprecisa em sua demarcação? Questão que já em seu bojo traz uma outra, mais complexa, que será discutida abaixo, a saber, a da demarcação de uma região cangaceira.

Em primeiro lugar, se identidade implica apropriação, a resposta é não. Nada indica que Lampião, ou qualquer outro cangaceiro com suas características considere-se dono do solo onde atua. Os impostos cobrados, os salvos-condutos passados por bandoleiros, não podem ser considerados sintomas de apropriação dada a descontinuidade e irregularidade de sua cobrança ou doação, fruto mesmo do caráter efêmero da presença dos bandos. Muito mais do que apropriar-se do território, Lampião distribuiu, em dado período, os seus homens sobre ele. A identidade entres os homens, caso tenha de fato existido, deveu-se muito mais à relação de homem a homem do que ao território no qual viviam. Todos eram “gente” de Lampião. O vestuário, incluindo aí as modas lançadas pelo chefe, tais como o uso de óculos e cabelos longos, distinguia-os dos demais.

Quanto ao problema da demarcação, pode-se dizer que houve uma região onde Lampião esteve e uma onde ele não esteve, mas talvez isto não baste para defini-la como território. O que seria o território, então, se ele não se confunde com a zona de atuação? Se houve demarcação entre o espaço no qual Lampião esteve e no qual não esteve, a linha demarcatória mais clara é a que separa o interior do litoral. É possível que seja exagerado dizer que Lampião rejeitou o litoral, mas há certos indícios de que isto de fato ocorreu. Mensagens a governadores propondo uma divisão do Nordeste em duas regiões são

freqüentemente apontadas pelos estudiosos do tema. Segundo eles Lampião teria proposto uma espécie partilha da qual seria criado o seu reino, ou seja, o sertão. Que o litoral ficasse sob o encargo das autoridades constituídas.

No seu interior mesmo, a região de ocorrência, ou seja, os sertões dos seis Estados<sup>10</sup>, não apresentava divisões. Tratava-se claramente de um espaço aberto no qual trafegava o bando, durante o período em que este era único, ou os sub-grupos, na fase de atomização em sub-grupos.

A distinção entre espaço aberto e espaço fechado deve ser esclarecida. Ambas as noções são desenvolvidas por Deleuze e Guattari (1980). Entender-se-á por espaço fechado aquele que estiver quadriculado, esquadrinhado; cujos trajetos estejam previamente estabelecidos; no interior do qual existem pontos de partida e pontos de chegada, ligados por estes trajetos, *de onde e para onde* os que se deslocam dirigem-se. O espaço liso, ou aberto é “construído graças a operações locais com mudanças de direção (...) devido à variabilidade da meta ou do ponto a alcançar, como entre os nômades do deserto que vão em direção a uma vegetação local e temporária”, constituindo um espaço liso não dirigido. O espaço privilegiado de esquadrinhamento, ou o espaço fechado por excelência, afirmam os autores, é a cidade. O espaço aberto por excelência, ainda segundo eles, é o mar. No entanto, como observam Deleuze e Guattari, o problema não é tão linear nem tão objetivo. Não é o solo exatamente o que determina as características de um espaço. Se por um lado o mar pode sofrer, como de fato sofre, um processo de esquadrinhamento ou de “estriamento”, a cidade, por seu turno pode sofrer, como de fato sofre, um processo de “alisamento”. Além disso, ao elaborarem os conceitos de espaço liso e espaço estriado, afirmam que, apesar de existir entre eles uma diferença de natureza, em certos casos pode-se dizer que um não existe sem o outro pois “de fato” só existem “graças às combinações entre ambos” (:484). Ou seja, há uma contínua transposição de espaço liso no estriado e vice-versa.

O território cangaceiro pode ser entendido como a região de ocorrência, mas tal identificação seria excessivamente simplificadora uma vez que não há homogeneidade de freqüentação do bando em toda a superfície. Não abandonaria, no entanto, esta idéia

---

<sup>10</sup> Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia e Sergipe, sendo que os dois últimos só foram freqüentados após o anos de 1928. Um sétimo Estado apontado pelos especialistas como constituinte da região de freqüentação é o Rio Grande do Norte. Quanto a mim, o Rio Grande do Norte foi alvo de uma incursão circunstancial, o ataque à cidade de Mossoró em 1927. Por não haver outra referência à presença de Lampião ali, considero-o fora da sua região.

simples: onde Lampião esteve, lá foi o seu território durante este mesmo período. Por exemplo, não é possível dizer-se que o sertão de Pernambuco, em 1929, era território de Lampião. Mas certas zonas de Sergipe e Bahia o eram.

Tendencialmente liso, o espaço cangaceiro não está sujeito aos recortes típicos do espaço sedentário. Não há nele (tendencialmente, repito) os recortes existentes no espaço estriado evidenciadores daquilo que é exterior ou do que é interior. Ordinariamente, no espaço sedentário, sabe-se distinguir a porção de dentro da de fora e há dispositivos claros, como disse, quer arquitetônicos, quer simbólicos.

A preocupação do sedentário com o estriamento do espaço está muito patente no texto de Hartog (1979). Citando o caso do Egito, Hartog afirma que Sesostri, o grande conquistador, teria criado o espaço egípcio. Antes disso, o país era cortado por carros e cavalos, sendo “une sorte d’espace nomade (...) Mais avec lui, chevaux e chairs disparurent, car il fit creuser de nombreux canaux sur tout le territoire”(1140). Sesostri teria criado um espaço estriado no qual passou a haver diversos obstáculos ao movimento fazendo com que este se desse em relação àqueles. Sesostri sedentarizou o espaço. Mas há ainda outra questão concernente ao espaço criado por Sesostri: ele partilhou o solo e deu a cada um um lote igual que comportava um imposto proporcional à propriedade.<sup>11</sup> Como diz Hartog, “on passe d’un espace du parcours à un espace découpé, arpenté, distribué et fiscalisé” (ib.). Característica própria do espaço estriado, no qual a superfície sofre uma delimitação e uma repartição segundo intervalos determinados. No espaço liso existe uma distribuição num espaço aberto, segundo as frequências e o comprimento do trajeto; “nele [espaço liso], a percepção é feita de sintomas e de avaliações antes que de medidas e de propriedades” (Deleuze e Guattari, *op.cit.* :487).

Eis aí a dificuldade que se impõe: delimitar o que por tendência não é delimitado. Segundo o que entendo do espaço cangaceiro, só a frequência pode explicar o território. Ou ainda, é a ausência a melhor forma de detectar um momento no qual uma determinada região é exterior ou interior ao território de Lampião; levando-se em conta que Lampião tende também a ampliar seu território por meio de laço diplomáticos que habilmente tece. Será visto adiante (em 3.2.2) que Lampião recusa-se a abandonar um território e que por isto torna-se cangaceiro. Por outras palavras, Virgulino torna-se Lampião, do ponto de

---

<sup>11</sup> . Uma nova organização espaço é descrita e analisada, para o caso grego, por Jean-Pierre Vernant em *Mito e Pensamento entre os Gregos*

vista espacial, precisamente porque não deseja tornar-se um migrante. Tratar-se-ia de trabalhar a noção de território aberto, em mutação, porém com limites.

Dizia acima que haveria a necessidade de propor uma noção de produção territorial sem que houvesse a necessidade de entender o território como espaço fechado. Tal noção é proposta por Paul-Lévi (1983) sob o nome de limite pelo movimento. O exemplo que fornece é o das Novas Hébridas onde os *Big Men* têm, como característica de seu *status*, toda uma região na qual têm direito e dever de circular. Assim, como coloca Bonne-Maison (apud Paul-Lévi, id.), os *Big Men* à força de pertencerem a todo este imenso território passam a não pertencer a parte alguma<sup>12</sup>. Seu prestígio e poder extrapolam o quadro de seu grupo e seu território circunscrito englobando toda a região o que lhes conferia o direito e de certa forma impunha-lhes o dever da livre circulação. Esta superfície de circulação era preenchida por criações de porcos e mulheres sobre os quais os *Big Men* tinham direitos em cada uma das aldeias onde viviam grupos locais por eles dominados politicamente. Tal mobilidade, afirma ainda Bonnemaison, obrigava a alguns a abandonar as suas casas em suas aldeias de origem.

No caso do cangaço, no qual a mobilidade também é constante, já não se pode dizer que Lampião seja de Vila Bela ou do vale do Pageú. O limite territorial foi alargado até o lugar onde seu poder e influência estendiam-se. Cabendo às forças policiais, incrementadas significativamente por todos aqueles que tinham questões pessoais com ele, a tentativa de reduzi-los. Isto foi efetivamente conseguido em ao menos dois momentos: no período que vai do segundo semestre de 1928 até 1933, no que toca aos Estados localizados acima da margem norte do rio São Francisco, e anteriormente, em 1922, no que toca ao Estado de Alagoas. Por outro lado, se a ação policial tem o poder de cancelar zonas de freqüentação, por outro, será visto, ela empurra o cangaceiro para a ampliação de seu território.

Não se deve confundir, porém, o território com as zonas de freqüentação prolongada ou preferencial, as quais prefiro chamar de *core areas*. Esta noção, utilizada largamente pela primatologia, nesta ciência é definida da seguinte forma:

“If we map all the day ranges for a primate group, we can see the total area of land used over a longer period of time, for exemple, a year. This area of land (or forest) is called *home range*. Often a group uses one part of its home range intensively with only

---

<sup>12</sup>. A respeito de uma situação semelhante, no período merovíngio, ver Duby, *Le Moyen Âge - Adolescence de la Chrétienté Occidentale*

occasional, usually seasonal, forays into other parts. This haevlily used area is called the core area. (Fleagle, 1988 :51)

Tais zonas de freqüentação prolongada são encontradas também em sociedades de caçadores-recoletores. A este respeito, Leroi-Gourhan apresenta a seguinte fórmula: segundo ele, no interior de um território há a “existência de trajetos percorridos periodicamene” (*op. cit.* I :152). Mas este território, de certo modo também sofre um recorte eletivo pois, ainda segundo Leroi-Gourhan, deslocamentos migratórios brutais, mesmo que possíveis, são raros já que “a situação normal é a freqüentação prolongada de um território conhecido nas suas menores possibilidades alimentares” (*ib.*). É bem verdade que quanto a exploração das “menores possibilidades alimentares” Leroi-Gourhan exagera. Trabalhos de campo dos anos 60, já citados, revelam que muito antes de haver esgotamento das espécies classificadas como comestíveis de uma região explorada, os grupos deslocam-se<sup>13</sup>. Não obstante, estes mesmos trabalhos mostram que embora haja mobilidade intensa, ela não costuma ultrapassar certas “fronteiras” e a estas eu designaria como *core areas*<sup>14</sup>.

No caso do cangaço, será mostrado (ver em 3.1.2 e 3.1.3) que tais áreas de freqüentação prolongada existem e não podem ser confundidas com o território pelo simples fato de que este as engloba. A grande diferença da *core area* cangaceira para as dos primatas e dos caçadores-recoletores reside no fato que estas são relativamente fixas enquanto aquela é marcada pela fluidez. Lampião tem a capacidade militar e política, por assim dizer, de produzir novas *core areas* em substituição das que foram perdidas ou bloqueadas.

---

<sup>13</sup>. Talvez a mais completa contabilidade feita a este respeito seja a de Lee (1968).

<sup>14</sup>. Vale citar alguns poucos exemplos: Lee (*id.*) diz que na área dos Dobe !Kung estão localizados oito furos d'água permanentes, sendo que cada um dos acampamentos independentes está associado com um dos furos. cada furo tem em torno de si uma área cujo raio é de cerca de 8 km regularmente explorada em seus recursos animais e vegetais. Entre os Hadza, Woodburn (1968) descobre a utilização do termo *huyeti* que é a designação dada aos que estão vivendo em áreas nas quais não vivem normalmente. Entre os Mbuti, Turnbull (1969), afirma que um bando, formado em geral por 7 a 30 famílias limita o seu movimento a uma área aproximada de 100 milhas quadradas. Entres os Ik, afirma o mesmo autor (*ib.*), o limite é de 10.000 milhas.

## CAPÍTULO 2.

### ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E BANDITISMO

Delinqüência e espacialidade podem ter sua estreita relação verificada nos mais superficiais procedimentos de segurança. Quando, por exemplo, qualquer pessoa pede algum tipo de crédito ou procura um emprego são-lhe requeridos certos dados referenciais, entre eles o endereço. É sempre desconfortável, diante da lei, não se ter uma residência fixa; é sempre fonte de suspeita. Um delinqüente não pode ter residência fixa. E se a tem, não pode revelá-la.

Historicamente, tal fato pode ser verificado. Apenas para citar um exemplo, Geremek (1982) mostra que certas modificações no panorama social da Baixa Idade Média francesa produziram desenraizamentos de alguns segmentos sociais. Eram pessoas que se tornaram incapazes de se reintegrar à nova sociedade tocada por mutações de profissões, de papéis sociais, etc. O fenômeno herético deste mesmo período esteve ligado a estes câmbios, a estes desenraizamentos, às modificações dos laços de parentesco e relações de dependência. Diz Geremek que, segundo o discurso eclesiástico, a arregimentação de hereges era feita nas camadas baixas da sociedade, ou seja, as que sofreram diretamente o processo de não adaptação. Entre outros motivos, esteve diretamente ligada à heresia a mobilidade desta camada da população. Geremek destaca assim dois elementos da relação da mobilidade com a heresia: 1. sensibilização ideológica dos grupos e dos indivíduos que romperam com seu meio social de origem; 2. relação da via de transporte como meio de transmissão de idéias (com efeito, alguns dos grupos instalavam-se na estrada para abordar os viajantes e pregar suas convicções).

Segundo o texto de Geremek, boa parte dos acusados de heresia eram pessoas ligadas ao movimento, fosse por ofício, fosse por falta de ofício:

“Alvare Pelayo (Alvarus Pelagius) qui connaissait directement les hérétiques d’Ombrie et de France constatait au XIV<sup>e</sup> siècle que parmi les berghards prevaiaient les pâtres, les porchers, les charbonniers, les maçons, les maréchaux-ferrants” (:191)

Também no sertão nordestino, no século XIX, por época da seca de 77, a mobilidade ganhou corpo no grosso da população assumindo formas de banditismo. Ao longo da história, foi freqüente a conjugação do caminho para a delinqüência e com o da mobilidade espacial. Do mesmo modo (como o já citado caso de 1877) foi freqüente que o caminho da mobilidade tenha levado os que se movem ao caminho da delinqüência e da pilhagem.

Há ainda um fator que concorre para a mobilidade do sertanejo do século XIX e da primeira metade do XX - período que excede um pouco a competência deste trabalho. Ali, quem deve, por segurança, deve partir. Um agricultor tendo cometido um ato considerado ofensivo, uma morte por exemplo, desprezando-se, bem entendido, os fatores externos a este ato, não pode permanecer onde está a menos que queira ver-se na cadeia ou morto (sendo que esta segunda hipótese sempre pode estender-se a sua família).

Assim, um homem que empunha uma arma e a utiliza, deve estar disposto também a deixar a sua terra, o seu meio de vida. “O homem tornava-se criminoso por motivo de querer ‘lavar a mancha’ de uma humilhação. O criminoso que cai eventualmente na ilegalidade teria de fugir à ação da justiça por não lhe merecer esta a menor confiança. Sendo assim, ia viver uma vida oculta do mundo” (Vidal, 1944 :19). Sua família deve também partir a menos que a situação seja mediada, pelas pessoas competentes, para que nada lhes aconteça.

Esta é a sociedade que deve ser encarada desde o ponto de vista espacial: uma sociedade armada, ao menos em certas zonas como o Pageú das Flores, o vale do Moxotó, Navio, Serra do Umã, no centro-norte de Pernambuco; Cariri, no sul do Ceará; Lavras Diamantinas, centro da Bahia e certas regiões do nordeste deste mesmo Estado. Uma sociedade armada, dizia eu, na qual uma palavra mal interpretada, um gesto incorreto ou inadequado podem modificar radicalmente uma vida, ou por fim a ela.

## 2.1. Organização do Espaço em Alguns Tipos de Banditismo

A presença do banditismo na literatura talvez seja tão antiga quanto ele próprio. A poesia elegíaca dirigida à figura do bandoleiro misturando biografia e imaginação não é privilégio do nosso sertão nordestino e vem, desde há muito, dourando as peripécias de aventureiros salteadores, apaixonando corações de donzelas e seduzindo a mocidade dos

jovens seus contemporâneos. Porém, a par desta poesia e da prosa que lhe segue, passou a existir um interesse propriamente histórico dirigido ao bandoleiro. A princípio puramente biográfico, tal interesse muda de direção e passa a focalizar a importância social do bandido, seja ele urbano ou rural, terrestre ou marítimo.

Não se trata aqui de efetuar uma história daquele tipo de literatura ou deste tipo de interesse da História e de outras Ciências Sociais. Contudo é importante colher deles aquilo que falam acerca da distribuição e organização do espaço dos diversos tipos de atuação dos bandoleiros e salteadores ao longo das latitudes e dos tempos. Longe de procurar esgotar o problema - o que exigiria não uma, mas várias dissertações - tentarei esquematizar alguns tipos de atuação de *foras-da-lei* e sua correspondência espacial.

A figura do salteador de caminhos é a mais ressaltada nos estudos sobre o bandido. Em quase todos os exemplos apresentados pelos diversos autores, desde a antiguidade até o século atual, pode-se encontrar uma relação com o espaço muito semelhante. O território é utilizado pelos bandidos de uma maneira dual ou binária. De um lado há o território de ação e de outro o de abrigo ou esconderijo. Exceção feita ao caso do banditismo de *Manigua*, onde talvez um esteja contido no outro<sup>1</sup>. O banditismo de montanha apresenta, por seu turno, o traço mais marcante de dualidade espacial onde existe sempre um lugar de estacionamento protegido por sua própria natureza ao assédio da repressão. O território de ação, via de regra, são as estradas de mercadorias e a atração cresce na medida em que cresce a importância comercial da estrada em questão:

“Inútil, escreve um florentino em 1567, querer caminhar de Barcelona a Zaragoza (...) Para além de Zaragoza, sim, não entre estas duas cidades (...) Ora, por Barcelona passa uma das mui grandes estradas de Espanha imperial, por ela, Espanha entra em contato com o Mediterrâneo e a Europa” (Braudel, 1949, II :106)

Ortis (1991), agrupando geograficamente as ações dos salteadores de estrada, diz que “de um lado temos os que tinham como cenário a Barra de Andalusia, relacionando com o comércio das Índias...”.

Sobre a montanha, uma das mais fortes oposições à repressão ao banditismo, bem como a todas as outras formas de penetração de uma nova forma de civilização Braudel afirma:

<sup>1</sup>. A respeito do banditismo de manigua ver Poumier-Taquechel (1986). Deve notar-se que as denominações banditismo de manigua, de montanha ou de mar, etc, não significam uma determinação das práticas pelo “solo” onde se dão. Não se trata de justificar as práticas por meio de acidentes geográficos e sim apenas de dar a estas práticas uma denominação. Apresento-as assim porque são mais localizadas nestes tipos de “solos”

“É inegável que a vida das regiões baixas e das cidades tem dificuldades em penetrar no mundo das alturas, onde só consegue infiltrar-se a conta-gotas.(...) o regime feudal, como sistema político, social e econômico e como aparelho de justiça, deixou fora da sua área de influência a maior parte das zonas montanhosas, e quando as atingiu só o conseguiu imperfeitamente” (id. I :48)

Ainda para Braudel nas regiões baixas a influência do Estado tem muito maior peso e é nelas onde são encontradas as “sociedades fechadas e opressoras, com cleros prebendados, nobrezas orgulhosas e eficazes aparelhos de justiça” (id. :50). Nas terras altas, diz Braudel, aloja-se o banditismo, “onde as tropas não podem de modo algum atuar com toda a sua força e onde o Estado perde os seus direitos” (id. II :108). Tal situação, encontramos-la presente e vigorosa nos nossos dias, em nossas principais capitais.

A ação do salteador de caminhos então situa-se no exterior de seu território propriamente dito pois o “bandoleirismo surgiu múltiplo e belicoso naqueles finais de século [XVI]. Bandos armados cruzavam em diversos sentidos as montanhas, baixavam à terra plana roubando e saqueando” (Contreros, 1991 :56). Não é a montanha o local perigoso para o estrangeiro porque ali está em paz o bandoleiro que não quer atrair para seu esconderijo a confusão reinante na estrada. A favela carioca, há alguns anos atrás era o retrato mais próximo que esta descrição pode oferecer. Não havia na cidade do Rio de Janeiro lugar mais pacífico, calmo e tranquilo do que uma favela, acima de tudo nas que contavam com a presença de um ponto de venda de drogas.

Mas que não se pense que o único esconderijo escolhido pelo bandido do espaço dual é a montanha. Um lugar conhecido, talvez de sua origem, pode valer-lhe como a montanha. Sobre as condutas da repressão ao banditismo do mediterrâneo do século XVII, conta Braudel:

“Estando os bandidos sempre em ligação com determinada aldeia onde têm os seus parentes e o seu centro de abastecimento, começa-se por sugerir aos ditos parentes que ‘arranjem o remédio’, entenda-se que entreguem o ‘seu’ bandido”(id. II :111)

O mesmo Braudel ressalta a importância das fronteiras como local de circulação segura para os bandoleiros. Ao longo das zonas fronteiriças os bandidos podiam escapar saltando de uma jurisdição à outra impugnando a ação da repressão com as suas próprias armas. Da mesma forma como o fizeram os governos estaduais para reprimir o mesmo estratagema dos bandidos sertanejos, os governos europeus aliaram-se em convênios como por exemplo o de 1572 renovado em 1580 segundo o qual os governos poderiam “perseguir os delinqüentes até seis milhas para além das suas fronteiras” (id. :109). Favorecido pelos

problemas de jurisdição o célebre Diego Corrientes instalou-se em Portugal e visitava a Andalúcia para roubar e traficar cavalos (Quiros e Ardila, 1973 :40). Billy the Kid, segundo Garret, atacava o México e fugia através do Rio Grande para o Texas ou Novo México ou vice-versa ( :40)

Portanto, pode dizer-se que os deslocamentos do salteador de caminhos era de tipo ida e volta. Eles saíam de seu território, agiam e depois retornavam. Ademais, seguiam o fluxo de mercadorias. Logo, situavam-se próximos às estradas e caminhos. Isto aproxima de tal modo o deslocamento dos salteadores daquele dos peregrinos, que os primeiros adotaram a artimanha de disfarçar-se de peregrinos para melhor atuar. De fato, estes últimos tornaram-se uma das principais vítimas dos saqueadores (Crémoux, 1991).

O banditismo do mar, conforme assinala Braudel, funciona da mesma forma. Desde a Antigüidade, encontram-se menções sobre pilhagens aos navios mercantes. Plutarco fala de bandidos que “pouco a pouco, mais e mais longe, põem-se não apenas a atacar os navegadores, mas a rapinar as ilhas e as cidades costeiras (Carrière, s.d.). Estrabão faz referências aos povos do Bósforo, equipados de “frota, e, navegando para atacar navios mercantes...” (ib.). Encontra-se aí a mesma relação espacial dos saqueadores da montanha: atração pelas rotas comerciais e deslocamentos de tipo ida e volta.

Há ainda um outro fator de aproximação entre os dois. Como sua atividade era a pilhagem de mercadorias, eles eram obrigados, em boa parte dos casos, também a ser comerciantes. Corrientes era, como já foi dito, comerciante de cavalos; as dinastias do Bósforo, como diz Estrabão, prestavam assistência aos piratas “pondo à disposição deles lugares de ancoragem, um local de mercado, um meio de expor suas aquisições para vendê-las” (id. :39).

Levando em conta as proteções de que dispõe o bandido salteador, não pode dizer-se que ela restringe-se à montanha. A questão situa-se para além da geografia e do relevo. O problema da montanha centra-se muito mais na sua impenetrabilidade, devido à sua configuração. Impenetrabilidade conseqüente também de outros fatores existentes fora da montanha. Já foram apresentados os casos da fronteira e do lugar de origem. A dualidade espacial está presente por exemplo em bandidos que criam fortalezas e nelas produzem o seu território. É o caso do célebre Jesuíno Brillhante, dos sertões do Rio Grande do Norte.

Situa-se ainda na montanha (Serra do Cajueiro) a famosa “Casa da Pedra”, quartel general de Jesuíno Brilhante que era, em sua época:

“uma fortaleza inexpugnável, quando 8 ou 10 bacamartes lá de cima, barravam 50 rifles cá em baixo. Fôra ali, que o grupo Brilhante conseguira dizimar tropas de muitos contingentes policiais. Em cima, pelas rústicas saídas da fortaleza de granito, os olhos cangaceiros dominavam grandes distâncias, sendo qualquer aproximação dos inimigos, barrada na mira dos bacamartes.” (:42)

Nota-se nesta citação alguns dos aspectos militares de defesa da montanha: visibilidade e impenetrabilidade. Acaso não está aí também presente a lógica da fortaleza? E o que é a fortaleza senão aparelho técnico-militar dos povos sedentarizados? Falar da mobilidade do salteador de caminhos não seria falso, pois que ele move-se de um lugar para outro, de um Estado para outro e por vezes até troca de países. Porém, ela é igual à mobilidade do sedentário que vai do seu trabalho para a sua casa. Pois o sedentário também é móvel já pode fazer longas viagens diárias ou enfim periódicas sem perder os seus pontos fixos de referência.

Sedentários igualmente são os bandidos cujo território de proteção é criado política ou juridicamente. Freyre fala dos coitos portugueses:

“Não faziam esses coitos mistério de sua função protetora de homicidas, adúlteros e servos fugidos, antes proclamavam-na abertamente pela voz dos forais. (...) Tem-se a impressão de que os lugares mal povoados do reino disputavam a concessão do privilégio do coito; e a gente que acoitavam eram, com o grande número de servos fugidos, os celerados de crime e morte e de estupro...” (1933, :20).

O coito<sup>2</sup>, falarei disso adiante, foi (e talvez seja até hoje) uma prática intensiva no Brasil. Nele existia a impenetrabilidade da autoridade em busca do foragido. Tratava-se de um verdadeiro direito ao refúgio político, sendo o coito uma embaixada na qual os algozes do acoitado não poderiam penetrar. A prática era também conhecida na Espanha do século XVI. Em 1586 o vice-rei resolve expulsar de Valência todos os vagabundos que no prazo de três dias não encontrem um senhor. Atitude visivelmente fixadora dos que vagavam pelas ruas da cidade.

Desta mesma forma o acoitado é sedentarizado pela proteção que recebe e conseqüentemente pelo poder ao qual está submisso. No caso do sertão nordestino, entre outro exemplos pode apresentar-se o de Ulysses Liberato. Uma vasta documentação atesta a tradição de proteção de bandidos dos políticos do Cariri e este bandoleiro aproveita-se

---

<sup>2</sup>. Coito, variação de couto (também chamado valhacouto), designa precisamente um local de esconderijo onde um fugitivo da lei pode contar com a proteção de um potentado, em geral o proprietário deste lugar.

disto para ali fundar o seu território propriamente dito.<sup>3</sup> O *Diário de Pernambuco* de março de 1922, noticia que Ulysses atacou o sertão da Paraíba nos municípios do Catolé do Rocha e de Pombal, tendo, segundo o jornal “descido do Ceará”. A mesma notícia afirma que depois dos ataque Ulysses Liberato retornou ao Ceará. Em outros capítulos será visto que os bandoleiros gozavam de muitas regalias naquela região deste Estado. Mais uma vez está-se diante de um bandido de tipo sedentarizado por um poder que lhe é favorável, mas que por outro lado ata em torno de si os deslocamentos do bandido.

De certo modo Lampião usufruiu da proteção derivada da organização dual do espaço. Escolha da montanha, da caatinga deserta e proteção no Ceará foram alguns dos artificios empregues na divisão espacial em território de ação e de esconderijo. Ainda que, será visto, tal interpretação não é muito precisa no caso deste cangaceiro.

A grande novidade deste tipo de cangaço, já sublinhou-o Mello (1983), é a ausência de laços de patronato. Objetivamente falando, Lampião, por exemplo, não trabalha para ninguém, bem como Sinhô Pereira ou Cassimiro Honório e Antonio Silvino. Podiam, sim prestar serviços de forma politicamente autônoma.<sup>4</sup> De outra parte, são abundantes os testemunhos da submissão e da proteção política de bandidos por poderes oficialmente estabelecidos ao longo da história e das latitudes. Tenenti (1961 :3 e 4) afirma que os piratas Uskok, com base principal em Segua, na região de Fiume, no reino da Hungria tinham proteção imperial e eram ajudados pelo Papa, “who saw them as crusaders...”.

A Guerra do Gado no condado de Lincoln iniciada no último quarto do século XIX tinha como interventores de um lado uma aliança entre John S. Chisum, “o Rei do Gado do Novo México”, Alex McSween e John Tunstall e do outro a firma Murphy & Dolan, comerciantes em Lincoln. As condições dos empregados dos boiadeiros americanos pareciam ser muito semelhante às dos nossos pois deveriam, “isto sim, possuir coragem e vontade de lutar pelos seus patrões, mesmo até a morte” (Garret, *op. cit.* :60). Sendo-lhes dispensável habilidades de pecuaristas. Por este motivo a

---

<sup>3</sup>. Além de toda a documentação relativa ao Cariri como zona de segurança para Lampião, ver também, e para um período anterior ao de Lampião, o chamado “pacto dos coronéis” datado de 1911 cuja ata é reproduzida na íntegra por Montenegro (1973 :258-261). O artigo 7 desta ata talvez mereça ser reproduzido aqui: “Cada chefe, a bem da ordem e da moral política, terminará, por completo, a proteção a cangaceiros, não poderão proteje-lo nem consentir que os seus municípios sob que pretexto for os protejam, dando-lhe guarida ou apoio” (:260). Nesta mesma obra há ainda outros testemunhos que atestam a política de proteção a criminosos nesta região do Ceará.

<sup>4</sup>. Uma idéia semelhante já fora lançada em 1969 por Queiroz e desenvolvida posteriormente num artigo interessante. Algumas ligeiras discordâncias serão discutidas no capítulo 3.

“audácia temerária, a pontaria certa e a habilidade sem parar sobre um cavalo tornaram os serviços de the Kid uma aquisição sem preço para as fileiras da facção que os pudesse obter. Como relatado, ele foi contratado por McDaniels, Morton e Baker, que aderiam à causa Murphy-Dolan.” (ib.)

A seqüência dos fatos mostra que, embora vinculado aos serviços de um patrão, o braço armado de Billy estava livre para escolher aquele de quem receberia a sua paga. Insatisfeito com a facção a que servia, the Kid conheceu John Tunstall, líder da oposição, nos fins de 1877, e jurou-lhe fidelidade. E por este motivo passou a ser perseguido por Morton e um bando legalmente armado. Morto Tunstall por estas forças, the Kid junta-se a McSeem, muito envolvido com a guerra, com fins de levar à cabo a vingança sobre o amigo. Com a ascensão William Brady a chefe do condado de Lincoln e sua vinculação à facção de Murphy e Dolan, Billy passou a ver-se encarado como fora-da-lei. Por outras palavras, uma nova realidade espacial o esperava e era exigida pela condição de desprotegido da lei. Assim, the Kid cria um novo território de proteção e centro de informação. É a cidade de San Patricio, no México, na qual “a maioria do mexicanos (...) era amistosa com ele e o mantinha bem informado sobre qualquer movimento que pudesse comprometer sua liberdade” (id. :73). Quando no interior do condado em questão, Billy procurava as montanhas desde onde fazia incursões à planície para roubar cavalos e mulas. Posteriormente estabeleceu um ponto de irradiação, no condado de San Miguel: o Fort Summer.

Além das fortes semelhanças entre esta zona pecuarista dos Estados Unidos e a do sertão nordestino, este relato mostra claramente as implicações espaciais e políticas, da proteção jurídica e da organização espacial. Como exemplo significativo de proteção a bandidos, gostaria de apresentar o ocorrido na Europa dos séculos XIV e XV.<sup>5</sup> Por não poder contar na organização feudal com meios eficazes para manter as guerras contra a Inglaterra, os príncipes do Império e as grandes comunas de Flandres, Felipe o Belo “*établit ces compagnies soldées dont il ne désignait que le chef, celui-ci devant recruter les hommes à sa guise, les equiper, les loger, les régir à son gré*” (*op. cit.* :29). Sua utilização mais importante foi na Guerra dos Cem Anos. Através de juramentos às coroas, estes capitães de companhias tornavam-se bandoleiros oficiais delegados de grandes poderes. Foi o caso de Mérigot, filho do senhor de Marchès e de Noblac, em Limousin junto ao rei da Inglaterra, no século XV. A arregimentação de homens era feita através de convocações

---

<sup>5</sup>. Esta passagem está baseada em Fruck-Brentano, 1904

por cartas ou mensagens, como o fizera o irmão Moriale, nas marchas de Ancona em 1353.

Por este método Moriali

“ne tarda pas à avoir autour de lui quinze cents bassinets e deux mille brigandenes. ‘Ils se mirent, dit Villani, à chevaucher le pays et à le piller. Ils attaquèrent Feltano et y tuèrent cinq cents homens...’ Tel était la terreur que la bande de Moriale inspirait, que les châteaux lui ouvraient spontanément les portes.” (id. :37)

A violência empregue por tais companhias era verdadeiramente espantosa. Veja-se o que diz Fruck-Brentano:

“Briser les dents aux paisans à coups de pierre, leur couper les oreilles e le nez, leur crever les yeux, sont passe-temps. Ils leur tenaient les doigts avec des grésillons et, pour les tenir en haleine ils leur fouttuent jour e nuit. Ils les rangent aussi dans des armoires bien closes (...) Un des plus horribles inventions des bandits était ce qu’ils appellaient l’*Enfer*, une fosse profond était creusée, au fond de laquelle s’alumait un grand feu de bois, et aux que ne voulaient donner *patis*, c’est-à-dire payer rançon, y était précipités pêle-mêle.” (id. 41)

Desta companhia surgiram outras, satélites dela, que agiam e recrutavam-se de acordo com ela. Seus chefes dividiam as tropas em diversos bandos, distribuindo-os sobre o território e conquistando os inimigos.

Companhias como essa de Moriali, contavam no seu efetivo com uma divisão de trabalho. Eram para ela convocados ferradores, seleiros, tanoeiros, costureiros, cirurgiões, cozinheiros, padeiros, etc.; constituindo assim uma verdadeira sociedade autosuficiente. Quanto às formas de arrecadação, as companhias utilizavam as mesmas forma que os Estados: o imposto e o pedágio. Cidades e abadias eram *appâtissées* semanal ou mensalmente, mês vencido. Quanto ao campo, este tinha o seu imposto cobrado sazonalmente. O salvo-conduto era também uma fonte de riqueza nada desprezível. As estradas estavam sobre o seu domínio e os pedágios deveriam ser pagos regularmente. Além disso, não se deve esquecer a função original das companhias, que era a de servir reis e senhores. Seus capitães desconheciam qualquer “lei do passe”, passando livremente de uma facção à outra segundo a ocasião e a melhor oferta.

O poder dos capitães de companhias, na primeira parte da Guerra do Cem Anos, diz Armand de Cervole (apud Fruck-Brentano), atingiu o seu apogeu sob o nome de Archiprêtre, cuja primeira aparição documentada data do ano de 1351 a serviço do rei João com “vingt hommes d’armes et soixante sergents de pied moynant une solde de mille éans d’or” (id. :44). Os métodos de ação eram os mesmos das outras companhias: invasões,

mortes, pilhagens, torturas, raptos por resgate<sup>6</sup>. O poder do Archiprêtre atingiu tamanha proporção que em 1357, diante do anúncio de Inocêncio VI em reduzir o soldo das companhias, revolta-se contra ele e cerca Avignon que capitula. Retirada a excomunhão, o capitão é recebido pelo Papa no palácio para negociar os soldos.

Eis que, então mais uma vez a política relaciona-se intimamente com o espaço. Alugados pelos senhores e reis desprovidas de meios para fazer a guerra estas companhias de guerra adquiriram poder, riqueza e mesmo títulos de nobreza. A tal ponto que muitas de suas atividades eram de sua própria conta. Havia, desde o recrutamento, total autonomia do capitão em sua atividade militar e, no caso do Archiprêtre, mesmo política nas negociações com instâncias superiores. As companhias de bandidos não necessitavam de organização espacial binária, pois não estavam na ilegalidade.

Sua superioridade militar foi patenteada quando do tratado de paz entre as potências em guerra, em 1360. A partir daí as companhias caíram, por assim dizer, no desemprego. Porém não havia forças reais para tirá-los dos castelos que haviam ocupado e só a peso de ouro aceitavam sair.

O desemprego, no entanto gerou um outro problema, muitas vezes acusado em situações similares. Fora da atividade militar submetida a um poder disciplinador como é o do exército e como era o dos capitães de companhias, os bandoleiros espalharam-se pela França em pequenos bandos. Seu objetivo, a pura pilhagem, sendo apenas detidos a partir de 1365.

\* \* \*

Ainda uma palavra sobre formas de organização espacial do banditismo. Existe uma espécie de transumância num tipo especial de pilhagem. Segundo foi visto logo acima, as companhias de bandoleiros da época da Guerra dos Cem Anos cobravam sazonalmente os impostos das comunidades camponesas. Hobsbawm (1969), quando fala do recrutamento de bandidos rurais, afirma que

“Para um camponês adulto, tornar-se bandido não é impossível, mas de todo modo muito difícil, tanto mais que o ciclo anual do banditismo segue o mesmo ritmo do da

---

<sup>6</sup> Os raptos por resgate eram, como se sabe uma atividade dos nobres medievais. Lembre-se, por exemplo, que Ricardo Coração de Leão fora cativo dos escandinavos e que João estaria tentando obter a quantia através da cobrança de altos impostos. Para uma explanação bastante clara dos torneios e do resgate na Idade Média ver Duby: *Guillaume le Maréchal ou La Mémoire Chevaleresque*, Paris, Artheme Fayard.

agricultura, quer dizer, acelera na primavera e no verão e faz-se lento na estação morte e no tempo de neve.” (:22-23)

O cinema japonês através da obra de Akira Kurosawa tornou visível o drama das comunidades camponesas diante do problema do saque sazonal das colheitas. O bando que afligia os agricultores chegava sempre logo após as colheitas e levava tudo o que possuíam, deixando apenas o necessário para que dessem seguimento às suas atividades no ano seguinte. Transumância de pilhagens, esta forma de atuação obriga o bandido a organizar o seu espaço da mesma forma como o faz o pastor com o seu rebanho. Tudo se passa como no caso dos salteadores de caminhos. Ambos, salteadores e bandidos transumantes têm de seguir um norteador de movimento ou de organizar o seu espaço, enfim, segundo algo exterior ao bando mesmo. Estes perseguem as colheitas enquanto aqueles, os fluxos de mercadorias e de riquezas. Os primeiros estão inexoravelmente atados às estradas que são o meio condutor do comércio, sua condição básica de existência. Os últimos não podem desligar-se das atividades econômicas dos camponeses.

Posto tudo isto, cumpre tão somente concluir aproximando espacialmente todas estas formas de organizar o espaço. Todos os tipos de banditismo estudados aqui, têm um centro de irradiação determinando o seu movimento. Não pode ser esquecido o traço fundamental do grupo bandoleiro que é precisamente o movimento. Não obstante à sua faculdade de mover sempre e muito, não se pode inclui-los sob a classificação de nômades, segundo a definição aqui estabelecida do conceito. Salteadores, transumantes, acoitados, *desperados* e mesmo as companhias de bandoleiros, todos tiveram continuamente os seus centros a partir dos quais agiam, onde se protegiam.

## 2.2. O espaço e o Político nos Homens de Armas do Sertão Nordestino

Há alguns parágrafos acima falava de dois tipos de conseqüências possivelmente resultantes de um crime no sertão nordestino: 1. modificação da vida do agente; 2. sua morte. Deixo de lado a segunda possibilidade e dirijo-me à primeira. Ao contrário de uma hipótese, tomo emprestado um caso real do qual surgiu uma grande modificação, tanto espacial quanto jurídica, no modo de vida de uma família. Por motivos metodológicos retiro provisoriamente os nomes dos intervenientes, pois assim posso apresentar o caso como exemplo de um fato recorrente no sertão de Pernambuco e não como mero texto

biográfico, como vem sendo feito geralmente na literatura que lhe diz respeito. Ou seja, está em jogo muito mais sociologia do que biografia.

Temos dois vizinhos minifundiários no sertão de Pernambuco. Ambos dedicam-se virtualmente às mesmas atividades econômicas, ambos aproximadamente do mesmo porte, um deles um pouco mais forte política e economicamente; certos signos, como a existência de um homem de segurança, indicam-no. Têm sua criação, algum gado. Vendem-no, aproveitam-lhe o couro, bebem-lhe o leite, etc. Se um deles tem um *cabra*, o outro tem três filhos que são, como se diria ali, rapazes dispostos, no interior de sua prole um pouco maior.

Um dia o mais forte diz encontrar alguns bodes seus sem chocalhos, ou com os chocalhos amassados, ou descobre bodes seus desaparecidos na criação do vizinho. No momento a precisão do fato não é importante pois, como disse, trata-se de um exemplo e não de uma descrição biográfica. Acusa o outro publicamente com o pior dos nomes: ladrão. Honra manchada, medidas serão sempre tomadas. Emboscadas, tentativas de morte nas veredas, de parte a parte. Sem grandes resoluções no campo da batalha e da trincheira, o caso vai parar na justiça. Os filhos de uma das partes são indiciados, mas isto nada colabora para a dissolução do problema. Entram, então, em cena, os mediadores e acordase que os ligeiramente mais fracos deverão ir para outro município. Haverá também uma demarcação territorial. Estes últimos estão a partir de agora proibidos de visitar o antigo município e os outros não poderão ir ao município para aonde mudaram-se seus inimigos.

Eis aí uma primeira, porém leve modificação espacial, digamos, uma simples mudança, que no entanto não deixa de ser uma migração. O acordo territorial foi rompido. Há também o crescimento do poderio daquele que era ligeiramente mais forte pois casa-se com a filha de um poderoso local: nova guerra. Esta querela provoca agora uma mudança radical. A situação tornou-se insuportável para os migrantes. Sua honorabilidade, seu espírito bélico não podem suportar tanta desfeita. Além das ofensas dirigidas sob a forma de dúvidas à sua honestidade, invadem-lhes os domínios. Dois dos irmãos passam a juntarse a pequenos bandos que saqueiam as redondezas. Segunda modificação, mais profunda, porém ainda vinculada à anterior, sedentária. Assim, a família muda-se de Estado.

Por fim a oportunidade de ligação a um bando maior, chefiado por um grande cangaceiro, de uma família poderosa, ligada de certa forma à dos rapazes, cujos inimigos

eram os mesmos. Penúltima modificação: entrada para o cangaço, desfazem-se os laços residenciais quase completamente.

Para contar o passo a seguir é necessário revelar os intervenientes da história que os leitores mais íntimos do tema já há muito descortinaram. Trata-se do relato muito resumido e impreciso da querela dos Ferreira, núcleo familiar de Lampião, com Zé Saturnino da Pedreira ou José Alves de Barros.<sup>7</sup> Na seqüência então, Lampião assume a chefia do bando e ocorre a derradeira modificação espacial: desvincula-se dos alvos preferenciais ao assumir uma postura diferente daquela de Sinhô Pereira relativamente ao cangaço, como mostrarei adiante.

Da mesma forma como ocorreu com Lampião, esta história recorrente dá-se com um sem-número de sertanejos que recorrem à proteção de uma instância que lhe seja superior. “José Antonio” da Paraíba, “matou três homens por ver um padre desacatado”, mas foi perdoado depois de anos por Pedro II. “Joaquim Ferreira”, do Pajeú, “foi emboscado pela família de uma moça que, dizia-se sem provas, ter sido desonrada por ele. Matou dois homens e teve que sair para o cangaço” (Vidal, *op. cit.*:64-5).

Se não é ao cangaceiro que o sertanejo procurará, será ao coronel ou ao beato, mas sempre será uma procura de proteção dupla: proteção política, na qual recorre-se a alguém a quem dedicar sua vida, sua fidelidade, sua honra existindo implícita na relação uma *décalage* de forças na qual o protegido é inferior e deve algo ao protetor e deve prestar-lhe serviços. Proteção jurídica, na qual o fugitivo pede auxílio legal ou territorial e do mesmo modo passa a dever algo ao protetor pondo-se assim em posição de inferioridade. Tudo isso sem esquecer que este quadro de inferioridade pode ser mitigado ao longo do tempo através de competência, sinceridade e fidelidade.<sup>8</sup>

Mello (1985) apresenta seis definições para os homens de armas no sertão nordestino: 1. Valentão; 2. Cabra; 3. Capanga; 4. Pistoleiro; 5. Jagunço; 6. Cangaceiro.

A definição de *cabra* é a que mais nos interessa no momento pelo caráter espacial que apresenta conjugado com seu aspecto político:

---

<sup>7</sup>. Existe uma grande quantidade de obras que relatam este episódio em suas diversas versões, e.g.: Oliveira, Ferraz, Prata, Rodrigues de Carvalho, Maciel, etc.

<sup>8</sup>. A inclusão do beato aqui não é simples. O que pretende o sertanejo que busca a cidade santa? Proteção de um mundo que só lhe agride; proteção de um mundo condenado no momento do juízo final, no que se resume basicamente à proteção religiosa; entre outras coisas. No que toca à primeira das duas proteções já estão aí incluídas a proteção política e a jurídica.

“...o homem de armas que possui patrão ou chefe, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva. Se na sua atuação há uma predominância do aspecto defensivo, da chamada guarda-costas, nos trabalhos de cobertura pessoal ao chefe, passa a receber, via de regra a denominação de capanga” (:22)

Quer dizer, o cabra está à mercê das ordens de seu chefe, o que significa que sua mobilidade no espaço está determinada pelos interesses deste último. Mello afirma que sua função é eminentemente ofensiva: defendem antes os capangas ou guarda costas, que são homens de ação mais individual ou isolada. O cabra é homem de bandos que podem chegar a um contingente de mais de mil homens. Foi o que ocorreu nas Lavras de Horácio de Mattos, por exemplo, por época da intervenção federal na Bahia (Morais, 1973 : 98 ss.) ou com a guerra empreendida por Juazeiro contra o governador Franco Rabello em 1914:

“O Padre e o Doutor, entretanto, foram realmente os homens que decidiram a queda, pelas armas, do Coronel Franco Rabello. Nenhum jagunço se levantaria contra governamental sem o consentimento do Padre Cícero.” (Macedo, 1970:128)

Neste episódio, após defenderem Juazeiro contra as tropas estaduais, os cabras, ou jagunços do padre Cícero e do Dr. Floro Bartolomeu, ganharam a estrada cometendo saques, invasões a cidades até atingirem a capital para deporem o próprio governador.

Sem apoio, a princípio, de Pinheiro Machado, no tocante à intervenção federal, Floro assume posição defensiva. Por isso, por ordem do padre, que aceitara o conselho tático de Antonio Villanova, veterano participante da guerra de Canudos, abre-se o *valado* de nove quilômetros de comprimento chamado “círculo da mãe das Dores” (id, 72). O valado, ou seja, a trincheira construída em torno da cidade, mostra bem que a técnica de guerra adequa-se perfeitamente à organização espacial sedentária. Trata-se de defender um espaço fechado no interior do qual vivem os beatos e os jagunços.

Porém, com os primeiros indícios de vitória a estratégia se modifica:

“Marcharam os jagunços de Floro para Fortaleza ostentando trajes berrantes especialmente os de côr vermelha. Atrás dessas colunas de cangaceiros caminhava a eterna multidão de homens, mulheres e crianças, na expectativa de saques” (id. :134).

Se a viagem Juazeiro-Fortaleza esteve, no trajeto, sob o poder e a decisão da multidão é incerto, tal fato, porém, não é impossível. Seguro, contudo, é que o ponto de partida e o ponto de chegada foram estabelecidos por centros de poder exteriores à turba em movimento. Marechal Hermes, Pinheiro Machado e as duas cabeças de Juazeiro não determinaram a marcha no seu intervalo - o trajeto, que para eles era apenas uma distância a cumprir, foi povoado pelos que estavam na guerra e que fizeram dele o seu território,

ocupando-o. Determinaram, sim, os pontos sobre o plano a serem atingidos como finalidade do movimento militar - questão estratégica, desligada da tática.

Mello (*op. cit.*), como se vê acima, distingue os cabras dos jagunços: para ele, ao contrário do cabra, que se o chefe está em paz põe uma roça e se faz guerreiro em potencial, o jagunço é

“um profissional que escolheu o ofício das armas como meio de vida e não deseja fazer outra coisa. Encerrada uma questão em que esteve envolvido, despede-se do patrão (...) e vai oferecer suas armas a quem estiver em litígio (...) Para o jagunço a noção de chefe não tem o sentido personalizado e específico que se pode surpreender na visão do cabra.” (id. :26-7).

Distinção proveitosa que possibilita também distinções espaciais. Macedo não diferencia jagunço de cabra ou mesmo de cangaceiro:

“Cangaceiros e beatos que eram, por vezes, homens de trabalho, não apenas vagabundos, a serviço do rifle e da oração. Como Zé Pedro e seus irmãos numerosos, que lavravam mandioca, negociavam cereais, eram carpinteiros, sapateiros, ferreiros, vivendo com certa prosperidade, mas embora pacatos, eram *homens decididos*.” (*op. cit.* :37)

Mas note-se que na definição de Mello está contida a possibilidade de discernir as relações político-espaciais entre cabras e jagunços. Os jagunços, diz ele, não têm um único chefe. O que é o mesmo que dizer que são “armas de aluguel”, que estabelecem centro de gravitação e que os abandonam após seu serviço ali perder a validade. Também devem, por isso mesmo, ter suas relações de poder diferenciadas pois não estão senão provisoriamente postos a serviço de seu patrão militar. Ao mesmo tempo jamais haverão de atingir, junto a este último, o prestígio como tampouco terão reconhecimento e gratidão. Estabelecida sobre bases monetárias, recompensada com dinheiro, remunerada, esta relação não pode gerar no chefe a mesma confiança que é apanágio daquela com o cabra. Esta última, fortalecida muitas vezes com o apadrinhamento de um filho ou de um casamento, é verdadeiramente confiável.

Mas se o cabra, como o define Mello, está garantido por laços até de parentesco, por outro lado está confinado ao poder de seu patrão, às suas exigências e às suas proibições. De uma certa forma a sua arma não lhe pertence. O cabra deve pedir a permissão de seu patrão quando se lhe for apresentada a possibilidade de agir por conta própria, quando surgir a proposta de uma empreitada. E a decisão estará vinculada às alianças políticas do chefe. “Ganhe seu dinheiro”; ou então : “... é melhor você não ganhar esse dinheiro. Deixe elle criar seus filhos” (Oliveira. 1920 :104). Ganhar ou não um dinheiro extra, é uma questão de

“contra quem” a ação deverá cumprir-se. Quer dizer, mesmo quando age por conta própria, política e espacialmente a mobilização do cabra é ancorada aos interesses daquele que o “possui”.<sup>9</sup> No caso do desligamento por permissão, a desconexão é sempre temporária e relativa ao centro que o atrai. O cabra, como o entende Mello sempre, mesmo agindo por conta própria, orbita em torno de um eixo.

Esta “posse” é apanágio da sociedade pastoral nordestina. Ali o homem só, desamparado não tem boa sorte no convívio rude com os demais. É o que diz Costa Pinto (s/d), ainda sobre o tempo da colonização:

“Que vale sozinho o indivíduo, num ambiente em que a força desabusada constitui lei suprema? Agredido, perseguido, oprimido, como há de ele contar, no deserto que o insula, com a proteção que, mesmo nos vilarejos policiados da colônia, é frouxa e duvidosa? E como esperar o auxílio de estranhos, se deles está separado por léguas e léguas de sertão, ou moralmente distanciado por dissídios e rivalidades? Para não sucumbir, tem de congregar-se aos que lhe são vizinhos pelo interesse e pelo sangue.” (:30)

O pequeno proprietário, desprotegido, é presa fácil de inimigos vizinhos desejosos de apropriar-se de suas terras, desrespeitar suas mulheres, acusá-lo irresponsavelmente, etc. A ligação entre menos e mais poderosos é necessária para ambas as partes e está fundada numa relação de prestações na qual muitos favores são prestados aos menores. Leal (1975) apresenta uma longa lista destes favores cujo sentido se fazia do coronel para seus protegidos:

"arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter créditos em casas comerciais; contratar advogados; influenciar jurados; estimular e preparar testemunhas; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filhos ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caseiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar em casos de descaminho de menores .." (nota 34, :38)

O coronel Jerônimo Ribeiro de Uauá acrescenta alguns favores a esta lista e justifica os cuidados que tem com seus homens:

---

<sup>9</sup>. Note-se que Ferraz fala de homens como Miguel dos Anjos da Serra Uman, onde fazia o seu quartel general, cujos subordinados não só agiam por conta própria como também eram contratados como mercenários em outras empreitadas. Neste caso específico temos que espacialmente os homens de Miguel dos Anjos não organizavam de forma itinerante o seu espaço apesar de se desvincularem momentaneamente de seu chefe. Mesmo em casos como os homens de Cajui, se eventualmente faziam o mesmo, deve-se salientar que persiste a existência de um eixo ou centro de gravitação em relação ao qual se dá o movimento. No caso dos homens de Miguel dos Anjos é a serra Uman onde, como diz Ferraz, corria a lenda que nenhum homem poderia efetuar a sua captura. As tentativas de invasão como a de 1927 comandada por Manuel Netto demonstram que tratava-se mesmo de um espaço militar que, dado o relevo, funcionava na forma de fortaleza; o que é o mesmo que dizer espaço militar irradiante. (: 36-7)

“Se ele trabalha com o criatório, especificamente com o gado, o meu vaqueiro, nasce quatro cabeças ele tem uma, quer dizer, ele tem 25% líquido. Tem a casa pra morar, tem a água, tem o remédio, e tem a ajuda [...] no fim de cada sexta-feira[...] alimentação por exemplo, hoje eu comprei pra ele 22 pacotes de massa de milho (pra passar o mês), seis pacotes de café, 5 latas de óleo, 4 quilos de arroz, 4 pacotes de macarrão, soja, macarrão, sabão, sabão em pó, detergente, bombril. Pra ele e pra família, só que a família dele toda trabalha pra mim e ele tem que ter essa compensação. E assim quase todos os outros fazem.

Cumpadre [do vaqueiro]; cumpadre Zé Ramos ... Aí isso estreita mais ainda os laços de amizade. O padrinho, e é da formação da nossa civilização [...] a civilização do pastoreio... Era mais humana a civilização do pastoreio [em comparação com a dos engenhos]. Na edificação dos currais, então tinha aqueles empregados [...] se tornavam um amigo...”<sup>10</sup>

Mas havia também os homens especializados em formar exércitos de cabras e alugá-los para a atuação em querelas entre potentados locais. É de homens como esses e de seus seguidores que falam Jerônimo Ribeiro e José Ramos:

“[Jerônimo]: - às vezes tinha esses caras dispostos e havia fazendeiros que tinham negócio com outro e mandava contratar. [José Ramos]: - Não era pistoleiro, tinha chefe de jagunço Eles tinham armas. Aí foi muito antes de Lampião. Tinha o Zé Pires, de Chorrochó, tinha Evaldo Pires, tinha o Cajuí ali do Jaguarari. [Jerônimo]: - Antonio Cajui [que depois se juntou às volantes para perseguir Lampião]. Ele deu um tiroteio na fazenda Riachoelo e vendeu[...] alguma coisa relativa a um certo Machadinho que era contratado e morreu num combate contra Lampião. [Antonio Cajui] anteriormente era homem que dispunha de um número de homens para qualquer eventualidade. Ele se contratava pra vim defender uma parte. Uma dessas partes... ele fazia esses serviços praticamente como um profissional.

[José Ramos]: - O João Pele teve uma encrenca com outro fazendeiro daí mesmo. Então ele arranjou uns jagunços pra casa dele pra garantir e os outro foram buscar o Cajuí.”

Mais uma vez a situação política e espacial do cabra está indissociavelmente atada a de seu chefe. Só que nesse tipo de luta armada acopla-se também o interesse econômico puro e simples.

O território de Cajuí era ocupado de forma irradiante:

“Antonio Cajuí *morava* no município de Jaguarari. Ele não chegava a ser um bandido; ele tinha homens assim que se prestavam a esse trabalho. Ele não ia matar ninguém, não ia roubar fazendeiro; ele mantinha [...] como se fosse um destacamento militar. [José Ramos]: - Não ia matar nem roubar ninguém, só nas missão que era chamado.”

Na guerra de João Félix contra Martinha, Cajuí foi contratado por esta última. Sendo vencido Félix, Cajuí levou toda a sua criação como botim de guerra.

[José Ramos]: - Recebeu o dinheiro do trabalho dele. [Jerônimo]: - Ele tinha terra. [Como ele tinham muitos] [José Ramos]: - Tinha o Frankilin, em Pilão Arcado, o Chico Leóba. Agora não roubavam ninguém nem assaltavam...”<sup>11</sup>

<sup>10</sup>. Entrevista concedida pelo coronel Jerônimo Ribeiro e pelo Sargento José Ramos em Uauá (BA)

<sup>11</sup>. *ibidem*. O sublinhado em “morava” é meu.

Quanto à “cabroeira”, ela era composta de pessoas que iam aparecendo na fazenda e ele ia contratando. Pessoas de confiança. “Trabalhava na terra”, diz José Ramos. “Voltava cada qual ia cuidar da sua vida.” Um fazendeiro podia usar um morador ou agregado para estes serviços? - “Quase todos...”, diz Jerônimo. Diz que havia necessidade da constituição de uma força protetora da fazenda onde “você podia ser violentado, podia ser morto.” Barroso (1912 :192) ratifica a existência deste tipo de homens viventes das fazendas, ligados às armas em decorrência da família e da política:

“A herança do crime perpetua-se de geração em geração; e essa gente vive nas suas fazendas sempre cercadas de bandoleiros, aureolada pela fama dos feitos. Têm grande influência na zona, intervindo em tôdas as questões, quer políticas, quer particulares, tudo podendo e ousando tudo. Assim são por exemplo os Barrosos di Curu, os Cunhas do Boqueirão, os Paulos do Trapiá, os Dantas do Teixeira e os Feitosas dos Inhamuns.”

\* \* \*

A violência ligada às lutas de família é regida por princípios territoriais e, regra geral, estão circunscritas a uma região limitada a zona de habitação do inimigo alvo.<sup>12</sup> Ela pode ser mais ou menos expandida segundo o poder e a distribuição da família adversária. Isto porque uma família poderosa, situacionista, por exemplo, conta com o auxílio jurídico-policial; o que provocará uma mobilidade de espectro maior aos agressores. Por outras palavras, dizer que a amplitude e o alcance de uma família inimiga é grande implica em dizer que grande deverá ser a mobilidade dos seus agressores, caso o poder destes não lhe seja equivalente.

As famílias alegam como causas das lutas as mais diversas ocorrências; entre elas as mais simples. Tais conflitos podem ser espoletados por fatos desprezíveis aos olhos de homens em cuja tábua de valores a honra não esteja alocada acima de tudo. Vidal (*op. cit.*) diz que grande parte das querelas começavam por “questões de moça”( : 61). Mas por certo havia outras razões, outro tipo de ofensas à honra familiar ou pessoal, questões de terras, políticas - como as do tempo do Império, entre os partidos Liberal e Conservador - jurídicas, etc. A querela entre Maciéis contra os Araújo no Ceará começou, segundo

---

<sup>12</sup> Estes princípios territoriais são difícil apreensão. Não se confundem simplesmente com a propriedade fundiária e não se limitam apenas à zona de influência geopolítica. No entanto, estes dois elementos compõem-nos pois influência política e propriedade desempenham um papel importante em sua formação.

Benício, com a acusação de que os Maciéis - parentes de Antonio Conselheiro - teriam roubado Silvestre R. Veras, parente de Antonio Araújo Costa. Mas neste caso não foram os Maciéis que despoletaram o conflito. Os Araújo relacionados com “as autoridades locais” puseram “em jogo a influencia, forçando os Maciéis a abandonarem Villa-Nova e viverem para Quixeramobim.” (1920 :14 e ss.)

Citando Alcântara Machado, afirma Costa Pinto (*op. cit.*):

“É a necessidade de defesa que faz da família colonial um corpo estável e homogêneo. Organização defensiva, o agrupamento parental exige um chefe que o conduza e governe à feição romana, militarmente. Daí a autoridade incontestável de pai de família sobre a mulher, a prole, os escravos e também os agregados ou familiares, proletários livres que se acolhem ao calor da sua fortuna e à sombra de seu prestígio, e que lembram a clientela do patriciado.” (*Vida e Morte do Bandeirante* :145-6).<sup>13</sup>

A família e seu caráter fechado surgem como aparato militar contra toda a sorte de inimigos que são apresentados pela época da colonização. Núcleos fechados, micro-sociedades no interior de outra sociedade, esse aglomerado de aparentados pelo sangue, pelas alianças, pelos favores dirige o seu olhar para o exterior de si mesma inamistosamente. Não pretende na verdade (ao menos acima de tudo) senão defender o que é seu. Forma grupos de homens, os “seus” homens, que são os responsáveis pela defesa de seu patrimônio material e espiritual. Este mundo de pastores impõe deles uma resposta imediata a qualquer ofensa que seja sofrida: uma ofensa por uma ofensa, uma morte por uma morte.<sup>14</sup>

As lutas de famílias, já foi referido acima, estão restritas a uma zona territorial que se confunde com uma jurisdição ou estende-se a vários municípios avizinados. Certos chefes de cangaço (que anteriormente poderiam ser líderes de parentela que tiveram de arcar com o encargo de vingar a honra da família) tinham, tendencialmente, sua ação circunscrita à sua área de atuação familiar. É o caso de Cassimiro Honório, como diz Ferraz, um dos mais respeitados cangaceiros da zona do Navio. Não fazia qualquer sentido para Honório atuar fora deste raio porque suas ações estavam ligadas à família. Estavam ligados à família também certos grupos, talvez menos nobres que o de Cassimiro, mas que acusam sua origem familiar pelos nomes que lhes são dados: os Porcinos, os Marinheiros, etc. Barroso

---

<sup>13</sup> adiante a questão do paternalismo será retomado para mostrar como o cangaço aproveita e rearticula traços culturais sertanejos

<sup>14</sup> Sobre guerras de famílias ver Chandler (:34 e ss.); Lins (: 55 e ss.); Montenegro (1973); Vidal

(1912 :189) detecta a existência de cangaceiros que tomam o nome de seu chefe como os Viriatos, os Brilhantes ou os Dantas. São bandidos que atuam em raios estreitos sem se afastarem muito das suas zonas de origem.

Ferraz distingue muito bem os cangaceiros do Navio, nobres, cujas ações eram dirigidas aos inimigos apenas, do banditismo desencadeado na serra do Uman, que só foi interrompido pela polícia na segunda década do século XX. A autora diz que a região era ocupada por uma raça mista dos Aticum Uman e negros. O banditismo ali começou no século XIX:

“Homens rudes e altamente perigosos, os bandidos da serra do Uman, donos de suas próprias leis e costumes, atacavam indistintamente a pobres e ricos, quer residissem nas elevações ou vizinhanças, em troca de dinheiro, objetos, favores e gêneros alimentícios.

“O que os distiguia dos cangaceiros do Navio é que estes aderiam à vida por questões de honra familiar ou vingança pessoal, tendo noções do cavalheirismo em combate; seus comparsas muitas vezes eram empregados nos afazeres do campo que seguiam os patrões [:34] ao combate nas horas de necessidade.

“Já os negros da serra Uman eram desprezados e temidos por sua ferocidade indiscriminada. Um sertanejo que numa estrada podia cruzar com um cangaceiro do Navio sem nada temer, evitava, ao contrário, quaisquer contatos com os bandidos da serra. (:34-5)

O mesmo parece tentar fazer Barroso (*op. cit.* :191) ao afirmar que:

“Um cangaceiro honesto e pundonoroso comete um crime por espírito de vingança. (...) Jamais o será o cangaceiro roubador; matará somente os inimigos, ou soldados, ou aqueles que achar que mal procederam e merecem punição. Foi assim que nasceu Jesuíno Brilhante e assim foi que surgiu o célebre José Antônio do Fechado ...”

Ou seja, que o vingador tem seu alvo preferencial, senão exclusivo; enquanto o profissional, não. Os caboclos da Serra Umã lançam mão de uma organização espacial que se pode designar irradiante. Sua própria nomenclatura o indica: eles são designados como pertencentes a algum lugar. Tão somente que, neste caso, a força de atração parece ser exercida por um outro fator que não é nem político nem econômico. Trata-se de um fator militar relativo ao terreno. Com o passar do tempo, diz Ferraz, a serra foi atraindo mais e mais bandidos, foras-da-lei, foragidos, tornando-se um antro no qual nem a polícia podia penetrar (:34).<sup>15</sup> A serra propriamente dita, tornada fortaleza pelo relevo, é o terreno

---

<sup>15</sup> . Só em 1917 teria-se, segundo ela, dado a primeira invasão do local, mas isso só após à morte do temível Chico Honorato. Note-se que até hoje esta região que se situa no centro-oeste de Pernambuco entre os municípios de Salgueiro e Cabrobó, mantém uma tradição de homens em armas. Há aproximadamente um ano eclodiu no município de Cabrobó uma luta de famílias ao bom estilo da *vendetta*

perfeito para as ações defensivas necessárias às tentativas de invasões. A relação do terreno com a tática de guerrilha será melhor explanado adiante no capítulo 4 deste trabalho.

É possível ilustrar o que foi dito sobre a ação dos cangaceiros ligados à questões de família, ou cangaceiros vingadores, como os chama Mello, ao relatar brevemente o caso da guerra entre Pereiras<sup>16</sup> e Carvalhos do vale do rio Pageú, em Pernambuco. A guerra contra os Carvalho, iniciada na primeira metade do século XIX, atravessava, contam os cronistas, uma época de calmaria. Até que em 1907 foi assassinado o membro mais importante de uma das facções: Manoel Pereira da Silva Jacobina, chefe político de Vila Bela, atual Serra Talhada.<sup>17</sup> O assassino, dizia-se, era um certo Luís de França e os mandantes, é claro, os Carvalhos<sup>18</sup>.

Embora os ofendidos tenham sido os Pereiras, o grande combate que se seguiu fora iniciativa do próprios Carvalhos. Em 1908 a vila de São Francisco, sede da família rival, era atacada por cerca de 300 homens recrutados em Floresta, Vila Bela, Salgueiro e Belmonte. Dia da luta: terça-feira. Objetivo: cerco da vila.

O coronel Antonio Pereira estava incapacitado de romper o cerco quando o seu vizinho, Pereira da Caiçara “com quem tinha rixa moderada há algum tempo” (Ferraz, *op. cit.* :45) chegou com reforços. Agrupamento segmentário no qual os inimigos externos são mais importantes que os internos.

Em 1911 o general Dantas Barreto, então governador do Estado, manda prender, como forma de esfriar o conflito, diversos membros de ambas as famílias. Logo após a este período Manoel Pereira da Silva Filho, sobrinho do Padre Pereira - o Né Dadú ou Né Pereira - assume a liderança familiar. Coube a ele e não a seu primo, como pretendia D. Chiquinha, a vingança do pai. Matou logo em seguida Eustáchio de Carvalho, “considerado um dos mais sóbrios e aquietados membros do clã adversário.” (Macedo, 1980 :26). Diz este autor que fora a própria Chiquinha a autora da pesquisa. “Tem mesmo que ser o Eustáquio.” Isto por que tinha que ser um bom por outro bom. Na lógica da equivalência

---

<sup>16</sup>. Para um retrospecto da família Pereira ver Montenegro (1973 :34 e ss.) e Macedo (1980 : 17-22). Sobre as querelas referentes à época mais próxima de Sebastião Pereira ver na entrevista cedida pelo próprio ao *Jornal do Brasil*, 27/2/69) ou em Macedo, *op. cit.* :46 e ss.)

<sup>17</sup>. Jacobina era conhecido como Padre Pereira por ter cursado o respeitado Seminário de Olinda.

<sup>18</sup>. Macedo (1980 :25) conta que no dia do funeral de Padre Pereira a sua esposa, D. Chiquinha Pereira, exigiu de seu filho, o jovem Luís Padre, a vingança da morte dos assassinos: A morte de seu pai não pode ficar impune. Quero um Carvalho morto quanto antes. E quanto mais cedo, melhor.”

do sangue, pacato vale por pacato. Não se pode matar um membro belicoso de uma família para vingar a morte de um manso.

José Grande, homem dos Carvalhos, dissimulando um desentendimento com estes, passa a trabalhar nas hostes de Né Dadu, “que o admitiu apesar de firme oposição dos parentes ...” (id. : 46). Em outubro de 1916 Né Dadu foi morto dormindo. O assassino: José Grande. Mais uma vez D. Chiquinha dirige-se ao filho de Padre Pereira, Luís Padre, muito jovem, cobrando-lhe justiça. Desta vez ele está junto com seu tio, irmão de Né Dadu, Sebastião Pereira. Ambos tomaram a si a responsabilidade da vingança. Foram mortos José Grande, em Palmeiras do Índios, Alagoas e Luís de França em São João do Barro Vermelho, hoje Tauapiranga. Parte da vingança estava cumprida. O sangue que fez correr o sangue de Pereira já havia, ele também, sido derramado. No entanto haveria mais. Foram mortos também Joaquim Nogueira, Eustachio, José e Antonio da Umburana, todos da família Carvalho (Montenegro, *op. cit.* :179).

Nasce aí, como se sabe, um dos mais afamados bandoleiros desta terra de valentes que é o Pageú das Flores: Sinhô Pereira. Note-se que em sua alcunha ele carrega o seu sobrenome; signo de sua origem, sintoma de seus objetivos, emblema de sua ira. Sendo Pereira, seu alvo é, como dizia D. Chiquinha, a morte dos Carvalhos.

Não obstante, e por causas pouco identificáveis, a ação dos jovens Pereiras atraiu contra si a atenção da polícia. O próprio Sinhô Pereira contou a Amorim o cerco que o Capitão João Nunes tentou impor a Né Dadu. Trezentos homens formavam o contingente policial que entrou em Vila Bela em sua captura. (*Jornal do Brasil*, 27/02/69). É bem verdade, os Carvalhos também eram poderosos e detinham a situação em certos municípios como o de Vila Bela. Não são poucas, com efeito, as aparições do bando de Sinhô Pereira nos informes policiais transferidos para as páginas criminais dos periódicos nordestinos.<sup>19</sup> Os relatórios dos presidentes de província, não obstante, onde abundam medidas contra cangaceiros como Antonio Silvino e Lampião, ignoram totalmente a existência de Sinhô Pereira.<sup>20</sup> Tampouco encontrei algo a seu respeito nos relatórios de polícia de Pernambuco.

---

<sup>19</sup> Em 1922 Sinhô aparece no Diário de Pernambuco pelo menos quatro vezes: 25/1, 23/3, 25/3, 8/4.

<sup>20</sup> Sobre Antonio Silvino e seu pai, Batistão, as relações de parentesco que o puseram no cangaço ver Barbosa, 1979. Barroso (1930 :75 e ss.) fala do chefe de Antonio Silvino, Silvino Ayres e aprofunda um pouco mais as relações de parentesco dos dois. Note-se que quer Ayres quanto Batistão eram parentes afastados do Barão do Pageú, tio-avô de Sinhô Pereira.

As suas principais aparições na imprensa datam já do ocaso de seus dias de batalhas.<sup>21</sup> Tudo parece girar em torno da normalidade jurídica, por assim dizer, da existência deste “bandido vingador”:

“A maioria dos chefes de grupos, malgrado seus arroubos e excessos, eram geralmente encarados como bandidos de honra pelos habitantes do sertão. Quase fidalgos no tratamento dispensado às pessoas, suas lutas e intrigas eram particulares, raramente envolvendo estranhos ...” (Ferraz, *op. cit.* :113)

A diferença existente entre cangaceiros vingadores e profissionais recebe de Mello uma dupla classificação: cangaço endêmico tolerado e cangaço epidêmico repellido. (:35 e ss.)

A diferença ética entre os cangaceiros “nobres” e “pobres”<sup>22</sup>, entre o que vinga e o que rouba, implica é claro restrição na zona de atuação e freqüentação. É a criação de uma *core area* de tipo militar. Sem dúvida, a existência de pontos de apoio de ordem logística, política, etc. - existência de bases de operações, enfim - importam. Por exemplo, Sinhô jamais esteve no Crato ou em Juazeiro; mas conheceu o Barro, a Barbalha, Milagres. Todos municípios do mesmo Estado (Macedo, *op. cit.* :30). Salgueiro, em Pernambuco era local de fuga, onde a família Sampaio protegia o seu irmão, João, fazendeiro local. (*Jornal do Brasil*, 26/02/69; Macedo, *op. cit.* :38). Não resta dúvida de que freqüentavam toda a região do Pageú pois ali recebiam, de acordo com Sinhô Pereira, grande parte de sua munição, que vinha de sua família. (Macedo, *id.* :44). Tacaratu era também freqüentado pois deste município era o coiteiro Angelo da Jia, que seria herdado posteriormente por Lampião. (Ferraz, *id.* :117)

Sinhô fala também na perseguição da polícia: fora prisioneiro de Teófanos Torres, famoso, já na época, por ter sido o captor de Antonio Silvino, depois de Lampião, o mais famoso dos cangaceiros. O então tenente teria sido influenciado pelos próprios Piranhas (forma como Sebastião Pereira denomina os Carvalho e os Nogueiras). Evidentemente a introdução da polícia expande a área de freqüentação do bando como também o “público alvo” de suas ações. Mas isso será visto no capítulo seguinte.

---

<sup>21</sup> *Diário de Pernambuco*, 1922, 25/1: “Rio, 24 - “Telegrapham de Fortaleza dizendo que a população de Milagres foi assaltada ante-hontem por 250 cangaceiros, chefiados por Sebastião Pereira e Cicero Costa, que pretendia assassinar o Padre Lacerda.”

<sup>22</sup> Mello os chama também de cangaço meio-de-vida e cangaço de vingança (:38 e 76)

## CAPÍTULO 3.

### CANGAÇO - BANDITISMO NÔMADE

Se o banditismo ligado a estradas e rotas comerciais em geral vincula-se à vias de condução preestabelecidas, obedecendo aos fluxos de mercadorias, se o banditismo sazonal ou transumante obedece ao ciclo das estações já que está submetido ao fluxo da produção rural; se ambos produzem um território binário onde criam uma zona de proteção e outra de ação (havendo ainda uma eventual “trinarização” relativa à necessidade de venda da mercadoria pilhada), será visto a seguir que o cangaço de Lampião cria um território sem divisões, sem estriamentos, sem necessidades de venda de produtos roubados, sem submissão aos dutos previamente estabelecidos.

É bem verdade, como será mostrado na seqüência deste trabalho, nem sempre este modelo de descrição será confirmada pelas práticas dos cangaceiros de Lampião e por ele próprio. Não obstante, o que importa é que pode ser desvelada uma tendência na organização do espaço e tal tendência, agora sim falando sem riscos, corresponde à descrição feita no parágrafo anterior.

Existe uma ligação entre o espaço e o alvo eleito pelo bandido. O tipo de alvo e seu alcance serão desde logo, no caso do sertão nordestino, detectados pela própria população local.

#### 3.1. A Organização Espacial do Cangaço Livre de Lampião

Note-se que tanto Lampião quanto Antonio Silvino, e acima de tudo o primeiro, revoltam o escritor sertanejo em geral. Ambos - e sempre quando se trata de Lampião a revolta torna-se mais aguda - escapam àquilo que a moral do sertão nordestino considera como legítimo na vida das armas. Os exemplos mais acabados de autores que denunciam as práticas de Lampião são Rodrigues de Carvalho e Ferraz. Há verdadeiramente muito pouco em Lampião que esteja previsto no código ético da região que não tolera o roubo, mas que

suporta e mesmo incentiva a vingança de sangue. Embora Lampião justifique suas ações pela vingança, há um grupo de autores que o acusa de ser um simples ladrão. Ele está no limite externo das práticas vindicativas ligadas à família. Dir-se-ia que está fora do território moral da vida das armas.

A distinção do bandido da serra Uman para o cangaceiro do Navio feita por Ferraz (1978) confirma o que eu dizia no parágrafo anterior. Há uma diferenciação moral entre o ladrão e o cangaceiro. Um é apenas um criminoso; o outro está utilizando o seu legítimo direito e dever do uso das armas. Este tem seu alvo delimitado com precisão, alvo que, é claro, vai expandindo-se conforme complica-se a trama das alianças e entram em jogo outros elementos (como o da política municipal que utiliza a polícia na guerra, por exemplo). Aquele, o ladrão, ataca a qualquer um, pois o seu objetivo é apenas o dinheiro e sua finalidade é viver do roubo. Do mesmo modo afirma Benício:

“O cangaceiro, no entanto, que assassina por sugestão, de uma perversidade ingênita, por dedicação a seus protetores, por vingança, não mata para roubar e não se aproveita dos despojos de sua vítima (...) Um assassino é um valentão; um ladrão é um ente desprezível” (1899 :11)

A interessante categoria de “escudo ético” de Mello (*op. cit.* :62 e ss.) está já contida na tábua de valores do sertanejo e este o identifica nos atos de Lampião. O escudo ético é a forma através da qual o cangaceiro profissional justifica a sua adesão ao crime. Mas a sua própria conduta já não condiz com seu discurso. O homem do sertão não pára de acusá-lo de falso cangaceirismo e identificar em suas ações o perfil do bandido comum. Assim a classificação de Lampião como bandido social, aos moldes de Hobsbawm (1969), já tem na sociedade sertaneja uma refutação contida. Parece pertinente que ela própria constitui a diferenciação entre o cangaço meio-de-vida e o de vingança.<sup>1</sup> A terceira diferença criada por Mello - a saber, “cangaço refúgio” (:76) - parece de complexa distinção. Trata-se dos casos em que o homem desprotegido é perseguido por forças que lhes são superiores, como, por exemplo, aqueles que matam familiares de potentados ou policiais. A partir desta definição fica-se sempre entre o vingador e o fugitivo. Lampião e seus irmãos, ao ingressarem no bando de Sinhô Pereira seriam vingadores ou fugitivos? Creio que ambos.

---

<sup>1</sup> Menezes (1937) apresenta também uma importante classificação. São, segundo ele, três as formas sob as quais o cangaço se apresenta: clânica, rural e política. A primeira está ligada a questões de vingança familiar. A última às necessidades político-partidárias dos potentados locais. A segunda forma é o cangaço constituído pelos moradores e agregados das fazendas, ou seja, o mesmo que Mello chama de cabras. (:23)

Creio também que na generalidade dos casos o engajamento num bando, salvo nos casos de sedução (:60) e meio de vida puros, sempre reúnem ambos os impulsos.

Mas apesar de existir uma clara diferença na conceptualização nativa de cangaceiros como Lampião e Sinhô Pereira ou entre os caboclos da serra Uman e Cassimiro Honório é necessário enfatizar que, segundo o discurso do padre Zacarias, na primeira missa de Nazaré, a região era infestada de bandos de cangaceiros (Ferraz, id. :93). A maior parte, segundo os grupos citados, era composta de grupos formados por litígios familiares. Ora, se Ferraz diz que os cangaceiros do Navio não eram perigosos porque tinham seu alvos selecionados, então trata-se de se perguntar enfim por que o padre Zacarias achava a zona sob risco. Pode-se supor que a questão não seja tão simples, materialmente falando, quanto coloca Ferraz e que a classificação bandido sem alvo e bandido com alvo sirva muito bem como modelo, mas que se aplique mal à prática. Ora, como disse, o fato de haver um alvo bem delimitado não exclui a possibilidade de que este alvo possa ampliar-se, deslocar-se um pouco à direita ou à esquerda. Não implica tampouco que no percurso da busca do alvo não se seja obrigado a abandoná-lo devido a circunstâncias tais como a de Lampião, que em luta com Saturnino foi atacado por um oficial da polícia alagoana<sup>2</sup>. Seu objeto de vingança a partir daí começa estar um pouco por todo lado e se perde de vista a delimitação do alvo. Quando Lampião sai de Pernambuco em busca da tranquilidade e do descanso nas vastidões desertas da Bahia, fá-lo por estar em guerra com todo o Estado e com os demais vizinhos.

Sinhô Pereira por vezes também perdeu o seu alvo de vista, sobretudo quando necessitava de suprimentos alimentares, por exemplo.<sup>3</sup> Um saque eventual, de caráter logístico, pode ser um fator de ampliação do alvo da vingança já que o saqueado pode vir a se tornar um aliado do inimigo. As cidades e vilas, ou as fazendas isoladas, poderiam ser um alvo logístico de um grupo de cangaceiros cujo alvo principal estivesse nas proximidades (uma família não habitante da cidade, vila ou fazenda atacada) mas que nada tivessem a ver com o seu litígio. Parece ser o caso de Nazaré contra Lampião. É claro, há aí complicadores no setor do parentesco dado que os Flor estavam ligados aos Nogueira

---

<sup>2</sup>. Sobre o ataque do Major José Lucena Maranhão ao Ferreira e sua ligação com Zé Saturnino e.g.: Ferraz, Rodrigues de Carvalho, Aglae, Mello, Chandler (1981), Lira.

<sup>3</sup>. Um saque a uma propriedade fundiária é sempre um risco que corre o seu proprietário em zonas de ocorrência de cangaceiros, mesmo os vingadores. Veja-se este relato de Sinhô Pereira: "Só abatíamos gado de gente abastada, quando a fome aumentava ... De gente pobre, não!" (Macedo, 1980 :82)

que por sua vez ligaram-se a Saturnino. Além do que o ataque levado a cabo por Lampião em Belmonte contra Luiz Gonzaga Lopes Ferraz, em favor de um Pereira, sendo aquele também aparentado a alguns dos nazarenos, acirrou as antipatias. O que faz do caso "Nazaré contra Lampião" um exemplo misto: por um lado devido aos insultos sofridos pelos habitantes da vila infringidos este último; por outro, devido aos laços familiares. Mas a ira dos Nazarenos contra Lampião parece ter sido gerada muito mais pela falta de foco na pontaria deste último contra Saturnino do que pelo parentesco daqueles com os Nogueira.

Ainda que se sustente que Lampião era um ladrão e não um cangaço, não se deve perder de vista que seu ingresso na via das armas deu-se devido a um litígio de vizinhança. Não bastasse isso, o mais influente dos Ferraz, principal das famílias nazarenas, era uma espécie de padrinho de Lampião. Foi de um membro desta família também que o jovem Virgulino aprendeu a ler e a escrever.<sup>4</sup>

Ainda sobre a questão do critério de eleição do alvo da inimizade dos dois cangaços, Queiroz nota que no caso do segundo, aquele a que chama "independente", introduz-se um novo tipo de inimigo: a polícia (1975 :502). Apesar de interessante, esta observação incorre numa dupla imprecisão. A primeira é que desde o primeiro cangaço - para falar cronologicamente como a autora - a polícia já estava incorporada aos inimigos de uma das facções já que uma destas, no caso das guerras de famílias, muitas vezes era detentora do poder local e podia lançar mão dos poderes judiciário e policial da sua circunscrição política. Para confirmar a refutação basta que se procure pesquisar os jornais da época. O *Diário de Pernambuco*, apenas no curto período de janeiro a abril de 1922 publica ao menos três notícias de combates da polícia contra o bando de Sinhô Pereira e outra referente a um telegrama detectando sua localização. Além disso, em 1 de abril, informa-se o aumento de contingente na fronteira Ceará/Paraíba; como se sabe, zona de atuação do bando dos Pereiras.

Por outro lado, e inversamente, no caso do segundo (aquele que estaria, de acordo com a hipótese de Queiroz, desvinculado das questões familiares e do banditismo político) o conteúdo verdadeiro do corpo policial, aquele que é efetivamente eficaz no combate ao banditismo de Lampião, é o próprio inimigo local, aquele que tem questões pessoais de

---

<sup>4</sup>. Sobre a história de Nazaré (hoje Carqueija) e a relação entre os Ferreira e os Ferraz ver Ferraz (*op. cit.* :77 e ss.) A fórmula pronunciada por Virgulino e João Flor por ocasião do batismo de São João está em Ferraz (id. : 89).

honra com algum cangaceiro, aquele que pretende proteger-se do cangaceiro por algum erro que tenha eventualmente cometido (delação, por exemplo). O telegrama de 23/2/28 de Sousa Leão a Teófanis Ferraz Torres lança uma luz muito bem vinda sobre este tema.<sup>5</sup> Ali ele comunica ao major o alistamento, no destacamento de Buíque, de três rapazes inimigos de Lampião os "quaes procuravam garantias" na policia secreta de Pernambuco. Também o Major Monteiro (s.d. :157-8) fala nas três etapas de atividades distintas da PM. A terceira é a que entra em cena a figura do contratado:

“Esta última foi fase a definitiva, onde os relinchos que partiam de lá, eram respondidos de cá; as ofensas, muitas vezes, dirigidas às mães dos de cá eram devolvidas às mães dos de lá (...) agora eram todos ou quase todos sertanejos”. (ib.)

Se Queiroz relevou muito bem o fato de que os seus dois cangaços não são excludentes cronologicamente; se após o surgimento da "terceira força" continuou existindo o primeiro tipo, ela parece ter negligenciado que mesmo no interior do cangaço tipicamente lampiônico ainda está presente o cangaço de laços familiares, ou "cangaço vingador", como prefere Mello (*op. cit.*). Afinal este último estabelece as raízes e as causas imediatas daquele. A história inicial do cangaceiro profissional está fincada em problemas e querelas semelhantes àquelas do bandido clânico e por vezes nos do bandido político.

Mas o problema do raio de ação ligado ao alvo subsiste. José Cipriano, por exemplo, é seguramente um cabra de Saturnino, conforme a definição que nos dá Mello deste termo. Sempre que há problemas lá está ele com sua arma a serviço de José Saturnino. Quando não os há, trabalha normalmente para ele. Daí que Cipriano está onde Saturnino está ou manda que ele esteja.

Ferraz (*op. cit.*) aponta uma questão muito semelhante à de Rosa (1961). Ambos afirmam que um certo banditismo surge da desvinculação temporária de homens dos exércitos em que estão empenhadas lutas de vingança. Seria o mesmo processo de criação de banditismo em períodos posteriores a guerras prolongadas. Este "desemprego" produziria uma violência desvinculada dos sentimentos de honra próprios dos "bandidos de honra" ou a serviço de interesses político-partidários, cujo alvo seria delimitado. Mello (1985 :105) apresenta um exemplo bastante contundente ocorrido imediatamente após à guerra de Juazeiro contra o governo Franco Rabello. Segundo o autor, diversos grupos de

---

<sup>5</sup>. RCP, Vila Bela.

cangaceiros foram formados desde que desnecessários foram os seus serviços para a deposição do governador. Data daí a formação de bandos como os de Zé Pinheiro, Antônio Godê, João da Banda, etc. Mas, uma vez necessitados seus serviços, esta "mão-de-obra" armada estaria a postos para servir seus chefes e respeitar os seus princípios. Segundo Rosa a evolução do cangaço registra três fases:

“a princípio mandavam os grandes, os *condotieri* que se entendiam bem com os proprietários e às vezes se punham a serviço deles; depois a massa anônima da capangada cresceu e livremente escolheu mandões entre os seus membros; afinal vemos indivíduos que vêm de cima rebaixarem-se, misturarem-se à multidão criminosa e dela emergirem... (:131)

Resta saber se Ferraz entende que estes homens são mesmo mão de obra, ou seja, arma paga, ou não. Note-se antes de tudo que Sinhô Pereira afirma que seus homens nunca receberam qualquer pagamento. Ele diz que: “Quase todos os homens que andavam comigo tinham os mesmos inimigos que eu. Outros entraram para o grupo porque eram perseguidos. Não recebiam paga.” (Macedo, 1980 :43)

O que é certo, porém, é que este “exército de reserva” parecia estar realmente livre para servir ao senhor que melhor os seduzisse:

“Em 1926, um abastado comerciante de Floresta, Emiliano Novaes, fez um trabalho de recrutamento na serra Uman, explicando aos moradores que necessitava de elementos corajosos para reforçar ‘a Polícia’” (Ferraz :33)

De todo modo, é relevante que os homens ligados a Sinhô Pereira, talvez mesmo pela introdução da polícia, criaram uma mobilidade muito mais intensa do que a dos *cabras*. No caso de Cassimiro Honório, Ferraz afirma que este é obrigado a recriar seu território como procedimento de fuga ou esconderijo:

“Quando procurado pela polícia [Honório], ocultava-se nas vastas e desabitadas caatingas situadas entre o riacho do Navio e o rio Moxotó, separados por uma distância em linha reta de aproximadamente sessenta quilômetros” [onde há falta de fontes d'água e a vegetação é áspera] (:23)

Se a introdução da captura policial não causa mobilidade, *stricto sensu*, ao menos provoca deslocamento. Já foi visto acima (em 2.1) que o perseguido pela justiça procura proteção - quando não a tem em seu lugar de origem - na migração. Mas há casos em que a migração não satisfaz e há outros em que a proteção não interessa. É exatamente o caso de Sinhô Pereira. Sua proteção já existia e estava no interior de sua própria família. Ela podia

proporcionar-lhe apoio, homens, etc. Os contatos extra-familiares também decorriam dela. Sinhô tinha de partir, sem deixar o território. Movimento que, paradoxalmente, chamo de desterritorialização: “Ficamos rondando por aquela zona. Tinha terra e gado. Vendi tudo barato para cuidar da vingança.” (*Jornal do Brasil* loc. cit.) Há outros casos ainda em que existe interesse na proteção, como também no gregarismo. Agrupar significa mais poder. Assim vemos Virgulino, Antonio e Livino Ferreira agirem ao lado de pequenos bandos como o dos irmãos Porcinos antes de entrarem sob a chefia de Sinhô Pereira. Aquele pequeno bando, os saques insignificantes que poderiam dali resultar, não implicariam ainda na dissolução de um esquema espacial irradiante, típico da família Ferreira.<sup>6</sup>

Não se trata de generalizar, porém não considero impróprio afirmar que os pequenos bandos - e com maioria de razão as “armas de aluguel”, ou pistoleiros na definição de Mello - definem um território de atuação de pequeno espectro. Em geral uma comarca, um município, uma zona administrativamente demarcada, enfim, no interior da qual possam contar com a proteção de um potentado influente. O relatório do chefe de polícia de Pernambuco relativo às atividades do ano de 1927 fornece uma longa lista de bandidos capturados e mortos pela intensa ação repressiva levada a cabo pelo governo Estácio Coimbra. Ali se vêem inúmeros indivíduos pertencentes a bandos pequenos e sua área de atuação delimitada. Alguns exemplos: o bandido Melchiades, pertencente ao bando de Manoel Francisco tinha como local de atuação o município de Exu; José da Costa, do grupo dos Marinheiros, agia em Vila Bela e Floresta; Severino Vicente, de Mocinho Godé, atuava em São José do Egito e em Afogados de Ingazeira; José Patriota, do grupo de João Patriota, em Afogados, Águas Belas, São José do Egito e na Paraíba.<sup>7</sup>

Uma vez mortos seus pais, Antonio, Virgulino e Levino passaram a buscar uma forma mais eficaz de vingança. Virgulino trava o último combate ao lado dos Porcinos no “Poço Branco, às margens do rio Moxotó, perto de Espírito Santo, atual Inajá em Pernambuco.” (Ferraz, *op. cit.* :25). Um ataque que surtiu um efeito psicológico devastador entre os

---

<sup>6</sup>. Sobre as atividades econômicas dos Ferreira ver em todos as obras citada a respeito da querela destes contra Saturnino, como por exemplo em Lima. A versão mais documentada é a de Chandler (1981). Sobre as atividades do jovem Virgulino ver a interessante passagem de Mello (1994). Note-se que Sinhô Pereira, em entrevista citada, afirma que os irmãos Ferreira juntaram-se aos Porcinos após a morte dos pais. Mas esta versão não é de aceitação geral.

<sup>7</sup>. O documento não fornece a especificação do local na Paraíba. Cf. *Relatório dos Serviços Realizados pela Repartição Central de Polícia do Estado de Pernambuco durante o ano de 1927* pelo major Teófanos Ferraz Torres. Uma lista muito semelhante, contando com algumas alterações foi publicada em *A Província*, 11/06/1927.

Ferreira: ali abateram um soldado e dispararam 12 projéteis sobre ele na ilusão de que estariam atirando em José Lucena. (Chandler, 1981 :50)

Era já necessário o socorro de um cangaceiro mais poderoso e sobretudo alguém que estivesse em armas contra os seus inimigos. Foi então que, aproximadamente no dia 22 de junho de 1921, 35 dias após a morte de José Ferreira, os irmãos Ferreira juntam-se ao bando de Sinhô e de Luís Padre (Chandler, 1981 :43-45; 50-50)<sup>8</sup>.

“Porque me procurou?” Pergunta Sinhô Pereira e ele mesmo responde: “Os inimigos de Lampião eram meus inimigos - os Saturninos e José Lucena. Este até eu não conheci não. Mas sei que era um cabra muito perverso” (Macedo, 1980 :52).

Com efeito, os Pereiras eram inimigos dos Nogueiras. Segundo Ferraz, João Nogueira, sogro de José Saturnino, embora casado com um irmã de Sinhô Pereira, era considerado o autor intelectual da morte de Padre Pereira. (*op. cit.* :111)

O bando de Sinhô (ou os bandos, pois havia desde então uma tendência à divisão de seus homens) era muito mais móvel e seu território de atuação, muito maior do que o do pequeno bando dos Porcinos. Aos deslocamentos resultantes da ampliação territorial Sinhô Pereira chamava “navegações”. Este aliás, parece não ser um termo que lhe é exclusivo. Trata-se, tudo indica, de uma espécie de gíria na terminologia do catingueiro. Sinhô Pereira relata algumas destas navegações:

“Aí, voltei [de Salgueiro] com mais quatro homens. Estávamos chegando a São Francisco, o arraial onde fui criado, para comprar cigarros e mantimentos (...) Formamos a um grupo de 23 homens e atacamos a fazenda Piranhas, origem do apelido dos nossos inimigos (...) Os Piranhas foram atrás de reforço policial e aí resolvemos passar uns tempos em Alagoas, na Pedra de Delmiro Gouveia [conhece Delmiro e voltam para Pernambuco] Aí fomos avisados de que um dos jagunços que ajudaram a matar o padre Pereira estava numa fazenda perto do comércio de São João do Barro Vermelho [hoje Tauapiranga] Chegamos na casa de noite. Ele correu. Nós atiramos. Depois fomos dormir. No outro dia, seguimos o rastro dele pelo sangue. (Macedo, 1980 :38-9)

Neste breve relato das andanças são encontradas três formas de constituição de território: 1. procura de local de abastecimento. Os Pereiras eram influentes em São

---

<sup>8</sup>. Macedo apresenta a data de março de 1920, relatada a ele por Sinhô Pereira. No entanto as pesquisas de Chandler parecem bater a memória do ex-cangaceiro. Na nota 2 da página 50 ele apresenta a notícia do jornal *Estado de Alagoas* relatando um combate dos Ferraira ao lado dos Porcino. A notícia data de 23/06/21.

Francisco.<sup>9</sup> Donde a vila era local aparentemente seguro e no qual não seria negada assistência; 2. procura de inimigos. De São Francisco, abastecido de cigarros e outros produtos, o bando rumou para onde poderia dar luta aos inimigos; 3. procura de esconderijo. O que evidencia a existência de um espaço dual, conforme foi tratado no capítulo 2. No momento em que a repressão supera as possibilidades militares do bando, Sinhô o desfaz e ruma, com Luís Padre, para outro Estado - território exterior à ação - e abriga-se junto a um potentado; 4. retorno e perseguição de um jurado de morte. Creio poder verificar uma diferença entre a primeira e a terceira formas de deslocamento. Ao rumar para a fazenda Piranhas os Pereira pretendiam travar uma batalha contra os ocupantes da fazenda. Era uma carga desindividualizada se se considera os Piranhas como grupo. Ao perseguir jagunços auxiliares do assassinato de Padre Pereira estão atrás de um ou mais homens em particular. Assim existe fuga e deslocamento em função do deslocamento de outrem, seguem os rastros pelo sangue derramado. Na seqüência das navegações, mais um fator de criação territorial:

“Depois fomos para o Barro, a fazenda do Major José Inácio, no município de Milagres, no Ceará, a umas 50 léguas de Serra Talhada. Lá ficamos por dois meses. Depois voltamos para o Pajeú, à procura dos Pedros, gente dos Piranhas (...) Logo depois atacamos Queixada (hoje São João do Campo), um comércio dominado pelos Carvalhos e Piranhas (...) Daí, voltamos para o Barro. (id. :39)

Surge logo à princípio a presença do coito. Diferentemente de Pedra de Delmiro, o Barro é um local que não serve apenas de descanso e esconderijo. Ali há munição, armas e homens, já que o potentado local é ele próprio um chefe de cangaço, adepto da via das armas, que no ano de 1908 à frente de 400 homens depôs o chefe da cidade de Aurora. Com efeito, sua proteção efetiva ao cangaço prosseguiu até o ano de 1922, quando rumou para os Estado de Goiás na companhia de Sinhô Pereira.<sup>10</sup> Após a estadia prolongada seguem para uma batalha contra pessoas aparentadas ou agregadas aos Piranhas. Os laços de parentesco expandem os alvos e conseqüentemente o território de atuação<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup>. Donde São Francisco era importante empório comercial e "centro de intensa vida social". Sua importância era significativamente aumentada por ser a terra de uma família distinta e poderosa no sertão: os Pereiras. (Ferraz :40-1)

<sup>10</sup>. A história do período final de José Ignacio no Ceará é muito confusa. Um jornal da época anunciava a sua morte ainda em 1922 no interior de sua propriedade. No entanto é o próprio Sinhô Pereira quem afirma que ambos estiveram em Goiás e que, neste Estado, José Ignacio fora morto por um cabra do coronel Abílio Wolnei. Desfeita esta primeira dúvida, restaria ainda saber se José Ignacio foi para Goiás antes de Sinhô Pereira, ou seja, com Luiz Padre, ou na companhia de Sinhô Pereira.

<sup>11</sup>. O problema das relações entre cangaço e parentesco é aprofundado por Marques (projeto de dissertação defendido em 1994 no Programa de Po's-Graduação em Antropologia Social - UFSC. Ver também

O terceiro passo constitui ainda uma novidade no que foi visto até aqui. O bando ataca um comércio, ou seja, um vilarejo onde há atividade comercial e portanto bens. É o método do prejuízo infringido ao inimigo. Esta é talvez a única estratégia do cangaço: causar danos ao inimigo, quando não o pode matar. Atacar uma cidade, no caso de Sinhô - que talvez não visasse apenas o saque - é provocar danos, queimar mercadoria, arruinar negócios. Lampião também agiu assim, mas no seu caso há uma variante que não se reduz à vingança. Lampião lança mão do dano-causado como meio de intimidação.

Não se trata aqui de esgotar o problema da produção do território no cangaço de Sinhô Pereira, mas é importante notar que existe uma forte vinculação da organização espacial de suas ações à vingança ou guerra familiar que passou a empreender contra os Carvalhos após à morte de Né Pereira ou Né Dadu.

Não pretendo falar do caso de Antonio Silvino por duas razões. Em primeiro lugar porque existe muita semelhança entre ele e Lampião. Salvo diferenças quantitativas e algumas poucas diferenças políticas a situação é a mesma. Por isso talvez Mello o inclua em sua categoria de bandido profissional e Queiroz (nos três textos que escreveu sobre o tema) aponte o seu aparecimento como momento da emergência do cangaço independente. Sendo este um estudo sobre o espaço no cangaço de Lampião e não sobre o espaço no cangaço em geral, não há interesse em compará-los. Em segundo, porque há solução de continuidade entre Lampião e Silvino. Quero dizer com isso que o primeiro não veio do comando do segundo. Por este motivo não haveria interesse em contrapô-los nos casos de diferenças.

\* \* \*

Quanto à terminologia criada por Queiroz, seria conveniente examiná-la de perto, pois o que ela trará, desde o ponto de vista político, será de grande utilidade na análise dos acontecimentos no campo espacial.

Queiroz fornece uma pista importante no sentido de diferenciar o cangaço do jaguncismo. Ela afirma que a partir de Antônio Silvino, na virada do século, o cangaço

constituiria uma terceira força política. Isto implica na distinção política entre jagunços e cangaceiros. Segundo Queiroz - e depois Dória (1982) - desde Antônio Silvino certos grupos armados desligaram-se do domínio coronelista e da relação de pertença à qual estavam submetidos os jagunços, como também passa a haver grupos desvinculados de questões familiares. Queiroz afirma que a partir de então o Cangaço passava a constituir uma "terceira força"<sup>12</sup>. Creio no entanto que, por questões de objetivo, esta separação não está devidamente demonstrada em Queiroz uma vez que são recorrentes nesta obra, bem como noutras, relações de prestações, no sentido sociológico do termo, entre cangaceiros e coronéis.<sup>13</sup> Ou seja, se o desaparecimento da relação de pertença parece claro, o mesmo não ocorre com a independência. Em certas passagens de seu livro as relações de interdependência parecem suficientemente evidenciadas, como é o caso da atribuição da morte de Abraão Benjamim,

"...a chefes políticos, interessados em suprimir o documentário que o sírio ia projetar pelo país afora; certas cenas do filme mostrariam de maneira por demais evidente quem eram os acumpliciados com os cangaceiros." (Queiroz, *op. cit.* :159)

Deste modo, podemos propor a questão sob a forma da seguinte pergunta: se o cangaço, para sua sobrevivência, necessita manter relações de aliança com coronéis, até onde pode-se afirmar a sua independência? Não é possível negar a necessidade mútua entre o cangaceiro e o coronel e muito menos ainda sustentar a existência de

"uma relação de antagonismo necessária entre cangaceiro e coronel, tendo prosperado - isto sim - uma tradição de simbiose entre essas duas figuras, representada por gestos de constante auxílio recíproco ..."

A crítica de Costa dos Santos (1984) à interpretação de Queiroz parece cheia de sentido. Segundo ela existiria um sentimento de autonomia dos cangaceiros em relação aos

---

<sup>12</sup> Queiroz faz uma divisão cronológica do banditismo nordestino: "1- havia no Nordeste um 'banditismo vingador' tradicional, ligado às lutas de família e de parentela, que é anterior ao cangaço independente e que lhe sobrevive, persistindo em algumas zonas até os nossos dias (...) 2- no período de 1900 a 1940, condições particulares dão lugar a uma outra forma de cangaceirismo, que é o dos bandos independentes; seu aparecimento, facilitado e mesmo suscitado pelo cangaceirismo vingador, liga-se à falta de oportunidades sócio-econômicas, de tal sorte que entrar para o cangaço significava escolher um meio de vida em que se podia gozar de certas facilidades sócio-econômicas e alcançar prestígio social" (:207-8)

<sup>13</sup> Além disso, não vi ainda o motivo pelo qual Queiroz entendeu Antonio Silvino como o *momento* do desligamento. Mesmo Silvino Aires, líder do bando no qual ingressou Antonio Silvino, não parecia, segundo Barbosa (1976) estar vinculado a nenhum coronel. Creio que se poderia ainda recuar até Jesuíno Brilhante (v. Gregório, 1976)

coronéis; aqueles não pertenceriam mais a estes. O defeito detectado por ela na tese de Queiroz reside na extensão da independência dos bandos:

"Questionamos principalmente o problema da independência dos cangaceiros, quando sabemos que a aliança com os coiteiros - os coiteiros-coronéis e os volantes-coiteiros, foi o mecanismo básico de sustentação do cangaceirismo. Neste sentido havia uma reciprocidade de interesses de coiteiros e cangaceiros, com uma acentuada dependência dos cangaceiros em relação aos 'serviços' dos coiteiros..." (:93)

A bibliografia especializada está repleta de relatos nos quais o cangaceiro surge como aliado ao coronel recebendo dele muito do que necessita para a sua sobrevivência, como será visto adiante no capítulo 4. Há também signos que apontam cangaceiros, mesmo autônomos, como braço armado eventual a serviço do coronel ou do policial. A grande diferença entre esta relação e as dos cabras com seus chefes é que, enquanto estes pertenciam aos coronéis, aqueles prestavam-lhes serviços em troca de outros serviços. Ou, como observa Mello:

"Deve restar bem claro que esse relacionamento não produzia vínculo de subordinação exclusiva para qualquer das partes. A característica principal do cangaceiro, vale dizer, o traço que o faz único em meio aos demais tipos já aqui analisados [cf. 2.2], é a ausência de patrão" (:38)

Creio que há muito mais adequação à realidade política destas ligações afirmar que os bandos eram autônomos às fazendas. Não fosse assim, a figura do coiteiro não teria sido tão importante na história do cangaço como de fato foi. Note-se que a plataforma de perseguição e aniquilamento do banditismo dos governadores Estácio Coimbra e João Pessoa, por exemplo, visava a repressão intensiva do coiteiro, componente do ciclo do cangaço sem a qual os bandos não contariam com a base material e logística de que tanto necessitavam.<sup>14</sup> As relações com os coiteiros importantes, como coronéis ou policiais, eram entendidas como alianças, que cobravam seu preço: uma morte, um serviço de encomenda, uma "lição", alguns votos até. Mas trazia também compensações financeiras para os coiteiros sob a forma de venda de armas e acima de tudo de munições.

Para além da inadequação conceptual do termo de Queiroz, há também alguma fragilidade histórica ao localizar em Antonio Silvino o nascimento do cangaceiro desligado

---

<sup>14</sup> "São valiosas as palavras de um de nossos entrevistados, a quem pedimos a definição de coiteiro: 'a possibilidade do cangaço, sem coiteiros, não existia, não podia existir. A vantagem era o coiteiro, porque se não tivesse quem desse de comer, se não tivesse quem desse munição, eles não poderiam resistir...'" (Costa Santos, *op. cit.* :108)

das questões políticas e familiares. Mello (*op. cit.*) apresenta alguns nomes de bandidos profissionais anteriores a Antonio Silvino. Aponta como causa do que chama “cangaço meio-de-vida” (que é um sinônimo para cangaço profissional) a ocorrência de períodos de desorganização social, que no sertão nordestino materializar-se-ia sob duas formas: a seca e as políticas.

São muito faladas na literatura especializada no sertão as consequências da terrível seca que mutilou a região entre 1877 e 1879. Neste período fala-se em bandos que percorriam as fazendas saqueando o que podiam. Diz Joffily que:

“A tudo isto [a toda calamidade decorrente da seca] vierão juntar-se as correrias, depredações e assassinatos praticados por quadrilhas de salteadores ou *cangaceiros*, como chamão alli, das quais foi mais afamada a que tinha por chefe os irmãos Viriatos.

“Estes facinoras, postados nos limites da Parahyba com o Ceará, fizerão dos sertões dos dous Estados o teatro de suas devastações.

“Nessa medonha crise era geral a falta de segurança; e por isto alguns fazendeiros dos mais abastados, que não quizerão abandonar as suas propriedades, forão obrigados a levantar forças para a sua defesa.” (1893 :96)

Sobre a mesma época, Mello fala a respeito do bando dos Quirinos e de João Calangro que, segundo Rodolfo Teófilo, empreendia guerra de aniquilamento contra “os grupos que se formavam sem o seu consentimento” (*op. cit.*:104). Tendo então Antonio Silvino iniciado suas atividades como cangaceiro já na última década do século passado, não há motivos para que se o identifique como fundador de um suposto cangaço independente.

\* \* \*

O campo das relações políticas é de importância significativa para a organização espacial no cangaço de Lampião. Desde o período logo posterior ao abandono de Sinhô Pereira e o legado da liderança de seu grupo, Virgulino passou a exercer politicamente um objetivo herdado pelos Pereiras: perseguir Carvalhos. Do mesmo modo tinham ele próprio e seus irmãos a sua meta a cumprir: vingar-se dos Nogueiras, de Saturnino e de José Lucena Maranhão.

Logo após a partida de Sinhô Pereira para Goiás, Lampião começa a perseguir os Carvalhos. Muito embora a caça fosse efetiva, o objetivo da morte mesclava-se com o do lucro. Segundo Ferraz, os primeiros Carvalhos a serem atacados pelo novo chefe de bando, após o retorno de Alagoas, foram Florentino e Clementino Cavalho. Ambos

livraram-se de um Lampião que não os queria mortos; queria-os, sim, vivos para poder vender-lhes a sua proteção. Eis a nova modalidade de banditismo implementada pelo futuro “rei do cangaço”: negociar a inimizade do sangue. Os inimigos podem viver, mas não gratuitamente.

Quanto aos problemas com os nazarenos, creio poder avaliar que eles não reclamam ainda vingança. O fato de haver ligações entre os Carvalhos e algumas famílias de Nazaré não parece aborrecer demasiadamente aos Ferreiras. Ademais, as ligações aparentemente não são muito profundas e não muito solidamente atadas, como atesta o cerco que Cindário Carvalho faz à vila em 1919. Tampouco as afrontas dos irmãos Ferreiras feitas aos valorosos habitantes da vila, antes e depois de cangaceiros, não haviam sido cobradas.

Porém, um dos mais famosos ataques feitos por Lampião em seu início de carreira foi a um aparentado dos nazarenos. Trata-se do que se tornou o episódio conhecido na literatura biográfica de Lampião como “a aliança de Gonzaga”. Luiz Gonzaga Lopes Ferraz era morador de São José do Belmonte, onde era comerciante. Tinha relações de amizade com Crispim Pereira, protetor de Sinhô Pereira e posteriormente de Lampião, conhecido como Ioiô Maroto. Pois bem, Ioiô Maroto fora violentamente interrogado por um certo tenente Montenegro, do Ceará, e segundo a crença geral a acusação partira de Gonzaga. Ioiô Maroto queixou-se a Lampião e este último, a 22 de outubro de 1922, invadiu a cidade, capturou Luiz Gonzaga, matou-o e pilhou a sua casa.

Mas parece que Lampião tinha em mente levar a cabo a desforra dos danos sofridos por sua família. Para isso deveria manter-se dentro dos limites de Alagoas, já que Lucena era oficial alistado na polícia daquele Estado. E foi precisamente ali que ocorreu o primeiro grande ataque do bando sob as ordens do novo chefe.<sup>15</sup> No ano de 1922, no dia 26 de junho, Lampião, à frente de um grupo de 50 homens ataca Água Branca, onde invade e assalta a casa da viúva de Joaquim Antônio de Silveira Torres, a Baronesa de Água Branca. Do saque são retirados muitos e belos objetos, acima de tudo jóias. Pela natureza do ataque, a inexistência de ligações de inimizades entre Lampião e a Baronesa, o sertão

---

<sup>15</sup> . No que toca a esta nova liderança, pode sempre opor-se a ela afirmando-se que nesta época Sinhô Pereira ainda não havia abandonado o cangaço. Não obstante a este fato, creio que a seguinte citação ilustre suficientemente bem o que se passou: “Lampião deixou o chefe Sebastião Pereira, no Pageú, e foi com uma parte do grupo ao Estado de Alagoas. Partiu já com o pensamento de atacar e roubar a rica Baronesa de Água Branca.” (Lira, 1990 :66)

parece ter uma certeza: a violência de Lampião não tinha mais direcionamento restrito. A ética dos Pereira, sob as ordens do novo chefe, havia ao menos parcialmente desaparecido. Se alvo fixo corresponde a *core area* fixa, alvo instável corresponde a *core area* instável.

É exatamente a instabilidade a característica principal da organização espacial de Lampião. De forma alguma instabilidade total, este traço não define nomadismo e sim errância; não caracterizaria um processo de heterogeneização do espaço. O vasto território varrido pelas caminhadas de Virgulino Ferreira enquanto cangaceiro estava preenchido de pontos de apoio que podiam surgir e desaparecer de acordo com as circunstâncias. Os pontos de apoio, segundo a influência daquele que o sustentava, poderia gerar uma *core area*.

### 3.1.1. O Núcleo de Poder, seu Surgimento e Desaparecimento

Foi visto acima (em 3.1) que as relações políticas de Lampião com pessoas poderosas, como de resto ocorre com o cangaço em geral, são necessárias para a preservação mesma dos chefes e demais componentes dos bandos. Resta no entanto esclarecer qual será a perspectiva a ser adotada nesta dissertação e este respeito. Pontos de vista um pouco imprecisos relativos a independência de Lampião e de demais bandidos são tão comuns como os que os compreendem como arma de aluguel.

Para exemplificar ambas as posturas talvez seja útil descrever brevemente duas obras que provavelmente atingiram os dois opostos. No primeiro polo, ou seja, o que entende o cangaço lampiônico como superior em poderio aos coronéis, situa-se a obra de Shaker (1979) - que só será apresentada aqui para ser contraposta à que se segue. Do lado oposto - coronéis como superiores em poderio a Lampião - está o livro de Chiavenatto, que, por seu turno, só será apresentado aqui para ser contraposto ao de Shaker.

Shaker, em sua teoria política do cangaço, sugere que a fonte de poder de Lampião seria a fraqueza do coronelato em sua área de influência. Que os potentados locais não teriam suficiente força para combatê-lo e por isso entregavam-se às suas exigências e procuravam colaborar<sup>16</sup>. É bem possível, dentro de certos limites, que isto tivesse mesmo se passado. Para Chiavenatto, Lampião não passou de um brinquedo nas mãos dos potentados que o

---

<sup>16</sup> Esta explicação encontra-se também em Doria (1982 :46)

utilizavam para depor seus inimigos e eleger seus aliados. O cangaço, segundo este autor, durou enquanto se perpetuou o braço armado na fazenda, enquanto houve necessidade de defendê-la dos interesses de uma massa trabalhadora insatisfeita. As novas leis eleitorais, ainda segundo Chiavenatto, permitiram que os coronéis controlassem as eleições através dos votos de cabresto e a morte por encomenda substituiu as guerras de família. (1990 :117).

Quanto a Shaker, creio que sua hipótese esbarra em problemas factuais. Há evidências de que houve muitos fazendeiros que tentaram se defender, com homens e armas - muitas vezes fornecidas pela própria polícia militar, conforme informam os boletins da PM da Bahia.

Por outro lado, no que toca à proteção propriamente dita, existe um valioso texto de Chagas Filho publicado em *O Imparcial* que mostra claramente como operava o potentado chefe de cangaço (ou de jagunços, para empregar um termo mais genérico). Alfredo Barbosa paga uma certa quantia (500 mil réis segundo uns, menos, segundo outros) para reunir sob seu poder, propriedade e pagamento, homens que empunham com segurança e destreza as armas que ele lhes fornecerá e cujos disparos serão dirigidos pelos interesses políticos que lhe dizem respeito. Aproveita-se o coronel Barbosa de momentos difíceis que atravessam estes homens. Corisco e Arvoredo estavam sendo vítimas de intensa perseguição, assim como provavelmente todos os outros membros do bando de Lampião expulsos para a Bahia (edições de 17 a 20/8/1928). Existia, portanto, em momentos em que o poder dos cangaceiros era inferior, a possibilidade de homens do bando autônomos ganharem a vida e a proteção vivendo sob o comando de um chefe de jagunços - ou como jagunço, segundo a definição e Mello apresentada acima.

É bem verdade que não considero conveniente interpretar as relações políticas de cangaceiros e coronéis através deste momento excepcional que corresponde ao período compreendido entre 1927 e 28. A fuga para a Bahia, aliás será estudada adiante (em 3.2.3)

Via de regra, o cangaço de Lampião tinha uma relação que não comportava superioridade ou inferioridade constantes com os seus protetores, mesmo os mais ilustres. Nada, bem entendido, comparado ao que afirma Shaker. Seria pouco apropriado dizer que gente como Eronides de Carvalho ou José Pereira - o primeiro interventor federal em

Sergipe durante o Estado Novo e o segundo um político capaz de enfrentar João Pessoa, governador de seu Estado - não seriam capazes de enfrentar Lampião, no campo militar. Mesmo entre os que não contavam permanentemente com um exército regular, muitos tinham meios de o arregimentar. E a literatura sobre Lampião mostra diversos casos em que isto ocorreu. Nazaré foi, sem dúvida, o mais famoso deles. Falta de meios bélicos, falta de contingente, não são boas explicações para a ascendência militar e política de Lampião.

Os proprietários de terras e os comerciantes da região onde Lampião atuou, e sobretudo na primeira parte de sua história, não eram homens propriamente amedrontados, distantes da via das armas, à espera do saque futuro. Eram também homens violentos, prontos para a ação quando ela se apresentasse. Eram acima de tudo aglomerados ligados por laços de sangue e alianças que estavam dispostos e eram impulsionados a lutar em certos momentos nos quais não poderiam escapar ao seu destino sob pena de fortes sanções sociais. Já falei brevemente a respeito do sertão nordestino - mais marcadamente de Pernambuco com agudez maior no vale do Pajeú e na zonas do Navio e Moxotó - como uma sociedade de homens em armas.

Estou inclinado a pensar, e o tom dos bilhetes de Lampião é bastante ilustrativo<sup>17</sup>, que o problema estava mais direcionado a dois pontos que convergem num único sentido: 1. a dificuldade no zelo da propriedade como um todo. Quero dizer, seria improvável que se evitasse um ataque, sem data e hora marcados, a todas as propriedades, a todos os animais, a todos os parentes. Problema da mobilidade e da ubiqüidade do inimigo. 2. a dificuldade na manutenção de um estado de alerta constante dos homens em uso das armas. Estes homens, exceção feita aos especialistas, muitas vezes eram apenas agregados e moradores que, passado o perigo, voltavam às suas funções ordinárias de empregados da terra. Largavam então o rifle e empunhavam o arado e a enxada. Ademais - como colocou Mello - existe o problema da convivência prolongada com os especialistas das armas a serviço provisório e pago a quem se deveria recorrer nessas horas. Eles eram carne da carne dos atacantes. Mesmos modos, mesmos apetites. Fidelidade apenas relativa ao senhor temporário.

Defender-se constantemente de Lampião seria o mesmo que entrar de forma definitiva no mundo das lutas e das refregas. Não era, posso imaginar, a intenção dos fazendeiros e

---

<sup>17</sup>. Reproduções de mensagens de Lampião cujo conteúdo é de cobranças (entre outros), podem encontradas em Mello (1993)

comerciantes que utilizavam a violência como instrumento e não como finalidade de suas vidas. Este é o problema da inevitabilidade da especialização e da dedicação exclusiva às armas quando se quer combater Lampião. A solução poderia vir por duas vias: engajamento nas forças de perseguição; retirada do território e abandono ou venda dos bens. Ambos foram empregues. Os nazarenos por exemplo, a partir do ano de 1923, começaram a alistar-se ou a servir à polícia como civis (Ferraz, *op. cit.* :184).<sup>18</sup>

Os núcleos de poder que constituem os potentados locais são o resultado de alianças e no interior delas existem relações de prestação<sup>19</sup>. Estas relações envolvem alguns fatores elementares tais como interesses políticos, familiares, de amizade e financeiros. Fruto de alianças políticas entre potentados e cangaceiros, os núcleos de poder estão constantemente sujeitos a desaparecimento sempre que atitudes de alguma das partes desagrade a outra desfazendo laços, transformando cooperação em hostilidade. Se os núcleos de poder constituem *core area* devido às influências políticas e jurídico-policiais que produzem, sua dissolução não necessariamente transforma a zona de freqüentação predileta em local interdito. Embora inconclusas, as reflexões a respeito da formação das *core areas* apontam para a pluralidade de causas. Formam *core areas* motivos diversos e não apenas a possibilidade de esconderijo. No caso de simples esconderijo seria antes preferível falar em espaço dual, conforme foi trabalhado no capítulo 2.

O vasto território percorrido por Lampião teve como núcleos de poder inúmeras fontes, destaco quatro: o coronel José Pereira, chefe político de Princesa, Paraíba (em cuja vizinhança estava o município de Triunfo, reduto dos protetores de Lampião no ano de 1924, Marcolino Diniz e Marçal Diniz; o Cariri, onde estavam situados chefes políticos tradicionalmente protetores de cangaceiros em geral, dentre os quais destaco o Padre Cícero; os Carvalhos, de Sergipe, tendo como os maiores expoentes Antonio Caixeiro e seu filho, Eronides de Carvalho e os Brittos, importante família espalhada por Alagoas e Sergipe. Existe também o caso de Petronillo Reis, da Várzea da Ema, Bahia, mas por tratar-se de um caso especial será conveniente deixá-lo provisoriamente de lado.

Os relatos acerca das relações entre Lampião e José Pereira deixam entrever alguma distância entre os dois. A proteção dada a Lampião por este último teria sido intermediada

---

<sup>18</sup>. A este respeito há também o relato manuscrito de Euclides Souza Ferraz.

<sup>19</sup>. O sentido dado aqui a esta expressão é o mesmo do de Mauss no *Essai sur le Don*, com um reforço maior na idéia da relação dívida e crédito do que na de troca.

por outros chefes menos importantes. Era exercida diretamente por Marçal Diniz, proprietário da Fazenda Abóboras (Patos), sogro de José Pereira. Lampião era também amigo do filho de Marçal, Marcolino Pereira Diniz. No entanto, ataques no interior do Estado da Paraíba acabaram por irritar José Pereira que não só retira a sua proteção como começa a perseguir o bando. Não parece ter havido problemas no ataque à fazenda de Clementino Furtado, o Quelé, porque havia uma questão entre os dois. Mas pareceu um insulto a Pereira que Antonio e Livino atacassem Souza e a saqueassem (Chandler, 1981 :61-66). Lampião contrai então um inimigo poderoso. José Pereira era ligado aos Pessoa de Queiroz, parentes do ex-presidente Epitácio Pessoa. Foi por influência de Pereira que os primeiros nazarenos foram alistados na polícia. (Ferraz, *op. cit.* :185). Mostrarei adiante que o território de José Pereira não deixou de ser freqüentado por Lampião após 1924, data do ataque a Souza.

Freqüentado sim, mas sem a proteção do potentado. O núcleo de poder havia ali desaparecido. O mesmo parece ter acontecido no caso de Juazeiro e do Padre Cícero. Segundo tudo indica, Lampião seria intocável naquele Estado e o utilizaria até, segundo penso, como zona de esconderijo. Após 1927, porém, com o ataque a Mossoró, a intensificação da repressão e, talvez a morte de Floro Bartolomeu (ocorrida ainda em 1926), seria demasiado esperar do padre que continuasse a desempenhar o seu papel de coiteiro. A imprensa, principalmente a cearense, denunciava e indignava-se com o convite feito a Lampião para ingressar nas hostes legalistas à caça da coluna Prestes.<sup>20</sup> Além disso, logo após ser investido no posto de Capitão da Guarda Civil, Lampião teve sua patente desconhecida pelo capitão João Nunes ao tentar entrar pacificamente em Cabrobó. No retorno ao Ceará, quando dirigia-se a Barbalha, Lampião foi impedido pelo Padre Cícero de entrar em Juazeiro. (Chandler, *op. cit.* :84). Do mesmo modo, Lampião não deixou de

---

<sup>20</sup> Com efeito, o convite à Lampião chegou até à capital federal. O *Jornal do Comércio* de 1926 reproduz uma nota da *Última Hora* que demonstra a estranheza do envolvimento “das tropas de Padre Cícero e Lampião”. O jornal carioca alerta ainda aos nordestinos sobre os perigos desta aliança. Sobre a entrada de Lampião em Juazeiro ver e.g. Chandler (1970 :157). O *Ceará* publicou notícias quase diárias sobre a estadia de Lampião em Juazeiro em suas edições do mês de março de 1926. O *Jornal do Comércio* de 1926 reproduz a matéria de *O Ceará* (17/03) em que figuram descrição do bando, descrição antropométrica de Lampião e uma entrevista cedida por ele. (27/03)

frequêntar o Cariri, mesmo porque tinha ali outros aliados como por exemplo o coronel Pedro Silvino de Alencar, do município de Araripe.<sup>21</sup>

Diferente é o caso dos Carvalho. Até o fim eles estiveram ao lado dos cangaceiros. Ainda no ano da morte de Lampião, Eronides falava abertamente da presença do cangaceiro na fazenda Jaramataia, onde se deixou fotografar pelo político (*Jornal do Comércio*, 1938 - 30/07). Canhobas, no caso do pai, Gararu, no caso do filho, eram municípios desde onde emanava poder de atração sobre o bando.

Os Britto dominavam uma vasta área entre Alagoas e Sergipe. Alguns municípios como Piranhas, Entremontes, Propriá, eram municípios onde os Brittos tinham propriedades e poder. Dona Cira Britto Bezerra, viúva de João Bezerra, neta do coronel Antonio Menino, negou que seu avô fosse coiteiro.<sup>22</sup> Mas parece não ter sonegado o segredo a Mello anos antes:

“A revelação [de que Hercílio Britto, de Propriá, primo de D. Cira, era coiteiro de Lampião] nos foi feita, em quebra de velho segredo de família, por dona Cyra de Brito Bezerra (...) Ainda que não possa atestar o fato de forma direta, diz ter ouvido inúmeras vezes os seus pais e avós comentarem a audácia do parente, fruto da amizade verdadeiramente íntima que mantinha com o bandido, tornado seu mais eficiente ‘cabo eleitoral’ a partir de 1923, à base do empiquetamento de estradas, de surras, de incêndios em propriedades e, quando necessário, de assassinatos.” (Mello, 1983. :180)

Também Sila, viúva de Zé Sereno, chefe de Bando no período baiano, confirma a proteção dos Brittos: “Era a família dos Britto toda. Eles não podiam declarar que eram coiteiros. A família dos Britto era toda” (entrevista concedida ao autor em julho de 1995 em São Paulo).

O caso dos Brittos acabou por ter um desfecho dramático para o vaqueiro Domingos, do coronel Antonio Menino, este último avô de dona Cira. Tomado como o traidor de Lampião por Corisco, foi decapitado juntamente com demais membros de sua família.<sup>23</sup> O que significa que a família esteve com o cangaceiro até o fim.

---

<sup>21</sup> . A este respeito deve-se desconfiar da real dissolução dos laços entre Lampião e Padre Cícero. A edição de 12 de junho de 1928 de *O Imparcial* publica uma matéria na qual o envolvimento de Pedro Silvino com bandidos de Lampião (Lavandeira e Azulão, por exemplo) dever-se-ia a um pedido do padre.

<sup>22</sup> . Entrevista concedida ao autor em março de 1995 em Recife.

<sup>23</sup> . Sobre este episódio ver Conrado (*Última Semana de Lampião*), Araújo (1982b), Chandler (1981), entre outros.

A citação de Mello acima parece deixar claro que o núcleo de poder tem interferência importante na organização espacial do cangaço de Lampião. O núcleo converte temporariamente uma espacialidade de tipo itinerante numa de tipo irradiante por dois motivos. Passa a haver a possibilidade do esconderijo, do espaço dual, conforme foi descrito no capítulo 2, em virtude da proteção política, jurídica e policial, como será visto adiante (em 3.1.3). Além disso, existem determinadas tarefas que o cangaceiro deve fazer para o protetor. Tarefas políticas baseadas no princípio da reciprocidade. Hercílio Britto, diz Mello, era amigo de Lampião. Não havia qualquer vínculo de propriedade ou de superioridade fixas entre os dois. No entanto cada um servia ao outro em sua área de competência. Lampião respeitava o Padre Cícero, mas não lhe pertencia. E também esteve sob suas ordens. Tampouco havia qualquer vínculo entre Lampião e José Pereira, mas segundo o próprio Virgulino seu ódio tinha um motivo:

“De todos os meus protetores só um traiu-me miseravelmente. Foi o coronel José Pereira Lima, chefe político de Princesa, homem perverso, falso e desonesto a quem durante anos servi, prestando os mais vantajosos favores da nossa profissão.” (entrevista em Juazeiro. apud Macedo, 1970:177)

Ou seja, não havia propriamente cangaço “independente” das relações políticas. Do mesmo modo, não havia também cangaço absolutamente desligado das questões familiares. Ambos os fatores interferiam, ou melhor, compunham o território, a organização espacial e as *core areas*.

Os núcleos de poder eram agentes poderosos na criação de trajetórias que não eram próprias do espaço itinerante. O estabelecimento do bando junto a um município em época de eleições, a perseguição dos revoltosos e as eventuais empreitadas são determinantes espaciais produzidas por fontes exteriores àqueles que estão em deslocamento. Elas são geradas à partir de um centro irradiador. São momentos como este, de tumefação espacial, decorrentes da necessidade política do momento dado que modulam a organização espacial do bando de Lampião. Mostrei anteriormente, como exemplo, um caso extremo no qual um fazendeiro havia-se apropriado efetivamente dos serviços de diversos cangaceiros fugitivos do naufrágio de Pernambuco - entre eles Corisco e seu primo Arvoredo. Caso limite, como disse, que não chegou a se passar com Lampião, mas que é de extrema

utilidade para ilustrar o paroxismo da inferioridade política. Nessa situação o cangaceiro nada tem a oferecer ao potentado senão os seus braços armados de armas que sequer são suas.

### 3.1.2. A Amplitude Territorial e a Multiplicação das *Core Areas*

Existe, em todos os casos de banditismo abordados até agora, uma zona no interior da qual o homem armado e fora-da-lei prefere atuar. Nela, supõe ele, há uma série de facilidades ligadas à sua atuação. O cabra, como o entende Mello, atua nos arredores da fazenda onde mora. Apenas eventualmente sai dali para agir em outra parte. O mesmo se dá com o jagunço de beato. Os capangas tem sua área de predileção junto àqueles a quem servem.

Não há como negar que existe alguma imunidade para o fora-da-lei quando ele está na área de abrangência do seu protetor ou empregador. Um potentado pode (e vai) proteger o seu homem militar, política e juridicamente. Acima de tudo este último quesito é de grande importância para os agressores de aluguel. E é, segundo penso, a jurisdição na qual o potentado tem influência a escolhida como *core area* do fora-da-lei.

Quando o fora-da-lei não tem patrão, quando se trata de cangaceiros, o problema torna-se um pouco mais complicado. Lampião, por exemplo, como vimos, tem uma série de pessoas, mais ou menos poderosas, que o protegem, ajudam-no em momentos de dificuldades, escondem-no, municiam-no, etc. A estas pessoas passou-se chamar *coiteiros*. Mas cangaceiros como Lampião percorrem um território muito vasto, o que implica na multiplicação dos locais onde se sentem protegidos. Sem patrão, o cangaceiro deve criar para si uma longa série de *core areas*.

Os telegramas da Repartição Central de Polícia do Estado de Pernambuco dão uma clara idéia disso. Mostram que Lampião e seu bando, apesar de sua grande mobilidade, deslocam-se em torno de porções de território as quais demoram a abandonar. No interior delas pode-se por vezes testemunhar as vantagens que ali recebe.

É extremamente difícil saber se um comandante de destacamento que negligencia os seus deveres e não organiza diligências contra Lampião mesmo quando recebe notícias do bando nas proximidades da jurisdição que lhe compete é covarde, indisciplinado, apenas

negligente e preguiçoso ou se tem de fato um compromisso maior com os cangaceiros. O tenente Márcio, do município de Águas Belas, em Pernambuco, que é repreendido pelo telegrama de Sousa Leão do dia 21/6/28, é um caso exemplar. Ele está sentado em seu gabinete entrando constantemente em contato com a capital, enviando-lhe notícias de Lampião e daqueles que o perseguem. Não obstante, nota-se que os seus telegramas insistem em afirmar Lampião no interior do seu município. Há mesmo a impressão que o cangaceiro resolveu estacionar ali por algum tempo, como costumava fazer em certas ocasiões nos diversos pontos preferenciais, onde estava sob total proteção e gozava de absoluta segurança. Lampião estava na fazenda Bode, a apenas meia légua de Pau Ferro, no município de Águas Belas. A correspondência acusa-o ali desde o dia 1 de maio<sup>24</sup> até o dia 10 do mesmo mês. Em seus avisos o tenente Márcio não se refere a nenhuma perseguição. O telegrama seguinte já é de 14 de junho e diz que não há notícias de Lampião.

Há ainda, é claro, uma outra hipótese. A fazenda Bode era de propriedade do coronel Francisco Martins, talvez um potentado local. Por este motivo o tenente Márcio via-se de mãos atadas, como se costuma dizer, para tomar as providências esperadas por Sousa Leão. Esta última possibilidade apontada vem de encontro com a demora de ao menos nove dias de Lampião naquela propriedade. Martins tinha condições políticas e jurídicas de mantê-lo ali por um certo tempo sem que ambos fossem molestados. Possivelmente este coronel não teria meios de sustentar sua posição diante de volantes de outros municípios e sobretudo ante aquelas comandadas por ex-contratados que tenham tido questões pessoais com Lampião. Por isso, mesmo as estadias prolongadas devem ter sido submetidas a um controle relativo ao tempo de pouso politicamente sustentável como também às informações recebidas quanto às volantes que estavam nas proximidades. Apenas para exemplificar, se Manoel Neto estivesse por perto, creio que Lampião não se demoraria em parte alguma, nem mesmo no palácio do Catete. A menos é claro que ele, Lampião, tivesse condições favoráveis de ataque e vitória.

De fato, ainda no fim de junho de 1928, os telegramas de Águas Belas continuam dando notícias de Lampião nos arredores de Pau Ferro. Não resta dúvida de que esse é um caso exemplar de constituição de *core area*. Resta apenas saber se estes momentos representam

---

<sup>24</sup> A data do primeiro telegrama é confusa porque está apagada. No entanto, cheguei à conclusão de que deve ser de 1 de maio e não de março porque o telegrama seguinte da mesma cidade é de 10/5.

períodos de fraqueza política ou de fortalecimento ou ainda se estas relações não têm qualquer implicação neste caso.

A presença de Lampião em Águas Belas, mais precisamente em Pau Ferro, tornou-se constante. Fora algumas arremetidas em Alagoas, nas proximidades à divisa com seu Estado natal, Lampião encontra-se naquele município de maio a junho de 1928. Evidentemente não se deve confundir o fato de ele "estar ali" nem com a imagem de Lampião parado naquele lugar, nem sem sair dali. Ele transita um pouco por toda a parte nas proximidades. Vai à Serra Negra, a Vila Bela, ao Navio. Mas é precisamente esta a noção de *core area*: ela é uma região preferencial, o que de forma alguma significa exclusiva ou pontual, de localização.

É ainda significativo confirmar a idéia de que a originalidade deste tipo de *core area* é que ela é fluida, não-fixa e que tem reguladores à sua criação e à sua destruição ou abandono. As forças de repressão, responsáveis pela perseguição parecem sentir esta característica de deslocamento na própria pele. De Custódia o tenente Higinio Belarmino afirma que os bandidos têm viajado "por caatingas diferentes de seus pontos antigos". (RPC Diversos Municípios, 7/08/27). É bem verdade que estes reguladores são eminentemente políticos já que as condições propícias de ocupação são produto de alianças com potentados. Não obstante, como resultante das alianças políticas, surgem soluções de outra ordem, como as que chamarei econômica, jurídica e, por extensão desta última, policial. O coronel Martins, de Pau Ferro, deve ter tido meios suficientes para não permitir ao tenente Márcio a invasão de suas propriedades, isto num nível de poder territorial mais simples. Na extensão deste poder está o próprio município que pode estar sob sua total e direta influência, ou sob influência de outro coronel a quem ele estará submetido. Eis então a solução policial decorrente da aliança.

Em seguida, a aliança soluciona problemas econômicos e que são, regra geral, logísticos. Armas, munições, roupas, comida (eventualmente mulheres). Ninguém senão o potentado tem condições para conseguir fuzis *Mauser* modelo 1908 e eventualmente 1922. O mesmo valendo para a munição, e acima de tudo para ela, pois as armas duram enquanto deve-se sempre recorrer às fontes de munição que se esgota. O que reduz a possibilidade de afastamento absoluto destas fontes.

Por último a solução propriamente jurídica, de menor importância, pois creio que não seria eficaz no caso de Lampião já desde 1922. Em alguns telegramas Sousa Leão reclama de pedidos de *habeas corpus* feitos por magistrados de certos municípios a bandidos presos ali. É o caso do Juiz da comarca de Vila Bela, onde age Joaquim Ignacio de Medeiros. O major Teófanos Torres, em seus telegramas de 1927 a Sousa Leão (como por exemplo o de 9/10 de 18:50) reclama insistentemente da proteção de que este "criminoso de morte" goza no interior desta cidade. Afirma que tal fato é de responsabilidade do juiz de direito da comarca.

O caso de Lampião, mesmo estando fora do alcance do *habeas corpus* (tratando-se particularmente dele e não de todos os elementos de seu bando<sup>25</sup>), criou artificios que lhe permitiram: contar com o auxílio político na solução do problema policial; fazer com que a sua *core area* não estivesse limitada ao domínio de um único potentado local.

Além disso, mesmo fora do alcance do *habeas corpus* a influência de um juiz de direito de uma comarca pode obstruir constantemente a ação da polícia. É o que parece ter feito o Dr. Santa Cruz da Comarca de Vila Bela. Segundo os telegramas do dia 16/12/27 trocados entre Sousa Leão e Teófanos Torres, este magistrado (a quem Souza Leão chama "Lampeão Togado" no telegrama a Teófanos do dia 20/12/27) parece ter agido juridicamente justo no ponto mais importante e mais útil da ação policial: a ação sobre os coiteiros e sobretudo na ação violenta sobre eles. Podendo assim, como diz Teófanos, iniciar processos a qualquer momento contra os seus comandados, Santa Cruz inibe e controla os espancamentos e as prisões injustificadas a camponeses. Segundo Souza Leão, Santa Cruz "deseja entorpecer" a ação do governo contra os bandidos. Em 16 de dezembro Teófanos afirma que ele tenta influenciar autoridades locais dizendo que ele agiu à força sobre os coiteiros. Diz que assim anula a ação policial que se torna impotente diante dos protetores, que gozam de direitos de impunidade, "mesmo provada conivência com scellerados." Diz que Santa Cruz está ligado a interesses subalternos, a protetores, bandidos, fornecedores de armas e munições e que tenta criar-lhes toda sorte de dificuldades. Diz ainda que Santa Cruz pode a cada momento iniciar processos contra seus

---

<sup>25</sup>. Em 10 de setembro de 1927 o delegado de Leopolodina, José Vieira, avisa a captura de um bandido de Lampião e pede rápidas providências dada a ameaça de pedido de *habeas corpus*. O mesmo aviso faz Souza Leão a Edézio Roriz referindo-se ao município de Belem de Cabrobó (26/12/27)

comandados e que o promotor é digno, porém fraco e deixa-se levar pelas artimanhas do juiz.

Já parece estar suficientemente provada a importância da ajuda da justiça para a existência, manutenção e sobrevivência de Lampião e seu bando. Os coiteiros poderosos não precisavam e mesmo promoviam a ajuda jurídica, ponto também tocado por Teófanos na mesma correspondência.

O telegrama de 13 de abril de 1928 de Teófanos Torres revela um dos estratagemas empregues pela polícia na perseguição de Lampião. Estava claro para os comandos que Lampião gozava de homizio numa série, extensa mas não ilimitada, de propriedades nos Estados que percorria. Estes locais, a que chamavam *esconderijo* estavam espalhados por regiões que criam conhecer através da frequência da presença de Lampião. A partir disso tentavam então atrair, por meio de “suborno jurídico”, alguns ex-cangaceiros desertores ou encurralados. Prometiam-lhes liberdade caso auxiliassem na perseguição e revelassem os locais de homizio de Lampião.

Não obstante a idéia que os policiais faziam da organização espacial de Lampião, verifica-se ao longo do correr do tempo que tanto os pontos criados no territórios quanto o próprio território percorrido fora-se ampliando e com isso também as *core area*. Veja-se por exemplo o que dizem as notícias sobre ele e seu bando no ano de 1922: nesta sua primeira fase de chefia pode ser encontrado quase exclusivamente em Pernambuco, na Paraíba e no Ceará. Este seu primeiro território de ação circunscreve-se da seguinte maneira: no extremo oeste está Bodocó; no ponto extremo a leste, Flores; a sul, sua cidade natal, Vila Bela; e a norte Milagres ou Barro (a distância entre um e outro é de cerca de 20 km, apenas). Isso no que diz respeito às notícias que surgem na imprensa sobre sua aparições. Essas fontes são as únicas então e ainda raras. Mas são tão confiáveis quanto a correspondência policial, pois são a sua própria reprodução. São também sintomas da constituição de área territorial e de *core area* a ampliação de sedes de batalhões. Em 1923, referindo-se a 22, o então chefe de polícia de Pernambuco fala do estabelecimento de sedes em Triunfo, Belmonte, Brejo dos Santos (CE), São José das Piranhas e Conceição (PB). Nota-se que se trata ainda de um território pequeno, mesmo incluindo-se aí localidades notoriamente visitadas como Nazaré e Tacaratu. Nazaré era um centro de desafetos que

Virgulino parecia querer liquidar. Tacaratu era a zona de domínio de seu célebre coiteiro o coronel Angelo Gomes de Lima, o Angelo da Jia.

Mas apesar da incorrência de Lampião neste território ele parecia ter sua zona de eleição. Eram as fronteiras com os Estados da Paraíba e do Ceará na altura de Belmonte e Triunfo. Através da primeira atingia Milagres e o Barro, onde vivia o major José Inácio; da segunda chegava até Princesa, do coronel José Pereira.<sup>26</sup>

No ano de 1923 verifica-se uma ampliação a sul. Os dados são indiretos: Silva Rego pede o aumento de efetivos em Jatobá do Tacaratu (atual Petrolândia) e em Floresta. Seria evidentemente uma precipitação dizer que Lampião começa a descer para a Bahia. Mas é bastante seguro que sua área preferencial aumentou e tal fato é sentido pelas forças de repressão.

Em 1924 muita coisa acontece. Mas é prudente reforçar a idéia de que o ataque a Souza em 3 de agosto reverteu o ótimo quadro político de que Lampião dispunha na Paraíba. Aquele que era seu protetor tornou-se seu ferrenho perseguidor. A área de segurança tornou-se área de ataque; os que gozavam da proteção e imunidades decorrentes da aliança passaram a correr perigo.

Se o analista dá um salto até o ano de 1926 encontra um panorama um pouco diferente. Em primeiro lugar surpreende a carga de informações jornalísticas sobre o cangaço em geral e a respeito de Lampião em particular. Como teria ficado, segundo estes dados, o território lampiônico e onde poderiam situar-se as suas *core areas*? Ao Norte o Cariri segue sendo o ponto mais extremo; a oeste Cabrobó; a leste Rio Branco (atual Arcoverde). A grande novidade vem do sul: Lampião passa a incorrer bastante em Alagoas na região compreendida entre Piranhas, Paulo Afonso (atual Mata Grande), Pão de Açúcar, Água Branca e Santana do Ipanema. Não que ele jamais tenha visitado anteriormente este Estado. Como já foi dito, houve o célebre ataque à Baronesa de Água Branca. Também, conforme D. Cira Britto Bezerra, o jovem Virgulino fora almocreve de seu avô e conhecera sua mãe ainda criança.<sup>27</sup> Além do que, já em 1922 Lampião é assinalado muitas vezes neste

---

<sup>26</sup> Ainda em 1922 passam a existir desconfianças entre as ações do cangaceiro Ulisses Liberato, que atuava em Sergipe, com dois políticos: José Fernandes, de Pombal, e José Inácio. Ainda em 1922, dizia um jornal da época, sua fazenda é invadida e ele é morto pela polícia (*Diário de Pernambuco*, 1 e 8 de abril de 1922). No entanto, já foi referida a acima a sua fuga para Goiás neste mesmo período, sendo que esta informação tem como fonte o próprio Sinhô Pereira. O caso de Triunfo e Princesa é mais tardio e a freqüentação de Lampião nestes municípios data de 1924.

<sup>27</sup> Entrevista concedida ao autor em março de 1995 em Recife.

Estado pelos informes dos jornais. A novidade está no fato que Lampião percorre sistematicamente esta zona durante um período de aproximadamente dois meses fazendo apenas algumas incursões em Pernambuco nos municípios de Jatobá do Tacaratu (hoje Petrolândia) e Espírito Santo (atual Inajá), ambas próximas à fronteira alagoana. Isso entre junho e setembro desse ano.<sup>28</sup>

Em 1927, se supomos que poder gera deslocamento (e em certos casos em Lampião isto é verdade), o novo capitão do exército brasileiro vai andar muito. Devido à intensa repressão movida pelo governo da Pernambuco, e à frente dela Eurico de Souza Leão, existe muita informação sobre os passos do cangaceiro.<sup>29</sup>

No fim de 1927 Lampião elege o município de Águas Belas (PE) e lá se deixa ficar durante um certo tempo. No volume de correspondência relativo a Diversos Municípios há notícias dele nos arredores desta cidade entre os dias 1 e 31 de dezembro. É sem dúvida uma estadia longa para o momento. Mas aqui parece estar a prova de estadia longa não significa estacionamento. Lampião é visto em diversas localidades tais como Manari, Assurema, Mariana, Negras, no município de Bom Conselho, etc. Provavelmente haveria nos arredores um coiteiro importante, como afirma Souza Leão ainda em 1 de dezembro (ver em 3.1.3). Em 30 de dezembro quem acusa o envolvimento do coronel Francisco Martins é um provável coiteiro do próprio cangaceiro, Luiz Lima, filho de Angelo da Gia. Em 27 de dezembro Teófanos denuncia a existência de coiteiros de Lampião em Buíque, Águas Belas, Paulo Afonso e Santana do Ipanema; precisamente a zona de ocupação no período equivalente. Em Paulo Afonso chega mesmo a acusar o fazendeiro Herculano, da serra Manoel Gomes.

A presença de Lampião no sul do Estado contrasta com o que ocorreu no início da segunda metade do ano. Neste período ele esteve mais ao norte, fazendo eventuais incursões à Paraíba e ao Ceará. Buíque foi bastante freqüentado em outubro. Com efeito em 2/12 Teófanos acusa Antonio Guilherme Gameleira, daquele município, de haver sempre sido “amigo e coiteiro de Lampião”. Mas a principal área de incorrência é a zona compreendida entre Triunfo e Vila Bela. Em verdade, neste mesmo período, Teófanos

---

<sup>28</sup>. Os dados referentes aos locais visitados por Lampião no período acima referido foram retirados em *Jornal Pequeno*, 1922, 1923, 1924; *Diário de Pernambuco*, 1922 e 1926; Relatório dos chefe de polícia de Pernambuco Sergio Loreto, 1923 (referente ao ano de 1922) e 1926; *Jornal de Recife*, 1925; *Jornal do Comércio*, 1926.

<sup>29</sup>. O documento privilegiado aqui são os boletins da Repartição Central de Polícia de Pernambuco de 1927.

Torres diz a Souza Leão que desconfia do subdelegado de Triunfo, Joaquim Paixão pois crê que ele “tem servido de conduta de carta dos bandidos Lampião e Sabino, para pessoas residentes aqui pedindo importancia como trouxe para D. Julio Medeiros” (21/9) e por isso pretende desarmá-lo.

Também é notório o envolvimento já antigo da família Pereira, herdado por Sinhô e Luiz Padre. A maior repercussão policial recai sobre Izidoro Conrado, membro da família, proprietário da fazenda Pitombeira em Vila Bela. Apesar de se dizer inimigo de Lampião, o informe de Teófanês datado de 22 de outubro afirma que o cangaceiro e seu bando estiveram “Durante toda a tarde hontem atravessando propriedades” suas. Ainda em 31 do mesmo mês, Teófanês acusa Conrado de ligações com Lampião pois em 23 de outubro sua propriedade fora novamente cruzada, tendo o cangaceiro encontrado dois homens armados e o deixado sem mesmo tomar as suas armas. Diante de tal fato, Souza Leão, em 1 de novembro, recomenda a invasão da fazenda e a apreensão das armas.

Os cangaceiros necessitam muito de coiteiros intimamente relacionados a eles. Apenas o poder de certos protetores ou a ajuda comprada a pequenos proprietários não lhes basta. Sila afirma que jamais havia confiança nos coiteiros pois havia dois tipos de perigos: 1. a traição voluntária (“o coiteiro sai correndo pra cidade atrás da polícia”). Este tipo de delação não é tolerado pelos cangaceiros; 2. a delação forçada (“quando a polícia vem, vem batendo matando, eles acaba falando...”) totalmente aceita e por vezes incentivada pelos bandoleiros.

### 3.1.3. A Implicação Política da *Core Area* Lampiônica

Um telegrama muito esclarecedor para assuntos tocantes à *core area* e suas interações políticas é o de 27 de dezembro de 1927, no qual Teófanês Torres afirma que Lampião tem protetores em determinados locais, como Buíque, Águas Belas e Paulo Afonso. Dizia eu anteriormente que a presença insistente de Lampião em Águas Belas na metade daquele ano só poderia ser decorrente da existência de coiteiros relevantes, criadores, não apenas de pontos, mas também de *core area*. Deve ser bem discutida a capacidade de certos coiteiros criarem pontos e de outros criarem *core area* no território, pois são dois fatos muito diferentes. Deve-se saber qual dos dois é o mais influente e o mais importante. Mesmo porque estou inclinado a crer pelos dados, acima de tudo dos telegramas, que a

criação das *core areas* aproxima, mas apenas relativamente, a produção espacial do jagunço (aqui como termo genérico para aquele que oferece seu braço armado em troca de proteção) daquela de Lampião. O coiteiro produtor de ponto confere maior liberdade ao cangaceiro porque este só depende dele como fornecedor de material, como apoio logístico. Daí que o produtor de *core area*, pela maior abrangência e pelo maior valor do "produto" que oferece ao cangaceiro tenha também maior ascendência sobre ele. Não (há que se ressaltar) que produtor de ponto e produtor de *core area* sejam funções excludentes. Muito pelo contrário, creio que devem mesmo muitas vezes ser executadas pelas mesmas pessoas. Afinal tem que se ser influente para poder conseguir armas militares, como já foi referido. Mas pelo fato de que há coiteiros criadores de ponto que não têm poder para criar *core area* acho que a distinção vale a pena. Ocorre também que pela criação constante de pontos novos no território, Lampião e posteriormente seus chefes de subgrupo estão capacitados para produzirem novas *core areas* sem que elas estejam sob o poder de nenhuma figura influente. Mostrarei a seguir que a área preferencial pode ser criada sem que haja interferência de coiteiros relevantes no plano político ou econômico.

O mais importante é distinguir inicialmente alguns tipos de *core areas*: 1. é jurisdição de influência de um coiteiro poderoso e por isso aproxima-se muito do núcleo de poder. Por outras palavras, a dita região é zona de comércio de favores entre cangaceiros e coronéis. Onde há desvio centrípeto ou centrífugo do espaço de tipo itinerante tornando-o irradiante. Regra geral, é necessário apenas um fazendeiro ou uma família importante para a formação desta espécie de *core area*; 2. criada a partir de pequenas alianças ou intimidações a pequenos proprietários que lhes fornecem condições básicas de subsistência. Coiteiros assim fornecem alimentação, fazem compras, confeccionam objetos. É o que parecia fazer, por exemplo Baião Gustavo no município de Triunfo.<sup>30</sup> Todavia, devido ao fato de que vaqueiros de proprietários importantes podem também desempenhar tais funções, direi que a principal utilidade desse coiteiro é a rede de informação e contra-informação da qual é o meio de difusão privilegiado; 3. região de atuação violenta ou de venda de proteção. Já foi insistentemente tratado na literatura lampiônica que Lampião vendia proteção para quem quisesse comprá-la. Estão aí compreendidos latifundiários, cidades, comerciantes, etc. O procedimento era simples e bastante conhecido: cartas de

---

<sup>30</sup> "Estão apuradas responsabilidade criminosa coiteiros Baião Gustavo prezo [por] Luiz Triangulo bem como Aumareias Gustavo irmão daquelle e duas mulheres que prestavam a Sabino serviço de espionagem, compra mercadorias Trimpho" (RCP Vila Bela, 1927 - 21/10).

pedido de ajuda eram emitidas e enviadas nas mãos de *positivos*. Se a quantia fosse negada danos seriam causados.<sup>31</sup> Chamarei de “imposto” a este tipo de procedimento. Mas era, segundo Ioiô de Professora, recorrente que o contribuinte não tivesse o valor pedido no momento certo. Não se pode esquecer que é uma época e uma região bastante descapitalizada e que os pedidos de Lampião nunca eram inferiores a um conto de réis.<sup>32</sup> O procedimento regra era o crediário. Quem não podia pagar na hora pagava a prazo. Posso imaginar que o total dos credores e aqueles que colaboravam sem maiores problemas criavam, também eles, pontos suficientes para que houvesse produção de *core area*. Além do que, em certos lugares Lampião era bem recebido apenas pelo respeito e temor que despertava. Era o exemplo da própria Cumbe, atual Euclides da Cunha. É mais uma vez Ioiô de Professora quem diz que sua chegada naquele município era sempre bem vinda pela população e pelas autoridades; 4. Segundo Mello, Lampião tinha como medida logística o hábito de fabricar mini armazéns de armamentos em plena caatinga cerrada.<sup>33</sup> A localização destes armazéns possibilitava o socorro logístico em casos de carência ou urgência numa zona de ocorrência relativamente freqüente. Não creio que o equipamento militar fosse abandonado sistematicamente. É claro que a localização poderia ser consequência e não produtora de *core area*. Mas é inegável a importância do armamento na empresa cangaceira. Daí que, mesmo em consequência, as armas ocultas acabariam por ganhar estatuto de causas de ocupação prolongada numa determinada região.

#### 3.1.4. Espaço Dual no Cangaço de Lampião?

Se a *core area* é em geral um produto do político e se seus resultados são proveitosos no campo econômico, policial e jurídico, não se deve descuidar do aspecto geográfico. Este último também é importante como produtor de *core area*, como ilustra o telegrama de 3 de novembro de 1927, de Teófanes Torres. Ali está explicado o motivo pelo qual Lampião

---

<sup>31</sup> . Há inúmeros relatos na bibliografia geral indicada no fim do texto. Um exemplo é a história que Ioiô de Professora, residente em Euclides da Cunha, reproduziu para mim o episódio de Luiz Lua que teve a vida comercial arrasada por recusar-se a pagar o que lhe foi exigido. A história também foi contada, com diferença de detalhes, a Fontes (1988).

<sup>32</sup> . Para que se tenha uma idéia do que isso representava, este era o preço que um terreno em Salvador de 6 metros por 25 custava em 1929. Em 1926 se poderia comprar um Ford Sedan quatro portas com cerca de 7 contos.

<sup>33</sup> . A informação é do ex-cangaceiro Candieiro e foi passada a Mello através de uma entrevista gravada em VHS. Os detalhes da construção são relatados ali. Levantava-se um toldo a poucos centímetros do solo sob o qual deixava-se as armas. Posteriormente cobria-se o toldo com vegetação espinhosa. Sila, em entrevista ao autor, confirmou a existência de tais armazéns.

escolhe um determinado local para sua instalação. A explicação é de alguém que conhece o terreno. A área compreendida entre os lugares Poço e São Lourenço, nas proximidades da fronteira paraibana, é de grande utilidade para momentos de intensa perseguição. Nela existem três elementos importantes: baixa densidade populacional, o que desde logo reduz a capacidade informativa; serras, o que confere ampla possibilidade de esconderijo e emboscada e, enfim, água. A correspondência policial está repleta de insinuações e certezas de que Lampião recorre a zonas como estas em determinados momentos. Não só as regiões de difícil acesso seriam, segundo eles, requisitadas pelo bandoleiro, mas também locais de esconderijo patrocinados por proprietários.

O local de homizio, ou coito, é interpretado pela polícia como um lugar de esconderijo onde os cangaceiros aproveitariam não apenas para ocultar-se à perseguição. Ali também descansariam, recobriam forças através de alimentação e sono adequados, despachariam positivos portando informações, receberiam novos dados a respeito da movimentação das forças, adquiririam equipamentos e vestuário em melhores condições, etc. De fato o coito tem todas estas funções e disto tratarei em 4.6.2. O que intriga todavia, é a afirmação de que o coito é um local de esconderijo. Isso porque dizer que há esconderijos no cangaço de Lampião seria algo muito semelhante a reconhecer em sua organização espacial a dualidade territorial existente em outros tipos de banditismo, como foi mostrado no capítulo 2.

Por outro lado dizer que Lampião “dualiza” o território implica na verificação positiva da extrema complexidade e inconstância de seus métodos espaciais. Não resta dúvida que de fato Lampião transformou-se numa espécie de centro de gravitação para alguns de seus sub-grupos no período posterior a 1928. Entretanto, inferir daí que já havia dualidade territorial antes disso requer análise mais cuidadosa.

As informações à disposição apresentam um Lampião irrequieto até 1927. Chega a fazer incursões longas como a ida a Mossoró. É bem verdade que o “rei do cangaço” talvez jamais tenha sentido até então toda a força de sua majestade. Tinha munição e armamento de primeira para grande parte de seu numeroso grupo que chegara a ultrapassar os cem homens. Para os que supõem alta mobilidade conjugada a ampliação de poder está aí apresentado um forte argumento. Em 1927 Lampião se move muito. Contudo aqueles que preferirem a tese contrária também podem ser satisfeitos com os dados. Ainda em 1927, no decorrer do declínio vertiginoso de suas forças causadas pela prisão de inúmeros

componentes de seu bando, pela intensiva e *enérgica* (para empregar a terminologia contemporânea ao fenômeno) repressão aos coiteiros, os minguados sobreviventes e leais parceiros andaram muito. Os telegramas enviados por Teófanés Torres a Souza Leão confirmam esta idéia não apenas pela localização constantemente cambiante, mas também e acima de tudo em virtude das declarações oriundas de coiteiros *apertados* que confessavam os encontros com o bando. Os demais cangaceiros já não davam conta do esforço sobre-humano que lhes era exigido. Em 8 de outubro Teófanés Torres informa a Souza Leão que houve notícias do grupo de Lampião em São João do Barro Vermelho através de um mensageiro enviado pelo cabo Rodrigues “onde um delles cahindo de fome pedio comida sendo que o negro Felix deitado no chão não mais podia andar de fome”. Em 24 do mesmo mês o guia capturado José Grande conta a Teófanés,

“...que afora Lampião e Sabino que aparentam satisfação demais bandoleiros se achavam verdadeiramente estropeados (...) dizendo que não mais supportavam marcha puchada nem pezo que conduziam.”

Como se vê, os informes telegráficos do final de 1927 já apresentam um quadro bastante negativo do efetivo e das condições gerais do bando. É bem verdade que deste momento em diante começa a haver um esfacelamento tático do grande bando anterior em diversos grupos pequenos e esparsos. Mas a principal razão da diminuição do contingente são a deserção, as mortes e as prisões. O relatório das atividades policiais referente a 1927 mostra um lista de 40 bandidos mortos e 194 capturados pertencentes às 17 quadrilhas detectadas nos sertões pernambucanos.<sup>34</sup> É esta “caça às bruxas” a responsável pelo seguinte informe: “...oito bandidos famintos e maltrapilhos seguiram direção Paulo Affonso.” (RCP Vila Bela, 1/10/27). É provavelmente também a responsável pela intensa mobilidade promovida por Lampião. O sargento Afonso em 18 dias de diligência alcançou Lampião em quatro localidades diferentes (id., 8/10).

Apesar de que é bem verdade que uma das funções do coito é o esconderijo não parece ser exato afirmar daí que exista em Lampião, no período anterior ao segundo semestre de 1928, um espaço dual conforme foi descrito no capítulo 2 a respeito de outros tipos de banditismo. A existência de um ou vários locais de homizio não é sinônimo de proteção deste local por parte de Lampião. Lampião não se priva de atacar municípios onde conta com proteção e esconderijo. Durante o tempo em que esteve em Águas Belas alguns locais

---

<sup>34</sup>. Relatório dos Serviços Realizados Por Esta Repartição Durante o Anno de 1927.

foram atacados tais como Manari. Da mesma forma a população de Assurema estava em pânico com a proximidade do bando.

É claro, com a intensificação cada vez maior da perseguição das forças volantes existia sempre o socorro da retirada para locais inóspitos ou desabitados, como já foi referido acima. Em tais lugares podiam sempre conciliar segurança, descanso e suporte vital. A serra, por motivos que serão apresentados no último capítulo, é a mais aconselhável das disposições de relevo para suprir todas estas necessidades, sobretudo a da recuperação física.<sup>35</sup> O sertão de Pernambuco, neste sentido conforma-se muito bem a tais exigências. As palavras são do então delegado de polícia de Jatobá do Tacaratu: "...Situação topographica nossos sertões diferentes estados vizinhos que também conheço parece foi feito proposito criação salteadores..." (RCP Diversos Municípios, 12/10/1927). Locais como o Raso da Catarina (embora o exemplo não seja totalmente satisfatório porque o Raso não oferece boas condições de sobrevivência) são evidências da dualização do território em Lampião, mas mostram também que ela ocorre em momentos excepcionais. Só então - nestes casos de retiradas - pode-se falar em dualização do território com segurança, pois apresenta-se uma clara tendência de refúgio desvinculada do interesse ao ataque visando ao mesmo tempo a regeneração física ou material do estado geral do grupo com fins ao ataque posterior em outra zona.

O panorama espacial transforma-se radicalmente após a entrada em território baiano, em especial imediatamente após a esta entrada. A própria retirada de Pernambuco representa esta modificação, como mostrarei adiante (em 3.2.3). Lampião funda uma sede à partir da qual começa a arregimentação de homens ou reunião de fugitivos que chegaram àquele Estado antes dele. Utiliza para isso a região dominada por um fazendeiro poderoso como era o coronel Petronillo Alcântara Reis da Várzea da Ema, no nordeste da Bahia. Foi visto anteriormente (em 3.1.1) como o coronel Alfredo Barbosa aproveita-se de um momento

---

<sup>35</sup> Um interessante exemplo de esconderijo em serra é descrito pelo tenente Teófanés Torres: Lampião "oculto esconderijos cordilheira serra limites este municipio com Princeza e Conceição Parahyba. (...)Hontem depois entendimento sargentos Affonso vg Manoel Netto e Luiz Triangulo esse commandante força Princeza cada qual seguio como combinado PT Luiz Triangulo [?] toda aquella região por volta doze horas percorrendo garganta serra logar Sitio Vermelho municipioTriumpho inesperadamente sahio em cima esconderijo Lampeão sendo alvejado pelos bandidos travando tiroteio resultando precipitada fuga bandoleiros." Diz que Manoel Netto e Affonso seguem Lampião que vão "atravessando serras quasi intransponiveis." Pela manhã de hoje Lampião e seus homens "estavam [?] rancho feito e barracas armadas de muitos dias dispondo n'aquelle local de panellas vg [?] sacco feijão vg sal vg tendo ali sido encontrados muitos retalhos de brim mescla que estavam costurados PT" (RCP Vila Bela, 21/10/27). As interrogações entre parêntes retos significam passagens ilegíveis no texto original.

difícil para os cangaceiros levando a cabo o fim de arregimentá-los para seu exército particular. Aquele território não pode ser área de ataque. Mas os arredores o são. São freqüentes as notícias de que Corisco roubava gado naquele período. Também Lampião, sob a guarda de Petronillo, promovia festins às custas de gado roubado aos fazendeiros vizinhos (Gueiros, 1953). É curioso também verificar que esta provável dualização do território arrasta consigo uma novidade nas atividades econômicas de Lampião. As empresas caracteristicamente guerreiras, como o saque e a extorsão em troca de proteção, o seqüestro, etc., dão passagem ao comércio. Desde que Lampião chega à Bahia começa-se a ouvir rumores de vendas de gado roubado, meio através do qual ele jamais recorrera para sobreviver. O gado, abatido nas fazendas pelas quais passava o bando, tinha antes tão somente dois empregos: alimentar os homens e causar danos aos inimigos ou aos inadimplentes. Acrescente-se a isso o fato de que uma parcela do gado abatido (aquele consumido em momentos de tranqüilidade) era comprado. Ou seja, era procedimento ordinário do bando chegar numa propriedade rural, solicitar uma refeição e recompensar financeiramente os que tiveram gastos e trabalho para servi-lo.

Antes e depois deste período de longo estacionamento nos domínios de Petronillo Reis não se ouve falar em comércio no cangaço de Lampião. A menos é claro que se entenda como tal a venda de proteção e de paz.

### 3.1.5. Mobilidade Intensa e Tecnologia de Transporte

A expressão “tecnologia de transporte” será entendida de duas formas diferentes e apenas uma delas será abordada neste momento. Em primeiro lugar todo o aparato técnico necessário ao *improvement* da caminhada forçada e da vida nômade no sertão. Indumentária, recipientes, formas de alimentação, etc. Em segundo, e que será tratado em 4.7, o motor do deslocamento, ou por outras palavras: quais são os veículos que levam o cangaceiro?

Numa produção de extrema utilidade em VHS, Mello (1988) apresenta um manequim vestido com peças cuidadosamente reproduzidas da indumentária dos cangaceiros do período lampiônico. Reproduzirei a descrição da indumentária na mesma ordem que Mello o faz em seu documentário. O chapéu do cangaceiro é uma ampliação do chapéu típico do vaqueiro. Feito de couro, tem as suas abas quebradas para cima possibilitando a

visualização dos enfeites, também em couro, que ali são aplicados. O que não quer dizer que o ato de quebrar as abas, como tampouco a ampliação do chapéu tenham aí a sua explicação. Muito antes da utilização de enfeites ele já era desmesuradamente grande. As fotos dos jagunços de Juazeiro, em 1914, já mostravam as grandes abas dos chapéus dos jagunços. Embora antiga, sua utilização deve ter tido início ainda neste século. Oliveira (1920 :82) afirma o seguinte:

“Hoje descrevendo aqui o Coko Seco, vejo que elle era um cangaceiro à antiga: chapéu pequeno, alpercatas de correia, uma faca de ponta de um gume só, e, apenas, de palmo e meio de folha, uma pistola de espolêta, um bacamarte de pedra e fuzil, que nem já se usa mais, e uma grande cartucheira de ouro coberta de pala, cheia de cartuchos, para carga de arma antiquada”

E confirmando as tendências contemporâneas da moda descreve a indumentária de Mané Chiquinha:

"Grande chapéu de couro quebrado adiante e atrás, meio á Napoleão, enfeitado com uma rosa encarnada, e de largo barbicacho, espécie de cilha na testa, logo acima das sobrancelhas: um lenço encarnado posto do pescoço á cintura, servindo de peitoral, um bernal cheio de balas e um cobertor de lã, postos á tiracolo; um patuá e uma cabaça de collo amarrados á cintura e onde trazia mantimentos e agua para as grandes travessias; alpercatas de rabicho; cartucheira de arma longa e de arma curta; um grande punhal de dois gumes, cabo de prata e ouro, posto por traz das cartucheiras, ao nível do abdomen, de cima para baixo, da direita para a esquerda, de molde a ficar o cabo á altura do hypocondrio direito e a ponta para além do quadril esquerdo, uma pistola *colt* presa da cintura ahi pela região para-umbilical do mesmo lado; um longo facão, modelo de baioneta, pendido na anca; e uma carabina, das do Exército Nacional, typo 908, sua arma predilecta."(id :102)

Volto então à descrição de Mello, de resto, muito semelhante à de Oliveira. O chapéu é guarnecido pelo que o sertanejo chama “as três barbelas”: a testeira, que no caso dos cangaceiros lampiônicos era ajazada com moedas de ouro e de prata; o barbicacho dianteiro, saindo das laterais do chapéu e unindo as duas fitas de couro de que é composto na altura do queixo e prosseguindo mais além; e o barbicacho traseiro, continuação da testeira, também ele enfeitado por moedas. Estas três barbelas tinham como função a segurança do chapéu e não permitiam que ele caísse em virtude de movimentos mais bruscos. Mas o chapéu podia ser também de feltro, ou de *massa*, conforme se dizia então. De fato, Lampião posou para algumas fotos usando um destes chapéus. Em certos casos, também as abas do chapéu de massa eram quebradas para cima.

Em torno do pescoço, como no caso de Mané Chiquinha, os cangaceiros levavam um lenço de tecido valioso, em certos casos era utilizada a seda. Lampião preferia o tafetá

francês. O lenço era em geral preso por um anel ou aliança de metal nobre. O termo empregue para designar o lenço entre os cangaceiros era *jabiraca*.

Se no sertão o algodão era o tecido predileto da população (Oliveira, *op. cit.* :334) o mesmo não se passava com os cangaceiros. A roupa tinha de ser confeccionada com um tecido bastante resistente. Não são poucos os relatos de retorno de volantes pelas faltas de condições do fardamento, totalmente esfarrapado pela vegetação espinhosa da caatinga. Assim, tanto cangaceiros quanto policiais vestiam-se de brim caqui ou mescla azul. Lampião preferia o cinza. Não que este tecido resistisse por muito tempo à ação devastadora da flora espinhosa e áspera do sertão nordestino. Tratava-se de um paletó ou “túnica”, como diz Mello, e uma calça, cuja barra atingia a altura da canela ou então um *culotte* cuja barra chegava aos tornozelos.

Por cima da túnica, o cangaceiro cruzava diagonalmente duas cobertas: a de deitar e a de cobrir. Eram em geral feitas de bramante estampado de padrões muito coloridos forrado de chita branca. Por cima das cobertas eram colocados os bornais (também ditos embornais). Tratam-se de bolsas confeccionadas de brim ou mescla cujo tamanho poderia ser de cerca de 60/60cm. As fotos mais antigas apresentam a sua sobriedade contrastando com o aspecto muito decorado e de intenso colorido da fase pós 1928. Dadá, num filme documentário chamado *A Musa do Cangaço*, diz que ela inventara as flores e outros motivos na decoração dos bornais (o dado é confirmado por Sila<sup>36</sup>).

Os bornais eram a principal peça de porte dos cangaceiros. Neles eram colocados alimentos como carne seca, farinha, queijo, e eventualmente enlatados. Eram utilizados para a colocação da munição que não cabia nas cartucheiras. Com efeito, um dos embornais era utilizado apenas para a munição. O que nos dá a idéia do ruído chocalhante que fazia um cangaceiro ao deslocar-se.<sup>37</sup> Além disso, carregavam também um traje completo suplementar.

Por cima dos embornais, e aproveitando o acolchoamento proporcionado por estes e pelas cobertas, era colocada a cartucheira de ombro. Esta era uma peça incrivelmente funcional. O modelo apresentado por Mello é transpassado no peito sendo preso na altura

---

<sup>36</sup>. Entrevista concedida ao autor em São Paulo.

<sup>37</sup>. Perguntada sobre isto, Sila negou a existência de ruído, afirmando que os cangaceiros punham roupas que preenchiam os espaços e amorteciam o choque dos cartuchos. No entanto, numa conferência dada em Aracaju, Dadá, ao descrever a fuga do pequeno grupo de Corisco já após a morte de Lampião, chega a reproduzir o som chocalhante que faziam ao correr.

da cintura oposta ao ombro no qual se prende por “uma passadeira”, que também tinha capacidade para balas. Do lado oposto também havia um seção para balas que partia da parte diagonal posterior ligando-se na seção diagonal anterior. Tal distribuição dos cartuchos possibilitava “que o transporte de um peso muito grande de munição fosse distribuído anatomicamente pelo corpo” (Mello, *ib.*). Além da cartucheira de ombro havia também a de cintura, onde eram carregadas balas de arma longa e curta.

Entre o corpo e a cartucheira de cintura era inserido um punhal, por vezes de três quinas, por vezes achatado. Esta peça tinha o cabo ornado em ouro e prata, obra do artesanato local, dando um aspecto geral de grande beleza à arma. O comprimento do punhal - como de resto era característica do cangaceiro em geral (recorde-se que Oliveira já falava classificava de *démodé* o uso do punhal curto e do chapéu de aba pequena) e mais particularmente do lampiônico - era exagerado. Podia chegar a 80 cm. A este respeito, Mello defende a hipótese de que o comprimento do punhal era um signo de *status*. Tal arma era utilizada no abate de inimigos já dominados.

Ainda na linha de cintura, o cangaceiro prendia um facão, que não era utilizado como arma, mas sim como ferramenta. Antes de tudo no carrear de animais. Mello fala também da utilização deste instrumento no desbravamento da mata fechada. Sem dúvida, seria necessário em certos momentos cortar a vegetação pelo fato de que na caatinga fechada há lugares através do quais não há possibilidade de passagem. Todavia, creio também que a abertura de picadas devia ser sistematicamente evitada devido à perseguição policial, sobretudo pela presença ostensiva de rastejadores.<sup>38</sup>

Nas mãos, e em virtude do caráter hostil da vegetação, o cangaceiro veste luvas de vaqueiro. Em couro, ela protegem apenas o dorso da mão desde o punho até à falange deixando livres a palma e os dedos. Quanto à proteção exigida pela aspereza da flora, o cangaceiro tinha um dilema: estava entre a proteção e a mobilidade. É claro que podiam usar as perneiras de couro, o colete e o gibão próprios do vaqueiro. Mas seria o mesmo

---

<sup>38</sup> Há pelo menos um caso em que tive notícias de abertura de picada e este era um momento de grande emergência: “- É a força que vem! Pegui u qui dé i vamo sai. Na frente vai dois cortando caminho a facão, aí pelo meio d'essis ispinheiro. (...) “A ordem foi cumprida, mas o diabo dos espinheiros não terminava nunca. Quando era impossível abrir caminho, cortavam braçadas de palma e mato e jogavam as folhas por cima, formando uma espécie de tapete sobre o espinheiro” (Araújo, 1982a :53). A ordem fora dada por Corisco e o relato é de Dadá.

que abdicar da agilidade e rapidez tão necessárias nos combates, sobretudo quando a tática empregue é de guerrilha.

Nos pés, “o segredo da mobilidade do cangaceiro”, nas palavras de Mello (ib.). Já utilizadas pelos sertanejos em geral (Oliveira, *op. cit.* :34), as *alpercatas de rabicho* aliam leveza, ventilação, proteção e firmeza na marcha. São quase fechadas na parte anterior, protegendo todo o peito do pé e laterais, deixando apenas um pequeno orifício na altura dos dedos. Na parte posterior é aberta, sendo que da parte lateral da porção frontal sai uma tira inteiriça capaz de encaixar firmemente no calcanhar. São totalmente confeccionadas em couro e por vezes eram combinadas com o uso de meias.

Na lateral do corpo, um pouco lançados para trás, estão mais alguns recipientes de porte. O cantil, que segundo Mello era usado mais para carregar bebidas alcoólicas (ou açúcar em pó) do que para carregar água, uma vez que esta esquentava muito neste recipiente; a cabaça, esta sim carregando água, já que era capaz de mantê-la fresca (note-se que Prata fala também da “borracha”, ou seja, de um recipiente de couro usado com o mesmo fim); um caneco de ágata<sup>39</sup>; a carteira de vaqueiro, onde era levado um prato de estanho ou ágata. Este objeto era uma bolsa confeccionada totalmente em couro de aproximadamente 30 centímetros por 40. O modelo apresentado por Mello tem ainda em sua parte exterior um lugar específico para o encaixe de uma colher. Continuando na parte lateral e traseira, e enfim, o tubo ou canudo, onde eram levados objetos permeáveis à água tais como fumo, anotações, fósforos, os cartões visita de Lampião, etc.

Tive a oportunidade de ver também algumas peças originais que passo a descrever brevemente: coldre em couro claro e escuro, para revólver, trabalhado, com ilhoses; coldre longo trabalhado com baixos relevos em couro claro; punhais de 78 e 75 centímetros com empunhadura em prata; cartucheiras de cintura com capacidade para 45 cartuchos de fuzil, 60 cartuchos de pistolas; cartucheira de cintura com enfeites de metal com capacidade para 50 balas de pistola; cartucheira de cintura com fivela dupla de metal circular com cerca de 8 cm de diâmetro. Bornais: cerca de 30/20 centímetros, cuja aba é fecha a boca com três botões. Bordado com flores na alça, tendo esta última cerca de 1 metro de comprimento, o

---

<sup>39</sup>. O caneco de Lampião era de prata, com o monograma VFL gravado.

corpo é bordado com triângulos e quadriculados; palmatória de madeira maciça com cabo de 50 cm e cabeça de 10 cm de diâmetro, cerca de 5 cm de espessura.<sup>40</sup>

Todo este equipamento especializado no porte, equipamento ligado a *phóresis* por excelência, traduz materialmente a necessidade militar da movimentação do cangaço. Com ele em mãos não é necessário recorrer à etimologia do termo para dizer que o cangaceiro é aquele que anda e que tem que levar consigo o seu cangaço, o seu equipamento, o seu *arreio*.<sup>41</sup> Com efeito estes termos eram empregues pelos intervenientes do fenómeno para designar a pesada carga que levavam consigo. Não é novidade para ninguém algo íntimo das leituras sobre o tema que o peso levado por um cangaceiro estava entre os 25 e os 40 quilos.<sup>42</sup>

Esta tecnologia de transporte aponta para longos períodos de deslocamento e para a prevenção de dificuldades de municiação. A quantidade de balas transportada era verdadeiramente colossal. Calculei a capacidade de uma cartucheira de cintura: cerca de 50 balas de fuzil. Podem caber ainda nestas cartucheiras aproximadamente 60 balas de pistola ou revólver. E note-se que estas cartucheiras tinham uma capacidade muito menor que as de ombro. Tudo isso sem contabilizar o conteúdo dos bornais. Diz-se que os cangaceiros levavam em média cerca de 600 cartuchos *per capita* no total. Creio ser esta uma quantidade de longa durabilidade uma vez que, como será mostrado, os combates eram de curta duração como também evitados sempre que possível.

Também a presença de cobertas revela que o pouso não era feito em casas de coiteiros. Como diz Sila, os cangaceiros sempre dormiam no mato, mesmo quando dentro de propriedades de conhecidos. A ex-cangaceira afirma que em seus dois anos de cangaço

---

<sup>40</sup> . No que se refere às armas, Mello (1985) reserva um espaço significativo à listagem e análise das armas utilizadas pelo cangaço de Lampião. Ali fala da substituição do rifles Winchester pelos fuzis e mosquetões *mauser*, da preferência pela pistola *Lugger* (ou *parabellum*, como era mais conhecida) como arma curta.

<sup>41</sup> . Uma das melhores definições constantes em dicionários, a este respeito, é a de Souza (1939). Segundo ela, cangaceiro "é o homem que vive *debaixo do cangaço*, por extensão o guerrilheiro nômade que se desintegrou da sociedade humana, insurgindo-se contra os seus princípio de ordem". (o sublinhado é meu). Há também a de Laudelino Freire, no *Grande e Novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*: "Bandido do sertão Brasileiro, que anda sempre carregando armas." 1988. A definição de Cascudo (1988) não fala de tecnologia de transporte, mas toca sobretudo no caráter móvel do cangaceiro: "Dizia-se no Nordeste do Brasil, do criminoso errante, isolado ou em grupo, vivendo de assaltos e saques, perseguido, perseguindo, até a prisão ou morte numa luta com tropa de polícia ou com outro bando de cangaceiros."

<sup>42</sup> . A este respeito ver por exemplo Prata (1935 :87) "No bilhar, como todos se admirassem do 'carrego' que eles traziam, Lampião chamou Volta-Seca, o menor, deles, naquele tempo com 14 anos presumíveis e mandou pesar os apetrechos: a balança acusou 29 quilos, sem as armas, e estando vazia a 'borracha'". Também Mello (1994) cita e comenta a respeito do peso levado pelos cangaceiros.

jamais dormiu numa cama. Onde o estabelecimento de descanso ou mesmo de demora era já de si portátil. Constitui também um elemento do pouso a *torda*, pedaços de lona que eram presos em árvores e arbustos para a proteção da chuva e do sereno. Todo este material facilitava a mobilidade e a fuga emergencial dos acampamentos. Efêmeros, de resto como a demora, estes últimos revelam que relação do cangaceiro com o seu ponto de apoio era somente passageira.

### 3.2. Irredutibilidade Territorial do Cangaceiro

A mobilidade do povo sertanejo é uma das características mais acentuadas por autores dos mais variados domínios. O sertanejo move-se por diversos motivos diferentes. Andrade (1954), escreveu um texto na tentativa de classificar diferentes tipos de deslocamentos típicos da região, todos sob o conceito de migração. Este autor divide este conceito em duas categorias: 1. migrações da Fome e 2. migrações da Fortuna. O principal critério de distinção, segundo Andrade, apoia-se na causa do deslocamento. É a fome que empurra ou a sorte que atrai as pessoas.

Mas não apenas atração e repulsão distinguem os dois tipos de migrações. Andrade utiliza também como traço distintivo as noções de “amplitude” e “volume”. As migrações da Fortuna atingem uma amplitude e um volume muito mais reduzidos no caso da migração da Fome. Ou seja, os que migram em virtude da fome vão em menor número e não chegam tão longe quanto os que migram em busca de uma vida melhor.

Sem entrar no mérito da validade desta classificação, diria que o traço característico da mobilidade nordestina é efetivamente seu cariz migratório. Sempre existe uma “mudança”, no sentido mais urbano que o termo possa ter. O nordestino, e mais precisamente o sertanejo - que é de quem se trata aqui - muda-se com um destino e com uma intenção finalista que é ao fim e ao cabo o motor do movimento. É bem verdade que existem diversos motivos que impelem o sertanejo a procurar outro lugar para morar. Um deles é a fome. As principais migrações internas são decorrentes das secas periódicas que assolam a região, sendo que algumas delas, dada sua gravidade, acabaram por promover um fenômeno deambulatório que escapou um pouco aos traços de migração, tal como a entendo aqui. Foi o caso da grande seca de 1877. Bandos de flagelados percorriam estradas e caminhos invadindo fazendas, matando o pouco gado que encontravam, com autorização

do proprietário ou saqueando-o. Todavia nas secas mais corriqueiras uma mudança ligeira de residência é a regra.

A esperança de uma vida melhor também é motivo de mudança, é o que Andrade chamaria migração de Fortuna. É claro que as migrações da Fortuna por vezes são estimuladas também pela fome e, como será visto, pelo medo. E, de resto, se alguém migra pela fome tem em mente buscar uma melhor sorte.<sup>43</sup> Milhares de nordestinos, sobretudo cearenses, deixaram suas regiões e internaram-se na Amazônia por ocasião do ciclo da borracha. A seca de 1877 fez o Nordeste entrar em estado calamitoso e perder 57 mil vidas. Emigraram 55 mil pessoas. No fim da seca, em 1880, um terço da população do Ceará tinha emigrado ou morrido.

“As secas de 1888, 1898, 1900, 1915 tiveram, do mesmo modo, conseqüências desastrosas para a economia do Ceará. Provocaram, no conjunto, a emigração de cerca de meio milhão de sertanejos” (Della Cava, :123)

No entanto a atração para o sul do café também foi importante para a saída de tal contingente. Também o Norte requisitava mão-de-obra para os seringais.

“Amplios subsídios federais financiavam a passagem, pura e simples, para o norte, e o governo do estado do Ceará recolhia um imposto- por-cabeça correspondente a cada cearense saudável que embarcasse.” (ib.)

Até os anos 20 do século atual o Nordeste viveu os efeitos crônicos da perda de capital humano para o Sudeste e para o Norte.

Ao lado desta modalidade migratória havia a da fuga da violência e da justiça. A ilustração dos casos é simples. Uma família mora numa cidade ou sítio assolado constante ou periodicamente por bandoleiros. Ou então naquele lugar há um “valentão” que tiraniza ou aterroriza os vizinhos com ameaças, surras etc. Esta *migração do Medo* parece ser uma constante nos sertões nordestinos, ao menos na época de Lampião. Não são raras nos jornais da época notícias como as que se seguem:

19 de maio. Telegrama do Caetité:

“Peço providencias contra as arbitrariedades do sr. Antonio Fraga, jagunços do sr. Ovidio Antunes que arrombou as minhas mangas, cujos pastos estão avaliados em oito contos de reis, para prejudicar trezentas rezes de minha propriedade, que se salvam da grande secca nas referidas mangas.

---

<sup>43</sup> . Por tratar-se também de um tipo de migração de fortuna e ser, por vezes, concomitantemente migração da fome e por este motivo ser um caso sem diferenças substanciais dos exemplos já dados, deixo de lado o caso muito recorrente das migrações para as cidades santas e das peregrinações.

“É costume deste Ovidio açular desordens e arrombamentos por intermedio de jagunços costumazes, conforme ficou demonstrado nos inqueritos e publicação feita pelo Imparcial dahi (...)

“O secuaz Antonio Fraga por ordem do seu patrão ha muito vem me perseguindo e a mais vizinhos.

“Estas perseguições dictadas mando desabusados, proporciona ao povo emigrar para São Paulo.” (*Diário da Bahia*, 1929)

Em 5 de junho é publicado no mesmo jornal mais um telegrama de Caetité queixando-se de perseguições e injustiças. Sempre relativas a questões de terras. Nesta, o escrivão da coletoria federal, Mario Celso da Silva Domingues, estava abrindo picadas nas terras do lavrador José Antonio Couto. Donde gerou-se celeuma e prisão do segundo. Dizem os autores Joanna Xavier Couto e Joaquim Antonio Couto que

“Em vista da tal falta de segurança imploramos garantias para podermos liquidar a demanda dispormos de nossos bens para seguirmos para São Paulo, abandonando esta malfadada terra.”

Em 11 de junho do mesmo ano, um telegrama de Manga, datado do dia 10, sobre Carinhanha, denuncia: “Carinhanha continua sob o regimen de terror. Tão grande tem sido o vandalismo praticado pelo sr. Alkimin, individuo fallido, moral e pecuniariamente ...”

O governo do Estado não teve força para garantir ali a repartição transladadora de Bandot e Murray e os únicos habitantes dali estão retirando-se para Minas. “Os irmãos Alkimin” continua o texto do telegrama, “commandando um grupo de policiaes tem obrigado ao municipio o pagamento de impostos arbitrarios e commetendo diversos roubos.”

Mas havia nestas paragens homens que não eram *corredores*, como ali eram chamados os covardes, aqueles que não tinham valor suficiente para lavar com sangue as ofensas que recebiam. Terras de homens violentos, o vale do Pageú das Flores bem como as zonas Moxotó e do Navio, viveram muito o drama da migração da fuga da justiça. Já foi referido no capítulo passado que a vingança de sangue, bem como o crime por encomenda, promovem mobilidade. Os próprios Ferreiras foram impelidos a várias mudanças em virtude de algumas querelas. Mesmo antes de Virgulino e de seu pai, José, já havia na família uma tradição de migração da fuga da justiça ou da violência. Ao menos segundo Lira (1990 :17 e ss.) Antonio Alves Feitosa (posteriormente Antonio Ferreira de Magalhães e Antonio Ferreira de Barros - com efeito era prática corrente a mudança de nome nos casos deste tipo de migração) viera ao Pageú e fixara residência em Vila Bela em virtude da

guerra entre Montes e Feitosas no sertão dos Inhamuns. Este Antonio Ferreira, ainda segundo Lira, seria o pai de José Ferreira, pai de Lampião.

Em decorrência das querelas com seu vizinho José Saturnino, José Ferreira, D. Maria Lopes e sua extensa prole tiveram que mudar-se para as proximidades de Nazaré, na fronteira dos municípios de Vila Bela e Floresta. É uma mudança de pequena amplitude, para empregar a expressão de Andrade. Mas tiveram de abandonar a sua propriedade, a Passagem das Pedras e fixar-se em outra, o Poço do Negro.

Contudo, os problemas espaciais dos Ferreira não acabariam aí. As relações dos filhos de José Ferreira com os habitantes de Nazaré não foram boas, apesar da amizade de infância e de um certo estreitamento de laços, já referidos no início do capítulo. Por este motivo os Ferreiras foram empurrados para mais longe. Desta vez mudaram-se de Estado e foram para Alagoas. O lugar é Santa Cruz do Deserto, município de Paulo Afonso (atual Mata Grande). Naquela zona os Ferreiras começam as suas ligações com pequenos bandos que agiam por ali: os Porcino, os Melões, os Bentos. (id. :46).

O *Diário de Pernambuco* em sua edição de 31/03/26 publica uma longa reportagem e um editorial intitulado “A Formação de um Bandido” no qual conta a saga de Antonio Matilde. Este, perseguido pela polícia em Floresta foi para Água Branca “...esperando por certo tempo até que o crime que cometeu na ribeira do Navio e pelo qual foi a jury e absolvido fosse esquecido.” Durante este período a “permanencia em Agua Branca foi pacifica. Mostrando-se ‘trabalhador’ e ‘morigerado’ abriu ‘roçados amplissimos’, onde trabalhava com ‘companheiros’ e parentes vindos do Riacho do Navio.” Momentos de paz que não teriam longa duração. “Até que chegou um oficio de Pernambuco para Alagoas em que se pedia a prisão de Antonio Mathilde por ele ter ido a Floresta vingar-se de antigas afrontas e do espancamento barbaro de sua mãe.” Não se diz na matéria se de fato ele fez isso ou não. Diz no entanto que a “policia alagoana o perseguiu e ele foi obrigado a vender seu gado e sair de Agua Branca. Antes disso, ele teve um encontro com um destacamento, do qual não resultou baixas.” Foi então obrigado a deixar o novo local de residência. “A saída do municipio foi acompanhada de seus alardes de justificativa: sairia para provar que ‘não era cangaceiro, nem pretendia se entregar ao banditismo’.”

Acrescentou o jornalista que os verdadeiros bandidos ficaram em Água Branca: eram seus sobrinhos, filhos de Antonio Ferreira (sem dúvida aqui o autor da matéria se referia a

José. Antonio, irmão mais velho de Lampião, não tinha filhos). Com isto a policia foi à casa de “Antonio Ferreira” e travou-se uma luta que resultou na morte deste.

Apesar das incorreções históricas desta matéria, ela ilustra muito bem um tipo de mobilidade e as suas causas.<sup>44</sup> Inegavelmente Antonio Matilde envolveu-se em problemas que não eram seus. Vindo de uma fuga da justiça, Matilde casou-se com uma enteada de Joana Maria Soledade, tia uterina de Lampião. Após o casamento com Dulce passou a ser mal visto por Saturnino e pelos Nogueira que, segundo Lira, denunciaram-no à polícia. Matilde empreende uma nova migração pela fuga da justiça, mas agora também pela vingança e une-se em Alagoas aos primos Ferreiras (Ferraz, *op. cit.*:51).

Mas nem sempre o fugitivo da justiça tem a possibilidade ou a vontade de mudar-se constantemente de lugar. Pode ser também que não queira abandonar a sua região, que queira ficar nela a qualquer preço. Talvez ache indigno fugir ou creia que não sabe viver em outra parte. Mas para que isso possa ocorrer deve ser empreendido um movimento paradoxal para aquele que deseja ficar. Fugitivo que é das forças estabelecidas - ou ao menos mais poderosas que as dele - o perseguido (ou vindicante) não tem senão duas escolhas: ou parte e prossegue com a sua organização espacial tipicamente sedentária, ou fica e modifica suas relações com o espaço, tornando-se nômade. Ou seja, o fenômeno paradoxal de que falava resume-se no seguinte: àquele que segue a via territorial, àquele que se recusa a partir, resta apenas o caminho da desterritorialização.

### 3.2.1. O Nômade Não se Move - Toynbee

A fórmula “o nômade é aquele que não se move” não pertence propriamente a Arnold Toynbee. Ela surge na obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1980). Todavia, a

---

<sup>44</sup> Reproduzo aqui a história de Antonio Matilde tal como a conta Ferraz (*op. cit.*: 119 e ss.): “Antonio Matilde, em fins do século XIX fugiu do alto sertão pernambucano por ter cometido homicídio. Abandonou Serafim, no município de Flores, e só deteve sua caminhada solitária na Fazenda Ema (...) Ganhou dinheiro e ali comprou a fazenda Barreiros no local Poço do Negro. Chega a ser nomeado inspetor de quartirão. Como tal capturou homens de armas isolados de seus chefes. Estes por sua vez, soltos, incompatibilizaram-no com seus chefes. José de Souza, facilmente influenciável, deu ouvidos aos boatos de seus homens e foi nutrindo ódio pelo inspetor e ocorreram vários atritos entre seu bando e os subordinados de Antonio Matilde.” Ferraz fala então do casamento com Dulce e a mudança para a fazenda Caibros, na Serra Vermelha. Isto ocorreu em 1920. Ano em que saiu de Vila Bela um destacamento em perseguição a Sinhô Pereira. Sendo que os rastros do grupo foram seguidos até à propriedade de João Nogueira e ali “verificou-se que a pista levava às proximidades da casa de Antonio Matilde.” (:120). Daí, diz Ferraz, Matilde ter acreditado ter sido a busca obra de Nogueira e por isso parte para Alagoas para formar um grupo e voltar a Pernambuco com o fim de punir João Nogueira e Zé Saturnino.

inspiração para a sua criação foi gerada em grande parte pelo capítulo III de uma das obras daquele autor (Toynbee, 1951).

No parágrafo “As Sociedades Imobilizadas” Toynbee fala de três civilizações em conjunto, além dos Osmanlins e dos Espartanos. As três do primeiro grupo são a Polinésia, cujo meio que se relaciona é o oceano; a Esquimó, cujo meio é o gelo e, por fim, a civilização Nômade das estepes. A principal aproximação é a rudeza do elemento ecológico onde vivem e o desafio imposto pelas pressões do meio. A segunda é a comparação entre a estepes e o mar, elementos sem monções, impossíveis de ser agricultáveis. Ambos também impossibilitam a fixação:

“A estepes e a superfície das águas têm em comum que ambas não são acessíveis ao homem senão enquanto viajante e hóspede passageiro. Nem uma nem a outra lhe oferecem, em sua imensidão, à exceção das ilhas e dos oásis, um lugar onde se estabelecer para uma existência sedentária.” (id. :187)

Complementando esta característica, Toynbee enfatiza o traço de ambos, mar e estepes. Os dois são meios que possibilitam a viagem e o deslocamento como nenhum outro. São por excelência meios para a mobilidade. Toynbee assinala todavia que tal condutibilidade cobra seu preço: “Ao contrário, ambos impõem como pedágio a obrigação de avançar constantemente, ou de sair de seus limites para abordar a *terra firma* que lhes circunda” (ib. :188)

Esta apresentação inicial não serve senão para introduzir o tema principal deste sub-parágrafo: o nascimento do nomadismo da estepes e do deserto. Segundo a interpretação de Toynbee, o surgimento deste tipo de organização espacial estaria localizado num fenômeno climático bastante recorrente, aliás, nos sertões nordestinos: a seca.

Como exemplificação material para a confirmação de sua tese, Toynbee apresenta os estudos arqueológicos levados a cabo na expedição Pumpelly e suas escavações no oásis transcáspio de Anan. Ali uma seca inicial (Toynbee não fornece datas) havia forçado os povos caçadores circundantes a permanecer no oásis e a trabalhar a terra para assegurar a sua subsistência. Numa primeira etapa de modificações, promovidas pelas mudanças nas pressões ecológicas, surge uma agricultura rudimentar que é, segundo Toynbee, a evidência “muito nítida de que esta fase agrícola precedeu o nomadismo” (ib.). Agricultura que resultou numa nova relação com os animais. É o agricultor - e jamais o caçador, defende ele - quem tem as condições de domesticar a caça. Pode sim aproximar o lobo ou o chacal

transformando-os em parceiros de caça. Não obstante, estes parceiros não serão capazes de pastorear a sua presa porque dela sairá a sua parte de alimentação. Apenas o agricultor e seu cão de guarda podem tornar-se pastores. Além do que é nas mãos do agricultor que está a fonte da alimentação própria aos ruminantes.

Está-se, então, diante de uma segunda modificação que corresponde à domesticação de animais por parte dos agricultores e não dos caçadores:

“O testemunho arqueológico de Anan indica que o passo adiante na evolução social foi franqueado, em terras transcápias, na época em que a natureza impôs um segundo endurecimento, quer dureza, uma seca ainda pior”. (id. :189)

Decorre desta segunda modificação que os agricultores munidos de seus animais de rebanho readquirem a mobilidade perdida de seu tempo de caçadores. Tal mobilidade unida ao novo desafio deu origem a duas reações espaciais tão diferentes quanto opostas. Veja-se o que diz o próprio Toynbee:

“Em resposta à nova forma do antigo desafio ele serviu-se desta mobilidade encontrada novamente de duas maneiras totalmente diferentes. Alguns cultivadores dos oásis além do mar Cáspio utilizaram esta aptidão emigrando progressivamente, deslocando-se na medida em que o clima se tornasse mais seco, de maneira a manter-se sempre num meio físico que lhes permitisse praticar seu modo de vida habitual. Eles mudaram de habitat para não mudar de costumes. Outros separaram-se e responderam à mesma provocação de uma maneira mais audaciosa. Estes eurasiáticos abandonaram também os oásis tornados insuportáveis e lançaram-se, eles, suas famílias, seus rebanhos e seus animais de grande porte na imensidão inóspita da estepe.

“Estes, não obstante, não se tornaram fugitivos procurando uma margem de rio distante. Abandonaram seu antigo procedimento de agricultura do mesmo modo como seus ancestrais abandonaram a caça e basearam suas existências sobre a última arte adquirida, o pastoreio. Lançaram-se na estepe não para franquear seus limites, mas para fixar-se ali e ali sentir-se em suas casas. Estes eram os nômades” (ib.)

Segundo esta longa citação a origem do nomadismo pastoril desta região transcáspia contém grandes semelhanças - sempre em termos espaciais - com as opções espaciais descritas anteriormente (em 3.2). De um lado está a possibilidade de partir. O meio torna-se inviável para as práticas anteriores pelo fato de que elas exigiam fixidez (no caso dos eurasiáticos em virtude da seca, no caso dos sertanejos também em virtude da seca, mas também devido à pressões de outra ordem já expostas). O curral, a roça, o emprego na vila ou na cidade, impõem, para o caso sertanejo, que se viva num único lugar. Quando muito vive-se em dois ou três, mas sempre tendo-se em conta um ou dois. É o caso dos transumantes, dos almocreves e traficantes em geral. Soares (1968) afirma que a principal

característica da criação de gado ultra-extensiva, praticada na época da colonização, são as grandes migrações do gado em busca de alimentação e água com fins de procurar meios de subsistência suficientes no ambiente pobre em que viviam. Entre o Piauí e a Bahia os fazendeiros e os seus vaqueiros rumavam apenas em busca de alimentos, sem um ponto muito preciso a atingir. Nas proximidades do São Francisco os proprietários e auxiliares aproveitavam-se das boas condições oferecidas em suas margens (:40). Ou seja, mesmo nos casos de mobilidade transumante em fuga da seca continuava a existir em centro de irradiação fixo desde onde se partia e para onde se retornava. Havia seca, o que implicava, de acordo com o que diz Soares, maior mobilidade e sobretudo, diluição dos pontos como locais a serem atingidos pelo deslocamento. Mas havia também condições de permanência fixa. Importa também demarcar a diferença entre o objetivo da mobilidade em tempo úmido e em tempo de seca , como faz o autor.

O mesmo se pode falar relativamente ao ambiente jurídico-policial (aí compreendidos os casos de vingança familiar, em uma palavra, da insegurança territorial). Por vezes as mudanças são necessárias, mas a situação geral e o apoio de alguns intervenientes conferem segurança e reúnem condições de fixidez espacial em locais diferentes, porém próximos. Foi este o caso de José Ferreira.

O caso de cangaceiros como Lampião, Antonio Silvino, Sinhô Pereira é diferente. Distingo estes nomes porque nem todos os cangaceiros enveredaram pela via nômade. Há por exemplo (já apresentado no capítulo 2), a adoção de uma fortaleza como a célebre “Casa da Pedra” de Jesuíno Brilhante, que deixou a seu modo de vida e tornou-se bandido, mas continuava fixo numa região e num local preciso.

### 3.2.2. O Cangaceiro Imóvel: Lampião

Existe uma passagem extremamente significativa na entrevista dada por Lampião em Juazeiro. Por duas vezes foi-lhe perguntado porque não abandonava o cangaço, ou ao menos se tinha isto em mente. Duas foram as respostas e são muito diferentes. A primeira é essencialmente profissional. A pergunta foi respondida com outra pergunta: se o entrevistador tivesse um negócio e este negócio estivesse indo bem, ele pensaria em abandoná-lo? Mas a outra resposta é absolutamente militar e territorial. Lampião disse que não queria sair do cangaço, pois gostava da vida das armas. Se não gostasse não sairia

porque os inimigos não o esqueceriam dele. Neste caso teria que ir para longe, o que considerava uma covardia (Macedo, 1970 :178).

Pode dizer-se que do período de 1922 até 1927 Lampião não abandonou um território que apenas foi ampliado no correr dos anos. A única saída deste território foi a incursão fracassada a Mossoró. Efetivamente o Rio Grande do Norte como um todo esteve sempre livre da presença do cangaceiro. Mas Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas jamais foram abandonados neste período. Com efeito o caso mais evidente é o de Pernambuco. Neste Estado Lampião era intensamente perseguido. Dali surgiram seus primeiros e maiores inimigos e seus mais ferrenhos perseguidores. Notadamente em sua região natal, o vale do Pageú, Lampião é visto com grande frequência. Nem sequer as proximidades de Nazaré, vila que deveria ser evitada pelo Ferreiras dadas as inimizades que fizeram ali durante sua curta permanência (problemas que foram ainda agravados pelos fatos ocorridos no dia do casamento de sua prima Licor com Enoque Menezes), foram abandonadas. Com efeito, há notícias de que o coronel João Nunes, comandante geral da Força Pública de Pernambuco, quis queimar a vila para anular o ponto de acorrência de Lampião (Lira, *op. cit.* :107).

Lampião, até 1928, recusou-se a deixar o território. Podia ter seguido o exemplo de Sinhô Pereira e migrado para Goiás ou Minas Gerais. Mello (1985 :212) apresenta quatro oportunidades em que Lampião teve convite para deixar o cangaço. A primeira através de Sinhô Pereira que lhe garantia proteção em Minas Gerais; a segunda em 1924 a convite do mesmíssimo Teófanés Torres que garantia anistia a ele e aos irmãos caso se entregassem; outra vez através da mediação de um policial em 1928 e por fim em 1937 por convite de seu coiteiro e amigo Audálio Tenório de Albuquerque. Porém optou pela via imóvel do nômade mesmo atravessando condições de extrema adversidade como as de seu último ano ao norte do rio São Francisco. Não obstante, a perseguição intensa aos bandidos do seu e de outros bandos - que eventualmente aliavam-se ao bando de Lampião - a repressão violenta aos coiteiros, por vezes culminando no seu assassinato, forçaram uma retirada. Mas a partida para a Bahia não teria sido sem preparação, ainda que emergencial.

### 3.2.3. Modificação Territorial de Emergência: Lampião na Bahia

O telegrama de 10 de outubro de 1927 que Teófanés envia a Sousa Leão revela que o êxodo para a Bahia não começou propriamente em 1928 e nem Lampião foi seu precursor.

Já na data referida acima o tenente Arlindo Rocha perseguia bandidos ex-cabras de Lampião que provavelmente sem suportar a pressão policial foram, talvez inicialmente como retirantes, esconder-se naquele Estado. Outro exemplo é dado no telegrama de 18 dos mesmos mês e ano no qual Teófanês fala de Zé Rufo, ex-cabra de Lampião que foi trazido da Bahia por um coiteiro encurralado por Arlindo Rocha. Havia seguramente um êxodo geral para este Estado que, muito provavelmente, mesmo fazendo parte do convênio policial de 1927, era considerado zona segura. No telegrama de 22 de novembro, Teófanês Torres confirma a sua desconfiança no homizio de bandidos de Lampião na Bahia quando da invasão de 11 bandoleiros vindos dali para Pernambuco via Jatobá.

Há apenas que tomar precauções quanto à nomenclatura “bandido de Lampião” pois a polícia pode tê-lo empregado mais abrangentemente do que o desejado. Seguramente o termo foi utilizado para todos aqueles que ao menos uma vez agiram sob as ordens do cangaceiro. Isto na melhor das hipóteses. Afinal, não é improvável que bandidos comuns, como ladrões de cavalos que agiam isoladamente ou com familiares, fossem incluídos nesta categoria sem jamais terem visto Lampião. Era sempre bom dar boas novas a Sousa Leão e concorrer a uma promoção pelos serviços prestados na extinção daquela que era considerada a maior praga do sertão nordestino. Um sintoma deste procedimento surge na frase que Benjamim Abraão estampada em sua caderneta de anotações: a polícia mata sertanejos injustificadamente e envia telegramas à capital intitulado-os de cangaceiros. Com isso conseguem boas promoções.<sup>45</sup> Além de tudo isso, não é descartável, sendo mesmo recorrente, que um policial criasse uma acusação contra um inimigo particular seu podendo assim ter a liberdade legal de castigá-lo, de prendê-lo e mesmo de matá-lo. A acusação poderia ser tanto de bandido como de coiteiro.

Muito embora fossem possíveis todas estas ambigüidades na nomenclatura, foi mostrado acima (em 3.1.1) que Corisco e Arvoredo haviam já recorrido ao socorro na Bahia antes de Lampião. Isto é, muitos dos componentes no grande bando de 1927 desertaram por motivos éticos. É o que parece ter-se dado caso de Emiliano Novais, que teria incorporado com o fim de combater os revoltosos da Coluna Prestes. No entanto, outros apenas fugiram para um local seguro, aí compreendido não somente um Estado vizinho como também a proteção de um chefe de jagunços. Há também boatos segundo os quais um

---

<sup>45</sup> A consulta à caderneta de Beijamim Abraão Botto foi cortesia de Frederico Pernambucano de Mello.

poderoso chefe político de Lavras, muito provavelmente Horácio de Matos, teria convidado Lampião a integrar as suas fileiras. Esta é versão contada pelo cangaceiro Arsenio Gomes (o Quindú) capturado pelo tenente Casaes.<sup>46</sup>

Não obstante, Mello apresenta uma hipótese bastante interessante e que vem de encontro ao problema ao que foi referido anteriormente (em 3.2.1). Eis o que diz este autor:

“Em 1928 é um primo, Sebastião Paulo, quem procura Lampião no Capiá, Alagoas, com proposta do tenente pernambucano Arlindo Rocha no sentido de que se entregasse. Se o fizesse - garantia o tenente - seria levado sob escolta de soldados amigos à presença do chefe de polícia ... Ciente do amor que o bandido tinha pelo cangaço e da dificuldade que sua proposta encontraria quanto a ser aceita, abria uma alternativa: que Lampião abandonasse Pernambuco e fosse para a Bahia. Com isto sua missão de militar estaria cumprida.” (1988, :212)

A convite de Matos ou de Arlindo Rocha, e especulações à parte, o fato registrado é que, ao penetrar na Bahia, Lampião procura o coronel Petronillo Reis.

Quando Lampião cruza o rio São Francisco pela primeira vez como cangaceiro em 21 de agosto de 1928 seus planos políticos e espaciais haviam-se transformado.<sup>47</sup> Ao menos durante um período relativamente longo preferiu a curta circunscrição dos deslocamentos às viagens longas, a amizade ao terror, a tranqüilidade à guerra. Ainda no ano de 1929, por exemplo, o *Diário da Bahia* publicava em sua edição de 11 de janeiro que Lampião ameaçava ir a Bonfim cumprir uma promessa na igreja. Isso num momento em que já havia começado um movimento de perseguição policial mais intenso. Apesar de certos comandantes de volantes nunca terem-lhe dado trégua, como é o caso do infatigável Manoel Netto, os problemas mais graves parecem ter surgido só após o tiroteio de Massacará. Manoel Netto começou a sua perseguição no exato momento em que Lampião cruzou o rio.<sup>48</sup> Não obstante ao voluntarismo de alguns policiais, em virtude da violência

---

<sup>46</sup>. *Imparcial*, 2 e 4 /09. Também Fontes (*op. cit.* :17-18)

<sup>47</sup>. A travessia já era de conhecimento de Souza Leão no mesmo dia em que ocorrera. Em um telegrama para Boa Vista (com esta mesma data) alerta a passagem e previne contra o possível retorno do bando a Pernambuco. Como medida de prevenção resolve apreender todos os barcos das proximidades. (RCP Diversos Municípios)

<sup>48</sup>. “Entretanto a polícia de Pernambuco não tencionava deixar Lampião descansar, e Manoel Neto e seus nazarenos, descobriram sua pista logo depois que atravessou o São Francisco e o seguiram até a fazenda principal de Petro. Este, entretanto, estava em Várzea da Ema, mas seu vaqueiro contou o que aconteceu. Estava no campo, quando alguém da família mandou chamá-lo, dizendo que um grupo grande de bandidos tinha invadido a casa. Lá, ele encontrou Manuel Neto e sua volante ... Exigiram que os levasse até onde estava Lampião, e o espancaram quando ele disse que não sabia o lugar. Depois da surra, entretanto, concordou em levá-lo até Bonfim, onde chegaram no dia 26 de agosto.” (Chandler, 1981, :127).

empregue pela polícia pernambucana, aliada à inatividade de Lampião, foi requerida a retirada desta última por Madureira de Pinho, chefe de polícia da Bahia, a pedidos de importantes habitantes de Bonfim ( Fontes, *op. cit.* :20-21).

Antes disso, segundo fatos noticiados pelo *Imparcial*, Lampião teria ido em direção ao lugar Várzea da Ema, ao encontro de Petronillo Reis e dali teria seguido para Feira do Pau.<sup>49</sup> Embora a notícia de 25 de agosto dirigisse Lampião para Feira do Pau, no dia 30 o mesmo jornal noticiava-o ainda na Várzea da Ema. O mesmo se passando em 4 de setembro, quando se anunciava que a polícia iria desalojar o bandoleiro daquele local. Já no dia 6 do mesmo mês diz-se Lampião na Serra da Tranqueira e dez dias depois em Barro Vermelho, que fica a cerca de oito quilômetros da Várzea.

Apenas no dia 9 de janeiro de 1929 o *Imparcial* pôde noticiar um verdadeiro combate com o bando de Lampião (o tiroteio de Bonfim, no dia 26 de agosto promovido por Manoel Netto, fora breve e sem conseqüências). Fôra em Massacará e ocorrera dois dias antes.<sup>50</sup> À partir daí recomeça a febre móvel de Lampião.

Antes, porém, de voltar aos deslocamentos intensos, seria interessante observar o que ocorreu espacialmente com Lampião entre 21 de agosto de 1928 e 7 de janeiro do ano seguinte. O que teria feito o cangaceiro durante suas “férias militares” e como teria organizado o espaço e a política sem o estímulo da perseguição policial? Em suma, como relacionou-se com o espaço o Lampião retirante? Sem dúvida trata-se de uma questão interessante para o desvelamento do problema da mobilidade e suas causas. Se Lampião durante este período fosse visto parado, estacionado num só lugar, poder-se-ia afirmar sem dificuldade que a mobilidade era um simples fruto da perseguição policial e portanto carregada de negatividade. Então o capitão Virgulino andaria porque estava em fuga; se fosse deixado em paz atuaria espacialmente segundo os padrões sedentários.

Embora mais parado, não se pode dizer que Lampião estivesse estacionado. É claro, nos primeiros dias, sondando o terreno (inclusive político) esteve hospedado numa propriedade de Petronillo aproveitando-se do gado circundante, promovendo festins, dormindo bem, enfim, aproveitando o dinheiro reunido ao longo de seis anos de aventuras. No entanto, há menos de um mês de sua chegada o rei do cangaço já começa a andar. A 9 de setembro é

---

<sup>49</sup> Na verdade o jornal utiliza o termo “defrontou-se” para descrever o encontro com Petronillo. (25/08/28)

<sup>50</sup> Fontes (1988, :45-49) descreve com alguns detalhes este combate.

visto a 4 léguas de Patamuté; em 13 do mesmo mês está perto de Curaçá, no arraial do Barro Vermelho e saindo dali de carro à meia-noite rumo a Uauá; no dia 18 está em Abóboras; a 22 é visto em Rancharia (município de Juazeiro) rumo ao Poço da Vaca (município de Uauá); em 25 de setembro em Feira do Pau rumo a Várzea da Ema; em 18 de dezembro, em Canudos. Pode dizer-se que o sistema de *core area* prossegue valendo e que neste momento situa-se entre Curaçá, Juazeiro, Uauá, Tucano e o Cumbe (atual Euclides da Cunha).

Foi nesta última cidade a primeira aparição pública de Lampião (Fontes, id. :29). É marcada pela tentativa de criar laços políticos, financeiros e logísticos. Lampião procurou o coronel Dedé Abreu, endereçou bilhetes e pedidos de dinheiro a fazendeiros (lista que formulou anteriormente, colhendo junto à população dados sobre quem tinha condições de ajudá-lo). Procurou também o jovem João Siqueira Santos, colecionador de recortes de jornais contendo notícias do cangaceiro.<sup>51</sup> Em seguida viaja a Tucano. Daí vai a Pombal, aonde chega em 16 de dezembro de 1928 e de onde segue para Bom Conselho. Dali vai para Jeremoabo, onde contacta o coronel João Sá. (id. 38-39).

Todas essas visitas foram pacíficas. Lampião parecia querer criar um novo método de atuação, uma forma nova de domínio. Promovia-se através de sua simpatia, agindo de forma amigável, pagando despesas e gastando de forma liberal com a população. Repetia frequentemente a fórmula que refletia as suas intenções. Estava ali em paz, queria descansar. Não tinha nada contra a Bahia, muito pelo contrário, já que ali fora bem recebido.

Nas entrevistas que obtive em Tucano perguntei em diversas ocasiões, com a finalidade de adquirir informações referentes à potência militar de Lampião, se haveria condições de repelir as suas investidas caso alguém ali tivesse a intenção de o fazer. As respostas refletiram a capacidade diplomática do cangaceiro. D. Adalzira, nora de um fazendeiro que acolheu Lampião algumas vezes, disse-me que este último havia chegado “todo amiguelo” e que não passava pela cabeça de ninguém lutar contra ele. Disse-me que tocava concertina nas festas e que se comportava sempre de forma muito alegre. Parecia uma verdadeira benção, creio, para a população local que Lampião estivesse em paz. A mesma Adalzira

---

<sup>51</sup>. Fontes (id. :29-30) e também em entrevista concedida ao autor em fevereiro de 1995 em Euclides da Cunha. Nesta entrevista João Siqueira Santos, o Ioiô de Professora, disse-me que Lampião gostava muito de saber o que se falava sobre ele. Era ávido de informações: “Lampião não falava muito, não. Lampião gostava de ouvir ...”

disse que antes ali ninguém pensava em cangaço e que Lampião “era uma cantiga bonita” que a gente escutava: “quando a gente vê, olha ele aí na porta de casa...”

Com tal comportamento político e com tal estabilidade espacial, Lampião parecia procurar criar território no novo Estado, isto é, heterogeneizar o espaço. Muito embora tivesse ainda um ponto fixo numa propriedade fundiária, não deixou em momento algum de entrar em contato com a população e acima de tudo com os potentados de diversos municípios. Mas este comportamento espacial, esta reorganização do espaço é diferente, neste momento, daquela encontrada no período vivido ao norte do São Francisco. A mobilidade do primeiro Lampião na Bahia lembra muito mais a do peregrino que leva a sua palavra santa do que a do cangaceiro que utiliza o ponto de apoio como meio de manutenção da sua trajetória. Este Lampião frequenta a cidade, procura propositadamente o convívio com as pessoas, quer falar com elas, quer mostrar-se. Os objetivos políticos e logísticos deste comportamento espacial são também observados por Mello que dele destaca os seguintes frutos:

“Os frutos da atividade diplomática de Lampião podem ser resumidos nestes três trunfos conseguidos: simpatia dos sertanejos baianos e sergipanos; adesão de novos cangaceiros, a ponto de lhe permitir a formação de um grupo novamente numeroso (...); organização de eficiente rede de coiteiros.” (Mello, 1988 :124)

Mas apesar da intenção diplomática de Lampião a sua presença pacífica na Bahia não poderia ser vista de forma favorável desde o ponto de vista da política estadual. Foi assim que,

“com base em acordo interestadual celebrado no Recife ainda ao fim de 1926 que, em meados de 1929, tropas pernambucanas passaram a perseguir Lampião em território da Bahia e Sergipe tal como já acontecera em relação aos territórios da Paraíba e de Alagoas.” (id, :157)

Foi precisamente neste ano que o jovem Jerônimo Ribeiro, observando as obras de construção da igreja de Uauá, ouve soar na entrava do arraial o clarim da volante de Manoel Netto.<sup>52</sup>

O ritmo louco da mobilidade desenfreada estava de volta. Ele é muito bem refletido nos relatos que Ângelo Roque, o Labareda, deu ao Dr. Estácio de Lima (1965). A maior parte do texto colhido nesta obra fala de localidades por onde o bando passou. A primeira

---

<sup>52</sup> . Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 1995 em Uauá.

viagem de Labareda com Lampião foi entre Arrasta-Pé e Riacho, onde pedem dinheiro para D. Generosa e recebem dois contos. Dali vão até Boca da Mata, onde prendem três soldados e comem carne na casa do delegado. Rumam para Saco do Ribeiro, saem à noite e chegam ao amanhecer. Viajam lentamente e travam tiroteio em Pião, Sergipe, com a força de Campos de Menezes.

Mas os relatos de Labareda não contam apenas onde estiveram. Atrás de uma nuvem de nomes de lugares dificilmente localizáveis (devido à falta de referências nos mapas) encontram-se métodos e critérios de deslocamentos. Labareda revela que Lampião e seus homens não se moviam apenas negativamente, ou seja, em virtude da perseguição. Havia também os deslocamentos positivos e estes não eram proporcionalmente menores que os decorrentes da fuga. Entre os positivos alguns já foram referidos em 3.1.2 e estão ligados às cobranças, às vinganças, à logística, etc. Agora pode-se verificar alguns exemplos: ferido no tiroteio em Pião, Lampião vai até Lagoa Croá para descanso e cura; em Arrasta-Pé o grupo tem notícias de uma velha rica em Juazeiro e por isso ruma para lá. De Juazeiro vão para Manoel da Lapa por indicação do padrinho de Roque. A ladainha de lugares e respectivas atividades prossegue por muitas e muitas páginas e nelas a relação feita entre fuga e deslocamento é raramente estabelecida. Por outro lado abundam os casos nos quais a busca de lugares onde algo de positivo pode ser feito para captar recursos para os bando.

## CAPÍTULO 4

### LAMPIÃO E SUA GUERRILHA

Lampião foi um guerrilheiro? Esta é uma pergunta que permeia a literatura especializada no tema e que não tem senão uma resposta adequada. Sim, Lampião, desde o ponto de vista da tática militar, adotou a guerrilha como principal meio de capitalização de suas forças. Desde a perspectiva política pode-se evidentemente duvidar desta afirmação. O cangaceiro, diz-se com muita propriedade, não tinha objetivos delimitados, não tinha qualquer finalismo libertador ou criador de uma nova realidade política, não tinha consciência de classe e acima de tudo não tinha a preocupação em destruir um *status quo* em proveito de um outro. Mas aqui a questão será exclusivamente circunscrita à tática e às ações militares de Lampião. Politicamente falando, Lampião era afeito às alianças capazes de lhe proporcionar vantagens sem se importar com o aliado propriamente dito. A vantagem política de Lampião, foi visto no capítulo anterior, era retirada do apoio dos coiteiros de todos os gêneros, de todos os simpatizantes que podia captar para a sua causa particular. Esta causa particular resumia-se a um só objetivo: dar prosseguimento, da forma mais bem sucedida possível, à sua “carreira” de cangaceiro.

#### 4.1. Alguns Aspectos da Tática

Mello (1985) fala a respeito da “guerra brasileira”:

“Os movimentos de resistência ao holandês invasor, muito particularmente os que se desenvolvem após 1644, assistem à vitória sobre os padrões europeus da chamada ‘guerra brasileira’ ou ‘guerra do mato’, que nada mais era que uma guerra volante onde a espingarda de pedernal preferia aos morrões, mosquetes e arcabuzes facilmente inutilizados pela chuva e de difícil emprego nos assaltos; onde o desprestígio das europeíssimas praças-fortes resultava da convicção de que não há lugar mais protegido do que o mato; onde a estrepitosa cavalaria cedia lugar ao cauteloso caminhar a pé, e onde, finalmente, os valores tradicionais da ética militar, como a bravura, a lealdade e a honradez, se viam substituídos pela mais completa velhacaria.” (39-40)

Não é preciso ratificar a precisão desta longa citação e a sua perfeita adequação ao caso do cangaço aqui estudado. Vêm-se nela inúmeros pontos de contato entre esta “guerra do mato” e as práticas militares de Lampião tais como deslocamento privilegiadamente à pé; inexistência de praças-fortes; e o que será o ponto inicial desta análise tática, a saber, a “mais completa velhacaria”.

O dueto emboscada-retirada é uma das mais famosas combinações táticas de Lampião e dos seus delegados. Mesmo um observador algo distante, quero dizer alguém que não tenha sido um observador de campo, como o governador Sergio Loreto, sublinhava com muito conhecimento a dupla tática dos cangaceiros. A velocidade de retirada, como observa Loreto, alia-se à possibilidade da emboscada que sempre é favorecida pela natureza angulosa do terreno:

“...a fuga opera-se rápida, e desde então para as forças que os perseguem o perigo redobra, porque cada garganta se constitui numa ameaça de morte.” (Relatório dos Presidentes de Província de Pernambuco, 1926)

O fato de tal aliança ser freqüentemente mal interpretada pelos inimigos dos cangaceiros não elimina sua eficiência. Bezerra, por exemplo, afirma que suas marchas de perseguição eram

“às vezes interrompidas por tiroteios com os esteios de retaguarda dum grupo perseguido (...) Os bandidos pressentindo a tropa no encalço, retorciam-se no mato como cobra ferida, nos arrastando para lugares impenetráveis, para nos causar enormes sofrimentos.

“Com tiroteios de fogo encoberto, os bandoleiros em fuga, assediavam a nossa marcha até desaparecerem evitando o combate mesmo entrincheirados.” (1940 :109)

Jamais sem deixar de o considerar um “scelerado vulgar”, o *Diário da Bahia* publica, porém, em sua edição de 29 de março de 1929, que Lampião tem um pequeno grupo, mas que tem mobilidade e que consegue evitar a polícia. Quando a encontra consegue sempre furar o cerco e “depois opera uma retirada que desorienta completamente os que lhe andam no encalço”.

Mesmo em terreno plano, pela pouca profundidade de visibilidade na caatinga, o esconderijo breve, aquele que possibilita a espera do inimigo que chega afoito e temeroso

em perseguição, existe em profusão. Sila conta em entrevista uma embosca que Zé Sereno armou para Zé Rufino:

“Quando Zé Sereno brigou com Zé Rufino, porque ele mandou um recado, lá em Sergipe, perto de Canindé, num tinha um que a gente passasse que num era rastro de macaco. Aí a gente ficou - que Lampião num tava, tava do outro lado do rio - aí Zé Sereno disse assim: ‘olhe, sabe duma coisa, pra gente se ver livre um pouco descansado - porque quando brigava eles descansavam, os macacos. Iam pra sede iam dizer que brigaram, se engrandecer, né? - (...) eu vou avisar ao Zé Rufino que pode pegar o rastro, que se ele for homem pode vir brigar.’ E assim pegou o paisano, né?, e mandou em Serra Negra e dizer a Zé Rufino se ele for homem que pode pegar o rastro. E ele veio. Cabra brigão. Nós na frente e eles atrás. Distante, né?”

“Quando chegou num lugar que Zé Sereno achou bom pra uma emboscada: ‘Vamos ficar aqui, vamo esperar pra brigar’. Sabia que ia brigar, né? Aí Zé Sereno ficou assim, o caminho tinha umas pedra; ele ficou aqui, pôs Balão prum canto, Criança pra outro, Mané Moreno ... Distribuiu tudo assim na beira do rio. Aí ele disse assim: o primeiro tiro quem vai dar sou eu. Vocês não atirem enquanto eu não der o primeiro tiro.’ E nós ficamo. Eu fiquei bem pertinho assim de Zé Sereno, né? Esperamo, esperamo ... aí o Zé disse: ‘eu acho que num vem...’ Aí demorou um pouco. Aí nós ouvimos, né? Eles vindo, né? Aí as pisada deles. E Zé Sereno já na mira do fuzil, né?...”

O relato de Sila apresenta uma das condições essenciais para atrair a volante para o *piquete*, como se chamavam então as emboscadas. O bando perseguido permitia o vazamento de informações fossem elas dadas à partir dos coiteiros ou à partir dos rastros mal escondidos.

Embora os piquetes ocorressem em campo raso, neste tipo de terreno eles eram raros, conforme observa Gueiros (1953 :32). Eram as serras, serrotes e ravinas os locais privilegiados para a emboscada. Então o perigo para as forças volantes eram multiplicados. O combate na Serra Grande, o maior de todos na vida militar de Lampião, foi vencido graças ao inteligente (e ao mesmo tempo óbvio) estratagema da aliança retirada/emboscada. Utilizando-o com extrema perícia, Lampião pôde vencer esta batalha quando tinha apenas cerca de 100 homens contra aproximadamente 300 policiais.<sup>1</sup> Uma testemunha ocular do combate, o funcionário da Standard Oil Co., o sr. Pedro Paulo Mineiro (ou Meirim) Dias, relatou o episódio ao jornal *A noite* em 1938 e Melchiades da

---

<sup>1</sup>. Os números desta batalha são, e não poderia ser de outra maneira, muito conflitantes. Há os que falam de 65 cangaceiros contra 300 *macacos*, os que falam de 100 contra duzentos, etc. Há também o número de 95 cangaceiros contra 290 policiais. Respeitante ao contingente da Força, parece ser este o número mais preciso, sobretudo no tocante ao contingente policial, ainda que Gueiros apresente o número de 260 (*op. cit* :98). Sobre isso, o *Diário de Pernambuco* de 27/11/26 publicou um telegrama cujo conteúdo fala do tiroteio travado que durou ao menos até às 17 horas, não tendo maiores notícias. Demonstra esperança no fracasso dos bandidos visto que a “organização força marchava composta 290 homens ...” Mas a contradição não é realmente relevante já que todos os números mostram uma significativa inferioridade por parte dos cangaceiros.

Rocha (1942) reproduziu-o. Tudo se passou em novembro de 1926. Reproduzo o relato de Dias:

"No dia 26 o pessoal acordou com um apito de comando alertando para o fogo. Descansava-se numa elevação de terreno, não sem terem as forças do 'capitão' Virgulino guardado os flancos e a retaguarda. Foi avistada a força policial, embaixo, numa posição de desvantagem. Os soldados, que vinham em diversos grupos, dirigiam-se aos Barreiros, lugar onde Lampião devia esperar pelo dinheiro do resgate. Mas o 'chefe', em vez de ir para aquele local, ficou na subida da Serra Grande, assistindo daí à aproximação dos soldados. Ouvidas as detonações dos cangaceiros, todo mundo deitou corpos. Foi uma luta bonita, que durou o dia inteiro. E eu firme, embora assustado. A polícia retirou-se cerca das 17 horas, deixando alguns mortos e certa quantidade de munição esparsa pelo campo. É que a posição dos cangaceiros era ótima." (:99-100)

Também o Dr. Madureira de Pinho, chefe de polícia da Bahia, em 1930 reconhecia em relatório publicado na imprensa:

"Emquanto foge o bandido feroz (...) do encontro com policia esta corre-lhe ao encaço (...) sendo as mais das vezes desfalcada pelo tiro certo do bandoleiro emboscado quase sempre avisado e protegido pelas gentes da região." (*O Imparcial*, 10/07/30)

A tática da retirada, do combate fugaz e sem sustentação prolongada é geralmente confundida com a covardia. O jornal acima citado publica em sua edição de 4 de agosto de 1929 as impressões da visita do advogado Alfredo Amorim ao interior da Bahia. Amorim afirma que Lampião é um covarde que apenas evita o choque com as forças policiais e que seu conhecimento do território baiano é-lhe excelente para a fuga. A interpretação de Amorim falha porque não leva em conta a futilidade do confronto na tática de guerrilha. Neste tipo especial de guerra não é recomendável, além de ser infrutífera, a manutenção de posições. O que importa é que se mine a resistência do adversário suficientemente para dar possibilidade à retirada. Esta por sua vez abre caminho para nova perseguição. Na fuga, notadamente em terreno favorável, ou seja, que faculte o esconderijo ao longo da via condutora (seja ela estrada, vereda ou picada), sempre é provável uma nova emboscada. Ainda a respeito deste mesmo tema, o jornal *A Tarde* de 05 de abril de 1930 apresenta o relato do Tenente Odonel ao coronel Terencio Dourado sobre o combate de Favela do qual reproduzo um fragmento:

"Tinha Lampeão desaparecido nas proximidades do Estado de Sergipe, na fazenda Riachão, no dia 27 de dezembro do anno passado. Os destacamentos volantes procurando descobrir o esconderijo cruzaram as caatingas em diferentes direcções, empregando o esforço possível para não deixal-o descansar.

"Por ordem do capitão Macêdo, havia eu ido bater as caatingas de Fonseca, Vacca Branca, Estreito, Lagoinha, Tameberi, Sitio dos Ferreira, Montanha, Canna Bravinha, Almeida e Borracha, o que fiz sem resultado, visto não ter encontrado vestigio algum dos bandidos.

"A 23 d'este estando eu na Fazenda São Gonçalo, onde havia chegado em a noite de 22, recebi uma ligação do sargento Bitré, que se achava destacado em Patamuté, avisando-me de que Lampeão havia surgido na Fazenda Bôa Sorte. Mandeí incontinentemente pegar a cavallhada, fiz ligações com Barro Vermelho e marcheí para Juá contornando a Serra da Borracha pelo lado Oeste por ser velha estrada dos bandidos, e ao chegar na Fazenda de Olympio fui informado de que Lampeão com quatorze caibras alli tinha passado todos a cavallo, ás 10 horas da manhã.

"Sem perda de tempo viajeí na pista, indo perdel-a ao anoitecer na Fazenda Icó, onde elles deixando a estrada se infiltraram na caatinga afim de dificultar a perseguição.

"Bastante desorientado por ter perdido a direção delles, segui para Cacimba da Torre, onde chegueí muito tarde sem noticia alguma, rasão porque alli pernoiteí de 23 para 24.

"No dia segunite (24) procurando descobrir novamente a pista segui para Salta da Pedra, São José e Paredão onde felizmente elles tinham passado ao amanhecer do dia.

"Mais animado então por ter encontrado a pista, marcheí para Lealdade, Sitio, Caldeirão da Canoa, Caldeira de Cima e Campos, fazendo n'este ponto pequeno estacionamento, ás 18 horas afim de descansar um pouco a cavallhada que estava exausta e faminta.

"Depois de uma hora de descanso prossegueí viagem forçando a marcha um pouco, depois de ter passado pelas Fazendas Mudobien e Boqueirão, onde Lampião havia pegado a estafeta e queimado a mala alcanceí ás 24 horas a fazenda Periperi, que dista da cidade de Joazeiro 15 kilometros, onde fui informado pelo sr. Severiano de tal, que Lampião alli tinha chegado ás 18 horas, feito quatro cartas aos srs. coronel Miguel Cerqueira, dr. Adolpho Vianna, coronel Ignacio Macêdo e coronel João Evangelista exigindo dinheiro, e viajado ás 20 horas para a Fazenda Favella de onde mandou busca um cantil de cachaça e uma corrente de ouro, que por esquecimento tinha deixado.

"Immediatamente, mandei deitar a cavallhada no pasto, rumeí o destacamento, n'este momento já desfalcado devido terem se atrazado cinco soldados que viajavam á pé, procureí um rapaz para me servir de guia, e aos 15 ou 20 minutos do dia 25 viajeí para Favella que dista de Periperi 3 kms.

"Meu destacamento então composto por dezenove homens commigo, bem escalonado viajava guardando profundo silencio.

"Depois de uns trinta minutos de viagem o guia avizou-me de que nós nos aproximavamos de Favella e tira uma camisa que usava afim de se confundir com a escuridão da noite. Estavamos efetivamente sahindo da referida Fazenda.

"O sentinela dos bandidos percebendo a aproximação da força faz fogo a curta distancia.

"Tinhamos cahido, portanto, na emboscada que elles haviam preparado afim de aguardar o regresso do portador que tinha ido a Joazeiro ou a chegada de qualquer fôrça, exactamente o que aconteceu."

Este riquíssimo documento, além do testemunho imediato dado por um policial volante de uma emboscada sofrida, revela ainda outros detalhes da vida espacialmente itinerante de cangaceiros e *macacos*. A tática da retirada obrigava o soldado volante à perseguição cega

dos bandidos que pretendia capturar ou matar. Seu deslocamento, sua organização espacial em rota, limitava-se a seguir a regra de um jogo estipulada unicamente por uma das partes em confronto. Situação que reafirma a caracterização nômade do cangaceiro, tanto mais ela é comparada com certos exemplos histórico-etnográficos, como o dos escitas, segundo nos contou Heródoto.

Existe de fato ressonância entre os cangaceiros e o que diz Heródoto sobre o espaço Escita, ou seja, sobre a impossibilidade de se bater contra um exército sem cidades nem muralhas; um povo cujo espaço produz uma inacessibilidade incontornável (cf. Hartog, 1979 :1142).

O espaço alisado impõe uma dificuldade de orientação ao sedentário. Acostumado a mover-se em relação, o sedentarizado vê-se com problemas quando deve deslocar-se num espaço sem referências como o do Escita; um mundo sem direções: “Quand ils aperçoivent un Scythe”, diz Hartog sobre os Persas de Dario, “la seule chose qu’ils puissent faire c’est les suivre ‘à la trace’ (στίβον) et s’ils perdent leurs trace, s’arreter” (ib.). Isto faz com que a guerra entre Escitas e Persas constitua-se numa fuga constante daqueles diante da perseguição desesperada destes sem se deixar jamais apanhar.

O relato do tenente Odonel desenha um quadro muito semelhante para as tropas volantes. Inseridas num espaço itinerante, elas não tem como recurso de orientação senão os rastros deixados pela passagem dos grupos perseguidos e as informações que podem retirar da população civil circundante. Sem uns e sem outras, as tropas estão irremediavelmente lançadas numa zona cega, região de plena escuridão. Existe, inclusive, uma categoria nativa para este tipo de situação: o policial que perde a rota perseguida fica *bestando* num espaço homogeneizado sem qualquer *repère* segundo o qual possa orientar-se.<sup>2</sup>

No entanto, as tropas volantes tinham a seu favor um clarão mesmo no mais sombrio dos territórios: era o rastejador. Os mais diversos autores, estudiosos ou policiais apontam o rastejador como o mais importante elemento da volante. De fato, sem ele, apenas com o auxílio da população, a *persiga*, como se dizia então, seria muito dificultada. Em última

---

<sup>2</sup>. O termo foi inúmeras vezes repetido pelo hoje sargento José Ramos em entrevista ao autor, bem como por Ioiô de Professora, ao falar de volantes perdidas.

análise, quem conduz a volante é o seu rastejador e por isso ele deve ser o elemento de maior confiabilidade. Uma volante com um rastejador traidor é uma volante morta.

Estes rastejadores eram, via de regra, habitantes locais, *catingueiros*, para empregar uma expressão regional, historicamente já detectados no século XVII, conforme refere-se Mello:

“...Duarte de Albuquerque Coelho<sup>3</sup> fala com entusiasmo do ‘capitão índio João Almeida’, por revelar este filho da terra notável habilidade em ‘descobrir e assegurar os caminhos. Também a um outro memorialista das guerras com os holandeses, frei Manoel Calado do Salvador, não passaria despercebida a importância da contribuição militar do rastejador (...) Quase três séculos depois, este rastejador estará presente nas campanhas de repressão ao cangaceirismo como uma espécie de periscópio de que dependiam as volantes a cada passo. (1985, :40)

Prata (1934) descreve o emprego e o posicionamento do rastejador numa coluna volante:

“Toma-lhe a dianteira, como guia de sentidos surpreendentes, a farejar como cão, a ver com a acuidade de pássaro, a escutar de ouvido colado ao chão, o tropel longínquo de animais ou de gente, o rastejador famoso entre os famosos: José Felix dos Santos”. (:46)

A seguir fala das suas habilidades: “Enumera os homens e mulheres que compõem o bando. Afirma se Lampião está em pessoa a chefiá-lo, ou se é Corisco ou outro qualquer dos seus lugar-tenentes.” (:68)

Mas, quais são os métodos empregues pelos rastejadores em sua perseguição de pistas? O que procuram ver e o que vêem? Quais são as modificações detectadas por eles ao seu redor? Muitas são as pistas. Em primeiro lugar, como parece evidente, as pegadas. Rastros que os cangaceiros procuravam disfarçar iludindo através deste dispositivo os seus perseguidores de diversas formas. Em primeiro lugar apagando-as. O último da fila trazia em sua mão ou pé um ramo de árvore que apagava as pegadas no caminho percorrido. Outra forma de enganar o rastejador era pisar na mesma pegada daquele que puxava a fileira, sendo que a ordem de posicionamento obedecia o tamanho dos pés: os que calçavam número maior vinham atrás. Além disso, por vezes o próprio piso estava ao lado dos cangaceiros. São inúmeros os telegramas que trazem notícias de perda de rastro em virtude do piso pedregoso sobre o qual caminha o bando perseguido. A chuva pode também interferir negativamente para a volante; abundam também mensagens cujo conteúdo é a perda da pista porque o solo estava molhado.

---

<sup>3</sup>. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil, 1630 - 1638*, Recife, 1944

No entanto o chão não oferece apenas as pegadas como dados aos rastejadores. Sila fala que os cangaceiros tinham o cuidado de recolocar as pedras retiradas de seus lugares durante as marchas. Tarefa que, é claro, além de exigir grande paciência, tornava lenta a caminhada durante um momento de grande pressa. Outras coisas tinham de ser vigiadas, tais como lixo jogado fora, pedaços de roupas ou linhas soltas de embornais presos nos garranchos da vegetação espinhosa, etc.

Rastejadores experientes, segundo os dados que obtive, não dirigiam seus olhos apenas para baixo, bem como não se serviam apenas da audição e da visão na interpretação do seu em torno. Segundo o hoje sargento José Ramos, ele próprio um ex-rastejador, havia dois signos fundamentais que detectavam a presença de bandos de cangaceiros nos arredores, informação corroborada por Sila. Um deles era o cheiro excessivo de perfume. José Ramos disse-me que o odor de “macaco” podia ser sentido de longe. O segundo signo, e extremamente problemático para os cangaceiros, estava no céu. Era-lhes impossível evitar que urubus sobrevoassem os locais onde deixavam seus restos de comida, principalmente quando tinham de abater um animal, carneá-lo, cortá-lo em partes e abandonar a carcaça. Olhando para o céu o sargento José Ramos podia orientar-se com muita precisão e com boa dose de sorte atingiria um ponto recém abandonado por um bando.

Se os rastros não podiam ser escondidos a tática de guerrilha e mais precisamente o duo retirada/emboscada podia dar conta da *persiga* servindo-se exatamente da habilidade do rastejador e da atuação *enérgica*, como se dizia então, da polícia sobre a população civil. Já foi referido acima, no relato de Sila sobre a emboscada montada por Zé Sereno, que uma das formas de atrair a volante para um piquete era informá-la propositadamente a rota do bando. Foi exatamente o que fez Sereno.

#### 4.2. A Ausência da Estratégia e sua Ligação com o Nomadismo

Já foi colocada acima a minha posição no que tange às relações políticas em Lampião. Creio, sim, que exista uma intensa atividade política em suas atitudes, em seus ataques, quando poupa uma cidade ou uma zona de suas investidas e mesmo quando poupa uma vida. Lampião é um bandido extremamente político, ou melhor, micro-político. Sua realidade política está circunscrita ao contato pessoal, à urdidura de redes cujos nós são presos por relações de prestação. Certas vezes, como chegou a ocorrer, as referências

falham e alguém é atingido sem que o tivesse de ser. Mas este não é um tema para este item. O que gostaria de mostrar agora é a ausência de centro político na atuação militar de Lampião e a conseqüente inadequação da aplicação do termo estratégia neste caso.

Quando um exército entra em guerra com outro, na guerra de tipo regular, seus dirigentes têm em mente uma finalidade. A finalidade última da guerra, segundo Clausewitz, é o extermínio total do adversário ou a sua rendição incondicional. Ou, mais precisamente, a submissão compulsória do inimigo à nossa vontade (1832 :30)<sup>4</sup>. Este objetivo último é composto de três objetivos gerais: destruir o poder militar do inimigo; conquistar o seu país; subjugar a sua vontade. Em Clausewitz estratégia é o plano da guerra, é “a utilização da batalha para ganhar o fim militar” (id. :157). O fim da estratégia é a paz. Ela organiza o efetivo, o local e o momento dos combates, rege, por assim dizer, as ações táticas (Aron, 1976 :156).<sup>5</sup> Aron, numa tentativa de esclarecer com brevidade a distinção deste binômio tática-estratégia, fundamental de resto da obra de Clausewitz, diz que:

“O meio específico da tática e o material do artista tático são as forças armadas; o fim é a vitória e, além disso, a destruição, física ou moral, da força adversa. O meio específico da estratégia, são os combates, reais ou simulados, e seus resultados; o fim natural, não é a vitória mas os objetos que conduzem imediatamente à paz” (id. :158)

Desde este ponto de vista, no que concerne aos fins da estratégia, ela não existe em Lampião. Finalismo, enfim, não é um termo adequado às ações do cangaceiro. Quando foi referido o problema do alvo no capítulo 3, foi observado que os cabras - sempre utilizando a classificação de Mello - como os jagunços e os cangaceiros de vingança, têm em sua mira um objetivo bastante claro que é determinado pelos problemas gerados por questões fundiárias, político-partidárias, familiares ou pessoais com um determinado inimigo preciso, seja do próprio ou de alguém que o contrate. Foi também observado que Lampião, embora inicialmente finalista, ou seja, dirigindo suas hostilidades para José Saturnino, rapidamente multiplicou seus alvos. A transformação foi exemplificada com o ataque à Baronesa de

---

<sup>4</sup>. Este é o ano da primeira edição de *Von Kriege*. Apresentei-o na citação porque a tradução portuguesa que utilizo não contém data de publicação.

<sup>5</sup>. Há que sublinhar a extrema dificuldade na distinção entre tática e estratégia na obra de Clausewitz, notadamente quando a distinção remete ao nível da prática. Quanto a isso, ver Aron (ib.). Guevara apresenta uma distinção muito mais simples entre tática e estratégia do que a de Clausewitz: “Em linguagem militar, tática é o modo de levar a efeito os grandes objetivos estratégicos. É, de algum modo, um complemento da estratégia e em outro uma espécie de regulamento das mesmas, muito mais variáveis, muito mais flexíveis que os objetivos finais, os meios devem adaptar-se a cada momento da luta.” (1982 :22). Corre-se apenas o risco de um excesso de simplificação de um problema mais complexo.

Água Branca. Todavia, existem outros casos em que a ausência de finalismo em Lampião resta muito patente. Prata (*op. cit.* :32) relata a passagem de uma volante na qual está presente Clementino Furtado, o Quelé, tradicional inimigo dos irmãos Ferreiras. Livino tenta abatê-lo, sendo impedido por Lampião, que o aconselha tranqüilidade nestes casos, sendo insultado pelo irmão.<sup>6</sup>

Muito mais contundente é o caso narrado por Rodrigues de Carvalho. Segundo este autor, emboscado num pé de serra, o bando de Lampião vê passar uma volante liderada por José Lucena. Antônio Ferreira, cangaceiro indômito, levanta-se para alvejar o oficial, ao alcance de sua arma longa, e é impedido pelo irmão que julgava muito numerosa a volante para ser atacada. Decisão acatada *à contre coeur* por Antonio que não entendia como é que se podia ver passar o assassino do pai sem nada se fazer contra ele. Mello (1985 :64 e ss.) fornece uma série de exemplos deste tipo, na tentativa de provar a sua teoria do escudo ético. Ali estão tentativas de pacto com Lucena, vidas de inimigos de sangue poupadas (inclusive a de José Saturnino e de José Nogueira, que foi morto por Antonio), etc.

As implicações espaciais e políticas desta ausência de finalismo em Lampião também foram esplanadas no capítulo anterior a este. Lampião torna-se um cangaceiro sem alvo fixo, sem centro de gravitação, com uma forma decomposição flexível de *core areas*. Nada disso, no entanto, significa que Lampião não tivesse objetivos políticos. Eles os tinha, sobretudo se a expressão for entendida como sinônima de “alvo militar”. Por outras palavras, o objetivo político das ações militares de Lampião confundiam-se com os seus alvos atacados. Invadir uma cidade ou vila, atacar uma fazenda, etc. são objetivos políticos da mesma forma que a conquista de uma província assim pode ser entendida, mesmo em casos de guerras regulares (Clausewitz, *op. cit.* :37). Sendo que o objetivo político é o “motivo original da guerra” (ib.) pode-se dizer que aquele, em Lampião, está esfacelado em inúmeras ações militares, cujo meio de ação é a força armada, sem conexão necessária entre elas. Quero dizer com isso que se a composição orgânica dos combates pertence à estratégia, se não há composição orgânica necessária entre as ações militares de Lampião, uma vez que este não pretende a aniquilação completa de seus inimigos, como tampouco que se dobrem à sua vontade - já que é muito nebuloso o quadro geral de seus inimigos

---

<sup>6</sup> Os problemas de Lampião com Quelé estão descritos em Mello (1985 :131 e ss.) e em Ferraz (*op. cit.*). Quelé fora cangaceiro de Lampião.

(enfim, onde e quem são os inimigos de Lampião?)<sup>7</sup> - é muito duvidoso imputar a seus bandos uma ação estratégica. Enfim, qual a ligação entre um ataque à Souza e o assassinato dos Gilós, inimigos de Horácio Novais, e o de Luiz Gonzaga? Temos três estímulos diferentes em três ações militares: 1. arrecadação; 2. vingança estimulada por um componente do bando; 3. vingança estimulada por problemas oriundos das relações de vingança familiar. Há ainda os ataques para provocar prejuízos a inimigos poderosos. É o caso dos ataques às fazendas de José Pereira em Pernambuco, das fazendas de Petronillo Alcântara Reis queimadas à exaustão na Bahia, etc. Não são ataques de arrecadação, não visam a morte do inimigo, nem submetê-lo à vontade de Lampião. Apenas querem prejudicar um traidor. Há também os ataques de intimidação, estes sim procuram dobrar a vontade daquele que é atacado. Este tipo de ataque está ligado também à arrecadação.

Sem fins estratégicos, as ações militares de Lampião e de seus subgrupos estão encerradas em si mesmas e por isso são ataques baseados na mobilidade. Se não se quer vencer um inimigo bem delimitado não faz sentido dirigir tropas num ou noutro sentido. Por outras palavras, num contexto no qual aliados e contrários podem não guardar as suas posições os objetivos políticos da ação militar são igualmente cambiantes, modificando a orientação espacial conjuntamente. Os cangaceiros que estacionavam ontem em Princesa hoje atacam-na ou evitam o local. O nomadismo político e espacial aponta para uma mobilidade militar.

---

<sup>7</sup>. Esta é uma pergunta sem resposta. Quem são os inimigos de Lampião? Contra quem luta? Contra todo o país, contra os nordestinos, os sertanejos apenas? Ou lutará somente contra a polícia? Mas quem é a polícia? Além de tudo, se há uma resposta equivocada será esta última. Armas eram profusamente distribuídas pela população sertaneja pela polícia baiana. Lampião lutaria, segundo a sua própria interpretação, contra o governo? Mas porque então sacrificar nesta luta a vida de camponeses? Não, Lampião não era um revolucionário, como pretendem alguns como Facó. Era um bandoleiro, um *brigand*, para utilizar a maior precisão do termo francês. Então, finalmente, quem é o inimigo de um bandoleiro, contra quem luta ele? Contra a Lei. Mas a lei não é ninguém e deve atualizar-se em pessoas. Talvez a polícia. Mas então estamos de volta ao problema original, quem é a polícia? Já foi dito que o corpo das volantes era composto acima de tudo por sertanejos que alistavam-se pelos mais variados motivos. Se todos os policiais eram inimigos, bem como os seus parentes por vezes assim eram entendidos, e se qualquer um podia a princípio ingressar na polícia como contratado, conclui-se que todos podiam ser inimigos de Lampião, em potencial. Seria aparentemente demasiado banal afirmar-se que os inimigos de Lampião eram todos os que estavam contra ele. Não obstante revela-se aí toda a prática política de Lampião, ser político por excelência. Criar alianças, por bem ou por mal, na tentativa de angariar simpatizantes e aliados. São estas tentativas e os êxitos delas resultantes que produziram uma extensa e eficiente rede de comunicações, um exemplar aparato logístico, e um poderoso escudo protetor. De volta ao problema dos inimigos, é esta variedade e indetectabilidade de quem é contra ou quem pró o fator de imprecisão do alvo da hostilidade. De todo modo quem é pró sempre pode trocar de facção (há traidores e agentes duplos por toda a parte) e vice-versa.

### 4.3. O Contingente, a Velocidade e a Mobilidade

A “pequena guerra”, como chama Clausewitz, é aquela cujo emprego de efetivos é pequeno: “Combates de 20, 50, 100 ou 300 ou 400 homens, se não fazem parte de combates mais importantes, pertencem à pequena guerra” (*Sur la Petit Guerre*, apud Aron, *op. cit.* :152). Uma das suas características é a mobilidade:

“as pequenas tropas podem passar por todos os lugares, se reabastecerem sem dificuldade, se dissimular, se deslocar rapidamente, recuar mesmo na ausência de estradas, etc.” (Aron, *ib.*)

Guevara partilha desta opinião ao falar da guerrilha:

“A característica fundamental da guerrilha é a mobilidade, o que lhe permite estar em poucos minutos longe da cena específica da ação e em poucas horas longe da região da mesma (...) que lhe permite mudar constantemente de frente e evitar qualquer tipo de cerco.” (:22)

Também desenvolve uma teoria muito semelhante no que toca ao contingente:

“O número de homens que pode ter uma guerrilha deste tipo não deve ser superior a dez ou quinze. É de enorme importância considerar sempre as limitações de mínimo quanto a integração de um só corpo de combate; dez, doze, quinze homens podem se esconder em qualquer lugar e ao mesmo tempo opor ao inimigo uma resistência poderosa e apoiar-se mutuamente; quatro ou cinco talvez seja um número muito pequeno, mas quando o número passa de dez as possibilidades de que o inimigo os localize em seu acampamento de origem ou em uma marcha, são muito maiores.” (:32)

A adequação do emprego do contingente reduzido na tática de guerrilha é sublinhada por Lawrence desde o ponto de vista da possibilidade que dá a mobilidade necessária à guerrilha:

“How would the Turks defend all that [um território de 140.000 milhas quadradas] if the Arabs were an army attacking with banners displayed ... but suppose they were an influence, a thing invulnerable, intangible, without front or back, drifting about like a gas? Armies were like plants, immobile as a whole, firm-rooted, nourish though long stems to the head. The Arabs might be a vapour, blowing where they list” (1958 :950a)

Sem dúvida, em Lawrence o pequeno número é de extrema importância também no aspecto disciplinar do pelotão:

“Em conjunto, não eram formidáveis, já que não possuíam um espírito de união, disciplina ou confiança mútua. Quanto menor a unidade, melhor o seu desempenho. Mil homens constituíam uma turba descontrolada, completamente ineficaz diante de uma companhia de turcos bem treinados. Mas três ou quatro árabes, em suas colinas, podiam deter uma dúzia de turcos. Napoleão fizera tal comentários acerca dos mamelucos.”(1926, :124)<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>. Esta é data da primeira edição de *Seven Pillars of Wisdom*. A tradução brasileira com que trabalho não traz data de publicação.

Lampião poderá ter passado por estes dois problemas. Até o ano de 1927 há notícias de enormes bandos compostos de 50, 70 e até 125 homens, em 1926, na época da perseguição aos revoltosos da Coluna Prestes. À partir de então o número só fez reduzir. O motivo principal da redução foi a intensa repressão promovida pelas polícias dos Estados conveniados em 1926, como já foi referido. Mas há outros motivos para o esvaziamento dos grupos. A polícia pernambucana parece desconfiar que Lampião reserva apenas o direito de estar próximo dele nesta hora de dificuldade para os que são de sua inteira confiança. Ou seja, em momentos de escassez nada mais sábio do que reduzir as necessidades.

Um grupo menor, além de mais facilmente controlável, é dissimulável com maior facilidade; pode ser abastecido mais rapidamente e com menores recursos e fugir mais velozmente às perseguições, tudo como dizia Clauzewitz. Apesar da grande carga de informações e da constante atenção dada a Lampião por Teófanos Torres e por Eurico de Souza Leão, este último parece não compreender bem a utilidade militar do pequeno número na ótica do guerrilheiro. No telegrama de 18 janeiro de 1928 a Teófanos Torres, Souza Leão mostra um duplo desconhecimento das coisas ligadas a Lampião. Neste momento ele, como qualquer leitor das notícias enviadas do interior para a capital, bem como do relatório das atividades policiais no sertão em 1927, acredita que o banditismo está no fim. Não obstante, neste mesmo dia recebe notícias do tenente Jardim segundo as quais Lampião matou 4 pessoas em Tacaratu. Um dia antes já havia atacado um povoado próximo a Gameleira. Ambos os fatos mostram que Sousa Leão estava mal informado acerca das reais condições do bando e do fôlego de Lampião. Por outro lado crê que o pequeno número de elementos no bando facilita as coisas para a polícia, pois está convencido de que qualquer força pode levar-lhe vantagem. Ora, isto seria verdadeiro caso se tratasse de uma guerra em que as forças em desvantagem procurassem defender posições. No entanto, por tratar-se de uma guerra sem quartel, o menor número é o que de mais vantajoso pode ocorrer em momentos de intensa repressão. Durante este período, como já foi referido anteriormente, até por Teófanos, há dificuldade para tudo: pouso, alimentação, municiação, esconderijo. Quanto menor o grupo mais facilitadas serão tais tarefas.

O telegrama de Teófanos Torres do dia 13 de outubro toca no problema duplo que encontram os cangaceiros num dos períodos de maior repressão policial, ou seja, no ano de 1927: por um lado a própria repressão e por outro o problema da alimentação. Em diversos telegramas surge a notícia de que, além de maltrapilhos, os cangaceiros estariam famintos e que alguns deles sequer conseguiam andar. Teófanos faz uma ligação direta da perseguição com a fome afirmando que esta derivaria daquela pelo fato de que o bando não teria tempo para se abastecer convenientemente. É bem possível. O abastecimento demanda tempo para abater, esfolar, carnear e eventualmente secar a carne. Pode-se, entretanto, pensar também que o problema não é tão-somente de tempo mas também, e talvez acima de tudo, de segurança política. Mesmo porque deve lembrar-se que os alimentos enlatados eram muito freqüentemente utilizados pelo bando.<sup>9</sup> O consumo e a aquisição deste tipo de produto não demanda tempo e sim segurança.

Penetrar nos domínios habitados de uma fazenda também requer segurança. O próprio Teófanos, em telegrama de 22 de fevereiro de 1928 chegar a afirmar precisamente isto quando diz que nem Sabino nem Lampião, "assombrados", arriscam-se "mais passar qualquer casa com raras exceções e sim ficam sempre no matto". A segurança exigida é de que não se vai ser em seguida delatado à primeira volante que surgir. Para que não se seja delatado é necessário ou bem despertar respeito e temor ou bem apresentar algum poder de barganha. Poucos seriam aqueles que se tornariam simpatizantes do bando por pura, digamos, simpatia. Assim, já que as notícias apresentam um quadro apocalíptico desde o ponto de vista dos cangaceiros, não é muito provável que lhes estivesse ao alcance nem uma nem outra coisa. Deste modo estariam em dificuldades por escassez de poder e não - ou não apenas - por escassez de tempo.

A escassez de poder deve ser analisada também segundo a ótica espacial, pois parece que *poder inferior* nem sempre vai resultar em imobilidade e nem sempre em mobilidade excessiva. Ambos, ausência e excesso de mobilidade, com relação ao poder, são passíveis de ter desenvolvimentos reflexivos bastante completos. Através destes raciocínios, ambos podem ser considerados respostas óbvias para solucionar o problema político. Seria

---

<sup>9</sup>. "De volta da estação entrou num bilhar da Praça do Mercado, pediu todas as latas de sardinha e goiabada que estavam na prateleira e bebeu, com os cabras, várias espécies de bebidas. (...) O negociante vende-lhe a mercadoria por preço triplicado. Lampião é ótimo freguês, não regateia nunca. Muitos prosperam com a venda de doces enlatados, tal a quantidade consumida." (Prata, *op. cit.* :86 e 105)

equivocado apresentar um Lampião móvel em momentos favoráveis e imóvel em horas difíceis ou vice-versa.

O pequeno contingente parece ter agradado mais a Lampião, já que à partir do período posterior à sua entrada na Bahia passou a adotá-lo mesmo quando o bando começou a crescer. O chefe geral passou a delegar seus poderes e distribuir os subgrupos pelo território. O *Diário da Bahia* observa bem esta nova forma de atuação com um atraso de alguns anos. Em 1936 publicava:

“A princípio era um chefe, apenas, que conflagra o nordeste, sob a apocalíptica formação de grupos. Mas o mau exemplo teve os seus adeptos e surgem agora varios ‘lampeões’ que talvez para confundir a ação dos soldados da Lei, actuam em diferentes sectores ao mesmo tempo.

“É uma tática de bandidos, porem que dará sempre resultados.

“A verdade é que este facto traz á melhor compreensão do modo energético por que vem agindo as policcias. É explicável. Atacado por todos os lados, o grupo lampionico teve consciencia da sua proxima derrota. Deste modo era preciso mudar de tactica. E se subdividiu para crear maiores dificuldades de ataque por parte dos seus perseguidores aumentando assim, o seu raio de acção e mais movimentada capacidade de offensiva.” (04/06)

E cerca de duas semanas mais tarde publicaria:

“O bando de Lampeão está dividido em varios grupos chefiados por Zé Bahiano, Mariano, Corisco, Zé Moreno, Angelo, Roque e Virginio.

“Os bandidos uzam de expedientes bem interessantes: enquanto, um grupo combate num municipio, fazendo seguir ali a policia, outros atacam diferentes logares, estabelecendo uma confusão.” (21/06)

Apesar dos erros nos nomes de alguns chefes de subgrupo, da ausência de outros<sup>10</sup> e do carácter hiperbólico das ações concertadas, as notícias acertam no aumento da mobilidade e da amplificação do alcance territorial das ações. É claro, o controle dos subgrupos, de seus homens e de tudo o que dizia respeito a eles, estaria a cargo do seu chefe enquanto não estivesse em presença de Lampião. Sila fala que Lampião mandava nos seus homens. O episódio da morte de Lídia por Zé Baiano, caso haja precisão no relato dado a Shaker, é um bom testemunho deste procedimento. Traído pela mulher, Zé Baiano assassinou-a a pauladas. Quando foi no encalço de Bem-Te-Viu, o traidor, foi impedido por Lampião. Bem-Te-Viu estava, digamos, fora da sua jurisdição, bem como da de Zé

---

<sup>10</sup>. Note-se que Zé Moreno, era Manoel Moreno. Zé Sereno não consta porque era então considerado morto pela imprensa (em 04/06 do mesmo ano este jornal publicava em manchete: “Abatido o Temível Sereno”). Como se sabe Zé Sereno morreu muitas décadas depois em São Paulo.

Baiano, porque era homem de Virgínio, que estava ausente, emprestado a ele, Zé Baiano. Concerniria a Virgínio e só a ele a decisão do destino de Bem-Te-Viu. (*op. cit.* :121).

Além da autonomia política no interior dos bandos e do poder exercido pelos chefes sobre os seus subordinados diretos, parece ter havido também pouco controle na criação dos bandos. A opinião é de Dadá e também compartilhada por Sila:

“Quer dizer que você andava com Corisco e hoje dizia: ‘eu vou andar sozinho’. Pegava e ia embora. E arranjava arma, botava dois três, ficava girando, que a derrota do grupo foi essa. (...) Pra cada canto, um lugar, tinha um grupinho, um grupinho por ali, morria dois, três, a volante matava quatro, matava três, botava veneno...”

Sila vai ainda mais longe ao descrever o nível de liberdade que cada cangaceiro tinha de andar com quem queria. Segundo ela,

“Quando um cangaceiro não queria andar com Lampião ele não obrigava, não. Ele saía de Lampião e ia pra Zé Sereno ou saía de Zé Sereno e ia pra Luís Pedro. Era de livre vontade. Porque o povo pensa que Lampião, dizia que eles se ajoelhava pra dar a benção à Lampião, que Lampião era quem mandava. Não era nada. Lampião mandava na pessoa dele e na mulher dele. Dava [benção] porque a gente respeitava ele. Respeito assim e ele foi o primeiro cangaceiro. A gente gostava muito dele e de Maria.”<sup>11</sup>

Nota-se claramente que Sila distingue com facilidade o poder, propalado pelos que não viveram o cangaço, poder tirânico e opressor, do prestígio enorme que Lampião tinha junto aos seus subordinados. É bem verdade que as variações do humor de Lampião são bem conhecidas dos que investigaram de perto a sua personalidade por serem várias vezes referidas por outros cangaceiros. Labareda, Sila, Candieiro, entre outros, falam do gênio difícil do chefe quando estava nervoso. Já é mais ou menos clássica a expressão “Lampião quando estava calmo era uma moça, quando estava nervoso era uma fera”. Mas o que Sila tenta expressar é que ninguém tomava a benção de Lampião por medo, mas sim por respeito - que, é claro, sempre envolve um pouco de temor - e (por que não dizer?) por amor. Um sentimento filial.

A par disso houve também, segundo tudo indica, uma distribuição relativamente estrita das áreas de atuação e das fontes de arrecadação. Quanto à distribuição Mello (1985 :186) diz que Lampião

“despacha para Pernambuco e Alagoas os grupos chefiados por Moreno, Português, Moita Brava e Corisco. Para Sergipe e Bahia, seguem os grupos de José Bahiano, Mariano, Labareda e José Sereno ...”

---

<sup>11</sup> . Entrevista ao autor

A idéia é confirmada pelo pedido de indulto para Labareda e Saracura. Nele os relatores Edgard Mattos, Edgard Pitanguera e Estácio de Lima afirmam que a zona onde foram cometidos os crimes imputados aos dois, "não era, absolutamente, a zona de Angelo Roque, vulgo Labareda. Os crimes foram perpetrados por Zé Bahiano e sua gente."

Temos então que contingente reduzido possibilita maior mobilidade, como também faculta aceleração. A velocidade é um ponto de extrema dificuldade e não pretendo senão tocá-la neste trabalho. Os dados disponíveis são muito conflitantes e não se sabe bem o quanto poderia andar um bando de cangaceiros num dia. Há quem fale em 6 léguas, outros falam em 12 ou mais.<sup>12</sup> É bem verdade que, além dos possíveis exageros, dificilmente poder-se-ia contabilizar corretamente uma distância nas condições em que trafegavam cangaceiros e volantes. Sila, como já foi referido, lembra a dificuldade em acelerar a fuga em virtude do perigo dos rastros deixados demasiado claros. Cuidados gerais como não prender roupas em garranchos e virar pedras, enterrar restos, tornam lenta a caminhada. O próprio meio condutor em momentos de fuga extrema, ou seja, a caatinga fechada, é ruim. Os cuidados com o solo não se restringem aos rastros, mas também à própria integridade física dos pés e das pernas dos que caminham. Mandacarus, quixabeiras e acima de tudo a macambira. Veja-se o que diz sobre ela o Sr. Paulo Brito, filho de João Bezerra:

"A macambira ela tem umas folhas com espinhos nas laterais que os espinhos são um pra frente outro pra trás. Quer dizer, quando você pisa nela a macambira ela cresce e fica alta do chão. Aí quando elas ficam juntas numa determinada região todo aquele piso, aí ela fica alta. Aí, vamos dizer, quando você pisa na macambira, no meio da macambira, pra ela abrir, aí dá o apoio. Mas se você pisa no meio da macambira e sua perna entra, você não tira mais. Porque os espinhos prendem. Quer dizer, você entra ele prende, você tira ele prende."

Imagine-se então a atenção que um terreno destes exigia e a lentidão daí decorrente. O terreno, aliás, é um dos principais aliados de Lampião, como não poderia deixar de ser, pois é dos principais elementos da guerrilha.

#### 4.4. Lampião, Guevara e o Terreno

Começo este item com uma longa citação que comentarei posteriormente:

---

<sup>12</sup>. Mello (1985) fala de seis léguas como velocidade média e 12 como velocidade máxima. Sila fala de deslocamentos entre Poço Redondo e Serra Negra em um dia, ou seja, aproximadamente 80 quilômetros, o que perfaria pouco mais de 13 léguas.

“A guerrilha deve combater a sua sobrevivência. Tem que sair constantemente de seu refúgio e lutar, sua mobilidade não tem que ser tanta como nos casos em que o terreno é desfavorável, terá que adequar-se às condições do inimigo, mas não é necessário um deslocamento como o que está implícito em lugares onde o inimigo possa concentrar uma grande quantidade de homens em poucos momentos.” (:27)

E quais são as repercussões espaciais do terreno favorável?

“...mais rapidamente que em terrenos desfavoráveis, poderá a guerrilha estabelecer-se, sedentarizando-se, isto é, formar um núcleo [note-se que o terreno mais favorável é a montanha] capaz de estabelecer uma guerra de posições, onde instale, adequadamente protegidas da aviação ou da artilharia de longo alcance, as pequenas indústrias de que necessitará, assim como hospitais, centros educativos e de treinamentos...” (:28)

Nos terrenos desfavoráveis, porém:

“... a mobilidade deste tipo de guerrilha deve ser extraordinária, o golpe dado à noite, de preferência, deve ser sumamente rápido, explosivo quase, e a retirada não só veloz, como deve a guerrilha dirigir-se a lugares diferentes de sua origem, o mais distante possível de sua ação, considerando sempre que não haja uma possibilidade de esconder-se em um lugar inacessível às suas forças repressivas.” (:31)

O terreno desfavorável é a planície, onde o guerrilheiro, ainda segundo Guevara, deve ser um “corredor” pois é ali que “a prática do pega e foge deve adquirir sua máxima expressão” (:32). O inconveniente da planície, diz ele, é a ausência de locais de esconderijo. É assim que a clandestinidade deve ser total, pois a repressão da polícia pode afrouxar o mais firme dos colaboradores.

As semelhanças entre o guerrilheiro revolucionário e as quadrilhas de bandoleiros são observadas por Guevara já no início de sua obra. Têm, tal como os exércitos revolucionários, homogeneidade no interior do grupo, respeito ao chefe, coragem e conhecimento do terreno (:15). Porém o que salta mais aos olhos é a proximidade das “regras” espaciais de Guevara e a organização de Lampião. Existem duas formas básicas adotadas pelo cangaceiro: retirada pela caatinga plana, onde a mobilidade é intensa; retirada para as serras e serrote, onde os bandos procuram estacionar. Evidentemente nem todas as regras são respeitadas por Lampião. Seus objetivos não são os mesmos de Guevara. Mas desde a perspectiva espacial, no que se refere à dualidade terreno favorável/desfavorável e sua correlação mobilidade intensa/diminuição da mobilidade, a semelhança é inegável.

Neste sentido passa a haver uma contraposição entre os períodos anterior e posterior à entrada na Bahia. Ambos os governos dos Estados reclamavam das suas geografias e dos seus relevos. Estácio Coimbra dizia que o relevo de Pernambuco parecia ter sido feito de encomenda para a constituição do banditismo. Por seu turno, o chefe de Polícia baiano em

1930, Madureira de Pinho, tinha publicado em *O Imparcial* de 3 de julho de deste ano, o seguinte manifesto:

“O Nordeste bahiano, na vasta extensão de suas caatingas crestadas continuamente por um sol abraçador, no deserto de seus taboleiros despovoados, na aspereza de suas terras incultas, inhabitadas, no desvio das grotas, é o meio escolhido para abrigo de um troço do banditismo do Nordeste Brasileiro...”<sup>13</sup>

Quer dizer, está-se entre a serra e a planície e o problema continua o mesmo. Ambos os terrenos são difíceis para a repressão. De certa forma pode-se dizer que ambos são favoráveis, cada um a seu modo, à formação e manutenção de grupos de bandoleiros. Mas é bem certo que os informes policiais insistiram sempre em falar em refúgios de Lampião para as serras e serrotes, onde eventualmente estacionaria, enquanto que, exceção feita a certas incursões pelo Raso da Catarina, a presença de Lampião na Bahia, após o período de bonança, é marcada pela mobilidade.<sup>14</sup> É bem verdade que Lampião reduziu um pouco o seu espectro territorial distribuindo subgrupos por diversas regiões. O que não significa diretamente que tenha andado menos.

Retornando ao período anterior à penetração na Bahia, há um telegrama de Teófanos Torres datado de 21 de outubro de 1927 que revela que Lampião estacionava de fato nas serras, mas o conteúdo deste informe importante mostra também que estas eram pontos de restabelecimento físico e local de reequipamento. Manoel Netto e o sargento Affonso encontraram um rancho numa serra nas proximidades de Triunfo com barracas “de muitos dias dispondo n’aquelle local de panellas vg sacco feijão vg sal tendo ali sido encontrados muitos retalhos de brim mescla que estavam costurados.”

Triunfo, um dos municípios mais procurados pelo bando em suas perambulações por Pernambuco, tem um revelo muito acidentado por serras. É de fato um local de altitude razoável, clima ameno, cuja vegetação é muito pródiga e o solo extremamente fértil. Um local perfeito para estacionamentos prolongados onde contavam com o auxílio de políticos, como já foi mencionado acima (em 3.1.1).

Se as regras espaciais de Guevara valem para Lampião não se deve inferir disso que elas são levadas ao pé da letra. Se a montanha vale como ponto de demora, o mesmo pode

---

<sup>13</sup> Este trecho do relatório publicado pelo *Imparcial* é uma repetição de uma declaração do mesmo Madureira de Pinho publicada neste jornal em 24/02/29.

<sup>14</sup> A citação já foi referida acima, mas vale a pena repetir, o extenso relato de Labareda a Estácio de Lima, publicado em *O Estranho Mundo dos Cangaceiros* que se compõe quase exclusivamente de relatos de viagens.

acontecer na planície e já foi referido o caso do Raso da Catarina, no nordeste do Estado da Bahia. Há também as retiradas para locais planos, porém ermos, de caatinga muito fechada, que equivalem à serra no tocante à dificuldade de deslocamento.

O que pretendo dizer, enfim, é que embora haja padrões relativamente constantes, não é apanágio da organização espacial de Lampião a fixidez. Já foi mostrado que apesar de rejeitar o espaço dual, não é impossível notar em certos casos que os bandos recorrem a esconderijos - *strictu senso*, ou seja, locais onde acampam sem atacar. Do mesmo modo a montanha e a planície, que são via de regra locais de pouca e muita mobilidade respectivamente, podem ter seus papéis invertidos em determinadas ocasiões.

No que toca ao conhecimento do terreno, é inegável que Lampião dominava-o bem. Tanto em Pernambuco como nos demais Estados vizinhos, onde foi almocreve. Tanto a imprensa quanto os informes policiais insistem nas justificativas de não encontrar Lampião devido à intimidade adquirida por ele nos seus tempos de almocrevaria. Em Alagoas, como contou D. Cira, fora almocreve de seu avô. Na Bahia, conforme falam os jornais, e também Mello (1993 :24-25), trabalhou para Delmiro Gouveia. Não obstante, este conhecimento não podia explicar tantas vantagens quanto esses testemunhos podem levar a crer e isto por dois motivos. Em primeiro lugar porque seus perseguidores em grande parte também eram íntimos das regiões por onde andavam. Como os cangaceiros, os soldados volantes eram sertanejos. Ao mesmo tempo o conhecimento do terreno de ambas as partes em luta não eram ilimitados. Patenteia esta hipótese o emprego de guias seja pelos cangaceiros, seja pelos policiais. O sargento José Ramos, de Uauá, conta que em cada fazenda que entravam costumavam pegar um guia para orientá-los no seu interior. Ao sair de uma abandonavam o guia e escalavam um outro, da fazenda seguinte.

Inúmeras situações envolvem guias também entre os cangaceiros. O relato mais próximo de que disponho é o do Sr. Francino, de Tucano. Seu irmão, Virgílio, foi feito guia por Lampião numa expedição de partiu dos arredores daquela cidade e desembocou em Mirandela, no natal de 1930, dia em que Lampião matou uma série de contratados.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> . Apesar da extensão do relato de seu Francino, creio não ser conveniente abrir mão dele e assim o reproduzo na íntegra: “Eles viajaram a noite todinha. Quando era perto do dia amanhecer o Virgílio disse: ‘-capitão, daqui prá diante eu num sei de nada.’ Ele disse: ‘- você tá cum medo?’ Ele disse: ‘- não sinhô, é porque num sei, num cunheço nada daqui prá frente.’ ‘-Não, quando o dia amanhecer, a primeira pessoa que eu encontrar eu mando você voltar’. [Mariá] Ele pediu ao pai dele pra o filho dele mostrar as estrada até onde ele sabia. Aí ele foi até o onde soube, quando não soube mais disse a ele, mas se ele dissesse eu não sei mais até onde o pai de Virgílio disse a ele, ele aí matava. Porque ele não era cabra de Lampião. Ele

Também o coronel refere-se a um guia no seu diário de seqüestrado, pela época do ataque a Mossoró (in Nonato, 1989). Ou seja, a separação de três anos entre o caso de Mossoró e o ataque a Mirandela indica que o emprego de guias não fora episódico.

---

foi um guia assim de estrada. Ele foi mais da Mirandela. [Franc] Perto de Jeremoabo. Em procura de Serra Negra.

“Foi no dia do fogo. Não, num teve casamento. Eles pegaru ele aí no Cabrito, aí foram dormir da Taboa. Ele vinha montado num burro muito bom, ele era dum fazendeiro, pegou esse burro acima de Juazeiro da Bahia sete légua. [na Taboa] ‘Capitão, seu burro num se levanta’. Aí ele: ‘- olha, já vi duas coisa boa, Lampião e este burro’. Aí disse a Virgilio: ‘- olhe, tome cuidado com esse burro. Num deixe morrer. Porque eu vou avisar ao fazendeiro. O lugar que eu deixar vou avisar ele. Então cê trate do burro, que os homi procura’. Virgilio ficou com esse burro seis meses. [o fazendeiro mandou buscar o burro]

Seguiram pra Mirandela. Foi nesse dia que eu vi ele, nunca tinha visto ele. Ele era novo ainda. Não nesse tempo eu era mininu, num tinha medo de nada. Eu descí assim a calçada e falei: ‘- já vai capitão?’ Ele pegou a minha mão, eu mais um primo meu. O rapaz tinha uma instalação, um olho perdido, ele disse: ‘esse rapaz é cumu eu, só tem um olho’.

“Em Mirandela Virgilio pediu: ‘- capitão, hoje tem muita gente, meu pessoal, tão tudo aí. É dia de natal. Eu quero que eu vá avisar.’ Ele disse: ‘- pode ir. Avise e diga ao delegado que tire os soldados que tiver que eu levo dinheiro muito miúdo prá dar de esmola e não brigo com ninguém’. Aí Virgilio chegou lá, ao meio dia, foi pra casa do delegado e dixe: ‘- Lampião tá ali’. [o delegado era parente deles] chamava-se Dedé Calasans (José Calasans). Aí mandou chamar o sargento: ‘- sargento Lampião tá ali, quer entrar.’ ‘- Então diga a ele que pode ele vir rezando, cair na bala.’ As mulé se alvoroçaram, as mulé dava ataque, os marido pegava, jogava pra dentro de casa e aquela confusão. E eles ali do alto gritando ‘-chiqueiro bode, chiqueiro bode’. Virgilio disse: ‘- o sargento disse que o sinhô pode se preparar que é pra brigar mesmo’. Daí a pouco eles ficaru ali deitado [ ] Pipoca prá lá, pipoca prá cá. Aí aqueles [ ] eram três guias: Virgilio [ ] e um velho lá daqui de Masseté. Sorria, os mininu sorria e velho num sorria, não. Morreu, mataru dois. Não, num eram soldado. Soldado só tinha três: o sargento, e os dois soldados. E brigaram os contratados: Pedro Brasil, com dez homens foi quem sustentou o fogo. De Mirandela. Se tivesse algum parente eu nem sei quem era ele.

“Eles ficaram lá. Quando o fogo terminou que eles correru, ele mandou chamar Virgilio. Quando Virgilio chegou, ele, passou um cabra assim, um sinhô que tava atirando com o sargento. E uma bala pegou, não sei se foi no coice do fuzi do sargento ou do mesmo rapaz. Cortou um pé. Aí o sargento correu logo. Deu o fuzi dele pra ele ficar sustentando a munição, e ele correu. Quando terminou o fogo ele deu um gimido. Aí um soldado, um contratado, disse: ‘- aqui tem macaco baleado’. Deram uns três tiro. Abriram a fechadura da porta aí botaram a porta dentro e saíram cum ele enfiado num punhal. Era um sinhô daí, filho daí mesmo de Mirandela. Aí o Lampião perguntou: ‘- Virgilio, cunhece? É o sargento esse?’ Ele dixe: ‘- capitão, eu vi o sargento uma vez.’ E o Mané Amaral era muito amigo dele, cunhicia, mas ele tava todo branco, todo ensangüentado. Não, o sargento chamava sargento Guedes. [Manoel Amaral] era um contratado. Aí um rapaz chamava Jirimias, tratavam ele Neco, correu. Era contratado também, correu. Foi bem uma légua, depois voltou. Ele bibia muito. Voltou pegado num rifle, botou um lenço na boca do rifle assim amarrou, passou e Lampião disse: ‘- esse vem pidindo paz, num bulimo cum ele, não.’ Quando chegou assim na beira de uma parede se encostou [ ] passaram-lhe fogo. Morreu na hora. Era o pai daquele Virgilio de Pombal. Virgilio indireitou ele ali e chegou um cabra: ‘- que que cê qué com esse macaco, cê qué que agente faça o que fez com ele com você? É seu parente?’ Ele: ‘- não’ E tinha um, amigo de Virgilio, Zé Bahiano e dixe: ‘- é Virgilio sai daí’. Virgilio pidia assim ua coisa a ele. Tinha um rapaz que tava chorando, né? Era um filho duma viúva. Eles tava acabando cum tudo, tavam quebrando, aí Zé Bahiano dixe: ‘- Virgilio, peça ao cumpadre, eles se chamavam tudo por cumpadre, peça ao cumpadre Lampião que ele dá um jeito aí.’ Ele foi pediu, Lampião botou tudo pra fora.

“Esse Zé Bahiano, de viaje, tomou camaradage mais Virgilio. Os oto queriam bulir cum ele, ele num deixava.

“De Mirandela eles subiram prá Banzai, Buraco, depois eles ganharam um tabuleirão a procura de Jeremoabo. Eles queriam pra Serra Negra.

#### 4.5. A Logística em Lampião

Em primeiro lugar é conveniente perguntar do que necessita um grupo de cangaceiros para permanecer vivo. Quais são os produtos impossíveis de adquirir por conta própria, sem a intervenção de pessoas exteriores a ele. São muitos. Provavelmente a maior parte do que precisa vem de fora, é comprado, dado ou tomado da população. Cangaceiros precisam antes de tudo de armas e munições. Objetos que não podem obter senão por meio de alianças com pessoas influentes, já que as armas e munições tomadas em combates muito provavelmente não seriam suficientes.<sup>16</sup> A afirmação é especulativa, mas não o são as constatações de que cangaceiros e policiais estão separados cronologicamente no campo da tecnologia militar. O aspirante José Osório de Farias, o Zé Rufino, não é o único a reparar que cangaceiros mortos portavam equipamento mais sofisticado do que o dele.

Havia também uma grande necessidade de renovação no fardamento já que um traje de brim não resistia por muito tempo às agressões do meio. Os cortes de tecidos eram comprados nas vilas ou cidades em visitas dos próprios grupos, em momentos de maior tranquilidade, ou através de coiteiros. A confecção das peças muitas vezes era feita pelos próprios cangaceiros e, após 1931 com a entrada de mulheres nos bandos, elas assumiram a função de costureiras. Faziam a roupa e os embornais, os quais passaram a ser mais decorados.

Mas o vestuário, como foi visto anteriormente (em 3.1.5), não estava restrito ao fardamento. Muitas peças de couro eram requeridas e para isso era necessário que

---

<sup>16</sup> Embora as armas tomadas fossem insuficientes, é muito provável que houvesse comércio entre a polícia e os bandos. Eram incontroláveis as entradas e saídas de cartucho, ao menos no que diz respeito à polícia baiana. Em 1929, no boletim de 25/07, o comandante do destacamento de Campo Formoso, o segundo tenente José Martins de Oliveria pede que se descarregue de sua responsabilidade 350 cartuchos de guerra sistema *Mauser*, tomados pelo grupo de Lampião, “após haver assassinado o cabo d’esq. Antonio Militão da Silva e soldados Leocadio Francisco da Silva, Cecilio Benedito da Silva, Manoel Luiz de Francá e Pedro de Sant’Anna, dos quaes levaram todo o armamento e munição e outros artigos pertencentes ao Estado, que estavam distribuídos às praças assassinadas.” Histórias como esta poderiam ser verdadeiras, mas poderiam não ser. A morte de soldados poderia ser um interessante meio para desviar armamento, inclusive para Lampião. Tendo em vista os saques e as somas cobradas por Lampião, os salários dos policiais eram apenas esmolas. Um ano antes das mortes acima noticiadas, um primeiro tenente da polícia baiana ganhava por mês 333\$334, mais uma gratificação de 116\$666. Um segundo tenente, 266\$667 com gratificação de 1333\$333. Fora do escalão dos oficiais as coisas pioram muito. Um primeiro sargento ganhava de diária 6\$000, mais 3 de gratificação; enquanto um terceiro sargento ganhava 3\$578 e 1\$790. Os soldados eram muito sacrificados. tiravam por dia somente 2\$384 mais a gratificação de 1\$192. Um conto de réis Lampião tirava num de seus mais magros assaltos. Diz Gueriso que chegava a comprar por 3 mil réis um cartucho. Ou seja os 350 perdidos segundo o informe do boletim do CGFPBA, valeriam mais de um conto, ou seja, mais que o dobro do salário de um capitão e quase a soma do salário e da gratificação de um coronel comandante.

houvesse artesãos. Entre eles mesmos muitos tinham habilidade no trato com o couro, como era o caso do próprio Lampião e de Zé Sereno, por exemplo. Como diz Sila, couro era com ele mesmo.

Além das peças de couro e das de tecido, havia também as armas brancas. Punhais muito decorados com metais preciosos eram comprados junto a artesãos locais. Segundo Mello, fora a forja da lâmina, toda a peça era fruto do artesanato sertanejo.

Por fim, mas não de menor importância, estavam alimentação e medicamentos. Muitos destes últimos eram extraídos da terra ou resultantes do conhecimento local. Cinza ou terra como cicatrizante, ervas e emplastros tinham um lugar privilegiado. Havia também os remédios alopáticos. Sinhô Pereira fala de alguns do seu tempo:

“A gente carregava também uma bolsa de couro, dessas de tropeiros, com água oxigenada, água boricada, iodo, pomadas, cachaça alcanforada, álcool, ácido fênico (para dor de dente), guaraná, cafiaspirina, seringa de borracha, algodão, gaze, esparadrapo, para as emergências.” (Macedo, 1980 :44)

Sinhô Pereira fala também acerca de suas práticas medicinais:

“A gente lavava o ferimento com água oxigenada ou boricada. Quando dava muito sangue, punha iodo e atava com gaze; se inflamava, punha pomada ‘Maravilhosa’ ou de ‘São Lázaro’. Quando ficava bala entre o couro e a carne, a gente desinfetava com álcool e iodo e cortava com navalha ou canivete bem afiado. Geralmente o ferimento sarava.” (ib.)

O tratamento dos feridos era impressionantemente rude, como conta Ângelo Roque, o Labareda: “...coube duas xicra di imprasto cum pimenta malaguêta, pisada. Nóis trazia tudo nus imborná: iôdo, pimenta, tira di pano, árcuo i argodão.” (Lima, *op. cit.* :246)

A alimentação do bando dependia, como foi dito acima (em 4.4), das condições de perseguição. Com tempo e tranquilidade podia abater-se um bode perdido pela caatinga e assá-lo. O filme de Benjamim Abraão mostra cenas de cangaceiros carneando um animal no rancho. Por vezes, como disse Sila, o bando preparava o animal e a volante que os perseguia comia-o. Com mais tempo e mais tranquilidade ainda podiam arranchar-se numa fazenda pedir que os proprietários ou o vaqueiro preparassem um almoço. Dependendo do caso e do humor do bando, pagavam-no.

Havia também comida *take away*. Já falei das latarias que Lampião incorporou à sua dieta. Mais antiquado era Sinhô Pereira que carregava em seu embornal: “Rapadura, farinha, carne, sim, que era o essencial. Queijo, bolacha e doce, quando adquiremos nas

bodegas” (Macedo, *op. cit.* :42). Basicamente eram estes os produtos consumidos pelos bandos.

De onde vinha e, sobretudo é isto o que importa aqui, de que forma vinha tudo isso parar nas mãos dos cangaceiros? Conforme foi visto acima, as disposições policiais determinam até certo ponto a mobilidade dos cangaceiros. Por outras palavras, surge neles um desequilíbrio, uma hipertrofia da mobilidade. Não há risco em afirmar que é isto o que mostra o telegrama de 13 de outubro de 1927, já aqui referido. Também o telegrama de 22 de fevereiro do ano seguinte, igualmente citado acima, aponta para as dificuldades dos cangaceiros em equilibrar momentos de mobilidade com outros de estacionamento. Foi dito no capítulo 3 que certos cangaceiros eram vistos sem condições de andar por não suportar a puxada de Lampião.

Pois bem, tudo isto tem profundas implicações com a logística. A perseguição imposta aos bandos em geral e particularmente ao de Lampião a partir do convênio firmado pelos chefes de Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, obliterou entre outras coisas os canais de circulação de meios entre a população e os cangaceiros. Talvez não entre estes e seus coiteiros poderosos (se bem que homens fortes de Pernambuco foram presos e levados para Recife, como foi o caso do coronel Angelo da Gia, de Tacaratu), mas seguramente entre pequenos coiteiros, ou seja, aqueles que asseguravam comida, pouso, roupas, etc. Em seu relatório sobre as atividades de seu governo, em 1927 Estácio Coimbra escrevia:

“Simultaneamente com refreio systematico e nos termos de uma das promessas de minha plataforma, venho agindo contra os protetores mais ou menos dissimulados ou encobertos dos diversos grupos criminosos, que podem com justiça ser responsabilizados pela agravação dessa oprobiosa endemia.”

Ação de forma alguma suave, como conta em seu relatório do mesmo ano o chefe de polícia Eurico de Souza Leão:

“A solução do problema estava, por isso, requerendo, além daqueles propósitos honestos, uma inflexível energia na repressão, sem distinção e meios termos, senão para ser ainda mais inexorável contra os protetores, na medida das suas posições sociais ...”

Evidentemente não se tratava de tarefa simples fazer com que a população cooperasse com as volantes. Corroborava o editorialista de *O Imparcial* em 1929 ao dizer que é “secular a mentalidade popular hostil à polícia”, sem no entanto perder as esperanças e conclamando aos sertanejos a colaborarem pois “é vosso dever prestigiar a polícia,

incorporar-se á ella para apagar do nordeste essa larga mancha de sangue, essa miséria humana que é Lampião” (04/10).

Porém a polícia não tinha somente o apoio das campanhas da imprensa como arma de persuasão. O método preferido na obtenção informações dos sertanejos sobre os cangaceiros era o *argumentum baculinum*. Casas invadidas, homens espancados, mulheres violadas. Tão perigoso era trair Lampião quanto acoitá-lo. Quanto aos interrogatórios Monteiro conta que,

“os comandantes de volantes quando queriam saber o destino dos bandoleiros, não perguntavam uma segunda vez, sem que antes ‘quebrasse o pau’ em cima. João Nunes e Manuel Neto eram conhecidos pelo ódio que depositavam naquele tipo de homem. Não economizavam maus tratos, durante os interrogatórios” (sem data de *copyright*. :155)

Muitos destes espancamentos acabaram por gerar novos cangaceiros, como por exemplo Saracura.<sup>17</sup>

Um das opções do bando no intuito de cancelar as informações sempre obtidas pela polícia junto à população era evitar os locais povoados. No telegrama de 6 de outubro, Teófanos Torres justificava a escassez de informações sobre Lampião atribuindo-a ao fato de que ele se encontra na caatinga onde existe falta absoluta de comunicação e de onde qualquer informação chega com muito atraso. Ou seja, o afastamento evitava a percepção dos grupos imunizando-os contra a delação e ao mesmo tempo prejudicava as comunicações entre sedes de destacamentos que não podem ser contactadas pelas volantes que o perseguem. É evidente que o sistema de comunicação do bando também ficava prejudicado, mas trata-se de saber em que momento era mais favorável ter-se informações e conseqüentemente cedê-las também ao inimigo e quando era preciso interrompê-la para ambos. Pelas notícias que temos este era um momento no qual prescindir da informação era um mal necessário.

Repressão à parte, a provisão do bando era feita de forma complicada. A polícia, ela própria, tinha a sua teoria sobre o modo como se processava. Havia ligações espaciais implicadas. A logística da polícia era efetuada através de bases fixas. Por mais que

<sup>17</sup>. Este caso é contado por Labareda à Lima: “Acharo di dizê qui u véio, pai di Saracura, era coiteiro, i izigiru qui u véio botasse eles in riba di nós. I quem garantia u véio, morano nus mundão das caatingas, quano a puliça sumisse i nós entonces chegasse? Us macaco pegaro u véio (...) U rapaiz tava nas caatinga, amuntando in u cavalinho guenzo, correno uns cinco boi mago di pé duro, qui apertencia à família. “Pegaro u véio i sentaro u pau in riba. Surra di quebrá ôsso, i quebrô, mesmo, us oss du véio. I prá ofendê inda mais, arrancar o cabelo da cara.” (Lima, *op. cit.* :241)

comprassem, tomassem ou recebessem gratuitamente gado dos pecuaristas, eles tinham necessariamente de regressar cedo ou tarde à sede onde estavam destacados. Por mais extensa que fosse a rede destas sedes, elas eram sempre em número limitado e, de resto, bastante limitado. No sertão Pernambuco no ano de 1928, por exemplo, havia pelo menos 23 sedes na zona guarnecida pelo 3º batalhão. Na Bahia, quando este estado já estava em guerra contra Lampião, tentou-se ampliar as bases de apoio criando-se os chamados núcleos de defesa sediados em fazendas às quais cedia-se armas. No entanto, como disse, por muitos que fossem, sempre seriam limitados. Sempre que a volante sentia-se em dificuldades, sempre que a munição acabava ou o fardamento encontrava-se em situação crítica, sempre que chegava a data do pagamento, as colunas dirigiam-se às suas sedes ou, em caso de emergência, a alguma outra nas proximidades onde se encontravam.<sup>18</sup> Apenas mais um dado antes de ingressar no caso de Lampião. Todo o deslocamento efetuado pelas volantes, excluindo-se nos momentos de diligência, era determinado por estas sedes. Nas horas de perseguição falhada, quando perdia a rota - quando estava *bestando* - a volante era guiada por *positivos* enviados das sedes com notícias acerca dos bandos. A prática fora incrementada com a difusão dos rádio-telegráfos.

Pois a polícia pensava que Lampião agia exatamente assim. Uma das melhores indicações para se chegar à esta conclusão são os telegramas que revelam a aceitação de Luiz Gomes Lima, coletor estadual, suspeito de ser coiteiro de Lampião e filho de Angelo gomes Lima (o Angelo da Gia). Os telegramas de 8 de novembro e 6 de dezembro de 1927 entre Teófanos Torres e Souza Leão deixam clara a pretensão da polícia em descobrir os locais pelos quais passa Lampião, por intermédio das delações de Luiz Lima. É bem verdade que este método era válido, mas só até certo ponto. Que existia de fato uma rede consistente de protetores importantes e de confiança, que havia opção dos cangaceiros em recorrer a coiteiros antigos os quais sabiam que não sairiam correndo contar à primeira volante que vissem que havia ali passado um bando de assaltantes, que, enfim Lampião freqüentava pontos no interior no território com determinada insistência, tudo isto já foi visto aqui e não há como negar. Do mesmo modo não há como negar a proteção de que dispunha em diversos municípios em Pernambuco, no Ceará e em Alagoas - posteriormente na Bahia e em Sergipe. Suspeitava-se por exemplo que Lampião em 1929 ia municiar-se em

---

<sup>18</sup>. Veja-se por exemplo o telegrama de Teófanos Torres a Souza Leão datado de 08/10: com 18 dias de diligência retorna à sede o sargento Affonso em consequência dos "uniformes não permitiram mais de modo algum continuar caatingas." Diz que cada soldado conduz um uniforme no corpo e outro no bernal.

Sergipe e na Bahia (*O Imparcial*, 28/01); as fazendas de Izidoro Conrado e de Manuel Pereira Lins foram invadidas e suas armas apreendidas pois a polícia suspeitava que suas propriedades eram pontos de municiação. Não posso ter dúvidas de que estes nomes e lugares a polícia podia encontrar sem o auxílio de Luiz Lima ou de seu pai, Angelo. Quanto aos locais por onde passava Lampião, os próprios policiais parecem estar de acordo com o seu caráter imprevisível.

Há, porém, um outro complicador. As redes de Lampião não se restringiram jamais aos coiteiros de confiança. Melhor ainda, o número de coiteiros de confiança não chegou a estacionar. Foi mostrado no capítulo 3 de que modo Lampião montou um novo sistema de apoio na Bahia logo após à sua chegada. Não se deve pensar que foi aquele um caso especial. Meus informantes de Tucano relataram um caso de aproximação e ligação entre Lampião e o “povo dos cabritos”:

“Quando ele [Lampião] chegou na fazenda, na estradinha prá Tucano, fazenda Canabrava, ele perguntou, tava com fome, disse: ‘será que tem algum homem aqui que possa nos dar uma luz?’ Aí Zé Sozinho disse aqui não conheço. Tem ali dá uma voltazinha no Cabrito, esse pode. Mas eu, eu morava com uma tia há umas três léguas. Dia de domingo, os minino tava ali, vem um carro. Meu pai disse: ‘é o Costa Pinto’. Era o dono da fazenda. Aí chegou o carro. ‘Eh Zé Cabrito! Vem cá vê Lampião! Vem na sua casa.’ Aí meu pai pensava que era os rapazes aqui de Tucano acostumado a ir tocar violão. ‘Bota esse danado prá cá que eu quero conhecer ...’ Ele veio, saltou, saltou no chão pegado no fuzil. Pegou o meu pai, abraçou. Diz Zé Sozinho: ‘- Zé Cabrito, esses homens vêm com fome, cê pode dar uma luz?’ -”Posso, matei um carneiro hoje, demora a cozinhar.’ ”

Desta forma Lampião trançava sua rede, criava rizomas numa terra inóspita. Da primeira visita formou-se um laço:

“Ele passou três vez. Todas três vez nunca encontrou meu pai. Encontrava minha mãe. Ele pergunta, ele já conhecia ela : ‘dona, é fácil a senhora me arrumar um almoço?’ Às vez ele passava com 18 homi. ‘É capitão, uma demorazinha, se arranja o almoço.’ Tinha uma quixabeira grande, mandava tudo prá lá se assentava tudo na porta, ali. Ninguém entrava. Ela matava, tinha resto de carne, jogava no feijão, matava umas quatro, cinco galinha, cozinhas, quando aprontava botava dez prato. Botava a mesa na varanda, dizia: ‘Capitão, chama dez.’ Ele chamava dez cabra, almoçava...”

Destes encontros Lampião conseguiu o seu guia, irmão de seu Francino, para levá-lo a Mirandela, onde se deu o ataque do dia de natal de 1930.

O relato de Labareda está cheio de situações como esta. O bando passava por um local, pegava montaria (que eventualmente era devolvida), tomava dinheiro - por bem ou por mal - provia-se de suprimentos em geral. Isto quer em vilas e cidades, quer em propriedades fundiárias.

No que se refere às armas e munições a situação é um pouco mais delicada. Não se poderia diversificar tanto os pontos de geração deste tipo de produto. Duas diferenças há entre a forma de municiar-se de Lampião e das volantes. Em primeiro lugar nem sempre os bandos iam até a propriedade em questão para receber a mercadoria. Muitas vezes cangaceiros e emissário do provedor marcavam um encontro num dado local isolado. É o que mostra o telegrama de Teófanês datado de 23 de março de 1928. Nele Souza Leão é informado de que Lampião e Sabino mandaram um portador a Juazeiro para receber armas e munição de um amigo comum. Na seqüência o informe de 28 do mesmo mês comunica que Lampião não apareceu para pegar a encomenda. Em segundo lugar havia os já referidos mini arsenais escondidos nas caatingas.

Um outro problema, de difícil verificação, mas que pode ser especulado, deriva do grande fluxo de armas provocado pela própria repressão na Bahia. Existia troca de munição e armamento militar entre a polícia e os civis. Ora a polícia fornecia armas para fazendeiros, e comunicava a sessão, que era feita contra recibo; ora recebia armas daqueles. É o que informa o boletim 292 de 1932 do CFOBC. Resta saber, contudo, como é que o senhor Gratuliano José de Oliveira, morador de Tranqueira, pôde receber cinco fuzis *Mauser* modelo 1895 com munição de ao menos 500 cartuchos modelo 1908. Tudo isso podendo ser relatado à capital baiana sem levantar suspeitas de que os que forneciam para a polícia podiam fornecer também a Lampião. Quer dizer, mesmo em relação às armas, devido ao municiamiento da população os pontos de municiamiento de Lampião poderiam ser ampliados e diversificada espacialmente.

Voltando ainda à questão da provisão de gêneros outros que não as armas, deve-se notar com a declaração de Francino que não havia muita escolha quando Lampião chegava, pedia auxílio e passava a freqüentar a sua propriedade. Era algo como uma maldição e, por vezes, uma benção. A literatura parece ter entendido perfeitamente bem este problema do proprietário rural neste período. Nos primeiro parágrafos de seu comentário crítico de *Os Coiteiros*, Orechionni deixa entrever, notadamente na frase em que diz que Villarim era protetor e protegido de Sexta-Feira, uma nuance suficientemente relevante na relação entre cangaceiro e coiteiro. Este último, mesmo nos casos em que tivesse recompensa financeira ou política pelos serviços prestado a cangaceiros, por vezes era estimulado, por assim dizer, a auxiliá-los. Quero dizer com isso que a distinção tripartida criada por Prata - que será revista a seguir - apesar de útil, deveria ser mais nuançada pelo fato de uma categoria

estar ou poder estar contida na outra. A um coiteiro comerciante, muito embora podendo ele responder com fogo às ameaças de Lampião, não lhe é conveniente estar à mercê dos ataques-relâmpago de grupos cuja aparição é incerta. O coronel - seja ele comerciante, seja fazendeiro - se é homem de guerra, é por circunstância e não por ofício. Como foi referido no capítulo 3, não está nem deseja estar a todo momento cercado de capangas.

É um fato que o comentário de Orechionni retira da figura do coiteiro qualquer ranço moral que ela pode ter adquirido ao longo de quatro décadas de cangaço. A frase “e eis Villarim, homem honesto, animado das melhores intenções, transformado em coiteiro ...” é capital para o entendimento das circunstâncias materiais que podem empurrar alguém, sem má-consciência, para aliança com o cangaço.

#### 4.6. As Bases Populacionais: os Coiteiros, sua Utilidade e sua Classificação

O socorro vinha um pouco por todo lado. Sobretudo na arrecadação de fundos, pode-se dizer que as reservas de exploração dos grupos eram, até um certo momento difícil de precisar, um poço sem fundo. Ajudas vinham de todas as partes extraídas por meios diferentes. Havia as extorsões, os seqüestros, as doações, etc.<sup>19</sup> Mello (1993) fala ainda de uma outra modalidade: o imposto sobre transações imobiliárias:

“O ímpeto guerreiro começa a declinar, a isso correspondendo a evolução de sua criminalidade para formas menos ostensivas de exploração. Menos ostensivas e naturalmente mais sutis. Nos anos finais da carreira, sem abandonar de todo os processos velhíssimos do assalto direto e da venda de proteção a fazendeiros e a quem quer que tivesse patrimônio a perder no sertão, troca o ataque frontal a cidades por uma espécie de imposto sobre transações imobiliárias. E aí de quem comprasse ou vendesse fazenda na região do baixo São Francisco sem comparecer com a cota fixada pela lei do cangaço ...” (: 77)

Havia, bem entendido, uma certa predisposição anímica na população, como de resto diziam os editorialistas de alguns dos jornais citados, em ajudar o cangaceiro e prejudicar a polícia. Mas não creio que tudo possa ser imputado ao ódio às autoridades. Há também uma boa dose de atração pela figura do bandido, como defende Mello em seus dois livros sobre o tema. Vimos acima, na longa citação de Francino sobre o ataque a Mirandela, a sua

---

<sup>19</sup> O relato de Labareda vai-nos dando uma imagem exata do que era a forma de arrecadação. Passavam por um lugar, onde havia um simpatizante que dava comida e dinheiro, eventualmente. Por outro onde tomavam bens e alimentos. Já Ioiô de Professora, para não citar nenhum autor, lembra as listas feitas por Lampião na chegada ao Cumbe.

vontade de apertar a mão do capitão e de trocar com ele algumas palavras. Vimos como, até hoje, com a memória já algo embaralhada, pôde lembrar-se do que lhe dissera e do que ouvira dele. Discuti o problema com Paulo Brito, que é francamente contrário à idéia de Lampião como simpático à população. Perguntei a ele se não havia lugares onde Lampião era bem recebido. Ele deu-me o exemplo de bandidos que pediam cigarros a servidores das proximidades da delegacia em Recife. Quando não os tinham, eles iam buscar, segundo ele por medo de negar algo a um bandido. Esta atitude parece-me um signo de “ser bem recebido”. É-me bastante convincente que certas pessoas tiveram prazer e orgulho em servir Lampião a despeito do medo que sentiam por ele. Ou melhor, o prazer seria decorrente do medo e do respeito que ele despertava em toda a população de uma vasta região. É como conta o entrevistador de Juazeiro em 1926. A casa de João Ferreira estava cercada de curiosos. Ioiô de Professora não nega ainda hoje o orgulho de ter um dia fornecido jornais a Lampião.

O medo - e é isso que tento apreender melhor - que Lampião despertava, que fazia os protetores protegerem, os fornecedores fornecerem, os informantes informarem, era gerador de orgulho a estes sujeitos. O poder mesmo, excrescência do terror, gerado em torno do maior e mais famoso de todos os bandidos naquela época e local, atraía para si toda a sorte de préstimos. O camponês sertanejo não ajudava Lampião porque ele desafiava esta ou aquela autoridade, porque sobrepujava ou enganava a polícia. Parece-me que antes de mais nada era o medo o motivo. Mas um medo que atrai, que nos faz sentir ao lado de alguém que pode nos destruir por simples desejo, mas não o faz porque não quer; porque de certa forma somos necessários a ele, simpáticos a ele e (quem sabe) até agradáveis a seu convívio. Eventualmente seremos amados por ele, respeitados e tidos em sua alta consideração. Gozaremos, enfim, de sua proteção. Desfrutaremos com ele, partilharemos dele, do seu poder diante dos nossos vizinhos.

Seria também fonte de equívocos reduzir este problema à ordem econômica ou financeira. Não se trata, quero dizer, apenas de generosidade, de integridade do pagamento. A generosidade, aliás, sequer era a principal característica de Lampião. Ambos, porém estão aí compreendidos. Mas não são, quero crer, fundamentais. Devolver montarias emprestadas, pagar por animais abatidos, pagar bem aos comerciantes e gastar muito nas cidades é importante. Mas deve-se considerar este problema do serviço prestado sob a ótica do poder puro diante de uma psicologia acostumada a rígidas relações de

subserviência. Por outras palavras, a questão do poder vista em sua nudez: sentença de morte por um lado, esperança de dias melhores por outro. Lampião apresenta estas duas hipóteses ao coiteiro. Vida melhor no aspecto da segurança, no aspecto da economia, no aspecto da integridade familiar, etc. A este respeito diz o autor de *Os Coiteiros*:

"...Naquelas paragens, um cangaceiro era o melhor aliado. Não atacava e defendia dos inimigos... Só a fazenda vinha sendo poupada. Dorita, quase dava razão ao pai". [Sexta-Feira diz que] "No mato, só, a gente não podia viver: tem que comer, vestir, arranjar munição." (apud Orechionni, *op. cit.* :213)

Muito embora, é claro, houvesse a contrapartida da perseguição das volantes. Mas então bastava que se atuasse como agente duplo, que era a atitude assumida por grande parte dos coiteiros de menor expressão. Era isto o que fazia um de meus informantes.

Enfim, todo um complexo jogo de sedução era encenado. Neste jogo o seduzido era sempre o coiteiro, base fundamental para a existência do cangaço. Sem ele, afirmaram muitos com toda a propriedade, não haveria cangaço; o que está muito bem traduzido nas palavras de uma das personagens de *Os Coiteiros*: "A culpa é dos coiteiros. Se não houvesse protetores, era um dia o cangaço." (id. :220). Dada esta importância, desde o princípio das publicações sobre o tema houve tentativas de classificação deste tipo. Ainda em 1934 Prata (*op. cit.*) apresentava a sua:

"Nesta palavra de velho sabor português está, com certeza, o segredo do fracasso de todas as arremetidas contra Lampião.

"No rigorismo do vocábulo, coiteiro é aquele que dá (...) coito, homizio ou refúgio a alguém." (:102)

Classifica assim os três tipos de coiteiros: 1. involuntário; 2. vingativo; 3. comerciante

1. "... protege-o coagido pelo medo, porque sabe de ciência certa que, se ao voltar-lhe ele as costas, correr a arengar às autoridades, pagará com a vida a ousadia." Nem mudando de Estado estará livre da vingança. "Já depois de estar na Bahia por volta do ano de 29, num 'raid' veloz, foi a Pernambuco e lá matou velhos denunciantes e perseguidores... (:103).

2. Sofrem, injustamente, injúria da força num interrogatório que acaba em surra ou prisão. "Esquece muita vez a afronta que Lampião lhe fez, bandeia-se para o seu lado e quando não se cangaceiriza, transfigura-se em coiteiro perigoso, servido-o como espia, auxiliando-o com víveres, dando-lhe abrigo em sua casa, dificultando a campanha da vários modos. (:105)

3. Segundo ele a mais repugnante das formas de coiteiro. Constituída fundamentalmente pelos chefetes de vilas,

“Proprietários e fazendeiros dão-lhe homizio e apoio, acumpliciando-se de tal jeito que parecem ter quinhão nas partilhas dos saques.

“O negociante vende-lhe a mercadoria por preço triplicado. Lampião é ótimo freguês, não regateia nunca.” (:105)

O modelo é bastante rigoroso e não há frestas a tapar. Porém, como já foi discutido acima, em termos materiais, ou seja, na prática, há toda uma gama de nuances que explicam a proteção, mesmo do tipo três, sem que se possa dizer que ele é um tipo repugnante. As condições reais do ambiente sertanejo arrastavam o homem local a este tipo de prática.

#### 4.6.1. A Política, o Governo e o Coiteiro

A princípio pode-se julgar que a política e o governo são precisamente a mesma coisa. No entanto um abismo separa ambas quando o assunto é cangaço. Desnecessário já citar o caso do interventor federal Eronides de Carvalho, governador do Sergipe, Estado cujo grande objetivo no sertão nordestino era exterminar Lampião. Tanto Eronides quanto seu pai eram coiteiros de Lampião. Atravessando os domínios da política, as forças policiais sofriam igualmente as influências do paradoxo entre política e governo. Um exemplo disto foi o Coronel Liberato de Carvalho, o primeiro sertanejo a tornar-se Comandante da Polícia da Bahia. Sua carreira foi meteórica e teve um impulso significativo ao ser nomeado tenente-coronel em 1932 para comandar as Forças em Operação no Nordeste (da Bahia). Já em 1935, isto é, durante o segundo período revolucionário e apenas três anos depois, é graduado Coronel e comandante geral da PM.<sup>20</sup> Liberato de Carvalho era de certa forma aparentado com Sila, mulher de Zé Sereno. Para ser mais preciso, deixo que ela mesma fale a respeito de suas ligações com Liberato de Carvalho, fazendo eu apenas o amalgama para dar coerência ao texto:

---

<sup>20</sup> Compare-se por exemplo com outro importante oficial da polícia da Bahia, o tenente-coronel Jo'se Galdino de Souza, para saltar de tenente a tenente-coronel demorou de 1912 a 1933 e só 35 fora decretado chefe de Estado Maior. Os dados de ambos foram retirados do Almanaque da Polícia Militar da Bahia.

Em Serra Negra era a fazenda de Liberato de Carvalho. “Pro Galdino, que era cunhado do Coronel Liberato de Carvalho” foi entregue o João do Mato, primeiro filho de Sila e Zé Sereno. E ele

“soube. Ele era meio coiteiro também, sabe? Eu fui criada no Poço, mas minha irmã casou, o cunhado dele era vaqueiro de João Maria, que era irmão do coronel Liberato. E eu fiquei lá em Serra Negra. Arranjei um namoradinho aí que era sobrinho do coronel Liberato. Quando Zé Sereno me carregou eles ficaram revoltados (...) e tinha um menino que era filho de Nanã que era irmã do Coronel Liberato, né? - o Paulo, ele era garotinho (esses menino que a gente se engraça quando era moça, num sabe?) Ele escondia atrás da igreja, mandava rosas prá mim e diz que era meu namorado”<sup>21</sup>

Não chega, bem entendido, a ser um caso para acusar o coronel Liberato de Carvalho de traficante de armas, ao menos à princípio.<sup>22</sup> No entanto havia ligações que não eram exatamente superficiais com Sila e sua família. Caso prestemos mais atenção à constituição do corpo policial, ou seja, caso vasculhemos a composição básica das suas camadas inferiores vamos encontrar inúmeros casos de parentesco, e até mesmo de amizade. Este era o motivo pelo qual os comandantes das colunas volantes guardavam estrito segredo de seus planos e das suas operações antes seus homens.<sup>23</sup>

As intenções estaduais em relação a Lampião - eis aí a simples distinção entre governo e política - muitas vezes não atingiam a zona em questão. Quantos prefeitos, ou intendentes, são flagrados em acordos com Lampião? O de Capela é um belo exemplo. Recebeu em “Triunfo” o bando, como noticiou *O Imparcial* de 06 de dezembro: “É Incrível! Mas Capella Recebeu o Bando em Triunfo!” Naquela cidade sergipana entrou

---

<sup>21</sup> . Entrevista concedida ao autor em São Paulo

<sup>22</sup> . Acusações de tráfico de armas por parte de policiais sempre foram difíceis de provar. Mesmo porque não era interessante para nenhuma das polícias estaduais levantar a poeira que camuflava as atividades dos seus destacamentos no interior. Há por exemplo a troca de correspondência entre os chefe de polícia de Pernambuco e o Presidente do Rio Grande do Norte, datada de 4 de outubro de 1927. Num primeiro telegrama, Souza Leão revela que havia informações que de fato não podiam vazar para o grande público. Reclama da publicação de uma entrevista cedida pelo coronel Rodolpho Fernandes que fala das declarações de Jararaca quando preso após a tentativa frustrada do ataque a Mossoró. Parece haver nestas declarações acusações relativas à honestidade e à corruptibilidade da polícia pernambucana, acima de tudo, diz Souza Leão, no que toca a Teófanos Torres. O major Teófanos Ferraz Torres, captor de Antonio Silvino em 1914, era o comandante das forças em operação contra o banditismo no interior. Começou então a haver uma espécie de divulgação, por parte do próprio Lampião, de informações que o revelavam como seu coiteiro - informações que são admitidas como verdadeiras por Costa dos Santos (*op. cit.*). Já Mello crê que tudo não passava de um procedimento de contra-propaganda do cangaceiro para atingir a imagem do inimigo que não podia ferir pelas armas.

<sup>23</sup> . Entre outros autores, veja-se quanto a isso o preciso documentário de Maurice Capovila, *O Último Dia de Lampião*. O autor comenta ali que toda a marcha para Angico fora feita sem que os soldados soubessem para onde iam. Ninguém era de confiança exatamente pelos laços de parentesco que pudessem ter eles próprios ou as suas mulheres com cangaceiros ou cangaceiras. Além disso, boa parte dos soldados era composta de camponeses, muitos locais, com amizades locais e conversas também locais. Conversas que podiam vazar para ouvidos pertencentes à rede de informação de Lampião.

em 25 de novembro e mandou chamar o intendente, sr. Antão Corrêa. Sua entrada fora de fato triunfal: em carro aberto ao lado do prefeito. Viu um filme. Pediu que se organizasse a lista dos que tinham de contribuir e pediu 20 contos. Posteriormente Antão Correia justificou-se dizendo que não tinha outra coisa a fazer senão aceitar a entrada pacífica do bando. O que, com efeito, não é totalmente falso. Outros políticos locais, com influência estadual, eram protetores de Lampião, como o já citado deputado João Gonçalves Sá.

Mas o que melhor pode esclarecer a distinção das disposições governamentais da política local sertaneja é o caso do Cariri. Os telegramas enviados desde Vila Bela ao chefe de polícia de Pernambuco são estarrecedores - é claro visto pelo ótica do governo. Por exemplo, a ausência de Lampião no local marcado para receber sua encomendas vindas de Juazeiro foi interpretado por Teófanês Torres como uma "prova da vergonhosa e revoltante proteção que os homens zona Cariry Ceará continuam dispensando grupo famigerado Lampião e Sabino Gomes." (RCP Vila Bela, 28/03/28). Durante toda a primeira metade deste mês e parte da segunda, a polícia pernambucana está às voltas com a presença insistente de Lampião nas imediações de Brejo Santo, Ceará, que constitui uma verdadeira *core area*. Ali Lampião era protegido do coronel Antonio Pissarra, segundo a polícia de Pernambuco. Em Lavras era protegido por Augusto Leite, que segundo Teófanês tinha o hábito de esconder bandidos. Mas o problema não deriva apenas da proteção dos potentados. Quer dizer, a proteção dos potentados não beneficia apenas diretamente ao bando. Ela espalha-se por toda a população que se dispõe a colaborar com o grupo. É esta a principal reclamação de Arlindo Rocha a Teófanês transmitida por este a Souza Leão: a população não ajuda a polícia "uma vez que não podemos adoptar contra aquelles habitantes medidas energicas que transformaram completamente costumes sertanejos interior nosso Estado" (11/03). Além disso, a proteção estende-se até mesmo a protetores de Lampião perseguidos em Pernambuco. Segundo o informe de 15 de março o coronel Augusto Leite estava homiziando Ioiô Maroto que contava com proteção total no Estado do Ceará. Convém não esquecer que este é um dos Estados conveniados em 1926. A despeito do que pretendia o governo estadual, a zona do Cariri tinha os seus próprios interesses que pretendia defender. Uma de suas prerrogativas, aliás antigas - e que nem o pacto dos coronéis de 1911 pôde desfazer - era a proteção e a utilização de jagunços ou, no caso de Lampião, de cangaceiros.

Levando em conta a realidade da política coronelista, os fatos descritos acima não devem surpreender. Queiroz (1977) descreve um quadro político que mescla efetivamente características de um sistema segmentário com as de um Estado territorial. Por outras palavras, nas fundações de uma sociedade Estatal, sustentam-na pilares característicos de sociedades segmentárias. É bem verdade que a estrutura sócio-política coronelista supõe um governo diferenciado. Porém, segmentos de poder, pequenos coronéis, segundo Queiroz, formam um Estado menor, fragmento de um maior, no seu reduto eleitoral. É ali que eles exercem o seu poder e ali têm de prestar seus serviços. Destes pequenos Estados estão formados os Estados dos coronéis maiores, até que se chegue ao Estado Brasileiro, na escala Federal. Tomando-se a descrição de Queiroz temos um poder mais forte e atuante nos segmentos menores. Ora, estando o bolsão eleitoral de um pequeno chefe local mais próximo de si, é natural que sua influência sobre ele seja maior que a do segmento seguinte e assim por diante.<sup>24</sup> Epitácio Pessoa revela sua boa compreensão do fenômeno no conselho dado ao então candidato a governador da Paraíba João Pessoa. Epitácio perguntara a seu sobrinho o que poderia ocorrer a ele se estava disposto a destruir a própria máquina que o poria no poder (Camargo *et all.*, 1984 :120)<sup>25</sup>. Numa carta a João Pessoa, Epitácio explica:

“Já te disse mais de uma vez: ninguém pode extirpar *num instante* vícios arraigados desde anos (...). Não me parece acertado *surpreender* os chefes políticos com decisões radicais, lançando entre eles a perturbação e o descontentamento; se estão praticando atos contrários às boas normas da administração e da política, parece-me que o verdadeiro é chamá-los e proibir que continuem a proceder assim, ou determinar que revoguem seus atos ...” (*Obras Completas de Epitácio Pessoa*, vol. XXXIV, Rio de Janeiro, INL, 1962 - apud Camargo *et alii*, id.:120-121. Os sublinhados são de Epitácio Pessoa)

Poder paternalista e personalista que representa, a política coronelista tem tanto mais influência quanto mais próxima está dos seus favorecidos e protegidos. Sobre o coronel José Bezerra de Araújo Galvão, Assis Chateaubriand faz a seguinte descrição:

“Deveria dar e mandar dar ‘pisas homéricas’, de cipó de boi em obediência aos princípios de disciplina, que herdara dos senhores romanos e da experiência educativa sertaneja (...) De Currais Novos onde tinha o quartel general, a fama lhe irradiava pelo

<sup>24</sup>. É muito esclarecedora a passagem que agora cito: “...o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima.” (Faoro, 1976 :622)

<sup>25</sup>. Este conselho estava ligado às reformas que João Pessoa estava disposto a levar a cabo na política local do Estado da Paraíba, que poder-se-ia resumir em duas palavras: combate ao mandonismo. Como se sabe, João Pessoa não era um político ligado ao sertão, ao contrário do ex-governador João Suassuna, ligado a José Pereira Lima, do município de Princesa, ex-coiteiro de Lampião e que foi o protagonista do levante de Princesa. Segundo José Américo de Almeida, por época destas eleições o candidato de Suassuna para o governo do Estado era Julio Lira. Ainda segundo José Américo de Almeida, a indicação de João Pessoa como candidato do partido incompatibilizou Suassuna e Epitácio Pessoa.

sertão afora, vindo tôda gente submissa e assustada, pedir-lhe a benção, tomar-lhe o consêlho de político atilado e prudente e beijar-lhe o nó da peia. Educou o Seridó surrando-o piedosamente!”<sup>26</sup>

Se o traço paternalista é forte, o personalista não lhe fica muito a dever:

“Era assim uma espécie de barão feudal da região do Seridó, decidindo tudo, mandando em tudo, obrigatoriamente ouvido, consultado, desde o caso da questão de terra até o da moça ‘fugida’ ou ‘ofendida’, para dizer da maneira como se deveria proceder ou agir (...) decidindo fatalisticamente das vontades e dos corações...” (Melo, *op. cit.* :34)

No sistema eleitoral vigente, os pequenos coronéis eram as parteiras dos votos para os políticos dos escalões mais elevados:

“O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos...” (ib.)

O que não implica diretamente, bem entendido, alguma suposta independência política do município, por exemplo, diante do Estado ou deste perante o governo federal. Se os Estados estão entregues a si mesmos e se esta autonomia estava, como diz Faoro, na essência do 15 de novembro, mais uma vez (como no caso da relação cangaceiro-coronel) autonomia não significa independência, muito pelo contrário. Ainda segundo Faoro, a Constituinte de 1891 entregara o município ao Estado. (id. :625). A relação entre Estado e município era então de obediência deste àquele. Mas como diz o próprio Faoro, obediência não significa passividade (id. 629).

Do ponto de vista militar, fora as façanhas de homens como Horácio de Matos, Franklin Albuquerque e José Pereira Lima, na história dos conflitos a vantagem varia como efeito gangorra entre a instância superior e a inferior. Como explica Faoro, forte a milícia estadual, fracos os coronéis. Do contrário, estes se fortalecem através da rarefação da força policial ou da incorporação de contingentes privados (id. :630). Conflitos como o de 1914 no qual o recém emancipado Juazeiro baniu de Fortaleza o governador Franco Rabelo têm por trás deles o apoio do presidente Hermes da Fonseca como também de Pinheiro Machado, conforme é contado a Antonio Vilanova quando fora convidado a participar do conflito. De resto, o que se pode testemunhar é a ação militar do Estado e da federação via milícia municipal, tendo estes trabalhos como exemplo capital o ocorrido com a Coluna Prestes. Ali, como no caso da luta contra os rabelistas, a milícia privada municipal foi

---

<sup>26</sup> “Fabulas do Homem Comum”, in *O Diário*, Natal, 27/04/46 (apud Melo, 1944 :43-44)

utilizada como instrumento do interesse federal; ou então, como outro exemplo, a insurreição eventual de chefes isolados ou coligados insatisfeitos com a política que lhes é reservada pelos governadores.

Ocorre tão-somente que os escalões superiores desta cadeia segmentar eram obrigados a fazer tábula rasa de algumas prerrogativas de seus sustentáculos eleitorais e políticos. Um destes sustentáculos era a proteção a jagunços e, mais particularmente, a proteção a Lampião. Muito embora ilegal, a constituição de milícias tem a sua utilidade governamental aferida pelos exemplos citados acima. Quer dizer, não apenas concessão, a proteção e homizio de homens capazes de pegar em armas com uma eficiência por vezes superior à da tropa regular eram úteis ao próprio Estado e por vezes à capital federal<sup>27</sup>.

Muito embora, conforme propõe Carone (1988) exista uma tendência federalista desde a colônia, o coronelismo é uma “das conseqüências fundamentais do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo”, quer dizer, “o desenvolvimento e a autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados” (ib. :252). Os fatores-causa do controle exercido pelo coronel no seu município (ou eventualmente em sua vila de influência) já foram referidos ao longo deste trabalho, mas não será inconveniente recordar alguns. São os favores em geral, o poder paternalista exercido de tipo homem a homem, a relação de mútua consideração daí decorrente, a possibilidade de controlar os poderes jurídico e policial, etc. Conforme Melo (1944) era função do patriarca sertanejo pedir tudo para os amigos e nada para si. Aí compreendido o nepotismo no investimento dos cargos. Os favores descritos por Melo são de diversas ordens: um favor para o chefe é dar comida quando há fome (auxílio alimentar); não deixar que vá preso quando faz baderna ou comete algum crime (assistência jurídica); vestir e calçar os que não têm meios para tal no dia das eleições (auxílio vestuário); dar crédito nas lojas para comprar roupa (auxílio ao crédito); dar terra e dinheiro para plantar e limpar o roçado (função bancária e de distribuição agrária).

---

<sup>27</sup>. Nada mais claro como ilustração do que a Guerra de Canudos. Expedições Federais foram destroçadas na tentativa de invadir a cidade santa. Sobre Canudos há uma extensa bibliografia encabeçada, é claro, por *Os Sertões*. Outras, porém, podem dar uma idéia muito melhor da constituição do exército do Conselheiro. Recomendaria sobretudo Calasans 1986 e Oliveira, 1899.. Muito esclarecedor também da situação geral do Belo Monte é Calasans (ed.), 1987.

O poder de certos potentados locais nas suas jurisdições era tão grande em relação às instâncias superiores que alguns chegavam a cunhar moeda. É o que conta Morais (1973) a respeito do senhor das Lavras Diamantinas:

“À falta de moedas divisionárias, Horácio de Matos lança mão de um recurso original: faz emissões, impressas, de vales coloridos dos mais diversos valores que passam a correr pela chapada inteira e são trocados nas feiras livres como um novo papel-moeda, mais valioso do que mesmo o dinheiro do governo, tumultuando, de tal sorte, a velha Lei de Gresham. A garantia é o banco da Honra.” (:193)

É bastante natural que os potentados locais achassem-se no direito de mandar em seus domínios políticos. Tanto mais porque não raras vezes os domínios políticos são apenas a transformação de uma antiga propriedade fundiária familiar sonhada e transformada em vila através da iniciativa e do esforço privado de um seu ancestral. É o caso, por exemplo, da vila de Nazaré, tão importante na história do cangaço. Ferraz conta que Jerônimo de Souza Ferraz fora um dos primeiros colonizadores portugueses do sertão instalando-se nas terras do atuais municípios de Floresta e Serra Talhada. Um de seus filhos, Manoel, comprou a propriedade Algodões no ano de 1819, também na área dos dois municípios. Seguem-se o assassinato de Manoel a divisão da Algodões em quatro propriedades. Em 1870 nasce João, bisneto de Manoel, que seria conhecido como João Flor, o líder dos Flor de Nazaré. “Nas terras que formavam a antiga Fazenda Algodões, surgiu em 1917 a povoação de Nazaré” (:86). O primeiro passo para a criação de uma vila, o grande sonho de Domingos Soriano Lopez Ferraz, oficial de registro e professor nas fazendas da Algodões, “foi a criação de uma feira semanal, aos domingos; que foi inaugurada em 12/9/1917.” Além disso, Domingos Soriano doou trinta braças de suas terras para o patrimônio do povoado e incentivou “seu vizinho Antonio Campo Alegre a doar um área igual, no que foi prontamente atendido” (:93).

O mesmo pode dizer-se das terras de Antonio Vieira de Melo, ainda no século XVII instalado no agreste de Pernambuco. Além de explorar a sua propriedade e povoá-la com “administradores de confiança com mulher, de pouca moral para uso próprio (Luna e Barbalho, :5), Vieira de Melo teve a necessidade de supervisionar as suas propriedades. Para isto abriu vias de comunicação, “simples caminhos, ligando um sítio ao outro (...) nas mais variadas direções” (id :51). Em consequência destas empresas, as fazendas de Arobá foram-se transformando em vilas, em cidade. Foi desta iniciativa privada quem nasceram, segundo os autores, as “primeiras estradas carroçáveis do agreste pernambucano” (ib.)

Não havia nada a esperar-se destes urbanizadores privados que tivessem em relação às suas criações um sentimento de amor e propriedade. Havia, é claro, meios de manter esta propriedade diante da influência exterior. Estar sempre com o governo, não importa o que ele faça. Deste modo o governo sempre estaria com os coronéis, não importando o que eles fizessem contanto é claro que a relação de obediência não fosse afetada. Quanto à posição dos primeiros, é curiosa a citação apresentada por Faoro, que reproduzo aqui:

“O Cel. Manuel Inácio, do sertão pernambucano, conhece a boa doutrina: ‘O governo mudou, mas eu não mudo: fico com o governo’. Um discípulo seu será mais categórico: “Em política, eu sou intransigente: voto no governo’.” (id. :631)

Acima de tudo o que importava, conta Faoro, para os estadistas republicanos era assegurar o controle sobre o município e seus potentados evitando deste modo a desintegração do país “em centenas de potentados locais, capazes, por si ou coligados, de mandar para as câmaras seus deputados e senadores”(id. :626). A tendência de Faoro, no entanto é a de estabelecer um conflito entre Estado e município, quando o que posso notar, no caso específico do cangaço é a tentativa de criar atenuantes para ação dos potentados locais. Excetuando momentos críticos nos quais houve desarmamento (ou ao menos algumas tentativas disto), a utilização de armas e milícias privadas fora sempre uma constante nos sertões baianos. A história de Horácio de Matos contada por Moraes é uma história de guerras. O controle efetuado a nível eleitoral pela Política dos Governadores não pôde ser feita com total eficácia no campo das armas. Mas, para restringir-me à importância conferida aos potentados locais pelos governadores, pode-se dizer sem risco que a influência eleitoral daqueles fora muito bem observada por estes. Notar, como disse Faoro, que, livres nas eleições, os políticos locais preencheriam as cadeiras eletivas, significa reiterar a hipótese levantada linhas acima: em termos eleitorais, o poder estava nas mãos dos chefes locais: “O comando eleitoral, para se tornar efetivo, tinha necessidade de estrangular o município” (id. :627). Era isto, segundo José Américo de Almeida, o que se passava na Paraíba e que João Pessoa procurava modificar:

“...ele começou a reagir contra a política que se vinha praticando, não só na Paraíba como quase em todo o Brasil, desfigurando o conceito da verdadeira democracia. Os municípios, na sua quase totalidade, sofriam as conseqüências do mandonismo - o chefão. O chefão enfeixava todos os poderes. Todos dependiam de sua influência: a justiça, a polícia, o fisco, o magistério.” (Camargo *et all.*, *op. cit.* :120)

Enfim, temos que existe uma dupla tendência, uma bússola cuja agulha aponta simultaneamente para norte e para sul. A descrição de Faoro aponta, com muita

legitimidade, para um poder esmagador do Estado sobre o município. Poder institucionalizado sobretudo pela primeira Constituição da República e fundamentado primordialmente na maior força do coronel: a capacidade de angariar votos em virtude da influência decorrente das relações de poder geradas dos laços de homem a homem que é seu apanágio. Por outro lado temos a insistente presença de um poder local que impõe ao poder governamental as suas prerrogativas baseado talvez na tradição privatista histórica da colonização do Brasil em geral e, mais agudamente, do sertão.

A tendência de Pang (1979) é inversa a de Faoro no entendimento das relações políticas entre Estados e municípios. Ao falar da revolta de Pilão Arcado descreve uma situação de superioridade - ou ao menos uma igualdade de condições - nas relações entre autoridades locais e estaduais. Pang parece estar inclinado a crer nisso. Ao falar da derrocada de Franco Rabello o faz como se se tratasse de uma vitória do local sobre o estadual. Com efeito, sua explicação posterior sobre as consequências da participação legalista dos coronéis pelo episódio da Coluna, traz à luz a superação política do poder local ao estadual. Mas, mais importante ainda do que isto é a ascendência que os coronéis ganharam sobre os comandos do Exército e sobretudo no que toca à entrega de armas e munições. A linha direta criada entre presidência e poder local através das forças armadas amplificou o acesso às armas por parte deste último e a sua livre distribuição. Esta espécie de alforria bélica veio inexoravelmente desembocar em Lampião devido às suas consideráveis capacidades diplomáticas que lhe renderam formidáveis proveitos, sobretudo no campo propriamente militar.

Corroborando a tendência municipalista está o texto de Melo (1944). Falando do coronel José Bezerra de Araújo Galvão, de Currais Novos, reproduz o texto de Joaquim F. Chaves, governador do Rio Grande do Norte, datado de 01/01/1914:

“Os chefes locais, homens de reconhecido prestígio e inconcussa probidade, não se satisfazem, conquistando somente postos de significação e responsabilidades políticas. Querem mais, desejam tudo. É assim que os lugares de magistratura, do professorado e do fisco não são bem preenchidos, se o governo não nomeia, para exercê-los os que lhes são indicados pelos dirigentes das respectivas circunscrições. São os correligionários mais devotados, os parentes, os amigos, porventura incondicionais, os que no sentir do chefe, devem ser preferidos no preenchimento daqueles lugares.” (:69)

Ainda o mesmo Melo fala da significação do coronel Bezerra no município:

“No seu município predominou por muito tempo o regime do ‘Estado sou eu’. O município era êle. O Juiz, o Delegado, o Padre, era êle (...) Basta dizer que durante a sua vida, nunca o município de Currais Novos foi policiado por fôrças do governos. Os seus

homens-de-confiança eram os guardiões da segurança da cidade, do município, da redondeza.” (:42)

Ao ser convidado por seu irmão para assumir o cargo de delegado respondeu que sim, na condição de que não tivesse de responder nenhuma autoridade fosse ela chefe de polícia, presidente de província ou chefe político, no que foi prontamente atendido. (:48)

No interior desse grupo da política local (e não só, já foi visto), entre os coronéis, durante o período de interesse deste trabalho, estão presentes inúmeros coiteiros.<sup>28</sup> Reprimidos por interesses e intenções do governo estadual, em primeiro lugar e federal num momento posterior, a prerrogativa local prevaleceu por muitos anos e resistiu a pressões tão violentas quanto a do Estado Novo ou do governo Estácio Coimbra.<sup>29</sup>

#### 4.6.2. A Importância Político-logística do Coiteiro na Formação do Ponto e da *Core Area*

Existe um problema complicado a ser discutido que se refere à implicação do coiteiro com o local freqüentado. Pode-se traduzir a questão na seguinte pergunta: o coiteiro que produz ponto é o mesmo que produz *core area*? Caso a resposta seja negativa, o que os diferencia, tanto politicamente quanto no aspecto logístico? Antes de mais nada seria conveniente distinguir a *core area* do simples esconderijo. A confusão entre estes dois conceitos seria bastante simplificadora e abreviaria as respostas para as perguntas acima. Não obstante, a área de freqüentação privilegiada não se confunde com o local de mais fácil presença. Ou seja, Lampião não escolhe as zonas de incorrência apenas baseado na proteção que eventualmente desfrutará ali. Por outro lado, estes locais, ao contrário do que

---

<sup>28</sup> O próprio Zé Bezerra era uma espécie de coiteiro. Pouco importa se, como diz Melo (id. :75), só acolhia criminosos de legítima defesa, abandonando à própria sorte os defloradores e os ladrões.

<sup>29</sup> Se existiu um jornal cuja disposição combativa e denunciadora das atitudes das autoridades no combate ao banditismo era ferina, este jornal era o *Diário da Bahia*. Por isso mesmo deve-se dar total credibilidade àquilo que é dito na notícia de 16/4. Ali, entre as denúncias de proteção política que Lampião receberia no município de Curaçá dispensada pelo próprio intendente, um citado depoimento de um cangaceiro preso em Villa Bella, suponho que Coqueiro, diz o seguinte: "... certa vez, devido às terríveis perseguições com que, no Estado de Pernambuco, era assediado, atravessou para este Estado". Note-se então que apesar das críticas de Paulo Fernandes publicadas números atrás houve de fato terríveis perseguições em Pernambuco. Não, é claro, que restassem dúvidas disso. Do contrário Lampião não teria necessidade real de transferir-se para a Bahia. Mas esta é talvez a evidência derradeira, a par do telegramas trocados entre Souza Leão e seus comandados do interior, de que a situação de Lampião em Pernambuco era insustentável e de que tudo o que foi dito nestes telegramas não era somente pura propaganda de um governo. Ou seja, num determinado momento e numa determinada instância política, o governo Estácio Coimbra quis verdadeiramente extinguir o banditismo do interior do seu Estado.

ocorreria no caso do esconderijo, não estão livres dos ataques do bando. Como já foi mencionado, outros elementos estão em jogo, como o da vingança, da desforra, da cobrança, da possibilidade de assalto, da liberação de algum prisioneiro, etc. Nazaré já foi apresentada como um dos melhores exemplos de que o cangaceiro também acorria a locais onde sua presença era respondida a bala. Tudo pode ser simplificado, no entanto, estabelecendo uma distinção entre “ponto” de ocorrência e *core area*. O ponto é apenas um dos elementos componentes da *core area*, sendo esta última o resultado final da composição de diversos pontos no território, sejam eles derivados da proteção concedida ou da ação violenta a ser levada a cabo. A inimizade de Lampião com os Nazarenos, por exemplo, criará um ponto ao qual o cangaceiro dirigirá-se com extrema frequência. A tal nível que, é bom recordar, o capitão João Nunes pretendeu queimar a vila na esperança de impedir a sua presença ali. Mas a *core area* é decorrente do casamento deste ponto com a mobilidade exigida pelo capitão cangaceiro. Como método de proteção militar, Lampião não pode morar em Nazaré ou em qualquer outra parte nos seus arredores. Deve, isto sim, mover-se nas imediações e é isto, enfim, o que caracteriza a *core area*. No caso de diversificação de pontos não há diferença na análise. Lampião gira no território na circunscrição dos diversos pontos. Tudo torna-se mais simples, é bem verdade, quando o olhar dirige-se às zonas de proteção ou favoráveis. Isolarei, apenas metodologicamente, este tipo de *core area* na tentativa de melhor compreensão.

Num telegrama datado de 27 de dezembro de 1927, o major Teófanos Torres afirma que Lampião tem protetores em locais como Buíque, Águas Belas e Paulo Afonso. Segundo outros informes, de fato havia coiteiros nestes municípios e eram, na ordem Antonio Guilherme Gameleira, Francisco Martins e um certo Herculano. Em dezembro de 1927 registrei 12 informes da presença de Lampião somados estes três municípios entre os quais circulava o bando.

Mas os coiteiros detectados historicamente não estão reduzidos a estes municípios. Entre coiteiros importantes e de menor peso apresento, segundo diversas fontes, esta breve lista: Araripe (CE): Pedro Silvino; Bonfim (BA): coronel Pedro Barbosa; Curaçá: prefeito Benevides José do Nascimento; Brejo Santo (CE): coronel Antonio Pissarra; Tacaratu: coronel Angelo da Gia; Pão de Açúcar: coronel Joaquim Resende; Tauapiranga: Chico Rosa; Barro (CE): José Inácio; Canindé (SE): d. Delfina Fernandes dos Santos; Floresta: Elisio Cipriano; Vila Bela: Izidoro Conrado e Cornélio Soares; Água Branca: Ulisses Luna;

Belmonte: Ioiô Maroto; Patos (PB): Marçal Diniz e Marcolino Pereira Diniz; Princesa: coronel José Pereira Lima; Missão Velha (CE): Isaias Arruda e Antonio Joaquim Santana; Juazeiro: Padre Cícero; Propriá (SE): família Britto; Floresta (PE): família Novaes; Bom Conselho (BA): Manoel Tenório e coronel José Abílio; Várzea da Ema (BA): Petronillo Reis; Flores (PE): Antonio Piauí. Evidentemente a lista não é completa. Entre outros, eis dois motivos para a incompletude: em primeiro lugar é difícil que se saiba a lista de todos os coiteiros de Lampião devido ao silêncio guardado acerca destes assuntos. Este era um tema no qual Lampião não gostava de tocar; em segundo lugar há muitos rumores, mas, como se sabe, muita gente era acusada de ser coiteiro por ter um dia recebido o bando sem ter com qualquer cangaceiro uma relação que justifique tal qualificação.

Pois bem, nota-se que a amplitude da rede é considerável. No entanto ela não se esgota deste modo. Havia muitos pontos efêmeros cuja duração era de poucos encontros. Um dos exemplos que pude recolher através de informantes é o de Ioiô de Professora cuja função principal era a de fornecer jornais ao interessado chefe cangaceiro. Eram contatos em que os cangaceiros não depositavam muita confiança. E com toda razão, pois o próprio Ioiô de Professora disse-me que “por baixo dos panos” também dava informações à polícia sobre o bando. Não por má fé, disse ele, mas como medida de autoproteção<sup>30</sup>. Pontos de proteção como este eram constituídos mais frequentemente que os pontos de confiança que demandavam tempo para assim configurar-se. Ainda segundo Sila, aqueles eram construídos sobre uma base financeira pois, “se não fosse o dinheiro a gente não tinha confiança na pessoa”.

Mas acontecia, também, de certos coiteiros efêmeros traírem de formas mais deliberadas. É o caso de Francisco Trovão, de Flores. Foram-lhe encomendadas compras por Lampião e este delegou esta tarefa a seu cunhado enquanto ia ele próprio avisar Ildefonso Ferraz da presença do cangaceiro<sup>31</sup>. Outros coiteiros mais importantes como o

---

<sup>30</sup>. A posição de Ioiô de Professora é crível pois até hoje não aparenta qualquer mágoa de Lampião. Sua posição é neutra. Segundo ele, não tem motivos para ter raiva do cangaceiro, que nunca lhe fez mal algum. Com efeito, o jogo duplo era uma freqüente medida de proteção tomada por este tipo de coiteiros e que era tolerada, como já foi referido, pelos cangaceiros. Volto a entrevista de Sila que diz o seguinte sobre isto: “Quem tava lá era o vaqueiro e o vaqueiro era uma pessoa pobre. Ele tinha que ficar lá ... Era perigoso da parte do cangaceiro e da parte do soldado. Quando o soldado chegava ele tinha que contar. Sabia, sabia [que o vaqueiro ia contar] Porque o vaqueiro não confiava em ninguém. Tinha uma confiança assim: nós tava numa fazenda aí depois precisava comprar qualquer coisa numa cidade eles na hora de chegar, a gente não esperava no lugar. Se afastava, né? Ninguém sabia se ele vinha só ou se vinha acompanhado de macaco. Porque não tinha confiança. (entrevista ao autor)

<sup>31</sup>. Telegrama do tenente Hygino Belarmino de Custódia, R.C.P. Diversos Municípios, 1927, 07/08.

coletor estadual Luiz Lima que era, segundo Optato Gueiros, fornecedor de armas para Lampião, resolve entrar no combate ao banditismo e é aceito, com certa desconfiança por Souza Leão<sup>32</sup>. Restava apenas saber se a colaboração seria mais proveitosa para a polícia ou para Lampião.

A rigor, um ponto no território dependendo da sua importância poderia ser formador de *core area*. Diferencia-se a presença deste ponto da produção de um espaço irradiante pelo fato de que o movimento na zona de freqüentação preferencial não se dá em torno dele. Em termos logísticos, a zona como um todo era preenchida de pontos de tipo acima referido - no caso de não haver outros. Quero dizer que a existência de um ponto politicamente privilegiado não é necessariamente suficiente na produção da *core area* cangaceira. Possivelmente insuficiente, mas não desnecessária. Dizia Barroso já em 1912:

“Quase sempre o cangaceiro tem um patrono, - um ricoço do sertão, seu parente ou compadre, a cuja sombra se acouta nas épocas de penúrias, quando lhe anda a saúde desbaratada, abandona-os a chusma de acoitados e êle, quebrado de fôrças e hesitante de ânimo, foge às perseguições ferozes na astenia última dos degenerados.” (:183)

De fato, Lampião não tinha um destes coiteiros, porém vários. Já foram citados os Brittos, os Carvalhos, cito agora Audálio Tenório, nada menos que Secretário de Justiça do governo do interventor federal Agamenon Magalhães. Sendo que um dos auxílios prestados por este último a Lampião vem de encontro a um dos exemplos de Barroso. Segundo Mello (1985), Audálio, nos começos de 1937 havia sido chamado por Lampião em sua fazenda para prestar-lhe auxílio médico. Seu olho esquerdo, o bom, estava “quase imprestável” requeria os cuidados de um especialista. Audálio vai a Recife contactar o Dr. Isaac Salazar, oftalmologista do Padre Cícero. Receitado o tratamento, de volta a Águas Belas, é o próprio Audálio quem o ministra no olho doente de Lampião (:207-208). Pois bem, na zona circundante à fazenda de Audálio Tenório (apenas para continuar com o mesmo exemplo) Lampião devia, e tinha métodos adequados para isto, constituir uma rede de colaboradores menores, mais dóceis e que não lhe exigissem nada senão alguns contos de réis a mais no pagamento das encomendas feitas ou pelos animais consumidos e eventualmente alguma proteção. Araújo (1982b) conta, através do relato de Durval Rodrigues Rosa, irmão de Pedro de Cândido, que Lampião pediu a ele que lhe trouxesse uma posta de boi e eis o que diz Durval:

---

<sup>32</sup>. Para o telegrama de Optato, 14/10. Para o de Luiz Gomes Lima, 15/10, ambos de 1927 desde Jatobá.

“No sábado matei us boi, prá vendê im Pão di Açúca na segunda (...) No sábado, di noiti mesmo, levei uma posta mindinha, bem bunita. Salmonada. Eli mi pagou. Cum u qui eli mi pagou pela posta dava quasi pra pagá u boi...” (1982 :100)

Mas apesar da tranquilidade do bando em Angicos, este não era um coito velho, ou seja, um coito onde se costumava ficar por muito tempo. Ao contrário da Cangaleixo ou da Paus Pretos, fazendas de toda a confiança, de propriedade do coronel Antonio Caixeiro, pai do interventor Eronides de Carvalho (id. :51). Apesar do ocorrido com Dú, o Novo Tempo, irmão de Sila, nesta última propriedade. Novo Tempo, ferido, procurou refúgio ali e fora atacado pelo vaqueiro Antonio José. Morto Antonio José por Zé Sereno, após o longo período de recuperação de Novo Tempo, ele soube que Antonio Caixeiro já havia dispensado o vaqueiro sem garantia de segurança<sup>33</sup>. Muitos dos coiteiros de confiança eram aparentados de alguma forma com os cangaceiros que protegiam.

Quanto aos pontos circunstanciais, eles eram criados no decorrer próprio do trajeto e dentre todos é o que melhor caracteriza a organização itinerante do cangaço lampiônico. As narrativas de Angelo Roque estão cheias deste tipo de pontos de apoio circunstancial. Reproduzirei ao acaso algumas passagens desta obra. O bando vai para Quixabá e depois Caldeirão. Ali estava preso o pai de Angelo Roque. Como fora feito refém, o grupo seguiu para a fazenda Pau Ferro e prendeu o Coronel João Nunes e exigiu 20 contos. Noutra passagem: deixam as mulheres num poço da caatinga e seguem para Curaçá; Várzea da Ema, onde se abastecem na fazenda Lagoa do Ninho. Dali foram para Favela, onde houve o tiroteio. Volta-Seca perdeu o fuzil e o bando foi à casa de um professor por um fuzil para o cangaceiro. Conseguiram apenas uma carabina *Comblain* com um bernal de balas. A mulher do professor recusou-se a aceitar qualquer pagamento. Dali foram para Ingazeira e roubaram os transeuntes. Dali foram para Borda da Mata na fazenda do Dr. Totonho que não era protetor, mas que os abasteceu sem nada sofrer. Posteriormente seguem para o Vaza Barris e encontram-se com as mulheres do ponto onde as tinham deixado. Estacionaram e depois rumaram para as proximidades de Morro do Chapéu. Lampião envia pedido de dinheiro, mas recebe a perseguição dos homens do coronel Bento e entram na caatinga. No Serrote Preto ocorre um episódio curioso. Labareda vê Adélia de Pedro

---

<sup>33</sup>. Souza (1995, :38 a 40) e entrevista ao autor. A morte de Antonio José, segundo Sila fora extremamente violenta, como, de resto exigia uma morte por vingança. “Chegando `a fazenda, foi logo vendo Antônio no curral. Sereno com os outros o prenderam e o levaram para dentro do mato. Chegando no mato, Zé Sereno amarrou Antônio de cabeça para baixo, mandou que todos os cangaceiros tirassem as armas brancas e jogassem no corpo de Antônio. Tudo foi feito como ele mandara. Duas horas depois, como o corpo todo perfurado, Antônio faleceu.” (id. :40)

Martins, irmã de Manoel Vitor de Tacaratu. Outrora Lampião havia tomado animais sem pagar e não queria retornar ali, envergonhado. Labareda insistiu e Lampião aceitou na condição de pagar a comida.

Quer dizer, havia uma boa dose de imprevisibilidade no que iam encontrar e com o que iam aprovisionar-se no caminho. Mas tais problemas eram bem resolvidos dados os argumentos de Lampião. Como se dizia em Tucano, quem é que ia negar assistência a Lampião? Os castigos por reações negativas eram terríveis: castrações, sangramentos a punhal, marcas a ferro em rubro, desmembramento, etc. Não havia nada de proveitoso em negar auxílio, seja no que toca a parte política, seja na econômica.

O espaço cangaceiro estava povoado de pontos potenciais de proteção e auxílio. A constituição de uma *core area*, além de ser obra da diplomacia e da mão de ferro dos cangaceiros junto à população, era tarefa do costume, do tempo e do populismo também. Aliciar os camponeses através de dádivas era um procedimento de Lampião, sim. Impressioná-los com seus haveres, também. Torná-los insignificantes diante de seu poder, igualmente. Todos estes métodos já foram discutidos ao longo deste trabalho. Todos eles foram empregues na constituição de *core areas* no interior do território cangaceiro de Lampião. O que implica numa flexibilidade ilimitada em criá-las, assim como aos pontos, desvinculando a organização espacial de um centro único de poder em torno do qual e segundo o qual o cangaceiro deve mover-se, pondo o ponto em função do movimento e não o contrário.

#### 4.7. Lampião Alisa o Espaço: o *Fleet in Being*

Virilio define assim a noção de *fleet in being*:

*"Le fleet in being, c'est la logistique accomplissant absolument la stratégie comme art du mouvement des corps non vus, c'est la présence permanent en mer d'une flotte invisible pouvant frapper l'adversaire n'importe où et n'importe quand annihilant sa volonté de puissance par la création d'une zone d'insecurité ..."* (Virilio, 1977 :46)

O *fleet in being* - não é grave que a noção tenha sido criado para um contexto marítimo e esteja abarcando aqui uma realidade espacial terrestre, principalmente porque o próprio Virilio o faz igualmente - estipula um movimento constante sem finalidade criando um tipo de invisibilidade permanente. É sempre bom lembrar que a grande vantagem dos exércitos rebeldes é exatamente a sua facilidade de movimentação, a sua relação

*dromológica* com o espaço. Daí decorre a sua indetectabilidade por parte dos exércitos regulares. Como seu espaço não supõe um centro irradiante, a leitura das suas movimentações nunca pode ser feita de forma relativa a este centro. As tropas irregulares, para utilizar a terminologia própria de Carl Schmitt, devem por definição ter um alto grau de mobilidade pois, "combatentes sem uniforme, sem formação, sem enquadramento, agem por surpresa e não sustentam por muito tempo o combate contra uma tropa regular" (Aron, 1976 :198-9).

Talvez possa ser dito que o *fleet in being* esteja vinculado ao que Clausewitz chamou "guerra total". Esta noção militar estava prioritariamente limitada ao espaço marítimo pois que este não apresenta nenhum obstáculo permanente ao movimento veicular. Não obstante, a noção é estendida do mar ao espaço de estepe, de deserto<sup>34</sup> e - porque não? - ao de caatinga (desde que se entenda "veicular" como meio de deslocamento e não apenas como aparatos técnicos<sup>35</sup>). Trata-se da mesma questão levantada por Virilio quando explica a modificação militar facultada pelo blindado desde a sua invenção em 1915 por Poix:

“...elle se s'évade du vieux trajet linéaire de la route, de la voie ferrée, c'est toute une nouvelle géometrie qu'elle offre à la vitesse, à la violence (...) tout peut désormais devenir trajectoire probable de son Assaut, le champ de bataille est devenu comme glacis maritime, sans obstacles...” (id. :62)

Volta à baila o problema do alisamento do espaço. Desfazer e desmontar trajetos previamente traçados sobre o qual o deslocamento é facilmente copiável, sujeito a perseguição. É o mesmo que desmontar a noção de distância, criando-se uma nova geometria sem malhas e sem egos. Se na Europa do início do século esta geometria dos caminhos e trajetórias ilimitadas foi possível por meio de invenções técnicas, no sertão nordestino ela só se tornou viável pelo abandono de um meio técnico de deslocamento: o cavalo. O "glacis maritime" cangaceiro foi criado à custa da penetrabilidade única do corpo e sua carga indispensável enquanto método de esvanecer os obstáculos permanentes. Assim o cangaceiro transformou a caatinga um espaço de guerra total.

---

<sup>34</sup> Com efeito, veja-se o que escreve T. E. Lawrence sobre a guerrilha árabe: "In character these operation were like naval warfare, in their mobility, their ubiquity(...) 'He who comands the sea is at great liberty, and may take as much or as much or as little of the war as he will': he who commands the desert is equally fortunate" (op. cit. :950b-c)

<sup>35</sup> Devo ressaltar que no caso clausewtziano, e notadamente no do debate que se deu na primeira metade da década de dez na Europa, a questão girava em torno do movimento veicular de dimensão planetária (Virilio op. cit.:57)

São inúmeros os informes que chegaram a nós sobre esta já célebre forma de deslocar-se do cangaceiro. Sila, em entrevista, reitera a idéia de que a estrada era evitada e que se marchava nas veredas abandonando-se as montarias. O medo maior, diz ela, era ser visto sem ver. Quer dizer, havia a preocupação dos bandos com a invisibilidade, fato deveras irrefutável. De Custódia, o tenente Higino telegrafava em 7 de agosto de 1927 a Souza Leão informando que os bandidos formadores do bando de Lampião retornado do Rio Grande do Norte e Ceará, “não viajaram ainda nem sequer por veredas pois seu trajeto viagem tem sido feito por caatingas diferentes seus pontos antigos.”

Desprezando as estradas os cangaceiros ganhavam mobilidade extra. Não estavam limitados à parca rede viária que as *rodagens* podiam fornecer; eram capazes de atingir locais inesperados sem serem esperados. “Nós vivíamos constantemente com medo. Ninguém tinha paz. Um pequeno *bac* que se ouvia se assustava pensando que era os cangaceiros.” Esta breve declaração de D. Cira, ao falar do ataque sofrido em Piranhas pelos grupos de Gato e Corisco - ataque cujo alvo era ela própria - revela que o sertão nordestino, ao menos as áreas atingidas pelo cangaço, havia-se transformado numa enorme zona de insegurança. A possibilidade do ataque estava por todo lado e os boatos, as falsas investidas, a nuvem de contra-informação criada por Lampião, ajudava sobremaneira a hiperbolizar a sensação de perigo. Para além disso, existia efetivamente a ameaça constante do surgimento, como se dizia então nos meios policiais e jornalísticos, do bando ou de um dos subgrupos em qualquer zona, em qualquer região - ao menos a princípio. Ou ao menos *por* princípio, pois o cangaço de Lampião aproveitava-se precisamente da má condutibilidade do terreno, abandonando a montaria, para transformar o sertão numa enorme área atingível, sem obstáculos geográficos. É exatamente este o princípio do *fleet in being*: poder ocorrer em qualquer lugar a qualquer momento sem que o terreno obstaculize o movimento e a mobilidade. Como complementa muito bem o filho do ex-tenente João Bezerra: “Ele usava muito, quando ele chegava assim, o rincho do jumento. Aí quer dizer, todo rinchado de jumento podia ser Lampião.”

O desprezo de Lampião pela rodovia, bem como pelo telégrafo, era notório. Labareda chega a dizer que se podia falar de todos os assuntos com Lampião que ele ouvia com interesse. Porém, para vê-lo fora de si, bastava que se tocasse no tema das estradas. As *rodagens*, como observa o próprio Labareda, complicavam as *persigas*, do ponto de vista do cangaceiro, é claro. Através dela era possível que caminhonetes levassem um grande

número de policias com maior velocidade aos locais onde estava o bando. O cangaço de Lampião (sem que esta característica fosse exclusividade sua) precisava de maus meios condutores porque tinha já pronto um bom meio para si, que era a caatinga. Bom, aliás, porque insuficiente uma vez que dava passagem somente ao pequeno contingente, igualando as forças de volantes e cangaceiros.

Por este motivo Lampião, nas proximidades de Curaçá, fora à casa de uma mulher matar-lhe os filhos que trabalhavam numa rodovia que ia dar em Patamuté, poupando apenas a vida de um deles, protegido dos Engrácia (Lima, *op. cit.* :207-208). É neste princípio que *O Imparcial* está baseado para garantir a segurança da estância hidro-mineral de Cipó contra os ataques dos cangaceiros. Cipó, diz a edição de 28 de maio de 1936, está garantida por “comunicações rodoviárias, telegraphicas e telephonicas” que “hoje são facilimas desta capital para alli...”

Portanto, concluindo que a estrada era inimiga do cangaceiro, a polícia passou a tomar providências quanto aos ataques de Lampião às *rodagens*.<sup>36</sup> Além do fornecimento de armas - tais como fuzis *Mauser* e rifles *Winchester* (como no caso da estrada Sítio do Quinto-Queimadas<sup>37</sup>) chegando-se até a distribuição de algumas poucas metralhadoras *Thompson* - foram criados destacamentos policias das estradas Jeremoabo-Santa Brígida e Jeremoabo-Glória, sendo que conforme o boletim 127 do CFOBG - 1932, o destacamento de Santa Brígida deveria ser desfeito em decorrência da conclusão das obras da estrada que liga esta cidade a Jeremoabo.

Os cangaceiros recusavam a estrada. E este era um método de evitamento das volantes, dos olhos, de maiores contingentes inimigos. Deve-se depreender daí que Lampião odiava as estradas e por isso jamais transitava por elas. De forma alguma. As

---

<sup>36</sup>. Reflexão já há muito apanágio de políticos, juristas, jornalistas e policiais. Em sua edição de 111/06/35, o *Diário de Pernambuco* revelava a preocupação dos responsáveis pelo combate ao banditismo em agilizar tanto a mobilidade quanto a comunicabilidade entre as tropas que deveriam ter facilitado o seu deslocamento. Os governadores de Alagoas e de Pernambuco sugeriram alguns incrementos na luta contra Lampião: construção de mais estradas é a sugestão de Ernandi Bastos, chefe da polícia alagoana. Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, sugere a possibilidade de transportar soldados pelos rios que separam os dois Estados e o estabelecimento de mais estações de rádios. Outra medida que lhe parece fundamental é a do controle do armamento e da munição existentes no sertão. Controle que incide diretamente sobre os coiteiros. Tentativas de desarmamento do sertão já haviam sido tentadas. João Pessoa, no auge do conflito com Princesa e com o coronel José Pereira, pretendeu levar a cabo tal medida, que foi recebida com indignação e boataria de que ele só havia desarmado os inimigos. Além do que havia o discurso de que desarmar o sertão era o mesmo que abrir caminho para Lampião, pois sem armas não haveria possibilidade de defesa da população.

<sup>37</sup>. Boletim 304 do CFOBG - 1932

causas do seu ódio, estão acima enumeradas (sem se tenha tocado na viabilidade que as estradas dão ao transporte de artilharia). Mas não se pode falar de Lampião como um cangaceiro que tenha durante todo o tempo desprezado as estradas para uso próprio. Deve-se vê-lo como o que recorre a ela nos momentos em que ela pode ser aproveitada como o melhor meio condutor. Despreza-a, sem perda de qualidade no deslocamento, quando se afigura “terreno desfavorável”. É bem verdade que nesta expressão (já tratada em 4.4) reside uma infinidade de elementos nebulosos no tocante a um possível padrão de deslocamento de Lampião. A ocorrência ou desistência de certa sub-região, a criação ou abandono de *core areas*, a procura por pontos de apoio logístico - sejam eles voluntários ou não por parte de quem o dá, sejam eles humanos ou geográficos - promove a variação contínua nestes padrões. Segundo Gueiros (*op. cit.*) os cangaceiros só viajam por estradas quando têm de “alcançar um ponto predeterminado”. Pode-se confirmar, através da constituição de pontos como por exemplo locais de cobrança, de depósitos de armas, etc, que este tipo de viagem não é tão rara quanto se pode supor. A constituição desta pontuação no espaço confirma que a viagem cangaceira não é uma simples deriva, como tampouco é mera resultante de fugas da polícia, tendo assim uma verdadeira positividade.

A tecnologia de transporte empregue por Lampião - no segundo dos dois sentidos definidos anteriormente (em 3.1.5) - não se limita à alpercata de rabicho. Além das montarias, tais como o jumento ou o cavalo, Lampião chegou a andar de carro. O exemplo mais famoso é o de Capela. Há também o de Tucano e o do Cumbe.

O uso do cavalo pode ser bem resumido no conteúdo do telegrama de Teófanés Torres datado de 22 de outubro de 1927. Ali ele explica o motivo do abandono do cavalo de forma muito ilustrativa. A viagem em momentos de risco deve ser feita sobre terreno de difícil transponibilidade. A estrada, segundo o Major, está acuradamente vigiada pela eficaz distribuição de seus homens. Autopropaganda ou não, o fato é que a estrada, bem ou mal vigiada, é perigosa em momentos de repressão acirrada e o medo dos cangaceiros está patente na declaração de Sila apresentada acima.

Mas, segundo os dados de que disponho, a viagem montada é muito menos rara do que se pode pensar. No dia 16 de janeiro de 1928 José Lucena comunica de Água Branca que Lampião surgiu próximo de Mariana vindo de Tacaratu. Diz que o tenente Fernandez localizou-o a três léguas de Gameleira. Todo o grupo estava a cavalo. Menos de dois meses

antes, o Major Teófanos Torres comunicava que Lampião havia tomado animais na ribeira do Riacho do Papagaio, naquele mesmo município. Porém acrescenta que mudaram constantemente a direção por caminhos e veredas desabitados por seis léguas quando deixaram as montarias. A *Tarde* de 5 de abril de 1930 ao publicar do relato do Tenente Odonel sobre o combate de Favela, revela que naquele episódio “Lampeão com quatorze caibras (...) todos a cavallo” havia passado na Fazenda de Olympio às 10 horas da manhã. A edição de 26 de abril de 1929 do *Diário da Bahia*, ao falar das viagens de Lampião conta que “no kilometro 30 da rodovia Curaça-Juazeiro, ahi saltou Lampeão do automovel do sr. Favilla.” Às 3 horas da tarde liberou carros e partiu à cavalo pela estrada do norte em direção a Barro Vermelho. No mesmo ano, na edição de 20 de julho do mesmo jornal, dizia um jornalista: “Locomovem-se com facilidade incrível. Imagine o amigo que foram em poucos dias de Joazeiro ao Morro, retornando, talvez com maior brevidade.” Sua mobilidade era comparável a dos revoltosos,

“Com uma diferença: Quando os revoltosos chegavam numa fazenda, ainda se davam ao trabalho de pegarem os animaes, nos pastos. Lampeão conta com a vantagem dos proprios donos dos animaes irem pegal-os, entregando-os logo, para se verem livres.”

Também eram famosas as devoluções de animais tomados por Lampião aos seus donos. Era uma forma, talvez, de não contrariar o camponês prestimoso, mas que não dava o resultado esperado. Em Tucano uma das irmãs de D. Mariá disse-me que os animais já vinham estragados. A expedição a Mirandela, guiada por Virgílio mostra uma passagem de devolução:

“Aí disse a Virgílio: "olhe, tome cuidado com esse burro. Num deixe morrer. Porque eu vou avisar ao fazendeiro. O lugar que eu deixar vou avisar ele. Então cê trate do burro, que os homi procura". Virgílio ficou com esse burro seis meses.”

Até que o fazendeiro viesse buscá-lo.

A pressa, por vezes pela própria perseguição podia ser uma responsável do apelo à montaria. No telegrama proveniente de Águas Belas datado de 22 de maio de 1928 isto parece estar bem claro. Além de localizar Lampião na ribeira do Capiá o informe diz também que devido à perseguição o cangaceiro voltou às proximidades de Paulo Afonso e ali tomou animais de ferreiros e atravessou a serra do Parafuso para Pita tendo talvez retornado ao centro de Alagoas.

Os testemunhos de cangaceiros montados poderiam prosseguir ainda por muitas páginas e atravessar muitos documentos. Apenas mais um dado para corroborar a idéia de

que eles andavam montados, sim: deve-se lembrar que a função do cangaceiro Volta-Seca ao ser admitido no bando era a de tratador de animais e que segundo pode-se depreender da fantasiosa entrevista que concedeu ao *Pasquim*, uma das coisas que mais o seduziu no primeiro encontro com o bando foi o banho dos cavalos. Os cavalos, disse Volta-Seca, estavam tomando banho com sabão Eucaloi. Ele mesmo nunca havia passado por tal experiência.

Bem, segundo o que foi dito pode imaginar-se que os cangaceiros eram assíduos cavaleiros e esta história de alisar o espaço e *fleet in being* é um exagero teórico. Todos o que assim pensarem terão sobre a sua cabeça o peso de muitos investigadores e dos cangaceiros vivos reclamando os seus direitos. Os bandoleiros aqui estudados andavam à pé. Não há dúvidas disso. Evitavam as estradas e todo o procedimento de Lampião em relação a elas era de destruição e obliteração - do mesmo modo como era em relação aos telégrafos, iniciativa já tomada por Antonio Silvino. O estabelecimento de redes viárias e de comunicação preestabelecidas é contrária à forma de deslocamento de Lampião.

Estradas, por mais velocidade que possibilitem aos veículos que nela trafegam, são meio condutores que supõem o controle da direção e do sentido tomados. Estão sujeitos à supervisão, vigilância, controle de velocidade, embarreamento para checagem de peso ou conteúdo do que é transportado. Enfim, a estrada sempre é um meio de comunicação entre dois pontos que, a despeito das ramificações que pode apresentar, sempre e apenas liga dois pontos: o de partida e o de chegada. Ou seja, se Lampião utilizou a estrada e a montada, como causa do uso da estrada, este não foi o seu meio privilegiado de deslocamento. O cangaceiro, estou seguro, não recusa a montaria em si mesma. Sua natureza social muitas vezes é de cavaleiro. Este é o caso de Virgulino e seus irmãos (acima de tudo Antonio, segundo se diz, o que tinha mais vocação para vaqueiro). É que o cavalo e o jumento empurram para a estrada, lá onde circulam volantes, espiões; onde há visibilidade exagerada; onde os locais favoráveis à emboscada são escassos; onde, enfim, o caminho é único ou duplo, de mão e contramão. A viagem pela estrada é de ida e volta, enquanto a dos cangaceiros faz-se em múltiplos sentidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência geral em relacionar o cangaço a uma hipotética falta de justiça no sertão nordestino esbarra ao menos num defeito de interpretação. Quando o investigador afirma que o crime de vingança de sangue ocorre porque o ofendido não encontra respaldo às suas queixas nas autoridades encarregadas em fazer a justiça oficial está negligenciando uma das mais fortes características da lógica da *vendetta*. Uma lógica que, acima de tudo, está em busca de equivalentes para um dano sofrido. A vingança alcançada por uma prisão está, para o vindicante, longe de assemelhar-se a um equivalente. A condenação judiciária é tão somente uma compensação cujo defeito mostra-se da seguinte forma: uma prisão não lava a honra da família. Quero dizer, não responde às exigências do mundo inteiro que cai sobre a cabeça do membro da família responsável pela vingança. De que vale estar preso o violador da filha ou da irmã ou o assassino do pai? Tal prisão alterará o olho reprovador que os amigos e próximos dirigir-lhe-ão doravante? Muito provavelmente, não.

Os antropólogos estamos numa posição muito vantajosa para avaliar tais problemas desde que temos diante de nós a etnografia de Evans-Pritchard sobre os Nuer e os estudos levados a cabo por Pitt-Rivers, Peristiany, Bourdieu, entre outros. Qualquer de nós poderá responder sem pestanejar qual é, entre todos os seres existentes sobre a face da Terra, o mais caro a este povo de pastores que são os Nuer. Seria bastante plausível que, como pagamento de uma dívida de sangue um determinado número de bois fosse oferecido, após uma longa fase de conversações e negociações, à parte ofendida. Pois bem, é precisamente isto, sabemos todos, o que acontece entre os Nuer. Trata-se de uma compensação e eles deveriam sentir-se muito contentes com isto e dar o conflito por encerrado. Teriam uma compensação de peso, cujo valor taparia o buraco aberto por uma morte.

Mas Evans-Pritchard adverte que o problema entre as facções não acaba aí. Apesar dos esforços dos negociadores, a compensação não responde às demandas da *vendetta*, pois

esta exige um equivalente e não uma compensação. Por pagamento a uma morte deseja-se uma outra morte. Uma ofensa deve ser cobrada na mesma moeda, não havendo nestes casos mecanismos monetários de câmbio. A *vendetta* não conhece tradutores, pois a sua linguagem é única. Ela exige um olho por um olho e um dente por um dente. A justificativa apresentada por um dos Pereira para matar um Carvalho pacífico pela morte de Padre Pereira é muito esclarecedora e favorável a esta tese lógica da compensação na *vendetta*. Recordemos o que já foi dito no capítulo 3. Chocada a população com morte de um pacífico, o vingador dos Pereira diz que era preciso matar um bom pois entre os Pereiras havia morrido um bom.

É um fato, no entanto, que muitos dos relatos de crimes ocorridos no nosso período cronológica e região geográfica de interesse trazem no seu bojo justificativas morais. Uma espécie de escudo ético à Mello. Sempre aquele que responde uma ofensa com um crime de morte tentou recorrer às autoridades e foi por elas ignorado. Respaldo mais do que suficiente para confirmar as teorias da ausência de justiça para um povo que por ela clama sedento. Mas seria este mesmo o caso de pensar desta forma? A mãe de Luiz Pedro, Dona Chiquinha, alguma vez houvera pensado em justiça pública para a morte de Né Dadu quando convocou o seu filho a seguir seu sobrinho Sebastião Pereira na vingança do parente morto?

Não teria compreendido melhor o problema lógico que vive o vindicante o autor de *Os Coiteiros*, quando coloca na boca de seu personagem Roberto a respeito da vingança da morte do pai:

“Meu pai não pede, mas o mundo pede por ele. Quando me perguntam quem matou meu pai e eu digo o nome de um homem que ainda vive, sinto a vergonha de não ser bom filho.”

A compreensão de Almeida salta aos olhos na utilização de uma palavra apenas. Roberto envergonha-se de o homem que matara seu pai ainda “viver”. O problema para ele não reside no fato de que o assassino esteja em liberdade.

É preciso que se compreenda que a *vendetta*, a vingança privada de sangue, não é uma justiça substitutiva utilizada apenas *in extremis*. Ela é em si mesma uma forma de justiça bastante eficaz. Uma justiça que fora substituída apenas historicamente e num momento dado das modificações nas civilizações. Há - quem sabe? - um travo amargo de evolucionismo social naqueles que interpretam de outra forma esta antiga e eficiente forma

de justiça. Uma interpretação, aliás, muito mais apropriada a juristas e políticos do que a cientistas sociais.

A geração, passe o termo, de cangaceiros deveu-se antes de tudo a esta lógica. Os problemas econômicos, como negar, colaboraram, bem como os políticos. Porém seria muito mais útil do ponto de vista científico, ou seja, o que busca compreender fatos e colocar questões sobre eles, modificar a perspectiva que tem do meio político, jurídico e econômico no sertão nordestino. Ao invés de vê-los como problemas a serem resolvidos, ao invés de ver a política sertaneja como algo a ser reformado, dever-se-ia vê-los como uma positividade. Da mesma forma como os antropólogos procuramos olhar para uma sociedade tradicional. Não lembro de alguém afirmar da sociedade Nuer ou da sociedade Cabília que lá havia falta de justiça. E no entanto não canso de encontrar declarações e tentativas de explicação para o cangaço que debitam sua existência “na falta” de justiça da sociedade sertaneja.

Foi mostrado no corpo do trabalho que o emprego da violência e a forma segundo a qual ela é empregue em decorrência das exigências momentâneas influem na organização do espaço nos diversos tipos de homens de armas da região estudada. Em resumo, retomo a questão. A título de ordenamento das idéias recorro à enumeração. Pode, portanto, a nível de modelo, isolar-se, sob a inspiração de Menezes, as seguintes formas: 1. cangaceiro fundiário. Seu espaço é irradiante e o centro de gravitação é a fazenda onde é morador (sua semelhança com o beato cangaceiro, do ponto de vista espacial, torna desnecessária a inclusão deste último tipo); 2. cangaceiro político-partidário. Forma centros gravitacionais efêmeros, segundo a quem serve. Mas, uma vez sendo homem de confiança ou arma de aluguel, sempre age em relação a este centro de onde emanam suas ordens. 3. cangaceiro vingador. Fruto das lutas de família, é de todos o mais complexos. Age livremente, seguindo as ordens da vingança de sangue. porém estas ordens limitam seu território a determinados focos ou alvos nos quais estão os inimigos. Por outro lado estes alvos perdem a precisão devido a imbrincada teia de laços de parentesco e afinidade na região.

Lampião, que surge da luta de família, engaja-se numa outra, mais ampla, abandona a vingança e cria uma nova forma de heterogeneizar o espaço.

Produzindo, tendencialmente, um espaço liso, abandonando os meios de condutibilidade previamente estabelecidos - por meio do abandono do uso de montaria - o bando de

Lampião cria um tipo de *fleet in being*, uma forma de produzir a guerra total possibilitando estar virtualmente em qualquer parte a qualquer momento. O território de Lampião, sem limites, sem obstáculos, é de condutibilidade máxima, aberto, sem impedimentos fixos ou âncoras gravitacionais.

Tal contextualização do espaço cangaceiro, como foi enfatizado ao longo do trabalho não corresponde a uma lei. Evitar a estrada não é um tabu, não corresponde a uma interdição. Deslocar-se intensivamente não é obrigatório. Foram fornecidas, estou certo, suficientes evidências de que Lampião binarizou o espaço, andou por estradas a cavalo, mula ou carro. No entanto, embora não possa falar de padrão de deslocamento ou de padrão na forma de heterogeneizar o espaço, pude distinguir uma clara tendência e esta tendência aponta para: andar muito, não diferenciar território de esconderijo de território de ação, não ter pontos fixos de estadia no território, repelir as vias de condução preestabelecidas o que equivale negar o controle do espaço esquadrihado.

Retirando-se do recinto próprio da luta de famílias, porém, Lampião não subtraiu do conjunto de seus perseguidores os que tinham com ele questões pessoais e familiares. Apesar de declarações mal fundamentadas de tese cujas fontes foram insuficientes, a introdução de policiais contratados foi muito anterior ao ano de 1932. Segundo documento manuscrito, Euclides de Souza Ferraz, por exemplo, recorda sua entrada na polícia de Pernambuco no ano de 1923<sup>1</sup>. Há meios, contudo, mais fáceis de controlar tal dado. A bibliografia, por exemplo, seria já suficiente para desfazer mal entendidos como o de tentar interpretar este dado à luz da Revolução de São Paulo e sua exigência de contingente. É preciso ainda recordar mais uma vez que estes contratados foram dentre todos os mais eficazes e incansáveis perseguidores de Lampião.

Ampliando desmedidamente o alvos de sua violência, Lampião amplia o alcance desta violência aumentando na mesma medida o número e a topologia de seus inimigos. O que faz com que deva diversificar suas alianças e fazê-las surgir sobre uma superfície cada vez maior. Do que decorre a amplitude do seu cangaço. Cada um dos aliados, qualquer que seja a solidez do laço, é um ponto sobre a superfície. Um ponto que proporciona continuidade ao trajeto.

---

<sup>1</sup>. Euclides de Souza Ferraz, "Campanha Contra o Banditismo no interior dos Estados de Pernambuco - Paraíba - Ceará - Alagoas - Bahia e Sergipe". A tese em questão é a de Shaker (*op. cit.*). Apenas a título de advertência ao leitor, esta não é uma leitura obrigatória para os que pretendam informa-se sobre o cangaço ou sobre as coisas do sertão do Nordeste.

Trabalhos de campo em sociedades de pastores e de caçadores-recoletores auxiliaram na leitura que foi feita aqui da relação do ponto com a trajetória. Além das questões levantadas por Deleuze e Guattari, os resultados das pesquisas de campo já citadas no capítulo 2, esclareceram ainda mais que os povos em movimento podem ser pensados com positividade. Os que estão em movimento, agora generalizando para os demais grupos, inclusive os urbanos, podem ser entendidos como tal e não como os que eventualmente não têm possibilidade material ou técnica de sedentarizar-se. Ao contrário, há que se lançar um olhar às técnicas criadas para que o movimento seja sustentado com maior possibilidade de êxito. Casa rolantes, sacos e mochilas, capacidade de recolher novo material abandonado em estadias anteriores são algumas destas técnicas.

Segundo tenho podido observar, a produção da Antropologia, e mais recentemente da Antropologia Urbana, tem estado atenta àqueles que vivem em movimento, estando armada contra os equívocos do passado.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, U.L., A Luta dos Pereiras e dos Carvalhos, in, *Um Sertanejo e o Sertão*, Rj, José Olympio, 1957 (2ª ed. 1976)
- ALMEIDA, J.A, *Os Coiteiros*, RJ, Civilização Brasileira, 1935 (ed. utilizada 1979)
- ANDRADE, J.L., “Les Migration dans le Nord-Est du Brésil”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XIV, nova série, 1º ano, 1954
- ARAÚJO, A.C., *Gente de Lampião: Dadá e Corisco*, SP, Traço, 1982a
- *Assim Morreu Lampião*, SP, Traço, 1982b
  - *Lampião: as Mulheres e o Cangaço*, SP, Traço, 1984
  - *Gente de Lampião: Sila e Zé Sereno*, SP, Traço, 1987
- ARON, R., *Penser la Guerre, Clausewitz*, Paris, Gallimard, 1976 (tr. Br., Brasília, UNB, s.d., vol. II)
- BALIKCI, A., “The Netsilik Eskimos: Adaptive Processes” in *Man The Hunter*, 1968
- *The Netsilik Eskimo*, NY, The Natural History Press, 1970
- BARBOSA, S., *Antonio Silvino - O Rifle de Ouro*, Recife, s.n., 1977
- BARROSO, G., *Almas de Lama e de Aço*, RJ e SP, Melhoramentos, 1930
- *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*, RJ, Francisco Alves, 1912 (3ª ed. 1930)
- BEAUJEU-GARNIER, J. e CHABOT, G., *Traité de Géographie Urbaine*, Paris, Armand Colin, 1963
- BENÍCIO, M., *O Rei dos Jagunços*, RJ, Jornal do Commercio, 1899
- BEZERRA, J., *Como dei Cabo de Lampeão*, 1940 (3ª ed., Recife, Massangana, 1983)
- BINFORD, L. R., “Mobility, Housing, and Environment”, *Journal of Anthropological Research*, University of New Mexico, v.46, n.2, 1990

- BRAUDEL, F., *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1966 (e tr. port.: Lisboa, Dom Quixote, 1983)
- CALASANS, J., *Quase Biografias de Jagunços*, Salvador, UFBA, 1986
- CAMARGO, A., RAPOSO, E., FLAKSMAN, S., *O Nordeste e a Política: Diálogo com José Américo de Almeida*, RJ, Nova Fronteira, 1984
- CARONE, E., *A República Velha*, RJ, Difel 1988
- CARRIÈRE, J.C (dir.), *Pirates, Brigands et Empires: Le Pillage et la Pacification de la Méditerranée Antique*, Besançon, Association Regionale des Enseignantes de Langues Anciennes de l'Academie de Besançon - supplement du Bulletin n° 18
- CASCUDO, L.C, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 5ª edição, BH, Itatiaia, 1988.
- CHANDLER, B. J. , *The Bandit King, Lampião of Brazil* (tr. br.: *Lampião o Rei dos Cangaceiros*, SP, Paz e Terra, 1981
- *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930*, Fortaleza, ed. UFC, 1980
- CHIAVENATTO, J.J., *Cangaço, a Força do Coronel*, S.P., Brasiliense, 1990
- CLAUSEWITZ, C. von, *Vom Kriege*, Berlim, Ferdinand Dümmler, 1832 (tr. port. s/l Europa América s/d
- CONRADO, J., *A Última Semana de Lampião*, Aracaju, Escopo, s/d
- CONTREROS, J., “Bandolerismo y Fueros: El Pirineo a Finales del Siglo XVI” in *Le Bandit et son Image au Siècle d'Or, Paris, Sorbonne, 1991*
- COSTA SANTOS, M. da, *folia de Rei: uma sociologia da vida e da morte do cangaço*, Dissertação e Mestrado em Sociologia - UFPE, 1984
- COSTA PINTO, *Lutas de Famílias no Brasil “Brasiliana” MEC, s/d*
- CREMOUX, in *Le Bandit et son Image au Siècle d'Or*
- CUNNINGHAM, C., “Order in the Atoni House”, 1964

- DELLA CAVA, R., *Miracle at Joazeiro*, s/l, Columbia University Press, 1970 (tr. br.: RJ, Paz e Terra, 1977)
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F., *Capitalisme et Schizophrénie - Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980 (tr. esp. José Vazquez Perez, Valencia, Pre-Textos, 1988)
- DÓRIA, C.A., *O Cangaço*, S.P., Brasiliense, 1982
- EID, A., *Pelo espaço cangaceiro*, Jurubeba, S.P., Símbolo, 1979
- ELIADE, M., *Histoire des Croyances et des Idées Religieuses I*, Paris, Payot, 1976 (tr. esp.: Madrid, Ed. Cristiandad, 1978)
- EVANS-PRITCHARD, E.E., *Os Nuer*, SP, Perspectiva, 1978
- FACÓ, *Cangaceiros e Fanáticos*, RJ, Civ. Bras., 1965
- FAORO, R., *Os Donos do Poder II*, Porto Alegre, Globo, 1957 (3ª ed. 1976)
- FERRAZ, M., *O Canto do Acauã - Das Memórias de Manuel Flor, Ex-comandante das Forças Volantes*, Belém, s/n, 1978
- FLEAGLE, J.G., *Primate Adaptation and Evolution*, NY, Harcourt Brace Jovanovich, 1988
- FREYRE, G., *CASA Grande e Senzala*, RJ, José Olympio, 1933 (25ª ed. 1987)
- FONTES, O., *Lampião na Bahia*, Petrópolis, Vozes, 1988
- FRUCK-BRENTANO, F., *Les Brigands*, Paris, Hachette, 1904
- GARRET, P.J., *The Authentic Life of Billy, the Kid* (tr. br.: *Billy The Kid*, SP, LP&M, 1986
- GEREMEK, "Mouvements Hérétiques et Déracinement Social", *Annales E.C.S.*, ano 37, n. 1, jan-fev, 1982
- GREGÓRIO, J., *Cangaceiro e Herói - Jesuíno Brillhante*, Campina Grande, s.n., 1976
- GROUSSET, R., *L'Empire des Steppes - Atila, Gengis-Khan, Tamerlan*, "Bibliothèque historique Payot, Paris, Payot, 1965

- GUEIROS, O. "Lampeão", *Memórias de um Oficial Ex-comandante de Fôrças Volantes*, Recife, s/n, 1953
- GUEVARA, E., *A Guerra de Guerrilhas*, s/l, ed. Populares, 1982
- GUILLAUME-ALONSO, A., "Le Brigand Castillan au Siècle d'Or Vu à Travers les Archives des Santas Hermandades Viejas: Essai de Typologie" in *Le Bandit et son Image au Siècle d'Or*
- HARTOG, F., "Les Scythes Imaginaires: Espace et Nomadisme", *Annales - E.S.C.*, 34<sup>eme</sup> anné, 6, nov-dec, 1979, pp.1137-1154
- HOBSBAWN, E., *Bandits*, London, George Weindenfeld & Nicholson, 1966 (tr. fr.: Paris, Maspero, 1972)
- JOFFILY, I., *Notas Sobre a Parahyba*, Fac-simili da 1<sup>a</sup> ed., 1893
- KELLY, R. L., "Hunter-Gatherer Mobility Strategies", *Journal of Anthropological Research*, v.39, 1983
- LAWRENCE, T. E., *Seven Pillars of Wisdom*, s.l., Doubleday & Company, 1926 (tr. br., RJ, Record, s.d.)
- "Guerrilla Warfare", *Encyclopæ Britannica*, Chicago, Londres, Toronto, William Benton, 1958
- LEE, R., "What Hunters Do for a Living, or How To Make Out on Scarce Resources" in *Man The Hunter*, Lee & DeVore (eds.), Chicago, Aldine, 1968
- "!Kung Spatial Organization: An Ecological and Historical Perpective" in *Kalahari Hunter-Gatheres - Studies of the !Kung San and Their Neighbors*, Lee, R. e DeVore, I. (org.), Cambridge, Harvard University Press, 1976
- *The !Kung San*, NY, Cambridge University Press, 1979
- LEAL, V. N., *Coronelismo, Enxada e Voto*, RJ, s/n, 1975
- LEROI-GOURHAM, A., *Le Geste et la Parole:*
1. *Technique et Langage*

2. *La Mémoire et les Rhythmes*, Paris, Albin Michel, 1965 (tr. Port., Lisboa, Ed. 70, s.d., "Perspectivas do Homem")
- LIMA, E., *O Estranho Mundo dos Cangaceiros*, Salvador, Itapoã, 1965
- LIMA DE OLIVEIRA, A., *Lampião, Cangaço e Nordeste*, Rio, O Cruzeiro, 1970
- LIRA, J.G., *Lampião: Memórias de um Soldado de Volante*, Recife, Fundarpe, 1990
- LUNA, L., *Lampião e Seus Cabras*, Rio, Livros do Mundo Inteiro, 1972
- LUNA, L. e BARBALHO, N., *Coronel Dono do Mundo*, RJ e Brasília, Cátedra/INL, 1983
- MAALOUF, A., *Les Croisades Vues par les Arabes*, 1983 (tr. br. SP, Brasiliense, 1988)
- MACEDO, Nertan, *Lampião: Capitão Virgulino Ferreira*, RJ, 1ª ed. 1962 (ed. utilizada, RJ, Renes, 1975 1962)
- *Sinhô Pereira - o comandante de Lampião*, RJ, Renes, 1975 (2ª ed. 1980)
  - *O Clã dos Inhamuns*, 1ª ed. 1965 (ed. utilizada, Renes, 1980)
  - *O Clã de Santa Quitéria*, RJ, s/n, 1967
  - *Floro Bartolomeu - o caudilho dos Beatos e cangaceiros*, RJ, Agência Jornalística Image, 1970
- MACIEL, F. B., *Lampião, seu Tempo e seu Reinado*, Recife, ed. Universitária, 1980
- MATTA MACHADO, M.C., *As Táticas de Guerra dos Cangaceiros*, RJ, Laemmert, 1969
- MAUSS, M., *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1950
- MELO, M.R., *Patriarcas e Carreiros: Influência do Coronel e do Carro de Boi na Sociedade Rural do Nordeste*, Recife, Tradição, 1944 (3ª ed.: Natal, Ed. Universitária, 1985)
- MELLO, F.P., *Guerreiros do Sol - o banditismo no Nordeste do Brasil*, Recife, Massananga, 1985

- *Quem Foi Lampião*, Recife/Zürich, Stähli, 1993
- MENEZES, D., *O Outro Nordeste*, Rio, Artenova, 1970 (1<sup>ed</sup> 1937)
- MONTEIRO, R., *História da Polícia Militar de Pernambuco*, s.l., s.n., s.d.
- MONTENEGRO, A., *História do Cangaceirismo no Ceará*, Fortaleza, s/e, 1955
- *Fanáticos e Cangaceiros*, Fortaleza, Henriqueta Galeno, 1973
- MORAIS, W., *Jagunços e Heróis*, Salvador, GDR, 2<sup>a</sup> ed. 1973
- MOTA, L., *No Tempo de Lampião*, 2a ed. Fortaleza, Imprensa Univ. Ceará, 1967 (1a ed. 1930)
- NONATO, R., *Lampião em Mossoró*, "Coleção Mossoroense", Mossoró, Pongetti, 4a ed. 1989
- OLIVEIRA, X., *Beatos e Cangaceiros*, RJ, s/e, 1920
- ORECHIONI, J., Introdução Crítica a *Os Coiteiros*, in *Os Coiteiros*
- ORTIS, in *Le Brigand et son Image au Siècle D'Or*
- PANG, E., *Coronelismo e Oligarquia (1889-1943): a Bahia na Primeira República brasileira*, RJ, Civilização Brasileira, 1979
- PAUL-LÉVY, F. & SEGAUD, M., *Anthropologie de l'Espace*, Paris, CCP-CCI, 1983
- PIVETEAU, J.L., "La Territorialité des Hébreux - l'affaire d'un petit peuple il y a longtemps, ou un cas d'école pour le III<sup>e</sup> millénaire?", *L'Espace Géographique*, 1993, tomo XXII, 1, pp.26-34
- PRATA, R., *Lampião*, Ariel, s/e, 1934
- QUEIROZ, *Os Cangaceiros - Le bandits d'honneur brésiliens*, Paris, Julliard, 1968
- "O Coronelismo numa Interpretação Sociológica" in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, V. 1, Boris Fausto (org.), São Paulo, Difel, 1977
- "Notas Sociológicas Sobre o Cangaço", *Ciência e Cultura*, 27 (5), Maio, 1975
- *História do Cangaço*, "História Popular", SP, Globo, 1982

- QUIROS, E. e ARDILA, L., *El Bandolero Andaluz*, Madrid, Ed. Turner, 1973
- RAMOS, G., *Viventes das Alagoas*, RJ, Record, 1961 (11ª ed. 1981)
- RASSESTIN, P., "Qu'est-ce que le Territoire?" in: *Pour une Géographie du Povoir*,  
Livrairies Techniques, 1980
- RODRIGUES DE CARVALHO, *Lampião e a Sociologia do Cangaço*, Rio, s.n., s.d.  
- "*Serrote Preto*" - *Lampião e Seus Sequases*, Rio, Sedegra, 1974
- ROCHA, M., *Bandoleiros das Caatingas*, RJ, Francisco Alves, 1942 (ed. utilizada 1988)
- SOARES, R. M., "Aspectos Sociológicos da Pecuária Nordestina", *Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais*, nº 8, Recife, Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco, 1968
- SOUZA, B., J. de, *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, Cia Ed. Nacional, SP, 1939
- SOUZA, I.R., *Sila - Memórias de Guerra e Paz*, Recife, s/n, 1995
- TENENTI, A., *Venezia e i Corsari, 1580-1615*, Bari, Gins Laterga, 1961 (tr. am.: *Piracy and the Declin of Venice*, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1967)
- THESIGER, W., *Le Désert des Déserts*, "Terre Humaine", Paris, Plon, 1978
- TOYNBEE, A., *A Study of History* (tr. fr.: *L'Histoire*, Paris, Gallimard, 12ª ed. 1951  
- *Cities on the Move*, s/l, Oxford University Press, 1970 (tr. esp.: Madrid, Alianza, 1973)
- TURNBULL, C.M., "The Importance of Flux in Two Hunting Societies" in *Man The Hunter*, Lee & DeVore (eds.), Chicago, Aldine, 1968
- VIDAL, A., *Terra de Homens*, "Secção Livros", RJ, O Cruzeiro, 1944
- VIRILIO, P., *Vitesse et Politique - essai de dromologie*, Paris, Galilée, 1977  
- *L'Insecurité du Territoire*, Paris, Stock, 1976

VIRILIO, P. e LOTRINGER, S., *Pure War*, s/l, Semiotext(e), 1983 (tr. br., SP, Brasiliense, s/d)

WOODBURN, "Stability and Flexibility in Hadza Residential Groupings" in *Man The Hunter*

#### HEMEROTECA

*Jornal do Recife; Jornal Pequeno; O imparcial; Diário de Pernambuco; Diário da Bahia; Correio da Manhã; O Ceará; O Conservador; O Estado da Bahia; Jornal do Comércio; Jornal do Recife; A Província; A Tarde; Jornal do Brasil.*

#### DOCUMENTOS

Boletim do Comando da Força pública do Estado da Bahia; Volumes de Telegramas da Repartição Central de Polícia do Estado de Pernambuco; Boletins do Comando das Forças em Operação no Nordeste da Bahia; Relatórios dos Chefes de Polícia do Estado de Pernambuco; Relatórios dos Presidentes do Estado de Pernambuco; Relatório dos Serviços Prestados pela Repartição Central de Polícia Durante o Ano de 1927 Apresentado ao Exmo Sr. Dr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Eurico Souza Leão; Convenio Celebrado entre as Polícias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, alagoas, sergipe e Bahia em 12/7/1935; Relatório dos Serviços Prestados pelo 2º Sargento da Força Policial do Estado, Euclides de Souza Ferraz, Pedido de Indulto a Angelo Roque da Costa (Labareda), Antonio dos Santos (Volta-Seca).

## ENTREVISTAS

Sr. Jerônimo Ribeiro (Uauá); sargento José Ramos (Uauá); D. Mariá e Sr. Francino (Tucano); Ioiô de Professora (Euclides da Cunha); Cira Britto Bezerra e Paulo Britto Bezerra (Recife); Edeval (São Paulo); Sila (São Paulo).

## AUDIO-VISUAL

*O Cangaceiro: roupas e apetrechos*, Frederico Pernambucano deMello.; *O Último Dia de Lampião*, Maurice Capovilla; *Memória do Cangaço*, Paulo Gil Soares; *A Musa do Cangaço*; *Lampião Rei do Cangaço* (11' restantes das cenas gravadas por Benjamim Abrãao); Mesa redonda organizada por ocasião da inauguração do Museu do Cangaço de Aracaju (1988)